

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

GESIEL ROCHA DE ARAÚJO

A FRONTEIRA IGNORADA: COOPERAÇÃO E CONFLITO NA IMPRENSA
FRONTEIRIÇA ON-LINE

CAMPO GRANDE – MS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

GESIEL ROCHA DE ARAÚJO

**A FRONTEIRA IGNORADA: COOPERAÇÃO E CONFLITO NA IMPRENSA
FRONTEIRIÇA ON-LINE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares.

CAMPO GRANDE – MS

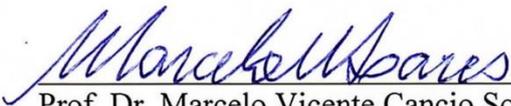
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

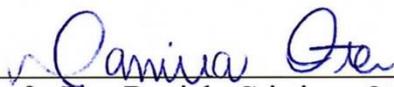
GESIEL ROCHA DE ARAÚJO

**A FRONTEIRA IGNORADA: COOPERAÇÃO E CONFLITO NA IMPRENSA
FRONTEIRIÇA ON-LINE**

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares
(Presidente e orientador)



Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota
(Membro titular)



Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa
(Membro titular)

CAMPO GRANDE – MS
18 DE JUNHO DE 2018

Para Valquiria, Vinicius e Helena, com todo o amor do mundo.

Em memória de Rüter Cunha de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

À Vida pelo tempo oportunizado para usufruto desta pequena fração de conhecimento.

Aos meus pais Ezequiel e Gisele pela vida concedida e apoio ao longo de tantos anos até este momento. Aos meus irmãos Tércio e Geciane, com sincero reconhecimento pelo suporte oferecido nesta e em outras etapas da vida.

À minha companheira de todas as horas, Valquiria Venciguerra, pelo apoio, confiança e encorajamento neste início de jornada acadêmica, além de toda paciência e compreensão pelos mais de dois anos de convivência quase exclusiva com as fronteiras. À minha sogra Mônica Cabreira pelo imprescindível suporte na fase final do trabalho.

Ao meu filho Vinicius pelo incentivo, inspiração e compreensão diante da distância ao longo desse período. À minha pequena Helena, que tão bem se comportou na barriga da mamãe enquanto o papai escrevia, e pelo sorriso motivador desde que nasceu.

Ao professor Marcelo Soares, incansável orientador que contribuiu decisivamente em todas as etapas deste trabalho, com todo o conhecimento, dedicação e zelo, ajudando-me a construir uma verdadeira paixão pela temática fronteiriça.

Aos professores Daniela Ota e Edgar Costa por comporem a minha banca de avaliação e pelas valiosas contribuições para a pesquisa. A todos os professores do Programa de Mestrado em Comunicação que contribuíram substancialmente em sala de aula para a construção do conhecimento imprescindível para a realização do estudo.

Aos jornalistas Rosana Nunes, Sylma Lima, Erik Silva, Walter Peñado, Lorgio Robles, Frederico Vargas, Sebastião Prado, Fernando Moltocaró, Lourenso Vera, Rosimari Centurion, Humberto Coronel e Eder Silva, que contribuíram para a pesquisa por meio de entrevistas ou fornecimento de dados, nas quatro localidades estudadas.

Aos meus chefes Suzilane Sodré e Cássio Marques pela compreensão e flexibilização dos meus horários de trabalho para que fosse possível a conclusão desta dissertação.

Ao meu eterno chefe, amigo e prefeito de Corumbá, Rüter Cunha de Oliveira (*in memoriam*), que, por duas vezes, concedeu-me a oportunidade de trabalhar na fronteira e conhecer de perto as comunidades fronteiriças do Brasil e da Bolívia.

A todos os amigos que me incentivaram neste desafio e que compreenderam que este período de ausência jamais significou falta de consideração e amor.

Ao Pink Floyd, inseparável companheiro nas longas madrugadas de intensa reflexão, e ao Spotify por facilitar essa companhia.

Muito obrigado a todos que, de alguma forma, ajudaram a tornar este trabalho possível.

“O tempo passou, impérios antigos caíram e novos tomaram seu lugar; as relações entre países e as relações de classe tiveram que mudar até que eu descobrisse que não é a qualidade dos bens e a sua utilidade que importam, mas o movimento; não é onde você está ou o que você tem, mas de onde você vem, aonde está indo e a velocidade com a qual chegará lá”.

(C. L. R. James, tradução nossa)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ruínas da Muralha de Adriano, o <i>Limes Britannicus</i> , no norte da Inglaterra.....	23
Figura 2 – Ponte rodoviária que liga Posadas (Argentina) a Encarnación (Paraguai).....	39
Figura 3 – Fronteira aberta na divisa entre Pindoty Porã (Paraguai) e Sete Quedas (Brasil).....	41
Figura 4 – Fronteira Brasil-Bolívia fechada em manifestação de caminhoneiros bolivianos.....	46
Figura 5 – Estuário do rio da Prata, que separa Uruguai (esquerda) e Argentina (direita)	53
Figura 6 – Mapa dos tratados que estabeleceram as fronteiras do Brasil entre 1494 e 1801	57
Figura 7 – Mapa dos pontos extremos e fronteiras brasileiras de norte a sul	59
Figura 8 – Mapa dos municípios brasileiros situados na faixa de fronteira.....	62
Figura 9 – Mapa da faixa de fronteira Bolívia-Brasil-Paraguai no Mato Grosso do Sul	69
Figura 10 – Divisa entre Ponta Porã (esquerda) e Pedro Juan Caballero (direita)	74
Figura 11 – Laguna Cáceres, que une Puerto Suárez a Corumbá via canal do Tamengo	79
Figura 12 – Topo da página inicial do site Ponta Porã Informa em 15 de maio de 2018	98
Figura 13 – Topo da página inicial do site Amambay 570 em 15 de maio de 2018	101
Figura 14 – Topo da página inicial do site Diário Corumbaense em 15 de maio de 2018	104
Figura 15 – Topo da página inicial do site El Deber em 15 de maio de 2018.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nomenclatura e definições do jornalismo praticado nos meios digitais.....	84
Quadro 2 – Classificação do jornalismo conforme gênero, formato e função social	87
Quadro 3 – Palavras-chave definidas para monitoramento e coleta de textos nos sites.....	117
Quadro 4 – Questões elementares e critérios da seleção dos textos para a análise	118
Quadro 5 – Classificação dos textos selecionados por categorias de análise e indicativos.....	121
Quadro 6 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Ponta Porã Informa ...	126
Quadro 7 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Ponta Porã Informa	127
Quadro 8 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Amambay 570.....	130
Quadro 9 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Amambay 570.....	130
Quadro 10 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Diário Corumbaense ..	133
Quadro 11 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Diário Corumbaense ...	134
Quadro 12 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – El Deber	138
Quadro 13 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – El Deber	139
Quadro 14 – Relação de matérias selecionadas para análise – Ponta Porã Informa.....	182
Quadro 15 – Relação de matérias selecionadas para análise – Amambay 570	183
Quadro 16 – Relação de matérias selecionadas para análise – Diário Corumbaense.....	183
Quadro 17 – Relação de matérias selecionadas para análise – El Deber	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sites de notícias inicialmente identificados na fronteira Brasil-Bolívia.....	95
Tabela 2 – Sites de notícias inicialmente identificados na fronteira Brasil-Paraguai	95
Tabela 3 – Número de textos pré-selecionados para a pré-análise nos quatro sites.....	117
Tabela 4 – Número final de textos selecionados para a análise nos quatro sites	119
Tabela 5 – Codificação dos textos por índices e frequência dos indicadores.....	122
Tabela 6 – Codificação dos textos por unidades de registro e de contexto	122
Tabela 7 – Codificação dos textos por unidades de registro de intensidade	122
Tabela 8 – Classificação dos textos conforme as categorias de direção	123
Tabela 9 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Ponta Porã Informa.....	123
Tabela 10 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Ponta Porã Informa.....	124
Tabela 11 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Ponta Porã Informa	124
Tabela 12 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Ponta Porã Informa.....	125
Tabela 13 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Ponta Porã Informa	125
Tabela 14 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Ponta Porã Informa	125
Tabela 15 – Categorização dos textos conforme a direção – Ponta Porã Informa	127
Tabela 16 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Amambay 570	128
Tabela 17 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Amambay 570	128
Tabela 18 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Amambay 570.....	129
Tabela 19 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Amambay 570	129
Tabela 20 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Amambay 570	129
Tabela 21 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Amambay 570.....	129
Tabela 22 – Categorização dos textos conforme a direção – Amambay 570.....	131
Tabela 23 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Diário Corumbaense....	131
Tabela 24 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Diário Corumbaense.....	131
Tabela 25 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Diário Corumbaense	132
Tabela 26 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Diário Corumbaense.....	132
Tabela 27 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Diário Corumbaense.....	132
Tabela 28 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Diário Corumbaense	133
Tabela 29 – Categorização dos textos conforme a direção – Diário Corumbaense	134
Tabela 30 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – El Deber.....	135
Tabela 31 – Codificação dos textos por índices e indicadores – El Deber.....	135
Tabela 32 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – El Deber.....	136

Tabela 33 – Codificação dos textos por unidades de conflito – El Deber.....	137
Tabela 34 – Codificação dos conforme unidades de contexto – El Deber	137
Tabela 35 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – El Deber	137
Tabela 36 – Categorização dos textos conforme a direção – El Deber	140
Tabela 37 – Classificação dos textos pela categoria de autoria própria nos sites	141
Tabela 38 – Classificação dos textos pela categoria de gênero/formato nos sites	142
Tabela 39 – Classificação dos textos pela categoria de abrangência territorial nos sites.....	144
Tabela 40 – Codificação dos textos por índices e indicadores nos sites	147
Tabela 41 – Codificação dos textos por unidades de registro nos sites.....	148
Tabela 42 – Codificação dos textos pela categoria de intensidade nos sites.....	149
Tabela 43 – Classificação dos textos pela categoria de intensidade nos sites.....	151
Tabela 44 – Categorização dos textos conforme a direção nos sites.....	154
Tabela 45 – Total de matérias publicadas / percentual de textos selecionados nos sites	156
Tabela 46 – Média de publicação nos sites / frequência de textos no período analisado.....	156

LISTA DE SIGLAS

CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira

CNM - Confederação Nacional de Municípios

DGEEC - *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE - *Instituto Nacional de Estadística*

PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

SEBRAE-MS - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEP - *Stanford Encyclopedia of Philosophy*

RESUMO

Ao longo da trajetória humana, as fronteiras foram ignoradas das mais diferentes formas, desde a migração do homem da África para os demais continentes às pessoas que diariamente passam de um país ao outro. A imprensa fronteiriça, no entanto, tem ignorado as fronteiras enquanto objeto de cobertura jornalística cotidiana nos aspectos político-institucionais locais. Esta foi a constatação central deste estudo que buscou compreender o espaço e o tratamento editoriais dedicados por sites de notícias fronteiriços à temática institucional nas fronteiras. A partir do monitoramento de mais de 19,5 mil matérias jornalísticas em quatro veículos estabelecidos ou atuantes nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, ao longo de quatro meses, 77 textos foram selecionados e analisados em profundidade por meio do método Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados mostram que a atenção editorial dedicada pelos veículos investigados às questões político-institucionais da fronteira é reduzida, superficial, esporádica e incompleta, constituindo um cenário em que a vida fronteiriça perde-se na instantaneidade da cobertura jornalística factual. Dialogando com outras pesquisas, concluiu-se que a mídia fronteiriça perde a oportunidade de se posicionar como o principal fórum do debate público acerca das potencialidades e demandas das fronteiras e de contribuir para a integração das comunidades locais, como é sua vocação histórica.

Palavras-chave: Fronteira; imprensa on-line; cooperação; conflito; análise de conteúdo.

ABSTRACT

Since the migration of the first humans from Africa to other continents till the people passing daily from one country to another, borders have been always disregarded all along human history. The borderer media, however, has ignored the borders as matter of daily journalistic coverage in local political-institutional features. This essay brings such statement as the central finding of a research that sought to understand the editorial space and approach devoted by borderer news websites to political-institutional issues involving the borders. By monitoring more than 19,500 articles in four websites established or operating in the borders of Brazil with Paraguay and Bolivia, over the course of four months, 77 texts were selected and scrutinized in depth through Laurence Bardin's method of Content Analysis. The results show that the editorial attention given by the surveyed websites to the political-institutional issues in the borders is reduced, superficial, sporadic and incomplete, establishing a scenario in which life in the borders is lost in instantaneous and factual coverage. Thus, the borderer media misses the opportunity to position itself as the main forum for public debate about the potentialities and demands of the borders, not contributing to the integration of local communities, as its historical vocation suggests.

Keywords: Border; online media; cooperation; conflict; content analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – AS FRONTEIRAS NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	21
1.1. Dos gregos à pós-modernidade.....	21
1.2. Múltiplos olhares sobre as fronteiras	31
1.3. Território, identidade e fronteiras culturais	39
1.4. As fronteiras como ambiente de cooperação e conflito	43
CAPÍTULO II – AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS	48
2.1. Da linha de Tordesilhas às zonas de povoamento	48
2.2. As fronteiras brasileiras para a Geografia	57
2.3. Formação histórica das fronteiras no Mato Grosso do Sul.....	63
2.3.1. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero – Linha imaginária	70
2.3.2. Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez – Unidos pelas águas.....	76
CAPÍTULO III – JORNALISMO ON-LINE NAS FRONTEIRAS.....	82
3.1. Vigilância social, fórum de ideias, esclarecimento.....	82
3.2. O fazer jornalístico na zona de impacto	89
3.3. Sites de notícias: ambientes ‘desfronteirizados’ nas fronteiras	94
CAPÍTULO IV – DE COBERTORES A ROTAS BIOCEÂNICAS	108
4.1. Um método para o conteúdo das fronteiras	108
4.2. Duas línguas, quatro veículos: pactos e operações	114
4.3. Ações em conjunto e <i>controles aduaneros</i> em números	119
4.4. Cooperação, conflito, neutralidade ou ambivalência?	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	166
ENTREVISTAS.....	181
APÊNDICES	182

INTRODUÇÃO

Em 1898, no auge da corrida imperialista entre as potências da Europa, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, considerado o fundador da Geopolítica, escreveu que “a tarefa do Estado, no que concerne ao solo, permanece sempre a mesma em princípio: o Estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo” (RATZEL, 1898, p. 5). Mais de um século depois – e mesmo após os adventos da globalização da economia e da mundialização da cultura (ORTIZ, 1994) terem contribuído para a difusão do clichê pós-moderno do “mundo sem fronteiras” –, o geógrafo e diplomata francês Michel Foucher publicou que “a ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana” (FOUCHER, 2009, p. 22).

Seja do ponto de vista do limite e do controle ou da aproximação e da continuidade (WEBER, 2014), não seria sensato discordar de Foucher (2009, p. 27), para quem “o mundo, para ser habitável, precisa de fronteiras, esse terceiro elemento entre as culturas e a humanidade”. Parece haver pouca discordância entre os estudiosos do assunto quanto à complexidade das fronteiras. O fato de o Brasil ter acordado *grosso modo* os seus limites com os vizinhos da América do Sul ainda nas primeiras décadas do século XX não diminui, como salienta Soares (2011), a diversidade e a complexidade das relações entre as populações estabelecidas ao longo de seus 15.719 quilômetros de fronteiras terrestres.

De uma forma abrangente, o sentido de fronteira representa um quadro mais complexo onde, em um espaço demarcado, se misturam questões econômicas, sociais, políticas, históricas, ambientais, urbanísticas e também comunicacionais. Essa situação é particularmente rica no Brasil, país que possui um dos maiores ambientes fronteiriços do planeta. (SOARES, 2011, p. 27).

Quase sempre distantes dos centros de poder de seus países, as comunidades fronteiriças geralmente precisam propor e implementar seus próprios mecanismos para atender às demandas locais e resolver problemas sociais que consideram urgentes e que não podem esperar pela demorada atenção dos governos centrais. Assim, os exemplos dessa complexidade podem ser observados nas mais variadas áreas da vida política, social e cultural fronteiriça, por meio da atuação das instituições locais na medida que firmam parcerias e executam iniciativas e políticas públicas, nem sempre bem planejadas, visando responder às aspirações da população e à margem da diplomacia oficial (DIAS, 2010).

Ao explicitar a diferença conceitual entre o que representa o limite para o Estado na perspectiva jurídica e o que significa a fronteira para as pessoas que de fato a habitam, Machado

(2000) explica com primor o contexto no qual tais iniciativas podem evoluir ora para a cooperação, ora para o conflito entre as comunidades dos dois lados das fronteiras:

Se é certo que a determinação e defesa dos *limites* de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as *fronteiras* pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o *limite* jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a *fronteira* é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação *de facto*, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos. (MACHADO, 2000, p. 9-10).

Nesse cenário, partimos da premissa de que os meios de comunicação exercem um relevante papel ao proporcionar o ambiente no qual as fronteiras se manifestam e discutem publicamente os temas de interesse comum. Como aponta Soares (2011, p. 12), “a circulação de informações possibilita trocas sociais importantes e essenciais nas cidades localizadas em regiões de fronteira. É o caso, por exemplo, das televisões e dos telejornais existentes em cidades-gêmeas fronteiriças”. No mesmo sentido, conforme Ota (2015, p. 198), “o espírito de integração, próprio da comunidade fronteiriça e presente nas práticas sociais [...] é reproduzido também pela mídia radiofônica, demonstrando que os programas emitidos pelas rádios binacionais passam a compor a vida cotidiana das comunidades”.

A complexidade e multiplicidade das relações políticas e sociais estabelecidas pelas comunidades fronteiriças, as iniciativas institucionais que buscam suprir as demandas locais e o papel dos meios de comunicação nesse contexto compõem o pano de fundo deste trabalho. Oriunda de uma ambiciosa proposta que pretendia compreender a cooperação internacional local na mídia fronteiriça on-line¹ nas fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia, a pesquisa evoluiu para um recorte mais viável e realista, frente às primeiras observações: o espaço editorial dedicado pelos sites de notícias fronteiriços aos assuntos institucionais que envolvem a fronteira e abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito.

É importante destacar que refutamos qualquer conotação dualista ou maniqueísta para os conceitos de cooperação e conflito. Escolhemos esses termos não pela oposição que podem sugerir, mas pela correlação que ensejam, num ambiente de confluência de nacionalidades, de disputas identitárias e por bens materiais e simbólicos (NASCIMENTO, 2012). Preferimos concordar com Albuquerque (2010, p. 583), para quem “os conflitos geram formas de integração e explicitam tensões [...]. Por outro lado, a integração é um campo de forças, um movimento

¹ A forma preferencial de escrita da palavra é on-line, com hífen. A palavra online, sem hífen, embora seja frequentemente utilizada e se encontre dicionarizada nos dicionários de língua inglesa, não é reconhecida pelo Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

diferenciador de aproximação e distância entre os diversos agentes e instituições envolvidas nas relações [...] entre os dois países”.

Optamos ainda por cooperação e conflito por acreditarmos *a priori* que os meios de comunicação, no sentido amplo, e a atividade jornalística em particular, podem contribuir para a construção de pontes entre os povos dos dois lados, buscando responder se também se aplica às fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia a concepção de Zurita (2004, p. 77-78, tradução nossa)² de que

o jornalismo é um instrumento a serviço da integração entre as nações. Ele acrescenta entre os Estados esferas de diálogo e cooperação mútuos e incentiva a promoção da paz e da solidariedade, abordando problemas sociais, especialmente conflitos de fronteira e todos os tipos de antagonismos.

Este texto é, portanto, o resultado da articulação entre os pressupostos teóricos adotados, o levantamento de campo realizado nas localidades escolhidas e o recorte sistemático de conteúdo jornalístico publicado pelos sites de notícias selecionados. Teoricamente, adotamos a perspectiva na qual as fronteiras abordadas, guardadas suas diferenças e peculiaridades, podem ser analisadas como espaços de contradições, conflitos e ambivalências, com situações pontuais de cooperação política, econômica e cultural que resultam numa integração incompleta e controversa. Buscamos, assim, escapar da armadilha de interpretar a “fronteira híbrida” mencionada por Canclini (2008) como um ambiente marcado por práticas de irmandade e integração, o que, a nosso ver, só encontraria respaldo no senso comum.

Do ponto de vista da pesquisa de campo, buscamos conhecer o ambiente físico, social, político e institucional onde surgiram e atuam os sites de notícias fronteiriços, tal como sua estrutura de trabalho e funcional, seus métodos de cobertura jornalística e linhas editoriais. O levantamento foi realizado em dois momentos: setembro de 2016 na fronteira Brasil-Bolívia e dezembro do mesmo ano na fronteira Brasil-Paraguai. Constituiu-se das seguintes etapas: sondagem dos principais veículos existentes nas duas regiões; análise métrica da audiência de cada veículo e classificação; contatos, visitas aos locais de trabalho e entrevistas abertas em profundidade com os responsáveis editoriais.

Para não comprometer a análise, as entrevistas foram realizadas sem a explicitação aos entrevistados do exato objeto de investigação, ou seja, como as notícias sobre temas institucionais locais que envolvem a fronteira são pautadas e veiculadas pela imprensa on-line nessas localidades. De modo indireto, no entanto, buscamos identificar iniciativas recentes ou

² [...] el periodismo es un instrumento al servicio de la integración entre naciones. Acrecienta entre los Estados esferas de mutuo diálogo y cooperación, y estimula el fomento de la paz y la solidaridad, encarando a los problemas sociales, especialmente, a los conflictos limítrofes, y a toda clase de antagonismos. (ZURITA, 2004, p. 77-78).

em curso que ensejassem cooperação ou conflito entre as comunidades abordadas, assim como seu desdobramento nos próprios veículos. Também procuramos verificar a hipótese de que a imprensa fronteiriça on-line seria majoritariamente pautada pelas assessorias de imprensa das instituições locais quanto aos temas político-institucionais.

Com este levantamento inicial, buscamos definir e delimitar o corpus da pesquisa a ser realizada, cujo objetivo central seria a compreensão do espaço, do tratamento editorial e, portanto, da visibilidade dedicados pela imprensa fronteiriça on-line às notícias que, de alguma forma, abordam as relações institucionais locais com potencial para a cooperação ou o conflito entre as comunidades de fronteira. O objetivo inicial, portanto, foi comprovar ou descartar a hipótese de que a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre ações de cooperação internacional local contribui efetivamente para a integração das comunidades fronteiriças e, se este fosse o caso, entender como ocorre tal contribuição.

O conteúdo jornalístico que compõe o corpus deste estudo foi coletado de quatro sites de notícias sediados nas regiões fronteiriças abordadas (com exceção de um site sediado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia), no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2017. Os textos coletados limitaram-se a reportagens, notícias, notas e entrevistas que abordavam temas e fatos direta e exclusivamente relacionados às regiões em estudo, cuja origem (pauta e fontes) havia sido local ou regional – excluindo-se assim as reproduções da imprensa nacional dos países em questão. Como método da pesquisa, adotamos a Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2011, p. 48) como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Dividimos esta dissertação em quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que situam as fronteiras no tempo e no espaço e que nortearam a realização do estudo, referenciando as inferências sobre os resultados obtidos. Optamos por fazer uma abordagem histórica sobre o conceito de fronteira, iniciando na Grécia Antiga e chegando à pós-modernidade (LYOTARD, 1979), sem nenhuma pretensão de estabelecer padrões categóricos ou de comparação entre os diferentes momentos da história ocidental. Em seguida, apontamos algumas conceituações sobre as fronteiras a partir dos teóricos Friedrich Ratzel, Claude Raffestin, Michel Foucher, Néstor García Canclini e Alejandro Grimson.

Esses autores abordam intrincados componentes da temática fronteiriça, como Estado, território, soberania, cultura, identidade, migração, hibridação, entre outros. Alguns autores

discutem a fronteira como um ambiente de cooperação, como é o caso de Dias (2010), que conceitua como paradiplomacia a atuação dos agentes locais em conjunto para resolução de problemas comuns aos dois lados. Outros abordam a fronteira como espaço de conflito, como Martins (2014, p. 11), para quem a fronteira territorial é também “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem”.

No segundo capítulo, abordamos os aspectos históricos das fronteiras brasileiras, descrevendo brevemente a trajetória de negociações e acordos internacionais que resultaram na definição dos limites do território nacional, do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Petrópolis (1903). Analisada com mais cuidado, essa aparente trajetória de sucesso da diplomacia brasileira ao negociar de forma pacífica as fronteiras do país revela que, desde as bandeiras e monções dos séculos XVII e XVIII e a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) até a Revolução Acreana (1889-1903), muitos foram os conflitos armados e muito sangue foi derramado para que os 8,5 milhões de km² do território nacional finalmente fossem configurados.

A formação histórica das fronteiras no Mato Grosso do Sul e suas características geográficas também são tratadas no segundo capítulo. Autores como Fausto (1996) mostram que o atual território sul-mato-grossense foi alvo de um longo e profundo processo de expansão dos domínios portugueses sobre terras então espanholas, apontando o quão longe chegaram os exploradores luso-paulistas em busca de riquezas minerais e índios para a escravidão. Também apresentamos alguns aspectos históricos e geográficos das cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Ladário-Puerto Quijarro-Puerto Suarez, regiões economicamente mais importantes das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia, respectivamente.

No terceiro capítulo, abordamos e conceituamos elementos próprios da teoria e da técnica jornalísticas, tais como a classificação de textos conforme gêneros e formatos (MELO; ASSIS, 2016) e por editorias temáticas adotadas pelos veículos. Traçamos ainda um panorama do desenvolvimento do jornalismo na internet, suas fases e nomenclatura desde 1995 no Brasil. Um recorte importante a ressaltar neste capítulo é o que chamamos de notícias sobre a temática institucional nas fronteiras. Dentro da vasta quantidade de notícias publicadas pelos veículos, de todas as editorias disponíveis, nosso enfoque limitou-se àquelas que versavam exclusivamente sobre aspectos institucionais relacionados às fronteiras.

Em seguida, contextualizamos o jornalismo fronteiriço, a partir de autores que defendem que esses dois fenômenos se retroalimentam e mantêm o fluxo de informações essencial para a dinâmica da construção das fronteiras culturais. São casos como Raddatz (2015, p. 202), ao afirmar que “o jornal, a revista, o cinema, o rádio, a televisão e a internet ativam sentidos e

constroem concepções sobre a fronteira que vão influir de alguma maneira sobre a bagagem que já se carrega sobre ela”, e Müller et al. (2010, p. 117), para quem “a mídia interage com os processos sociais de demolição e reestruturação e [...] promove e absorve mudanças. Acompanha e participa do esvaziamento e da composição de novas formas de convivência, onde a lógica da negociação permeia a constituição das culturas”.

Finalizamos o capítulo com a exposição detalhada dos sites de notícias selecionados para o estudo, originários e com atuação nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, que compõem ambientes onde as marcas mais características da própria fronteira são expostas visceralmente. Marcas como a tensão, o conflito, a contradição, o imprevisto, o amorismo e o grotesco, mas também a cooperação, a mescla social e cultural, o intercâmbio informacional e profissional e, sobretudo, o esforço dos profissionais para informar a qualquer custo. Os aspectos históricos e editoriais foram apreendidos a partir de análise do conteúdo publicado pelos veículos e das entrevistas realizadas com seus responsáveis editoriais.

Finalmente no quarto capítulo detalhamos o método escolhido para o trabalho, a Análise de Conteúdo, e destrinchamos o corpus da pesquisa e os resultados obtidos, divididos em quantitativos (descrição e categorização) e qualitativos (significação das características). Segue-se a construção das inferências sobre os resultados, que Bardin (2011, p. 169) define como “a indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso, prever os efeitos a partir de fatores conhecidos, ainda não esteja ao alcance das nossas capacidades”. As inferências conduziram à interpretação do que se encontrava escondido sob os textos.

Nas considerações finais, buscamos confrontar a teoria consultada e o objeto analisado, discutindo o espaço das fronteiras nos sites de notícias fronteiriços e, sobretudo, argumentando se a veiculação de textos jornalísticos sobre situações de cooperação e conflitos institucionais locais contribui ou não para a integração das comunidades abordadas. Considerando as particularidades das localidades, buscamos responder se, como acredita Raddatz (2015, p. 212), o jornalismo integra os povos e atua como uma espécie de mediador entre as culturas fronteiriças, “porque tem facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres”.

CAPÍTULO I – AS FRONTEIRAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

1.1. Dos gregos à pós-modernidade

Desde que os primeiros *Homo sapiens* se espalharam por toda a África há pelo menos 300 mil anos³ e depois deixaram o continente em direção às demais regiões do planeta – o que se estima que tenha ocorrido há mais de 100 mil anos⁴ – a espécie humana tem vivido e se expandido em ininterruptos processos migratórios ao redor do globo terrestre. Partindo provavelmente do leste africano, onde atualmente situam-se Quênia, Etiópia e Somália, cruzando o mar vermelho em direção à Península Arábica, os ancestrais do homem moderno alcançaram todos os continentes e povoaram as regiões mais remotas da Terra (BELLWOOD, 2013), o que demonstra que o trânsito, a expansão, o fluxo e a mobilidade são práticas e comportamentos que compõem a gênese da espécie e que caracterizaram toda a pré-história⁵.

A história humana antiga confunde-se com a história da migração ao redor do planeta e as civilizações (vida nas cidades) mais sofisticadas surgiram justamente onde o trânsito de indivíduos era mais intenso. O antigo oriente médio, o subcontinente indiano, a China, as Américas e toda a Europa são regiões cuja história é marcada por constantes fluxos de migrantes que faziam circular novas ideias e mudanças (DOWTY, 1987). Fenômeno também peculiar a esse contexto é o advento das fronteiras, que começaram a surgir de forma difusa quando o homem alcançou um nível de organização política e social que lhe permitiu formar as primeiras civilizações, nações e impérios, o que lhe proporcionou condições de demarcar territórios.

Ao investigarmos o conceito e o sentido de fronteira desde os primórdios da história, observamos fortes diferenças entre as grandes civilizações da antiguidade. Na Grécia antiga, terra dos povos helenísticos e comumente considerada o berço da cultura ocidental, as fronteiras não eram uma obsessão e, portanto, não eram demarcadas com precisão, ficando muito mais condicionadas aos limites físicos, como rios, cordilheiras e outros marcos visíveis ou obstáculos naturais do que a qualquer delimitação artificial ou simbólica (POLLINI, 2008). No máximo,

³ Em 2017, uma equipe internacional de pesquisadores liderada por Jean-Jacques Hublin, do Instituto Max Planck de Antropologia Evolucionária (Leipzig, Alemanha) e Abdelouahed Ben-Ncer, do Instituto Nacional de Arqueologia e Patrimônio (INSAP, Rabat, Marrocos), descobriu ossos fósseis do *Homo sapiens* em Jebel Irhoud, Marrocos, com cerca de 300 mil anos. Disponível em: <<https://phys.org/news/2017-06-scientists-oldest-homo-sapiens-fossils.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

⁴ Dentes encontrados em 2015 por cientistas em uma caverna no sul da China mostram que o *Homo sapiens* chegou àquela região há cerca de 100 mil anos – período em que, até então, a maioria dos pesquisadores acreditava que a espécie humana ainda não havia percorrido distâncias muito além da África. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v526/n7575/full/nature15696.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

⁵ Período da história humana anterior à invenção da escrita e do uso dos metais, aproximadamente 3.500 anos a.C., também correspondente ao período anterior às primeiras civilizações (FAGAN; DURRANI, 2015).

eram acordadas grosseiramente com outros povos em tratados pós-guerras, como no episódio conhecido como A Paz de Cálias⁶.

Os sacerdotes do oráculo de Delfos, na região central da Grécia, por exemplo, consideravam o direito à livre movimentação uma das quatro condições que distinguiam a liberdade da escravidão (DOWTY, 1987). Como não se sentiam socialmente responsáveis por estrangeiros, os governantes frequentemente os consideravam um ativo e não um passivo econômico, que geravam riqueza nas regiões para onde migravam e, eventualmente, serviam nos exércitos locais. Essa concepção talvez explique por que a palavra fronteira não tenha um termo equivalente na antiga língua grega e o próprio conceito é difícil de ser localizado com precisão, como salienta Pollini (2008, p. 159):

O estudo da questão da fronteira de uma cidade grega inclui diversos aspectos e as inscrições constituem as principais fontes. Todavia, estas inscrições são relativamente escassas e não nos permitem conhecer a definição que os gregos antigos tinham dos limites do território de suas cidades. Por outro lado, as obras dos filósofos Platão e Aristóteles representam duas concepções do que seria uma cidade ideal.

Tal escassez pode ser explicada pelo fato de que, para os gregos antigos, a concepção de fronteira não estava fortemente relacionada à delimitação territorial e sim à diferenciação entre os indivíduos que se encontravam do lado de dentro e do lado de fora da pólis, ou seja, da cidadania, dos direitos de cidadão. Assim, na visão de Maltez (2008, on-line)⁷, ela assumia um contorno mais próximo da palavra meteco (em grego, Μέτοικος), que dizia respeito ao estrangeiro autorizado a residir na pólis, Atenas, “e que se distinguiu tanto do cidadão, ou *eupátrida*, como do escravo. Pagava uma taxa especial e era obrigado a cumprir serviço militar; mas, se tinha direito a proteção judicial, não podia ser proprietário fundiário”.

Com os romanos, o conceito de fronteira ganhou uma dimensão diferente e ampliada, definindo-se claramente por meio da palavra latina *limes*, que pode ser traduzida como *limites*, representando as fronteiras do Império Romano e que, em alguns casos, constituíram-se de muralhas físicas. Silva e Mendes (2006) explicam que o *limes* era um modelo de fronteira linear e militarizada que pode ser classificado basicamente em quatro padrões: o *limes* fechado da Britânia, a Muralha de Adriano (*Limes Britannicus*), e da Germânia, uma rota estratégica fortificada; o *limes* aberto e descontínuo da Síria (*Limes Arabicus*); o *limes* africano, uma zona de contato com os povos nômades, fortificada nas regiões subsaarianas para a proteção da antiga

⁶ A Paz de Cálias foi um tratado firmado em 449 a. C. entre a Liga de Delos (liderada por Atenas) e a Pérsia, que pôs fim às Guerras Greco-Persas. O acordo ganhou o nome do soldado, estadista e diplomata grego Callias II, responsável por concluir as negociações com Artaxerxes I, rei da Pérsia (RHODES, 2010).

⁷ Disponível em: <<http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Fronteira.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

região da Numídia (atuais Argélia e Tunísia) e do Egito; e a oeste, a intransponível fronteira física do Império, o Oceano Atlântico.

Figura 1 – Ruínas da Muralha de Adriano, o *Limes Britannicus*, no norte da Inglaterra



Fonte: <http://www.theweek.co.uk/>

Uma das mais antigas materializações de fronteira física da história do Ocidente, o *limes* demorou um longo período para ser consolidado devido à constante expansão do Império, como aponta Seabra (2012, p. 10):

A sua consolidação e posterior fortificação foi iniciada com o imperador Augusto [27 a.C. a 14 d.C.] e consolidada por Adriano [117 a 138 d.C.], que abandonou a política de conquistas e adotou outra, nitidamente defensiva, optando pela via diplomática para resolver as questões relativas ao relacionamento com os povos vizinhos.

Não apenas a noção de fronteira era central para os romanos, por meio do *limes*, como também as subdivisões internas do próprio Império. Kolb e Zingg (2016) argumentam que as regiões eram divididas em províncias com territórios auto administrados e áreas alfandegárias, com base em detalhadas pesquisas que levavam em conta não apenas aspectos geográficos, mas também traços culturais, étnicos e sociais. Conforme esses autores, as fronteiras provinciais eram desenhadas de forma pragmática para atender os objetivos de Roma, ora respeitando fronteiras tradicionais, ora destruindo velhas relações para evitar alianças contra o Império.

A definição de fronteiras baseava-se principalmente em escala local, sendo que as províncias consistiam de *civitates*, comunidades locais equivalentes a agrupamentos tribais ou nacionais existentes antes da anexação do seu território. A divisão de terras

no Império Romano começou com sua expansão no século IV a.C. e, a partir de então, quando novas colônias eram fundadas ou suas parcelas eram distribuídas a veteranos e colonizadores, as áreas eram divididas por centurição ou limitação. (KOLB; ZINGG, 2016, p. 11, tradução nossa)⁸.

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., ano que historicamente marca o fim da Idade Antiga, a porção ocidental do mundo adentrou ao que posteriormente se convencionou chamar de Idade Média⁹. Seria errôneo apontar, ao longo de um período que durou quase 1.000 anos, o predomínio de um único padrão conceitual e concreto de fronteira, mas *grosso modo* o Ocidente voltou a viver um contexto de fronteiras frouxas e difusas, em que o comércio, as religiões e as ideias se entrecruzavam (ABULAFIA; BEREND, 2002). Com o enfraquecimento dos impérios territoriais e a ausência do Estado-nação – conceito que surgiria somente no final do século XVIII –, a Europa viveu um longo período de instabilidade nas fronteiras, com zonas de encontros marcadas por confrontos potencialmente violentos, dada a primazia da religião (STANDEN, 2003).

Para Abulafia e Berend (2002), portanto, as fronteiras medievais expressavam não tanto o seu caráter geográfico, mas sim conjuntos de relacionamentos entre povos. Seja do ponto de vista geográfico, político, militar, intelectual ou artístico, elas parecem ter sido muito mais pontes e pontos de contato cultural e de linguagem do que obstáculos (MERISALO; PAHTA, 2006). Ao tratar do trânsito dos viajantes na era medieval, Verdon (2003) observa que a característica que mais claramente indicava a passagem de uma região para outra não eram elementos militares, mas os pedágios cobrados em estradas e pontes, além da diferença da língua, muitas vezes dramática, e da moeda de cada região.

Abordando especificamente o espaço medieval da Península Ibérica, Araújo (1998) ressalta, por outro lado, que a fluidez das fronteiras naquela região dependia majoritariamente de um delicado equilíbrio entre a vigência dos tratados e o movimento das armas. Segundo a autora, os relacionamentos entre as populações fronteiriças alternavam entre as invasões e a interdependência e nem eram sempre amistosos nem sempre hostis, porque

A agricultura e o pastoreio relacionavam o homem com o meio ambiente. O equilíbrio de proteção agrupava os campos de cultivo em torno das povoações, preferencialmente em zonas abundantes em água corrente com vias de comunicação

⁸ The definition of borders was primarily based on a local scale, as provinces consisted of *civitates*, local communities, often roughly equivalent to the national or tribal groupings existing before the annexation of their territory. Thus, the division of land in the Roman Empire begins with its expansion in the 4th century BC. When new colonies were founded or plots distributed to veterans and settlers, areas were divided by *centuriatio* or *limitatio*. (KOLB; ZINGG, 2016, p. 11).

⁹ Período da história da Europa que se inicia no século V, com o declínio do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., e se estende até a metade do século XV, com a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, hoje Istambul, na atual Turquia, quando tem início a transição para a Idade Moderna; também chamado de período medieval (FRANCO JÚNIOR, 2001).

e de passagem facilmente defensável. A pastorícia, pelo contrário, preferia áreas abertas, de boas ervagens, afastadas das zonas populacionais. Às zonas povoadas seguiam-se áreas de descontinuidade populacional. Mas era o peso demográfico, as povoações, as cidades mais ou menos fortificadas que sustentavam muitas vezes o equilíbrio fronteiriço e a precariedade dos espaços. (ARAÚJO, 1998, p. 229).

Já na modernidade, estudiosos buscaram indicar que, apesar da particularidade das situações, é possível identificar características compartilhadas, em maior ou menor grau, pelas sociedades fronteiriças na Europa medieval, como esclarece Janeczek (2011). Ele aponta, de um lado, aspectos como militarização, instabilidade, ameaça permanente, liberdades sujeitas a um maior grau de violência, um estado de conflito aberto entre culturas e identidades e a posição exaltada das aristocracias locais. De outro, mecanismos ativos de negociação e mediação, a vivacidade dos processos de intercâmbio cultural e a existência de formas culturais sincréticas, dinamismo social e condições para a mobilidade, além da criação do mito dos homens da fronteira e das fortificações. No entanto, o autor acrescenta que

Este conjunto de características não se aplica a todos os casos e nem está completo; uma investigação cuidadosa revelará, em cada caso, características diferentes que acompanham as que são típicas e comuns a todos. A impossibilidade de criar modelos esquemáticos para cobrir todos os casos e a dificuldade de teorização sobre eles, sua variedade e individualidade, são características típicas dos estudos sobre fronteiras e zonas fronteiriças medievais, que despertam dúvidas e objeções contínuas [...]. (JANECZEK, 2011, p. 13-14, tradução nossa)¹⁰.

Quando inúmeros eventos concomitantes – entre os quais a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, a chegada de Cristóvão Colombo às Américas em 1492 e a Reforma Protestante em 1517 – anunciaram o esgotamento da era medieval, o Ocidente adentrou à Idade Moderna¹¹. Nesse período, o mundo ocidental foi marcado principalmente pela transição do Feudalismo para o Capitalismo e viu surgirem as configurações iniciais dos processos de globalização por meio das práticas mercantilistas¹² (DE VRIES, 2010). Foi este também o período em que surgiu o Estado moderno, cujas principais características eram elementos comuns como a língua, as origens, tradições e costumes, território definido (fronteiras políticas) e soberania

¹⁰ This catalogue of characteristics is neither applicable to all cases, nor is it complete; careful investigation will reveal in each case different characteristics which accompany those which are common to all and typical. The impossibility of creating schematic models to cover all cases, their resistance to attempts to theorise about them, their variety and the individuality, these all have been and are typical characteristics of frontiers and borderlands and research done upon them. This continually arouses doubts and objections and justified concerns [...]. (JANECZEK, 2011, p. 13-14).

¹¹ Período da história do Ocidente geralmente compreendido entre 1453, com a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos, e 1789, quando a Queda da Bastilha em Paris provocou o início da Revolução Francesa. Também chamado de período moderno inicial ou história moderna (DE VRIES, 2010). Neste trabalho, adotamos o conceito de modernidade para expressar todo o período compreendido entre 1453 e o fim do século XX.

¹² Teoria econômica predominante na Europa entre os séculos XVI e XVIII segundo a qual a riqueza de uma nação depende da posse de metais preciosos e, portanto, o governo de uma nação deve maximizar o excedente do comércio exterior e promover os interesses comerciais nacionais, uma marinha mercante, o estabelecimento de colônias, etc. Disponível em: <<http://www.dictionary.com/browse/mercantilism>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

sobre ele, bem como a manutenção de um exército unificado e permanente para garantir as decisões do governo soberano (FLORENZANO, 2007).

Nesse novo contexto político e social, cada Estado passou a definir suas fronteiras políticas, estabelecendo os limites territoriais de cada governo nacional. Dessa forma, a questão da fronteira tornou-se um “aspecto fundamental do imaginário do Estado moderno”, ocupando inclusive o coração de suas funções centralizadoras e ordenadoras, bem como dos “espaços de dominação e conflito” (ALVAREZ; SALLA, 2013, p. 12). Baramova (2010, on-line)¹³ esclarece que, na Antiguidade e na Idade Média, as fronteiras eram entendidas, em geral, como divisões entre culturas, línguas e sistemas políticos e religiosos, não sendo concebidas como linhas retas demarcando territórios e domínios políticos. A partir da era moderna, no entanto, a concepção territorial de fronteira começou a tomar forma:

O conceito de fronteira parece ter ganhado importância com o surgimento do conceito de estados territoriais nos séculos XVI e XVII, quando os limites se tornaram muito mais visíveis e começaram a ser considerados e discutidos no contexto de vários aspectos da ideologia do Estado. Características topográficas (como rios e montanhas) e marcos artificiais (fortalezas, etc.) começaram a servir cada vez mais como limites. Ao longo do período medieval e início da Idade Moderna, fronteiras geográficas claras eram estabelecidas basicamente entre os domínios do Cristianismo e do Islamismo, bem como entre o Catolicismo e a Ortodoxia. (BARAMOVA, 2010, on-line, tradução nossa)¹⁴.

O renascimento da tradição jurídica romana no século XVI na Europa, ainda de acordo com essa autora (2010, p. 3), teria dado origem a uma nova discussão teórica sobre as fronteiras e o modo como eram definidas, tornando-as uma importante questão de governo e com relevante destaque na burocracia de Estado. Entre os séculos XVI e XVIII, a ideia de “fronteiras naturais” teria se enraizado nos discursos jurídicos, como reflexo do espaço dado ao assunto pelos textos jurídicos da época. Ela analisa que, no nascente campo do direito internacional, o termo *fine naturales* – associado a características naturais concretas como rios, cordilheiras, pântanos e desertos – passou a ser cada vez mais empregado para denotar um tipo particular de fronteiras políticas, em contraste com linhas de divisão mais artificiais (*termini, limes*).

Na opinião de Vlach (2008, on-line)¹⁵, os Tratados de Vestfália (1648)¹⁶ tornaram indissociáveis a ideia de território e a constituição do Estado-nação moderno no mundo

¹³ Disponível em: <<http://www.ieg-ego.eu/baramovam-2010-en>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

¹⁴ The border concept appears to have gained importance with the emergence of the concept of territorial states in the sixteenth and seventeenth centuries when borders became much more visible and began to be considered and discussed in the context of various aspects of state ideology. Topographical features (such as rivers and mountains) and manmade landmarks (fortresses, etc.) began to increasingly serve as borders. Over the medieval and early modern periods, clear geographical borders were established between the realms of Christianity and Islam, as well as between Catholicism and Orthodoxy. (BARAMOVA, 2010, on-line).

¹⁵ Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/95.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

¹⁶ A Paz de Vestfália (em alemão, *Westfälischer Friede*) foi uma série de tratados de paz assinados entre maio e outubro de 1648 nas cidades de Osnabrück e Münster, na atual Alemanha, efetivamente encerrando as guerras

ocidental. Assim, ao definir limites territoriais e a cidadania no interior das fronteiras de um território nacional, essa construção histórica teria estabelecido a soberania do Estado-nação e favorecido a consolidação de uma nova concepção do direito. Como acrescenta a autora (2008, on-line), “desde então, o direito praticamente se confunde com o respeito à soberania territorial de cada Estado. [...] Considerando que a constituição do Estado-nação moderno criou, como seu corolário, o chamado ‘concerto das nações’, pode-se aceitar a definição de Giddens”:

O Estado-nação, que existe em um complexo de outros Estados-nação, é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com limites demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência. (GIDDENS, 1981, p. 190, tradução nossa)¹⁷.

Para Soares (2011, p. 25), foi depois da Revolução Francesa (1789-1799) que as fronteiras ganharam importância “do ponto de vista da formação dos Estados-nações e da definição de territórios”, o que resultou em definições diversas para o conceito de fronteira, sendo os europeus os primeiros a elaborar teses sobre o tema. Um dos pioneiros e mais proeminentes estudiosos a formular tais teorias foi o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, considerado o fundador da Geografia Política e que, no final do século XIX, escrevera que um Estado é caracterizado pela combinação de três elementos: uma porção de terra onde uma população vive e reconhece uma soberania (RATZEL, 1898). Nesse sentido, observa Bellezza (2013, p. 3, tradução nossa)¹⁸ que,

Embasado na teoria da evolução de Darwin, ele [Ratzel] afirmou que cada Estado deve constantemente forçar para ampliar seu espaço vital, até o ponto em que a competição com os Estados contíguos torne-se inevitável (todos tendo a mesma necessidade). Sendo esta a situação, assim que o novo Estado nasce, ele é obrigado a lutar, porque a conquista de novos espaços é crucial para a sua sobrevivência. Caso contrário, ele poderá ser derrotado por outro Estado mais poderoso e sucumbir. [...] Exemplo disso foi o Egito, outrora o maior império do Mediterrâneo por milênios, mas então sob colonização do Reino Unido e anteriormente dominado por muçulmanos, gregos e romanos.

europeias da religião. Esses tratados encerraram a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) no Sacro Império Romano e a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) entre a Espanha e a República Holandesa, com a primeira reconhecendo formalmente a independência da segunda (CROXTON, 1999).

¹⁷ The nation-state, which exists in a complex of other nation-states, is a set of institutional forms of governance maintaining¹⁶ an administrative monopoly over a territory with demarcated boundaries, its rule being sanctioned by law and direct control of the means of internal and external violence. (GIDDENS, 1981, p. 190).

¹⁸ Interested in Darwin’s theory of evolution, he asserted that every State should constantly push to enlarge its vital space, to the point that the competition with conterminous States is obliged (all having the same need). This being the situation, as soon as a new State is born, it is obliged to struggle, because growing by conquering new space is crucial to survive; if not, a State will be beaten by a more powerful one, and die. [...] i.e. Egypt, at the moment nearly colonised by United Kingdom, and previously dominated by Muslims, Romans, Greeks, in ancient time had been the major Empire of the Mediterranean area, for thousands of years. (BELLEZZA, 2013, p. 3).

Portanto, Vlach (2008, on-line) argumenta que, no decorrer da modernidade e pelo menos até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a questão da soberania nacional foi elemento central da ação política do Estado-nação com seus vizinhos, bem como de seus desdobramentos geopolíticos na esfera global. Assim, a delimitação das fronteiras de cada Estado-nação estava no núcleo do processo de sua constituição e consolidação. Essa postura estendeu-se à prática colonial dos impérios, em alguns casos representando um espaço de criação e reelaboração das dinâmicas sociais e econômicas, como fora o caso dos Estados Unidos, em outros um ambiente de recriação e renovação do antigo, como o trabalho escravo, no caso do Brasil (ALVAREZ; SALLA, 2013).

Os interesses imperialistas da Europa na África e na Ásia teriam levado os dirigentes europeus a estender essa prática também para esses dois últimos continentes, sendo que, conforme relata Vlach (2008, on-line),

fica claro que território, identidade nacional, cidadania, fronteira, soberania são os conceitos e as práticas que a ação política dos Estados-nação modernos afirmou, ao longo desses mais de dois séculos de história da sociedade capitalista e moderna. O poder estatal, contudo, encontrou resistências diversas, e as enfrentou com maior ou menor êxito, na proporção da organização da sociedade civil de cada Estado-nação.

Por volta da década de 1980, começou a circular na filosofia e na sociologia ocidentais o conceito de pós-modernidade¹⁹, marcado por pontos de vista diversos que tinham em comum a crítica profunda aos grandes modelos teóricos universalistas e às longas e complexas narrativas sobre o homem e a sociedade (LYOTARD, 1979), bem como a consciência do fracasso das utopias prometidas pela modernidade (PONDÉ, 2011, informação verbal)²⁰. Referindo-se a essa nova condição social do homem como “modernidade líquida”, Bauman (2011, informação verbal)²¹ aponta que a revolução pós-moderna começou nos anos 1980, quando assuntos até então restritos à vida privada de pessoas comuns começaram a ser discutidos publicamente em programas de televisão e diante de milhões de pessoas.

Visões como a de Giddens (2002) exemplificam a inexistência de qualquer consenso sobre o ponto de transição da modernidade para a pós-modernidade. Ele recusa a ideia de que já tenhamos migrado do estágio de sociedade moderna para o de sociedade pós-moderna ou informacional, definindo o atual momento como “alta modernidade” ou “modernidade tardia”.

¹⁹ A pós-modernidade pode ser entendida como um fenômeno social, relacionado a um novo estágio na história do capitalismo, que teria dimensões socioeconômicas, políticas, históricas e estéticas, expressado pela crise das ideologias nas sociedades ocidentais no final do século XX, sobretudo após a queda do Muro de Berlim (1989) e o colapso da União Soviética (1991), com a dissolução da referência à razão como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo por meio de esquemas totalizantes (ANDERSON, 1998).

²⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=58MMs5j3TjA>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

²¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Uma das principais características desse cenário seria, para ele, o prolongamento das relações e sentimentos pessoais para o contexto social. Por outro lado, a posição de Ferry (2013) é a de que a pós-modernidade iniciou-se ainda no final do século XIX com a filosofia do martelo²² de Friedrich Nietzsche – com a qual atacou os preceitos da moral platônico-cristã-kantiana – e sua ácida crítica ao racionalismo e ao humanismo que caracterizaram a modernidade.

De todo modo, a modernidade parece mesmo ter a marca do racionalismo e da rigidez representada pelo Estado-nação e, como observa Nicolaci-da-Costa (2004, p. 83), é possível identificar algumas características atribuídas a ela pela maioria dos analistas pós-modernos, tais como: “Ordem, progresso, verdade, razão, objetividade, emancipação universal, sistemas únicos de leitura da realidade, grandes narrativas, teorias universalistas, fundamentos definitivos de explicação, fronteiras, barreiras, longo prazo, hierarquia, instituições sólidas, poder central”. Por outro lado, a mesma autora explica que a pós-modernidade representa *grosso modo* o seu oposto, embora nenhuma característica rígida possa ser a ela atribuída:

Algumas dessas feições são tão evidentes a ponto de não gerarem discordâncias, mesmo quando vistas a partir de diferentes convicções políticas ou abordagens teóricas, e é novamente o contraponto entre as duas realidades que torna essas feições tão evidentes e consensuais. Entre elas, destacam-se as seguintes: a globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o curto prazo, o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo. (NICOLACI-DA-COSTA, 2004, p. 83)

Shinn (2008, p. 52) enxerga na pós-modernidade um cenário marcado pela flexibilidade, fluidez e fragmentação, em que o individualismo extremado e as múltiplas identidades no interior de um mesmo domínio fazem a realidade pessoal fragmentar-se e dissolver-se, pois “a noção de grupo social e de coletivo desmorona; o que equivale à fluidez sem fronteiras. Finalmente, a unidade definida da universalidade dá lugar a uma multiplicidade desenfreada, onde, uma vez mais, os limites do múltiplo são intencionalmente confusos e móveis”. Assim, as fronteiras da modernidade (não apenas geográficas, mas econômicas, sociais e tecnológicas) não permanecem na pós-modernidade, apesar da manutenção das instituições, já que “os limites institucionais se apagam à medida que as ideias, os materiais e as pessoas passam de instituição a instituição. Essa ausência de fronteiras da segunda modernidade já conta como uma característica-chave da pós-modernidade” (SHINN, 2008, p. 59).

Por um lado, a modernidade era sólida e acidentada, deixando à mostra seus poderes centrais, hierarquias, regras, barreiras e fronteiras. Por outro, como descreve Nicolaci-da-Costa

²² NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com o martelo). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

(2004, p. 83), a pós-modernidade é fluida e lisa, caracterizada por sua descentralização, organização em redes, ausência de barreiras, e esses aspectos estendem-se à compreensão das fronteiras no mundo globalizado, “em contraste com a relativa impermeabilidade das membranas do período moderno”. Nesse sentido, a autora (2004, p. 84) acredita que a atual era global tem como uma das características centrais a “crescente permeabilidade da maior parte das fronteiras físicas, sociais, políticas, culturais e econômicas” tornando tão porosas as membranas naturais e artificiais “a ponto de desaparecerem funcionalmente”.

Aspectos atribuídos ao mundo pós-moderno, tais como a descentralidade e a fragmentação podem estar relacionados a movimentos de deslocamento das periferias para os centros de diversos aspectos sociais, culturais e artísticos. Esses movimentos, na opinião de Rodrigues e Cavalcanti (2010, p. 222), “deslocaram também as concepções acerca das fronteiras historicamente construídas e colocaram em cheque as teorias e conceitos produzidos nos centros hegemônicos, colocaram a teoria social de cabeça para baixo”. As mesmas autoras (2010, p. 220) entendem que a imprecisão de conceitos como fronteiras, limites ou culturas híbridas “revelam a extrema plasticidade e fluidez de alguns processos de interação que recortam a realidade”, expressando “a indeterminação, a ambiguidade e a permeabilidade dos sentidos produzidos em um campo de interações culturais fragmentadas”.

Paradoxalmente à noção de fluidez e afrouxamento das fronteiras territoriais, Foucher (2009) é enfático ao considerar falsa e perigosa a ideia de que, porque o mundo se tornou mais fluído e a economia globalizada, as fronteiras estariam prestes a desaparecer. Ele argumenta que, somente no intervalo entre 1991 e 2009, mais de 26 mil quilômetros de fronteiras políticas foram traçados apenas na Europa e na Ásia Central e praticamente o mesmo número foi objeto de acordos internacionais, e que

Nunca se negociou, delimitou, demarcou, caracterizou, equipou, vigiou e se patrulhou tanto. As fronteiras terrestres e marítimas tornaram-se, mesmo em tempos de paz, um próspero mercado para as empresas de segurança eletrônica e para os escritórios de advocacia especializados em arbitragem internacional (FOUCHER, 2009, p. 9).

Com o enfático asserto de que os conflitos mais duradouros e aparentemente insolúveis estão relacionados à delimitação de territórios – entre Israel e seus vizinhos; entre o Paquistão, a Índia e o Afeganistão, por exemplo – Foucher (2009) expõe o que parece ser um contrassenso, mas que possivelmente ilustra uma das facetas da própria pós-modernidade: a impossibilidade de enquadramento e modelização de sistemas únicos, de grandes narrativas ou de fundamentos definitivos de explicação (EAGLETON, 1996). Ou ainda, na interpretação de Lyotard (1979), a ilusão de que “a humanidade progrediu nos séculos recentes – de que há

hoje um estoque maior de liberdade do que no passado. O nazismo e o comunismo atestam esse fato” (SHINN, 2008, p. 51).

1.2. Múltiplos olhares sobre as fronteiras

Desde Platão e Aristóteles (POLLINI, 2008), inúmeros pensadores ao longo da história buscaram definir o conceito de fronteira (do latim, *frons*; em inglês, *border*; em francês, *frontière*). Amplamente reconhecido pelos teóricos contemporâneos como o precursor da Geografia Política ou Geopolítica, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o primeiro a sistematizar estudos sobre o assunto. Cunhou o termo Antropogeografia (em alemão, *Anthropogeographie*, título de sua principal obra, 1882-1891), com o qual concebeu o Estado como resultante do binário solo-homem, “o homem influenciando o Estado através de sua cultura e da atividade política, enquanto o Estado permanece ligado ao solo, como um organismo vivo e, por isso mesmo, sujeito a leis biológicas inevitáveis” (BONFIM, 2005, p. 17). A esse respeito, Ratzel (2011, p. 93) argumenta que,

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constitui-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo de uma teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pode ter existido senão de modo passageiro.

Baseado na concepção evolucionista da Geopolítica, a partir da qual um Estado deve crescer, expandir-se e estabelecer fronteiras que garantam seu espaço vital (em alemão, *Lebensraum*), Ratzel defende que “as fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento e participam de todas as transformações do organismo do Estado” (MORAES, A., 1990, p. 184). Como acentuam Cesar e Albuquerque (2012, p. 209-210), o teórico alemão atribuiu “elevada importância aos elementos culturais (simbólicos) e infraestruturais (redes de transporte) que caracterizam a fronteira pela dinâmica de suas zonas de interação ou contato”, embora a compreensão do sentido desses elementos só fosse possível, para ele, quando estes contribuíssem claramente para a coesão nacional.

Para Nascimento (2012, p. 22), a fronteira de Ratzel poderia ser definida como “uma linha geográfica que tinha por finalidade a cisão de territórios distintos, sujeitos a duas soberanias diferentes, considerando sua ação como natural e necessária; devendo ser protegida sem, contudo, fechar-se em si mesma”. Por outro lado, para Ferrari (2014, p. 13), o geógrafo alemão teria concebido a fronteira mais como uma zona em movimento do que como uma linha

estática, pois “a fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”. Dessa forma, a interrupção desse movimento só ocorreria caso este se deparasse com forças opostas, tais como obstáculos físicos ou movimentos no sentido contrário. Como o próprio Ratzel (2011, p. 96) defende,

A tarefa do Estado, no que concerne ao solo, permanece sempre a mesma em princípio: o estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo. No mais alto grau da evolução política, a defesa das fronteiras não é a única a servir nesse objetivo; o comércio, o desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo, numa palavra, tudo aquilo que pode aumentar o poder do Estado a isso concorre igualmente. A defesa do território é o fim último que se persegue por todos esses meios.

Do final do século XIX, saltamos para o final do século passado ao recorrermos a um teórico também fundamental para a compreensão do conceito de fronteira, o professor de Geografia Humana francês Claude Raffestin (*Université de Genève*, Suíça). Em sua principal obra, *Por uma Geografia do Poder* (1993; em francês, *Pour une géographie du pouvoir*, 1980), ele descreve a fronteira como uma categoria político-administrativa, “uma linha imaginária que tem por função separar dois países”, e que esta seria “alvo de manipulação por parte dos Estados-nações, que a transformaram em um símbolo que comunica uma ideologia, uma advertência” (NASCIMENTO, 2012, p. 19). Nesse sentido, o autor ressalta a importância dos Estados-nações para a configuração das fronteiras, que podem ser manipuladas

como um instrumento para comunicar uma ideologia. Sabe-se que o “príncipe” não se priva dela, ainda que nas sociedades evoluídas as manipulações se tornem mais difíceis. Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial “absoluto” e tornou unívoca a mensagem fronteira – limite sagrado. (RAFFESTIN, 1993, p. 166).

Raffestin é um dos pioneiros na abordagem do caráter político do território, bem como na compreensão do conceito de espaço geográfico, entendendo-o como substrato pré-existente ao território. Na concepção do autor francês (1993), o território é abordado a partir de um caráter político-administrativo, ou seja, “como o território nacional e espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras”, como apontam Bordo et al. (2004, p. 2). Dessa forma, o ator político territorializa o espaço na medida que dele se apropria concreta ou abstratamente, sendo o território

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O teórico francês é um crítico da obra de Ratzel, no entanto, ao divergir da concepção de poder centrada no Estado, contrapondo o vínculo estabelecido entre solo e Estado com a ideia de que a origem do Estado está nas comunidades que se fixaram no solo, explorando as potencialidades territoriais. Para ele, como aponta Vilas Boas (2015, p. 116), “não há política somente no Estado, pois o poder político existe em toda forma de organização. Ele critica a geopolítica, a qual, em seus dizeres, vê o poder territorial hierarquizado e centralizado no Estado, negando o poder do povo”.

Dessa forma, para Raffestin, “os atores territoriais estariam inseridos num quadro espaço-temporal ocupando uma posição absoluta e relativa no globo terrestre. Portanto, as quadrículas do poder são territoriais e temporais” (VILAS BOAS, 2015, p. 117). Para ele, a mudança na estrutura de poder implicaria em mudanças nos quadros territoriais, alterando a tessitura dos territórios, que estaria diretamente relacionada com o modo de produção. “Quando há modificações no poder, ocorre uma mudança de escala na estrutura territorial. A funcionalização e a disfuncionalização afetam o território e suas fronteiras. As tessituras permanecem, porém, são reorganizadas”, complementa Vilas Boas (2015, p. 117).

Na visão do autor francês (1993), é notória a evolução das noções de limites e fronteiras desde o surgimento do homem e, conseqüentemente, a diversidade de significados que esses conceitos ganharam ao longo da história, o que não significa que tenham desaparecido em nenhum momento. Limite e fronteira seriam, portanto, expressões de uma “interface biossocial” sujeita às modificações e transposições conforme o curso da historicidade. Não deve haver surpresa nessa constatação pois, para ele,

o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Com base em Raffestin (1993), Oliveira, T. (2005, p. 379) discute os comportamentos institucionais na fronteira e aponta que a própria faixa que separa as culturas “conspira contra a organização compacta e isofórmica de território”, tornando “a dimensão na vida da fronteira [...] bipolar e multifórmica” e fazendo com que o limite estabeleça a necessidade da sua transposição. Portanto, “se relações necessárias devem se instituir entre elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações, mas as estruturas de poder que garantem as malhas” (RAFFESTIN, 1993, p. 177).

Camargo (2015, p. 30) acrescenta que Raffestin defende que “a fronteira é um fato social e não apenas um fato geográfico e que, por isso, devem ser consideradas todas as relações

envolvidas entre as pessoas situadas na fronteira – principalmente a vida e o comportamento dos fronteiriços”. Como expõe o próprio Raffestin (2005, p. 10), “a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas”. Esse caráter “mágico” é evidenciado quando o autor compara a definição de fronteiras à operação realizada pelo padre na construção de um templo, separando o interior, domínio do sagrado, do exterior, terreno do profano.

Geógrafo, diplomata e ensaísta, o professor de Geopolítica francês Michel Foucher (*École Normale Supérieure*, Paris, França) concebe as fronteiras como “arcabouços estruturais e elementares dentro de um espaço delimitado”, com a função de incerteza e descontinuidade de cunho geopolítico, delimitando os registros socioespaciais, simbólicos e socioculturais das regiões (NASCIMENTO, 2012, p. 20). “As fronteiras são o tempo inscrito no espaço; elas permanecem testemunhas do passado ou de *fronts* vivos, segundo as conjecturas locais, mas sempre lugares de memória e, às vezes, de ressentimento” (FOUCHER, 2009, p. 27).

As fronteiras seriam, assim, “registros que se expressam nas frestas do real, no intrincado exercício do poder por parte do Estado, no constructo simbólico e imagético que identifica uma região da outra” (NASCIMENTO, 2012, p. 20). Como afirma o próprio autor (2009, p. 25), “a fronteira é, para o Estado, um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção. Nada de mais desastroso para uma autoridade soberana do que ser acusada de ter perdido o controle de sua fronteira”. Dessa forma, elas “se transformaram em ‘membranas assimétricas’, autorizando a saída, mas protegendo a entrada de indivíduos vindos do outro lado” (FOUCHER, 2009, p. 19).

De acordo com Rodrigues (2015, p. 146), na obra *Fronts et Frontières* (1991), Foucher analisa “os fenômenos fronteiriços contemporâneos e os velhos e novos significados de fronteira em cada continente”, com destaque para a diversidade geopolítica das fronteiras, resultante da diversidade temporal. Assim, ele examina as fronteiras em diversas escalas, tais como construções geopolíticas datadas, multiescalares e multifuncionais, limites políticos, fiscais, muitas vezes linguísticos e militares. “Elas serão abordadas também, distinguindo-se as questões externas – relações internacionais de proximidade entre estados, relações entre etnias... – ou geopolítica externa, e as questões internas – efeitos internos dos traçados, processos de construção nacional ou regional” (FOUCHER, 1991, p. 16).

Em sua principal obra, *Obsessão por Fronteiras* (2009; em francês, *L’Obsession des frontières*, 2007), Foucher explora as muitas conceituações do estabelecimento de fronteiras. Uma delas é a constatação de que, mais do que o limite entre duas soberanias, as fronteiras

atuam como um limite geográfico que determina que aqueles que nasceram no interior de um espaço geograficamente delimitado compartilham de um mesmo esquema interpretativo (CIANCALIO, 2011). Mesmo reconhecendo a impossibilidade de haver um único esquema interpretativo dentro desse espaço, ele avalia que é mais propício aos atores que lá nasceram manter um grau maior de interação do que aqueles que nasceram em espaços diferentes. Assim,

Ao delimitar um território, delimita-se também uma população. Quanto ao conceito de soberania, há que se considerar que envolve o reconhecimento mútuo entre os Estados de que são eles unidades dotadas de autonomia para agir internamente, e legitimidade enquanto Estado no plano externo. (CIANCALIO, 2011, p. 8).

Outro aspecto que recebe significativa atenção das análises de Foucher é a instabilidade das fronteiras do que já foi conceituado como Terceiro Mundo, buscando o entendimento das tensões geopolíticas especialmente na África e na Ásia. Para ele (1991), essas tensões são resultado, principalmente, das contradições na definição das fronteiras artificiais, impostas pelos regimes imperialistas, cujos limites geralmente não correspondem aos limites culturais, étnicos e religiosos. Assim, “formaram-se lugares com tempos sociais distintos e marcados pelas contradições, que geram conflitos internos e externos e dificultam o desenvolvimento econômico dos países, após os processos de independência” (RODRIGUES, 2015, p. 146).

Com isso, Foucher (2009, p. 11) questiona se o Estado, enquanto instituição, seria a instância adequada para garantir a unidade nacional nessas nações, já que “criar uma fronteira visa, sempre, solucionar um problema, incontestável ou não, segundo a prática antiga e bem britânica da partição, sem nunca saber o que acontecerá em seguida”. Por outro lado, mesmo reconhecendo que a criação de fronteiras serve a diferentes propósitos, da contenção de ameaças à segurança à diminuição de fluxos migratórios, ele (2009, p. 25) defende que “o mundo, para ser habitável, precisa de fronteiras, esse terceiro elemento entre as culturas e a humanidade, que nós gostaríamos que fosse invisível e que permanece, no entanto, necessário”.

Profundo estudioso da fronteira do México com os Estados Unidos, o antropólogo, escritor, crítico cultural e professor argentino Néstor García Canclini (*Universidad Autónoma Metropolitana de México*, Cidade do México) concebe o ambiente fronteiro como espaços de circulação de culturas híbridas, expressão que intitula sua principal obra (*Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*, 1990). Conforme o conceito de fronteira desenvolvido por ele, culturas híbridas não significam fusão de culturas ou ausência de contradições, mas a emergência de conflitos a partir do contato entre diferentes culturas. Dessa forma, ele entende hibridação como um conjunto de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX).

A fronteira entre Tijuana (México) e San Diego (Estados Unidos) é o cenário abordado por Canclini (1990) como ambiente próprio do cosmopolitismo e laboratório da pós-modernidade, por reunir “pessoas de várias nacionalidades falando muitas línguas, os indivíduos assumindo as mais distintas identidades situacionais, os simulacros das pirâmides do Sul do México sendo visitadas pelos norte-americanos”, de acordo com Albuquerque (2005, p. 58). Apesar disso e, por isso mesmo, Canclini enfatiza que as discussões identitárias e de defesa da soberania nacional permanecem, bem como “as desigualdades de apropriação de saber e poder dos dois lados do limite internacional, as discriminações na escola e no trabalho e os conflitos e agressões aos imigrantes recém-chegados” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 58).

Canclini (2003, p. 42) salienta que, num mercado mundial onde o dinheiro e a produção de bens e mensagens se desterritorializam, as fronteiras geográficas se tornam porosas e as alfândegas inoperantes, proporcionando “uma interação mais completa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo”. Contribui para tal porosidade, de acordo com o autor, a associação entre os grandes aglomerados financeiros e os fluxos informatizados de comunicação, que resultaram em processos globais que relativizam ou até mesmo suprimem barreiras nacionais às trocas internacionais. Essa combinação propicia espaços em que a circulação transfronteiriça de bens e tecnologias se mistura aos fluxos migratórios e turísticos e aos movimentos imaginários multiculturais.

Posicionando as relações entre cultura e identidade, lugar e território num contexto de constante circulação de migrantes entre seus lugares de origem e os grandes centros urbanos, Canclini (2008) entende não haver, para esses migrantes, uma clara separação entre os mundos rural e urbano, mas sim uma total articulação e interdependência entre eles. Conforme Rodrigues e Cavalcanti (2010, p. 230), o autor identifica que “a presença de migrantes na cidade é um fato dominante no mundo contemporâneo. A cidade representa o desejo, o destino, o devir dos migrantes rurais” que se instalam improvisadamente nos espaços vazios para comercializar de doces caseiros e ervas medicinais a eletrônicos contrabandeados.

Müller (2005) observa que, de acordo com a leitura de Canclini (1990) a respeito da fronteira entre México e Estados Unidos, o trânsito de um lado para outro e as trocas comerciais realizadas pelos habitantes daquela região não são impedidos nem por divisas físicas, como cercas de arame ou muros de concreto, nem por divisas culturais, como a língua – o espanhol, o inglês e outras línguas nativas da região. “Ali, configura-se um processo dinâmico de hibridização, influenciado, também, pelas ações de entrelaçamento que se fortalecem e se ampliam por todas as partes, divulgadas pelos meios de comunicação” (MÜLLER, 2005, p. 575). A autora pondera, no entanto, que

ao discutirmos questões que envolvem o processo de hibridização cultural, no continente latino-americano em especial, faz-se necessária a composição de um quadro mais complexo, envolvendo o processo de livre comércio e integração econômica e sociocultural, até mesmo porque podemos dizer, concordando com Canclini, que a América Latina é um “continente de intensas hibridizações, mas com baixa integração” (MÜLLER, 2005, p. 575).

Na visão de Raddatz (2009, p. 15), Canclini (1990) reconhece que as fronteiras que antes afastavam, embora não tenham desaparecido, agora estão sujeitas ao fenômeno concreto da transnacionalização, resultante da “globalização e desterritorialização que permitem ao cidadão um movimento mais amplo quanto aos aspectos da cultura e das relações econômicas na sociedade”. Essa transnacionalização das fronteiras revela, conforme ela, o paradoxo de um planeta globalizado que produz ao mesmo tempo igualdade de condições e desigualdades. Como completa Canclini (2003, p. 9), “as migrações, as fronteiras permeáveis e as viagens falam, em seus estranhamentos, daquilo que a globalização tem de fratura e segregação. Também por isso irrompem narrativas e metáforas nos relatos de migrantes e exilados”.

Mais do que as ‘relações harmônicas’ e a mescla identitária nas fronteiras do Cone Sul latino-americano, o antropólogo e professor argentino Alejandro Grimson (*Universidad Nacional de San Martín*, Buenos Aires, Argentina) concentra seus estudos nos conflitos da região, buscando desvendar as lógicas locais das disputas interfronteiriças. Em *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro* (2000), sua obra mais proeminente, ele define a fronteira como um “objeto/conceito e um conceito/metáfora” que transita entre elementos físicos e territoriais, culturais e simbólicos. Sua proposta implica em conhecer de dentro a dinâmica das fronteiras para compreender e mostrar não apenas a porosidade de seus cruzamentos, mas a sua historicidade, seus estigmas e disputas de poder, considerando que

A fronteira é um local de encontro de relatos geopolíticos e literários, historiográficos e antropológicos. [...] Na fronteira, há várias histórias mescladas. Uma diz respeito aos territórios estatais, espaços imaginados e desenhados como potencialmente bélicos; espaços de contato prévio da expansão e da soberania tanto como da cidadania, limites da repressão e dos direitos. (GRIMSON, 2003, p. 13, tradução nossa)²³.

Sem desprezar os limites nacionais, Grimson (2000) concebe a fronteira como um produto da atuação humana construído historicamente e, portanto, “algo em contínuo movimento de adequação, readequação e reconfiguração, onde as realidades são dinamicamente condicionadas e intrinsecamente associadas ao contexto histórico dos quais são tributárias” (NASCIMENTO, 2012, p. 23). Com um enfoque contemporâneo, ele analisa a correlação entre as negociações

²³ La frontera es un sitio de encuentro de relatos geopolíticos y literarios, historiográficos y antropológicos. [...] En la frontera hay varias historias entremezcladas. Una habla de los territorios estatales, espacios imaginados y diseñados como potencialmente bélicos; espacios de contacto liminar de la expansión de la soberanía tanto como de la ciudadanía, límites de la represión y de los derechos. (GRIMSON, 2003, p. 13).

identitárias, a construção de novos sentidos de nacionalidade e a definição de políticas a partir dos centros de poder, e como todos esses aspectos impactam a vida cotidiana e a experiência das populações fronteiriças. A partir de então, evidencia o papel dos grupos locais como agentes históricos na formação de identidades e territórios:

A polissemia da fronteira não se limita à duplicidade território/metáfora. Em termos territoriais, e limitando-nos à época dos Estados-nação, surge a imprescindível distinção entre limites entre estados e linha de expansão interna do Estado-nação. A distinção em inglês entre *frontier* e *border* faz alusão a essa dualidade: uma fronteira em expansão (com sua assimetria estrutural entre uma sociedade nacional e um Estado de um lado, e uma sociedade aborígine do outro, constituída muitas vezes como deserto) e uma fronteira política (com uma simetria mínima formal entre estados e populações). (GRIMSON, 2000, p. 9, tradução nossa)²⁴.

Para o antropólogo argentino (2000), o espaço é o produto de uma constante e ininterrupta construção social que parece adquirir uma perceptível clareza nas fronteiras, onde a sua própria existência faz sentido em termos de relações sociológicas entre espaços definidos também sociologicamente, especialmente os Estados nacionais. Além disso, ao tratar as fronteiras a partir da ótica da dualidade centro/periferia, o objetivo não é trazer as fronteiras para o centro ou levar o centro às fronteiras, para analisá-las a partir de um ideal de nação hegemonicamente construída, verificando o grau de discrepância ou adaptação a este ideal, mas posicioná-las como centro enquanto objeto de pesquisa, foco como análise e problema teórico.

E esse objeto de pesquisa é composto, como acrescenta Chiappini (2005, p. 454), pelos agentes fronteiriços do Cone Sul sul-americano – de jesuítas das reduções aos índios guaranis, de bandeirantes a fazendeiros rio-grandenses –, para abordar a problemática relação entre nação, estado e cultura e, sobretudo, entre a ação estatal e a dos atores sociais nas fronteiras. Para Grimson (2000), a incapacidade do Estado em controlar integralmente as estruturas políticas estabelecidas nas extremidades de seu território explica porque “as relações entre poder e identidade nas fronteiras, e entre as fronteiras e seus estados respectivos são problemáticas” e, dessa forma, “condensando espaços socioculturais, as fronteiras separam e unem material e simbolicamente” (CHIAPPINI, 2005, p. 455).

É devido a essas relações de poder que, na avaliação de Grimson (2000), a mesma política de integração regional que derruba certas barreiras fronteiriças também recria outras, muitas vezes evidenciadas nos próprios símbolos da união. Um exemplo disso seria a ponte entre as cidades de

²⁴ La polissemia de frontera no se limita a la duplicidad territorio/metáfora. En términos territoriales, y limitándonos a la época de los estados-nación, se plantea la imprescindible distinción entre límite entre estados y línea de expansión interna del Estado-nación. La distinción en inglés entre *frontier* y *border* alude a esa dualidad: una frontera en expansión (con su asimetría estructural entre una sociedad nacional y un Estado por un lado, y una sociedad aborígen del otro, constituída muchas veces como desierto) y frontera política (con una simetría mínima formal entre estados y poblaciones). (GRIMSON, 2000, p. 9).

Posadas, na Argentina, e Encarnación, no Paraguai, que, devido às políticas de endurecimento e reforço das fronteiras, pode resultar mais em separação do que em ligação. “O que para uns, especialmente para as autoridades nacionais, é símbolo de integração latino-americana, ou dissolução de fronteiras, para outros pode ser marco de separações e disputas, de controle e repressão”, explica Chiappini (2005, p. 455), destacando o impacto de iniciativas como esta na economia informal das populações das duas cidades.

Figura 2 – Ponte rodoviária que liga Posadas (Argentina) a Encarnación (Paraguai)



Fonte: <https://www.ip.gov.py/>

1.3. Território, identidade e fronteiras culturais

A partir dos pressupostos teóricos abordados, podemos assumir que as fronteiras são, por excelência, ambientes de complexidade, como aponta Silveira (2005, p. 17), para quem “o tema da fronteira, seja no âmbito cultural, geopolítico ou disciplinar, está sempre imerso numa problemática teórico-conceitual, envolta em certa nebulosa que nos impele a tatear o terreno instável do labirinto de reflexões que suscita”. Para ele (2005, p. 18), essa complexidade se materializa porque “as fronteiras sempre implicam um nível relacional, evidenciado pela interação de diferenças, sejam elas quais forem”. Da mesma forma, Raddatz (2015, p. 204-205) reforça que, além de uma nunca ser igual à outra, a “fronteira está em permanente construção”, alimentando-se de “si mesma e do conteúdo de quem a atravessa”.

Diante dessas complexas relações, marcadas por processos simultâneos de fluxo, trânsito e interdição, elementos como território e identidade ganham dimensões muito evidentes. Isso ocorre porque, ao delimitar um território, um Estado delimita também uma população e impõe a sua soberania, que envolve o reconhecimento dessa delimitação pelo outro Estado e pela outra população à frente (FOUCHER, 2009). Do mesmo modo, Haesbaert (2004) entende que o território é um dos muitos instrumentos utilizados no interior de uma nação com o intuito de promover padronizações e classificações na relação com outros territórios, tomando por iguais ou semelhantes aqueles que compartilham um mesmo espaço geopoliticamente definido.

Na concepção de Machado (1998, p. 42), não é possível dissociar território de limite, palavra de origem latina “criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial”. Assim, o território estaria associado a monopólios exclusivos de quem o delimita, tais como o uso da força física (militar), a legitimidade para forjar normas de trocas sociais (moeda, impostos, etc.) e formas de comunicação (língua nacional, sistema educativo, etc.). Ademais, Santos (2006) salienta que a construção do território é um processo econômico, político e cultural, resultado da ação de apropriação e produção de um dado espaço. Para este autor, portanto, longe de ser aleatório, o território é fruto de intencionalidades sociais, historicamente produzido e diariamente reproduzido a partir do trabalho e de outras atividades humanas, revelando as contradições e desigualdades sociais.

A questão da identidade é outro elemento de destaque no âmbito das fronteiras porque, de acordo com DaMatta (1984), mais do que um processo dinâmico e segmentado, a construção da identidade de um povo tende a ser ideológica e contraditória, pois envolve um amplo esforço de justificação, racionalização e legitimação de diferenças internas. Esta concepção ganha ainda mais sentido se considerarmos a perspectiva contrastiva de Barth (2000), que se refere a *nós* diante dos *outros*. Entendendo a identidade a partir do ordenamento das relações estabelecidas entre os distintos grupos sociais, ele afirma que uma cultura não pode elaborar isoladamente para si e por si só uma certa identidade. Costa, G. (2013, p. 146) acrescenta que, segundo essa lógica da contrastividade, o discurso hegemônico da identidade nacional é utilizado como mecanismo para criar a nação enquanto comunidade.

Certo de que as velhas identidades que estabilizaram o mundo social estão em declínio, Hall (2009, p. 108) defende que elas se configuram não como um núcleo estável e engessado no tempo, mas como um conceito estratégico e posicional e “cada vez mais fragmentadas e fraturadas, [...] multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”. Nesse sentido, o autor (2009, p. 112) salienta que identidades são “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para

nós”. Corroborando a concepção de Hall, também Bauman (2005) entende que a identidade é uma variável a ser construída, inventada momento a momento, e não uma constante sólida, edificada, pronta e acabada, que possa ser simplesmente descoberta.

Seguindo o mesmo raciocínio, Raddatz (2015) percebe que, no ambiente de fronteira, a identidade é um elemento híbrido mais associado ao sentimento de pertença a determinados ambientes culturais do que às relações de cidadania formal dos indivíduos fronteiriços. Assim, ela (2015, p. 205-206) defende que “tais relações nem sempre são advindas da ideia de território, mas decorrentes de fatores culturais, como os modos de viver, as oportunidades encontradas, a língua, as afinidades, os gostos e as possíveis sensibilidades que isso desperta em relação ao sentimento de cidadania”. A identidade, portanto, não estaria exclusivamente vinculada ao documento que comprova a origem dos indivíduos, mas à sua bagagem cultural, situando a questão das identidades fronteiriças no âmbito das fronteiras culturais, “na imbricação entre nós e os outros” (RADDATZ, 2015, p. 208).

Figura 3 – Fronteira aberta na divisa entre Pindoty Porã (Paraguai) e Sete Quedas (Brasil)



Fonte: <http://www.setequedas.ms.gov.br/>

Dessa forma, não se poderia falar de fronteira geopolítica sem considerar as fronteiras culturais, que, ainda de acordo com Raddatz (2015, p. 207), são a manifestação concreta da primeira, “com todas as ambiguidades oriundas de suas práticas no tempo e no espaço”. No mesmo sentido, Müller (2000, p. 8) observa que os espaços fronteiriços, ricos em elementos

produzidos a partir do contato constante entre sujeitos de diversas nacionalidades, manifestam peculiaridades e características únicas num mundo globalizado: “Constituem-se como um espaço regional, cuja cultura é forjada por elementos específicos, comuns a determinados grupos, estabelecendo assim a ‘diferença’, as peculiaridades locais, eliminando ou borrando os limites oficiais, geopolíticos”.

Ao contrário das definições estáticas da geografia, a perspectiva das fronteiras culturais considera o “movimento permanente que agita as linhas reputadas imóveis, sabendo que toda fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas” (LEENHARDT, 2002, p. 27). Quando Estados firmam acordos territoriais e definem limites, não o fazem sob um território virgem, mas levam em conta “práticas ancestrais já estabelecidas entre as populações que se tocam, constituíram-se *modus vivendi* que integram uma definição prática” da fronteira, afirma este autor (2002, p. 29). Ainda assim, os interesses dos Estados centralizados nem sempre coincidem com aqueles das comunidades, ou seja, com modos de vida e culturas construídas apesar dos recortes que os atravessam.

Concordando com Leenhardt, Pesavento (2002, p. 36) defende que a fronteira cultural deve ser pensada em sua dimensão de ambivalência e ambiguidade, porque “avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença”. Isso significa entender as fronteiras como marcos simbólicos, referências mentais que guiam a percepção da realidade ou ainda um sistema de representações coletivas que atribui significado ao real, fazendo delas fronteiras culturais, “que induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio”, aspectos que as tornam híbridas e mestiças, segundo Pesavento (2002, p. 36):

Fronteiras culturais remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, ao *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias. Basicamente, a fronteira cultural aponta para a forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento.

Ainda dentro da percepção de que as regiões fronteiriças são ambientes que aglutinam uma imensa diversidade de aspectos físicos e políticos e valores morais, simbólicos, religiosos e culturais, alguns autores refutam com veemência as concepções romantizadas que associam a “fronteira a populações unidas fraternalmente, ainda que separadas por uma linha divisória que lhes é exteriormente imposta” (NASCIMENTO, 2012, p. 19). É o caso de Martins (2014, p. 11), para quem, longe de se reduzirem aos fatores físicos e geopolíticos, esses ambientes representam a “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*”.

Ao apontar que “as fronteiras políticas têm variados sentidos construídos pelas populações locais que vivenciam a experiência das travessias e dos controles estatais”, Albuquerque (2009, p. 157) acredita que estas primeiras acabam por construir outras fronteiras sociais “através do comércio fronteiriço, das redes de amizades, familiares, de namoros e casamentos que atravessam os limites políticos”. Em constante movimento de redefinição e negociação, essas fronteiras constituem um dinâmico espaço de tensão e contradição entre quem as cruza e quem as reforça, como explica Albuquerque (2005, p. 52):

As fronteiras nacionais são fenômenos bem mais complexos, não se resumem a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando. [...] Não existe a fronteira em abstrato, o que existem são situações sociais e singulares de fronteiras. Alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiriços e outros são específicos de uma dada configuração social.

Para Costa, G. (2013, p. 141), as fronteiras são o ambiente do “contato com o ‘outro’, com o estrangeiro fronteiriço que se forja e reafirma a construção do sentimento de pertencer à nação, por parte dos moradores da fronteira, diferentemente de outras áreas centrais do Estado”. Dialogando com Grimson (2003), ele aponta que a distinção de nacionalidade é uma poderosa ferramenta com a qual os habitantes da fronteira edificam a noção de lugar. Nesse sentido, o discurso nacionalista difundido pelo Estado-nação e adotado por alguns setores sociais teria como interesse a manutenção de um capital simbólico e econômico por meio da hierarquização de grupos sociais, enquanto o Estado atua com sua estrutura de poder para colonizar “seu próprio território (fetichizado em seus mapas) e sua população” (COSTA, G., 2013, p. 142).

Apesar da lógica de soberania dos Estados-nações, Costa, G. enfatiza que as populações fronteiriças também representam desafios a essa soberania e ao exercício do poder estatal. Para o autor (2013, p. 143), ao ignorar os limites impostos pelos Estados, essas populações criam o ambiente propício para “negociações materiais, identitárias e trocas culturais e matrimoniais, que adicionam matizes de cores a uma visão construída no senso comum em tons de branco e preto, dividindo a fronteira em ‘nós’ e ‘eles’”. Ele entende, portanto, que, embora a imposição hegemônica da ideologia do Estado seja marcante, persistem as brechas que são preenchidas pela vida social, escapando da manifestação dessa soberania.

1.4. As fronteiras como ambiente de cooperação e conflito

Ao longo da história do pensamento e das ciências sociais, um expressivo número de filósofos e cientistas defenderam que é o conflito, e não a estabilidade ou a evolução, que move

as relações humanas e os processos sociais. DeFleur e Ball-Rokeach (1993) apontam que o conceito do conflito social foi adotado, por exemplo, por Thomas Hobbes em sua análise das origens do poder soberano no *Leviatã* (1651), tornando-se a tese central das teorias do contrato social. Seguiram-se Georg Hegel, Karl Marx e Friedrich Engels, em cujas obras as ideias de conflito social e do processo dialético ganharam centralidade na análise da transformação social. Afirmam eles (1993, p. 51): “Marx é geralmente encarado por cientistas sociais contemporâneos como o pai do modelo de conflito da sociedade e da mudança social”, sugerindo que “novas formas societárias por hipótese surgem de lutas entre ‘os que têm’ e ‘os que não têm’”.

Com a compreensão de que as fronteiras são marcadas pela complexidade e ambivalência dos cruzamentos, entrelaçamentos e choques de culturas e identidades, é razoável entender que elas são, portanto, ambientes férteis para o conflito social de toda espécie. Na opinião de Costa, G. (2013, p. 144), os conflitos que emergem nessas regiões, muitas vezes, revelam processos de exclusão e de construção de “estigmas sociais, que são reforçados pela imagem negativa do senso comum, referida à fronteira como área de tráfico de drogas e de armas, de contrabando e falsificação de produtos”. Martins (2014, p. 133), também vê as fronteiras brasileiras, em particular, como locais de conflitos sociais, ao afirmar que

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o local da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres do outro.

Se as fronteiras devem ser entendidas no contexto de intensos conflitos, onde “identidades nacionais são erguidas e reforçadas por meio de diferentes formas de autoclassificação e de classificação dos outros” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 55), também são uma “periferia de tensão cultural, quase sempre criadora e não necessariamente bélica e agressiva”, como salientam Ferraro Júnior e Buitoni (2011, p. 3). Mais do que isso, as fronteiras se configuram como espaço onde a todo momento ocorrem processos de integração comercial e econômica, mas sobretudo cultural e simbólica, a partir intrincados movimentos de cooperação política e social. No caso específico da fronteira do Brasil com o Paraguai, “os limites políticos são suplantados pelos limites culturais e, dessa forma, ela se projeta como um espaço de trocas e integração social, uma zona de contato” (SOUZA; OLIVEIRA, 2014, p. 76).

No mesmo sentido, Bento (2013, p. 15) lembra que, nas cidades conurbadas de fronteira, como é o caso de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), “a linha-limite é

atravessada cotidianamente pelos cidadãos dos dois Estados que ali vivem, sendo de fato cidades-laboratório de integração por esses deslocamentos binacionais recíprocos, diários, de ida e volta”. Tal ponto de vista reforça a hipótese de que, em tais regiões, a integração entre comunidades ocorre nas relações práticas e cotidianas, à margem dos circuitos oficiais e institucionais e, principalmente, dos centros de poder dos países. É o que argumentam Souza e Oliveira (2014, p. 76) ao descrever a fronteira Brasil-Paraguai como

um espaço também de ambiguidade por existirem conflitos gerados pelas diferenças culturais, mas também por possuírem uma conexão cultural, como por exemplo, o espaço “brasiguai”. Brasileiros e descendentes que vivem nos departamentos [...] como os de Amambay e Canindeyú, continuam se comunicando em português em seu próprio ambiente e seus filhos são matriculados nas escolas locais, o que torna obrigatório aprender o espanhol e, em convívio com os paraguaios, familiarizam-se com algumas palavras em Guaraní.

A busca por iniciativas potencialmente integradoras, eventualmente observada no cotidiano das regiões de fronteira, também tem se constituído como projeto dos Estados envolvidos e como objeto de estudos, debates e ações institucionais, particularmente na América do Sul. Para Bento (2013, p. 9), a integração regional sul-americana já é um fato concreto protagonizado tanto por civis quanto por militares, podendo ser classificada como integração de vértice (governos) e integração de base (comunidades): “A integração precisa ser qualificada e ampliada, é projeto, mas já é, também, realidade, sobretudo, entre os povos fronteiriços que vivem cotidianamente a integração de fato nas cidades-gêmeas e conurbadas das fronteiras sul-americanas”.

Esse complexo cenário fronteiriço, marcado por ensaios de integração tanto de vértice quanto de base, pode assumir contornos paradoxalmente conflituosos, estando um elemento intrinsecamente vinculado ao outro, como aponta Machado (2002, p. 8): “No sentido mais geral, a noção de fronteira internacional como *lugar* de integração, de comunicação, de encontro, de conflito, advém do *a priori*, de que estamos na presença de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas”. Ao tratar da interseção dos termos conflito e integração, Albuquerque (2010, p. 583) salienta que não se deve buscar a contraposição dos discursos e práticas, mas sim perceber suas relações intrínsecas, “sem cair na dicotomia valorativa entre a negatividade do conflito e a positividade da integração”. Para este autor (2010, p. 583), portanto,

Os conflitos geram formas de integração [...] e explicitam tensões contemporâneas e passadas nas relações entre brasileiros e paraguaios. Por outro lado, a integração é um campo de forças, um movimento diferenciador de aproximação e distância entre os diversos agentes e instituições envolvidas nas relações diplomáticas, militares, econômicas, políticas, sociais e culturais entre os dois países.

Este mesmo autor (2010, p. 589) acredita que esses elementos promovem, ao mesmo tempo, uma “disputa e uma confluência de nacionalidades”, configurando “novas frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração”. Percepção semelhante é demonstrada por Souza e Oliveira (2014, p. 86) quando afirmam que as zonas fronteiriças sul-americanas estão atualmente em “intenso processo de aproximação, em que, evidentemente, afloram muitos conflitos, revelando as modificações advindas de um novo comportamento de uma sociedade, cada vez mais, informatizada e globalizada”.

Figura 4 – Fronteira Brasil-Bolívia fechada em manifestação de caminhoneiros bolivianos



Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/>

Se as fronteiras são espaços físicos e sociais tão peculiares, pela confluência dos mais variados elementos políticos e culturais – o que cria ambientes propícios à efervescência dos conflitos –, e se os conflitos geram integração, como pontua Albuquerque (2010), é lógico considerar que elas favorecem a manifestação de ações de cooperação. Embora essas ações se desenvolvam no âmbito local, geralmente restritas às comunidades que as empreendem, são também internacionais, pois envolvem os habitantes de pelo menos dois países. Tais iniciativas compõem um quadro de cooperação descentralizada, termo que descreve as “ações bilaterais ou multilaterais envolvendo atores subnacionais (municípios, províncias, estados ou departamentos) de dois ou mais Estados nacionais distintos” (BANZATTO; PRADO, 2014, p. 19).

Importante ferramenta para promover o desenvolvimento de comunidades locais por meio de conexões internacionais, a cooperação descentralizada tem como principal característica “a descentralização de ações, reunindo diversos agentes, numa rede de gestão mais democrática, criativa, flexível e mais próxima dos problemas cotidianos das populações excluídas, sobretudo, dos países pobres”, como apontam Oliveira e Luvizotto (2011, p. 18). No âmbito das relações internacionais travadas entre os países, esta cooperação descentralizada pode ser abordada a partir do conceito de paradiplomacia, proposto por Panayotis Soldatos (1990) para designar as atividades de atores subnacionais nas relações internacionais (PRADO, 2009). Prieto (2004, p. 251) define esta prática como

o envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc) com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.

Dias (2010, on-line)²⁵ acrescenta ainda que a paradiplomacia pode ser analisada como o lastro da cooperação para resolução de problemas comuns aos dois lados das fronteiras, ou seja, como o processo de “internacionalização dos governos locais que pode se constituir numa importante ferramenta para que atinjam seus próprios objetivos de desenvolvimento”. Trata-se, portanto, de uma nova roupagem para o próprio conceito de diplomacia que, neste caso, é caracterizada por uma dimensão subnacional relativa ao cotidiano das relações estabelecidas no campo internacional por governos estaduais e municipais. As iniciativas paradiplomáticas são constituídas, elaboradas e operacionalizadas a partir dos interesses de diferentes grupos, considerando variáveis como a produção econômica, cultural e social, de acordo com as ações institucionais pré-estabelecidas (BONETI, 2006).

²⁵ Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156>. Acesso em: 9 dez. 2015.

CAPÍTULO II – AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

2.1. Da linha de Tordesilhas às zonas de povoamento

O Brasil é um país cujas fronteiras terrestres foram inicialmente traçadas antes mesmo de sua existência política e territorial. A porção sul do continente que seria chamado de América a partir do século XVI ainda não havia sido oficialmente descoberta pelos europeus quando, em junho de 1494, foi firmado o Tratado de Tordesilhas²⁶ entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela (Espanha). Embora impreciso, devido à falta de conhecimento dos europeus sobre os aspectos físicos do continente, o acordo dividiu o território do futuro país em duas partes – a leste do Meridiano de Tordesilhas para Portugal e a oeste para a Espanha –, como recurso diplomático para evitar conflitos entre as duas então maiores potências militares, econômicas e marítimas do Ocidente (CAMPOS, 2012).

No final do século XV e início do século XVI – período em que a Europa vivia a transição da era medieval para a era moderna – o capitalismo, em sua forma mercantilista, desenvolvia-se e começava a expandir-se globalmente, com destaque especial para o comércio de especiarias com a China e a Índia. Além das duas potências ibéricas, outras grandes forças navais como Holanda, Inglaterra e França disputavam os melhores e mais eficientes meios de expansão de suas atividades comerciais (OLIVEIRA, S., 2015). Foi no contexto das grandes navegações europeias²⁷, portanto, também conhecido como a Era dos Descobrimentos, que começaram a se desenhar as primeiras configurações das fronteiras brasileiras.

Quando a frota comandada pelo navegador português Pedro Álvares Cabral aportou no litoral sul do atual estado da Bahia em 22 de abril de 1500, concretizando o fato histórico que ficou conhecido como o Descobrimento do Brasil, iniciou-se uma nova ordem de ocupação, utilização e colonização do território brasileiro – embora este já fosse habitado por inúmeras tribos de nativos. Começou então o período colonial do Brasil, ou Brasil Colônia, que se estendeu até 1822, no qual ocorreu de forma mais acentuada a expansão das fronteiras

²⁶ Assinado na cidade espanhola homônima, o Tratado de Tordesilhas tinha como objetivo resolver os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV. Conforme o acordo, uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde serviria de referência para a divisão das terras entre Portugal e Espanha. As terras a oeste desta linha ficariam para a Espanha, enquanto as terras a leste seriam de Portugal. Disponível em: <http://www.historiadorbrasil.net/resumos/tratado_tordesilhas.htm>. Acesso em: 11 jul. 2017.

²⁷ Portugal é reconhecido como pioneiro nas grandes navegações dos séculos XV e XVI devido a uma série de condições, tais como: grande experiência em navegações, principalmente devido à pesca de bacalhau; a produção de caravelas, principal meio de transporte marítimo e comercial do período, com qualidade superior à de outras nações; uma quantidade significativa de investimentos de capital vindos da burguesia e da nobreza, interessadas nos lucros que esse negócio poderia gerar; e a preocupação com os estudos náuticos, representada principalmente pela criação da Escola de Sagres (ARNOLD, 2013).

brasileiras, diferentemente dos Estados Unidos, país cuja expansão ocorreu principalmente após a independência (OLIVEIRA, S., 2015). Sobre o contexto colonial brasileiro, Moraes, A. (2000, p. 91) explica que

A produção de um território colonial implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica europeia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos hábitos preexistentes. A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção do espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções dessas relações), redefinindo ou atribuindo-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares.

O processo colonial brasileiro foi organizado como uma empresa comercial resultante da aliança entre a burguesia mercantil e a nobreza (ANDRADE, 2000). Baseada na política rural de Portugal, a legislação relativa à propriedade da terra no início da colonização a concebia como parte do patrimônio pessoal do rei e domínio da Coroa e, portanto, sua doação levava em conta os méritos dos pretendentes e seus serviços dedicados ao monarca. Seguindo essa lógica, entre 1534 e 1536, a costa brasileira foi dividida geometricamente em 14 capitanias hereditárias e 15 lotes, o que propiciou a colonização simultânea em vários pontos do território, estendendo-se do atual estado do Maranhão ao atual estado de Santa Catarina²⁸.

O sistema de capitanias não se mostrou eficaz para a administração do território e a Coroa portuguesa optou, então, pelo controle estatal. Em 1549, o rei Dom João III instalou o Governo Geral na cidade de Salvador, na Capitania da Bahia, nomeando Tomé de Souza como Governador Geral do Brasil. Assim, as capitanias foram gradativamente substituídas pelo sistema de sesmarias²⁹. O primeiro evento que permitiu a expansão do território português na América do Sul foi a União Ibérica, que colocou as possessões lusas e hispânicas sob controle de um mesmo governo entre 1580 e 1640. Nesse período, a necessidade de respeitar fronteiras foi praticamente descartada e, aproveitando a união dos dois impérios, os colonos portugueses ultrapassaram o limite do Tratado de Tordesilhas de norte a sul (FAUSTO, 1996).

Desde 1494, portanto, a demarcação do território brasileiro foi objeto de diversos tratados e acordos internacionais. No entanto, como observa Goes Filho (2013), o acordo assinado em

²⁸ A doação de uma capitania era feita por meio de dois documentos: a Carta de Doação, pela qual o beneficiário recebia a posse da terra, podendo transmiti-la aos filhos, mas não vendê-la; e a Carta Foral, que tratava dos tributos pagos pelos colonos. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html>. Acesso em: 12 jul. 2017.

²⁹ Sesmaria era uma concessão condicional de terras realizada em nome do rei, que garantia ao beneficiário o domínio útil da terra, condicionado ao fundamento do cultivo que, se não ocorresse, acarretaria a anulação da doação. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Tordesilhas deixou de ser cumprido tão logo os interesses expansionistas dos portugueses voltaram-se para as terras do interior do Brasil, com o desbravamento de muitas novas áreas para muito além da linha imaginária de Tordesilhas. “A trajetória histórica das fronteiras brasileiras se moldou no rastro dos desbravadores, das expedições bandeirantes e monçoneiras, nas ocupações de áreas, guerras, conquistas de terras, acordos diplomáticos e demarcações de inúmeros territórios”, ressalta Soares (2011, p. 27), comparando esse processo à montagem de um grande quebra-cabeça.

Ainda no século XVI, iniciou-se o cultivo da cana-de-açúcar e, com isso, começaram a surgir várias cidades na região nordestina. Como a zona litorânea estava ocupada por esta cultura, a pecuária desenvolveu-se no interior nordestino, sendo a primeira atividade a impulsionar a ida dos colonizadores para o interior do território. “A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência à ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. [...] A pecuária foi responsável pelo desbravamento do ‘grande sertão’”, relata Fausto (1996, p. 51). Também foi a criação de gado que favoreceu a incorporação de grande parte do sul do Brasil ao território colonial, pois essa atividade provia carne e couro à mão de obra das capitânias (OLIVEIRA, S., 2015, p. 91).

Foram as Bandeiras – como ficaram conhecidas as expedições aos sertões do Brasil, entre 1580 e 1730, em busca de riquezas minerais e de indígenas para escravizar –, no entanto, as principais responsáveis pelo início do processo de colonização nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste (FAUSTO, 1996). Embora em permanente conflito com a atuação religiosa dos padres jesuítas, que também buscavam os índios para convertê-los à fé cristã, a ação dos bandeirantes contribuiu fortemente para a invasão do território então pertencente à Espanha, aumentando em muito o território brasileiro e tornando o Tratado de Tordesilhas praticamente uma mera formalidade. Nesse contexto, como descreve Oliveira, S. (2015, p. 20),

as vias fluviais foram essenciais para a penetração no continente pelos colonizadores, os quais utilizavam os cursos de diversos rios, como o Rio Amazonas, Tietê, São Francisco para conseguir adentrar cada vez mais no sertão. Dessa maneira eles foram ocupando o interior do continente e começando a delinear as fronteiras do país, as quais não correspondiam mais as estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas.

A mineração foi outra atividade econômica que ofereceu significativa contribuição à expansão e consolidação das fronteiras brasileiras para além da linha de Tordesilhas. Ao final do século XVII e no decorrer dos séculos XVIII e XIX, a descoberta de minas de ouro pelos portugueses em diversas regiões do continente sul-americano motivou uma rápida ocupação do interior do país (SIMONSEN, 2005). Esse fato provocou profundas transformações na estrutura econômica e social da colônia, enfraquecendo o ciclo do açúcar e oferecendo novas rotas para

a exploração e incorporação de regiões até então desconhecidas (BUENO, 2010), tornando-se um dos fatores propulsores da ampliação do território brasileiro e da expansão das fronteiras.

Para Del Priore e Venancio (2010, p. 90), portanto, a expansão das fronteiras brasileiras deve “muito mais à coragem e ao sofrimento de desbravadores do que a decisões de gabinete”. Conforme esses autores, a corrida pelo ouro e a busca de mão-de-obra escrava impulsionaram o surgimento de vilas e cidades brasileiras no interior da América do Sul e o estabelecimento dos primeiros acordos de limites com a América Espanhola, pois a realidade da ocupação do interior do continente em nada correspondia ao tratado de 1494 havia muito tempo. Durante grande parte do século XVII, o Sul foi palco das maiores instabilidades e foco importante das atenções do governo português no Brasil, por ser uma rota comercial estratégica de saída para o mar.

Em busca de reconhecimento desses fenômenos espontâneos, autoridades portuguesas e espanholas precisaram discutir e chegar a novos acordos fronteiriços. Assinado em maio de 1681 com decisivo apoio da Inglaterra, o Tratado de Lisboa devolveu a Portugal a Colônia do Sacramento – fundada em 1680, no território do atual Uruguai, e ocupada pelos espanhóis no mesmo ano (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010). A saída das forças espanholas só se consumou em 1683, mas os colonos espanhóis não aceitaram o resultado do tratado e, como consequência da Guerra da Sucessão espanhola (1701-1713), a cidade foi atacada e ocupada por forças espanholas em 1704. Apesar de conflitos como esse, Soares (2011, p. 27) defende que

A formação territorial do Brasil foi sendo estabelecida em diferentes épocas e regiões. Os conflitos por áreas fronteiriças, que ocorreram principalmente nos séculos XVIII e XIX, foram resolvidos, em sua maioria, pela influência da diplomacia. A assinatura de tratados de acordos e limites delimitou áreas comuns entre povos e estabeleceu um extenso espaço fronteiriço.

Assim, no século XVIII, Portugal e Espanha voltaram a firmar acordos sobre os limites de suas colônias americanas. Entre 1713 e 1715, na cidade de Utrecht, nos Países Baixos (Holanda), foram assinados os Tratados de Utrecht, acordos também chamados de A Paz de Utrecht e que colocaram fim à Guerra da Sucessão espanhola, envolvendo os interesses de várias potências europeias. Um dos acordos foi firmado entre Portugal e França (abril de 1713), estabelecendo as fronteiras portuguesas do norte do Brasil: o rio Oiapoque foi reconhecido como limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte (IBGE, 2017). Com isso, sob forte pressão da Inglaterra, aliada de Portugal, a França reconheceu o direito deste último à bacia do Amazonas (GOES FILHO, 2013).

Outro acordo no contexto de Utrecht (1715) procurava resolver as divergências entre portugueses e espanhóis quanto aos limites de seus domínios no sul do Brasil. Conforme o documento, os espanhóis reconheciam o domínio português na Colônia do Sacramento.

Insatisfeitos com o resultado, os colonos espanhóis de Buenos Aires protestaram contra a devolução da localidade a Portugal e fundaram Montevideu em 1723, provocando novos choques na região. Como resposta à fundação da atual capital do Uruguai, Portugal fundou a Colônia de Rio Grande de São Pedro em 1737 e, como relata Furquim Junior (2007, p. 114),

Isso possibilitou o povoamento de Viamão, no qual o Porto dos Casais deu origem à atual cidade de Porto Alegre. Em 1776, portanto sob controle da coroa espanhola, o Uruguai passou a integrar o Vice-Reinado do Prata. Desse vice-reinado também fazia parte a Argentina, cuja sede se localizava em Buenos Aires.

Em janeiro de 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que legalizava a ocupação de praticamente dois terços do atual território brasileiro, formalizando a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, povoados fundados por padres jesuítas espanhóis no oeste do território do atual Rio Grande do Sul. “Pela primeira vez desenhava-se no papel a forma compacta, quase triangular, do mapa do Brasil que hoje nos é familiar: 4.336 km de leste a oeste, 4.307 km de norte a sul”, afirma Goes Filho (2013, p. 15). Considerado um marco decisivo nas discussões diplomáticas sobre os limites brasileiros (POMBO, 2013), o tratado representou a definitiva superação das tradicionais linhas fixadas em Tordesilhas e,

Ao lado do Tratado de Madri, o único da história que dividiu um continente, todos os demais acordos de limite são de pouca importância territorial. Concebido principalmente pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época secretário do rei D. João V, estruturou-se em torno de dois princípios: o das “fronteiras naturais”, como são os cursos dos rios e as cumeadas das montanhas, e o do “*uti possidetis*”, que determina que cada parte conserve o que ocupa no terreno. (GOES FILHO, 2013, p. 15).

Firmado sob o reconhecimento de que as duas coroas ibéricas haviam violado acordos territoriais interiores tanto na América quanto na Ásia, o tratado previa uma mudança de paradigma importante sobre a noção de soberania territorial, sendo a primeira vez que a Coroa portuguesa buscou vincular os conceitos de limite e de fronteira (OLIVEIRA, S., 2015, p. 67). Embora ainda não resolvesse as questões das fronteiras do Sul, devido aos intermináveis conflitos em torno da Colônia do Sacramento e do território dos Sete Povos das Missões, o documento representava um expressivo avanço porque, ao invés de linhas convencionais, apoiava-se no direito de posse a partir do efetivo povoamento e exploração da terra (*uti possidetis*)³⁰ e nos acidentes geográficos como limites naturais (FURQUIM JUNIOR, 2007).

O Tratado de Madri marcou profundamente a história do Brasil porque, salvo pequenas modificações no Norte e no Sul, definiu a sua atual configuração geográfica. O acordo garantiu

³⁰ Termo de origem latina utilizado no Direito romano, segundo o qual um território e outros bens permanecem nas mãos do Estado beligerante realmente na posse destes no final de uma guerra, salvo disposição em contrário estabelecida por meio de tratado. Disponível em: <<http://www.dicionary.com/browse/uti-possidetis?s=t>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

a Portugal o controle das regiões da Amazônia e do Mato Grosso (desde os atuais estados de Roraima, Pará e Amazonas até o Alto-Paraguai, fronteira do Brasil com o sudeste da Bolívia, onde hoje situa-se o Mato Grosso do Sul. Contudo, os lusitanos desistiram da Colônia do Sacramento em favor da região dos Sete Povos das Missões. A medida incomodou padres jesuítas e índios que habitavam a região e, entre 1753 e 1756, estes se voltaram contra a dominação portuguesa numa série de conflitos chamados de “guerras guaraníticas”. Com isso, o Tratado de Madri foi anulado já em 1761 pelo Tratado de El Pardo (GOES FILHO, 2013).

Figura 5 – Estuário do rio da Prata, que separa Uruguai (esquerda) e Argentina (direita)



Fonte: <http://www.esacademic.com/>

Como a disputa por Colônia do Sacramento arrastava-se insolúvel praticamente desde a sua fundação em 1680, Portugal e Espanha finalmente assinaram um novo acordo em outubro de 1777 na cidade espanhola de San Ildefonso. O Tratado de Santo Ildefonso estabelecia que a Espanha ficaria com as colônias do Sacramento e dos Sete Povos, enquanto Portugal conquistaria a ilha de Santa Catarina e uma parte do Rio Grande do Sul. Intermediado pela Inglaterra e pela França, politicamente interessadas na pacificação das relações entre Portugal e Espanha, desta vez o tratado foi desvantajoso para os portugueses, pois estes perdiam a Colônia do Sacramento e a Espanha estendia definitivamente sua autoridade sobre a bacia do Prata.

Mas foi somente em junho de 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz, também conhecido como Paz de Badajoz, que se pôs fim a três séculos de conflitos e disputas entre as

duas nações ibéricas pelo território sul-americano (GARCIA, E., 2005). Naquele ano, Portugal e Espanha estavam em guerra (Guerra das Laranjas) e, com a derrota lusitana, os espanhóis ocuparam territórios portugueses na Europa, como a cidade de Olivença, e na América, onde Colônia do Sacramento foi reconquistada pelos espanhóis. Por outro lado, as tropas gaúchas conquistaram em definitivo para Portugal a região dos Sete Povos e, como o tratado de paz não previu a devolução de territórios ocupados, este significou para o Brasil a anulação do Tratado de Santo Ildefonso, como esclarece Goes Filho (2013, p. 34):

O final do século XVIII foi um período conturbado nas relações entre Portugal e Espanha: disputas, lutas armadas e invasões ocorreram não só na Europa, mas também na América e o Tratado de Badajoz, de 1801, que restabeleceu a paz entre os reinos peninsulares, nada proveu sobre as fronteiras sul-americanas. Ao ficarem independentes, o Brasil e as então chamadas Repúblicas do Pacífico (Peru, Colômbia e Equador), o que havia entre as duas partes era, pois, uma enorme zona florestal, quase despovoada e de limites incertos.

Sob condições ditadas por Napoleão Bonaparte, então cônsul da França, o Tratado de Badajoz também estabelecia que Portugal cederia àquele país metade do território do Amapá, aceitando o rio Arawani (Araguari) como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Por outro lado, como a Espanha abriria mão do controle sobre os Sete Povos das Missões e a Colônia do Sacramento seria definitivamente desocupada pelos portugueses, o projeto inicial proposto pelo Tratado de Madri foi retomado. No entanto, conforme lembra Oliveira, S. (2015, p. 78), “logo depois, diversas nações sul-americanas declararam a independência e, em sua maioria, não possuíam seus limites perfeitamente conhecidos ou respeitados. Assim, seguiu-se a etapa da firmação das fronteiras brasileiras: os tratados sobre os limites do Império brasileiro”.

Em 1825, já no contexto do Brasil independente, um novo conflito emergiu na região sul: a Guerra da Cisplatina, ou Campanha da Cisplatina, que em língua espanhola é chamada *Guerra del Brasil*. Sob influência da Inglaterra (PEREIRA, 2007), o confronto entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina), entre 1825 e 1828, resultou na perda pelo Brasil da Província Cisplatina, que se tornou a atual República Oriental do Uruguai. De acordo com Pereira (2007, p. 9-10), “o Prata precisa ser compreendido como um espaço de conflito de interesses político-econômicos acentuados principalmente nos Oitocentos, quando os projetos de Estado e a formação da Nação eram ainda embrionários para o Brasil, a Argentina e o Uruguai”.

Goes Filho (2013) lembra que a situação política sempre fora tensa na chamada “banda oriental”, fortemente disputada pelas potências ibéricas desde a descoberta do rio da Prata, mas principalmente a partir da fundação da Colônia do Sacramento em 1680. O embate tomou forma quando Buenos Aires não aceitou a incorporação da região ao território brasileiro em 1821,

exigindo do Brasil a sua devolução em 1825, que se recusou a fazê-lo. “O conflito cessou somente quando a Grã-Bretanha interferiu no processo, ao propor uma Convenção de Paz, em 1828. Com o fim dos embates, a então Província Cisplatina tornou-se o Estado do Uruguai, do qual Fructuoso Rivera tornar-se-ia o primeiro presidente”, completa Pereira (2007, p. 10).

Tempos depois, outros dois tratados novamente definiram os limites da região sul: o primeiro foi o Tratado da Tríplice Aliança³¹, em 1865, quando Brasil, Argentina e Uruguai se uniram para guerrear contra o Paraguai. De acordo com Jardim (2011, p. 9), embora se considere como início do conflito o apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda com o governador do Mato Grosso, em Assunção, “a guerra do Paraguai, de fato, inicia com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança formada por Argentina, Brasil e Uruguai para combater as iniciativas de Solano Lopes”. Em seu artigo 16, o tratado estabelecia: “Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limite, fica estabelecido que os aliados exigirão do governo do Paraguai que celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites”³².

O segundo foi o Tratado de Paz e de Amizade Perpétua e de Limites, assinado em 1872, que definiu as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai após a guerra. Gomes (2009, p. 22) lembra que “o tratado de aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai de 1865 versava sobre a necessidade de ser celebrado acordo de paz e limites conjunto entre esses três países e o Paraguai”. No entanto, Brasil e Argentina não se entenderam ao fim da guerra, pois o governo brasileiro acreditava que o Paraguai corria risco de dissolução caso Buenos Aires obtivesse todos os territórios que pleiteava, acarretando sérios problemas geopolíticos (GOMES, 2009). Diante do impasse, o Império brasileiro optou por firmar paz em separado com o Paraguai e, em janeiro de 1872, ambos assinaram o tratado, que estabelecia:

Art. 2º - Os limites do Imperio do Brasil com a Republica do Paraguay serão ajustados e definidos em tratado especial, o qual constituirá acto distincto do presente, mas será assignado simultaneamente com este, e terá a mesma força e valor que se delle fizesse parte³³.

Se o acordo assinado com o Paraguai em 1872 foi o último tratado de fronteiras negociado durante o Império, no início do século XX ocorreu o último grande conflito por demarcação de terras da história do país. O episódio conhecido como a compra do estado do

³¹ A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança ocorreu em meio à Guerra do Paraguai, num momento em que Brasil, Argentina e Uruguai já haviam se unido para combater o inimigo em comum. No entanto, estes mesmos países apresentavam antecedentes num quadro de divergências, devido aos inúmeros conflitos e, sobretudo, pela dominação brasileira sobre o Uruguai e a disputa com os argentinos pela hegemonia na América do Sul (JARDIM, 2011, p. 1).

³² Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/tratado-da-triplice-alianca>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

³³ Decreto nº 4.910, de 27 de março de 1872. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4910-27-marco-1872-550977-publicacaooriginal-67046-pe.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Acre, território até então pertencente à Bolívia, encerrou uma longa negociação, iniciada no século anterior (PITALUGA, 2015). Decorrente da disputa pelos seringais da região do rio Acre, o conflito levou brasileiros e bolivianos à luta armada, sendo que estes últimos contavam com o apoio dos Estados Unidos. O acirramento da guerrilha armada levou os dois países à negociação, que foi consolidada por meio do Tratado de Petrópolis, assinado em novembro de 1903, sob a condução do Barão do Rio Branco por parte do Brasil.

O acordo fazia com que a Bolívia renunciasse às terras do atual estado do Acre, recebendo em troca uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas e a construção de uma ferrovia no trecho encachoeirado do Rio Madeira, em território brasileiro. Nessas condições, a Bolívia teria acesso ao Oceano Atlântico, viabilizando o transporte de suas mercadorias e o escoamento de sua produção. Como aponta Magnoli (2005), o processo de anexação do Acre ao Brasil pode ser dividido em duas fases: a militar, conhecida como Revolução Acreana (1889-1903), e a diplomática (1903-1909), caracterizada pelos tratados assinados entre o Brasil e a Bolívia (1903) e o Peru (1909), sendo que esta última fase

representa a efetiva anexação do Acre ao Brasil com a assinatura do Tratado de Petrópolis firmado em 17 de novembro de 1903 e a assinatura do Tratado Brasil-Peru que ocorre em setembro de 1909, já no governo do Presidente Nilo Peçanha (1909-1910) quando o Brasil convence o Peru a se contentar com 40 mil km² das terras do Juruá acreano. O Acre não faz parte da fronteira com a Colômbia, mas esse limite foi assinado em 1907 no Tratado de Bogotá. (BRANDÃO, [2013], on-line)³⁴.

De maneira pacífica, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos sul-americanos foram definitivamente acordadas no decorrer das primeiras décadas do século XX (GARCIA, E., 2005): Guiana Francesa (Tratado de Utrecht de 1713, com interpretação final dada pelo Laudo Arbitral de 1900); Suriname (Tratado de 1906); Uruguai (Tratados de 1851 e 1909); Peru (Tratados de 1851 e 1909); Guiana (Tratado de 1926); Paraguai (Tratado de 1872 e Tratado Complementar de 1927); Argentina (Tratado de 1898, baseado no Laudo Arbitral de 1895, modificado pelos Artigos Declaratórios de 1910 e complementado pela Convenção de 1927); Colômbia (Tratados de 1907 e 1928); Venezuela (Tratado de 1859 e Protocolo de 1928); e Bolívia (Tratados de 1867, 1903 e 1928 e Notas Reversais de Roboré de 1958)³⁵.

A evolução e as definições territoriais brasileiras podem ser entendidas em quatro fases históricas e superpostas (MATTOS, 1990): expansão, no período colonial, que deslocou a linha definida em Tordesilhas para o norte, o sul e o oeste; regularização ou legalização, ao longo do período monárquico; demarcação, durante a República, por meio das Comissões de Limites; e

³⁴ Disponível em: <<http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/>>. Acesso em: 12 jul. 2017

³⁵ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/fronteiras-do-brasil>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

vivificação ou povoamento. Assim, para Magnoli (2005, p. 15), é falsa a crença de que as fronteiras do Brasil foram majoritariamente delimitadas na época colonial, pois, “do total de 15,7 mil quilômetros de seção terrestre de fronteiras brasileiras, apenas 17% têm origem colonial. O império foi responsável por pouco mais da metade da extensão total. A ‘era de Rio Branco’ no início do período republicano, delimitou 32% das fronteiras terrestres”.

Figura 6 – Mapa dos tratados que estabeleceram as fronteiras do Brasil entre 1494 e 1801



2.2. As fronteiras brasileiras para a Geografia

A primeira estimativa oficial da extensão superficial do território brasileiro foi realizada em 1889, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁶, cujo resultado foi o total de 8.337.218 quilômetros quadrados (km²), com base em medições e cálculos efetuados sobre as folhas básicas da Carta do Império do Brasil, publicada em 1883. Após inúmeras revisões e aprimoramentos nos métodos de medição e cálculo ao longo do século XX e aproveitando as edições sucessivas das folhas da Carta ao Milionésimo, as áreas do Brasil, dos estados e dos municípios passaram a ser revisadas em base decenal. Nessa sequência, o valor divulgado já na década de 1980 foi de 8.511.965 km².

³⁶ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/historico.shtm>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Na década seguinte, ainda conforme o IBGE, o território brasileiro chegou aos 8.547.403,5 km² (incluindo as ilhas oceânicas), a maior extensão já divulgada pelo órgão. Em 1997 iniciou-se o processo de digitalização das medições, com a utilização de novos equipamentos e programas computacionais. Essa mudança influenciou os resultados, gerando novos valores para as áreas dos municípios a partir de 1999 e culminando com o recálculo de áreas por ocasião do Censo 2000, que apontou 8.514.215,3 km². Para o resultado da Área Territorial do Brasil em 2016, o órgão divulgou o total de 8.515.759,090 km²³⁷.

Ocupando quase a metade da área territorial da América do Sul (17.850.568 km²), localizado na porção centro-oriental do continente e banhado a leste pelo Oceano Atlântico, o Brasil possui 23.086 quilômetros de fronteiras, sendo 7.367 quilômetros marítimos e 15.719 quilômetros terrestres (SCHNEEBERGER; FARAGO, 2003). A fronteira marítima estende-se da foz do rio Oiapoque, ao norte, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa, até o arroio Chuí, ao sul, no limite do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Com exceção do Chile e do Equador, todos os outros nove países sul-americanos fazem fronteira com o Brasil, além do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, pertencente à França, principal território europeu na América do Sul.

A Bolívia é o país com o qual o Brasil tem a maior extensão de fronteira, totalizando 3.126 km, distribuídos entre Acre (618 km), Rondônia (1.342 km), Mato Grosso (780 km) e Mato Grosso do Sul (386 km), e o Suriname é o menor: 593 km. Os mais de 15 mil km das fronteiras terrestres brasileiras são assim definidos: 50% por rios, 25% por serras, 5% por lagos e 20% por linhas geodésicas³⁸. Para tratar dos assuntos relativos aos limites internacionais, o Ministério das Relações Exteriores conta com a Divisão de Fronteiras (DF), que coordena as atividades de duas comissões técnicas: a Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), sediada em Belém-PA, encarregada das fronteiras do Brasil com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa; e a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), com sede no Rio de Janeiro-RJ, encarregada das fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Uma das consequências diretas da vasta extensão territorial do Brasil é o distanciamento entre seus pontos extremos de localização. No sentido norte-sul, o país possui uma distância de 4.394 km entre o monte Caburaí – no extremo norte de Roraima e fronteira

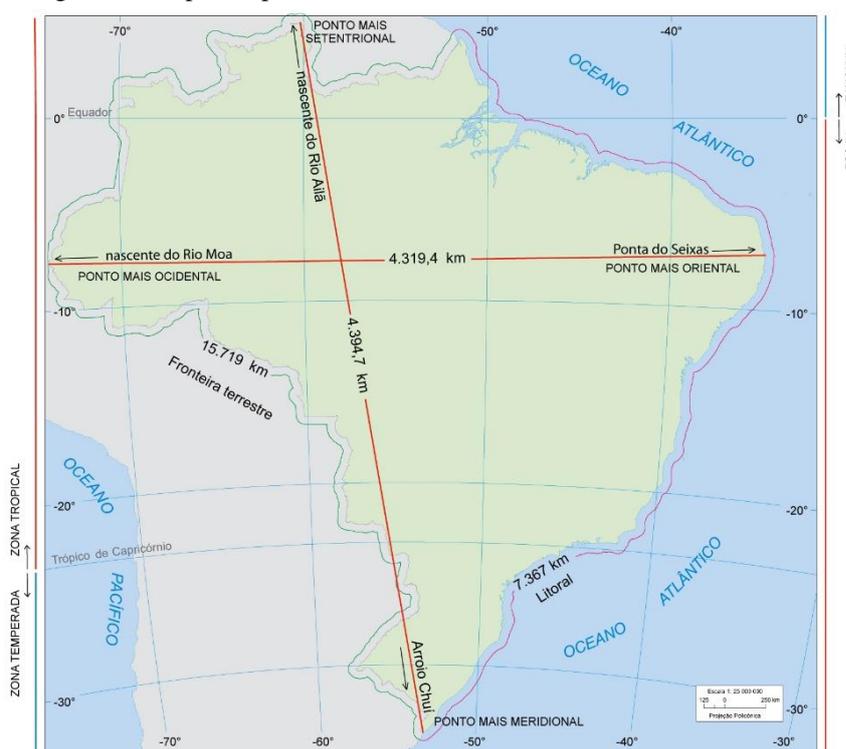
³⁷ Publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 124 de 30/06/2017, conforme Resolução nº 02, de 29 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: 18 jul. 2017.

³⁸ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/fronteiras-do-brasil>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

com a Guiana – e o arroio Chuí – no extremo sul do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai. Já no sentido leste-oeste, a distância é de 4.319 km, entre a nascente do rio Moa, na Serra Contamana, no extremo oeste do Acre, à Ponta do Seixas, no extremo leste da Paraíba (PENA, 2017, on-line)³⁹.

Do ponto de vista institucional, a fronteira no Brasil é abordada a partir do conceito de Faixa de Fronteira, área territorial resultante de um “processo histórico que teve como base a preocupação do Estado com a garantia da soberania territorial desde os tempos da Colônia” (CDIF, 2017, on-line)⁴⁰. Existente desde o Segundo Império, o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira foi regulamentado pela Lei nº 6.634/1979 e pelo Decreto nº 85.064/1980. Ratificada pelo art. 20 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017), essa legislação estabelece que a Faixa de Fronteira é de 150 quilômetros de largura para o interior do país, ao longo de todos os 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, área considerada fundamental para a defesa do território nacional (BRASIL, 2009, p. 18).

Figura 7 – Mapa dos pontos extremos e fronteiras brasileiras de norte a sul



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/>

De acordo com Furquim Junior (2007, p. 125), a noção de Faixa de Fronteira estabelecida no Brasil trouxe uma nova concepção de fronteira ao considerar a “necessidade do

³⁹ Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

⁴⁰ Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

estabelecimento de políticas territoriais voltadas a uma espécie de faixa de amortecimento aos movimentos fronteiriços, dado o imenso grau de interação e trocas existentes em diversas cidades da fronteira”. O fato de o país ter uma base jurídico-territorial de nível municipal faz com que muitos municípios sejam considerados constituintes dessa faixa, mesmo não se situando na linha de fronteira. Isso ocorre sempre que “uma porção de sua área territorial é cortada pela linha que estabelece a largura da faixa de fronteira contada a partir da linha do limite do Brasil” (FURQUIM JUNIOR, 2007, p. 126).

Como a legislação que dispõe sobre o uso da Faixa de Fronteira foi elaborada em 1979, durante o período em que o Brasil era governado por militares em regime de exceção, essa área é ainda tratada sob a ótica da segurança nacional, com referenciais geopolíticos e geoeconômicos (OLIVEIRA, S., 2005). No entanto, como avaliam Machado et al. (2005, p. 87-88), embora legítima, a preocupação com a segurança nacional, que justifica a manutenção de um território especial ao longo do limite internacional terrestre do país, “não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda as especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça”.

Diante da “vocalização atlântica” do Brasil e conseqüente baixa densidade demográfica nas regiões fronteiriças, e ainda das grandes distâncias físicas e das dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios do país (MACHADO et al., 2005, p. 88), a Faixa de Fronteira brasileira tem experimentado significativo isolamento quanto às políticas de desenvolvimento. “Como conseqüência, este processo tem contribuído para formação de um cenário particular, marcado sobretudo, pelo desenvolvimento de uma identidade própria muito influenciada pelas comunidades vizinhas na fronteira”, como reconhece o próprio Governo Federal (CDIF, 2017, on-line).

A Faixa de Fronteira brasileira abrange 588 municípios de 11 unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em 10 milhões de habitantes (BRASIL, 2005). Conforme o Ministério da Integração Nacional, o desenvolvimento da Faixa de Fronteira é atualmente um importante pilar da política internacional brasileira por esta constituir-se “como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças” (BRASIL, 2009, p. 6).

Atualmente, os estudos fronteiriços brasileiros tomam como base uma regionalização apontada pela Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de

Fronteira (PDFF), de 2005⁴¹. “Este documento propõe que se entenda a fronteira brasileira com auxílio dos conceitos de faixa de fronteira, arcos de fronteira, cidades-gêmeas, cidades na fronteira, cidades na faixa de fronteira”, explica Dorfman (2016, p. 34). Dentro dessa proposta, as cidades-gêmeas⁴² são definidas como “aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho” (BRASIL, 2005, p. 11). No entanto, o próprio Governo Federal reconheceu, ao lançar o PDFF, que

Uma análise criteriosa da região de fronteira [...] demonstra que as ameaças ao Estado residem, isto sim, no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população ao não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos. Estas são as principais ameaças presentes na Faixa de Fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como estratégia prioritária para a soberania brasileira e a integração continental. (BRASIL, 2005, p. 6).

Um mérito do PDFF, como apontam Machado et al. (2005), foi o deslocamento do enfoque da concepção linear característica da ideia de limite ou divisa internacional para a concepção de área ou região de fronteira, traçando uma importante distinção entre faixa e zona de fronteira. Na opinião desses autores (2005, p. 95), enquanto a primeira refere-se aos limites territoriais e está ligada ao poder do Estado, a segunda expressa “um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas”. Seria, portanto, um “espaço-teste” da cooperação e da integração entre o local e o internacional.

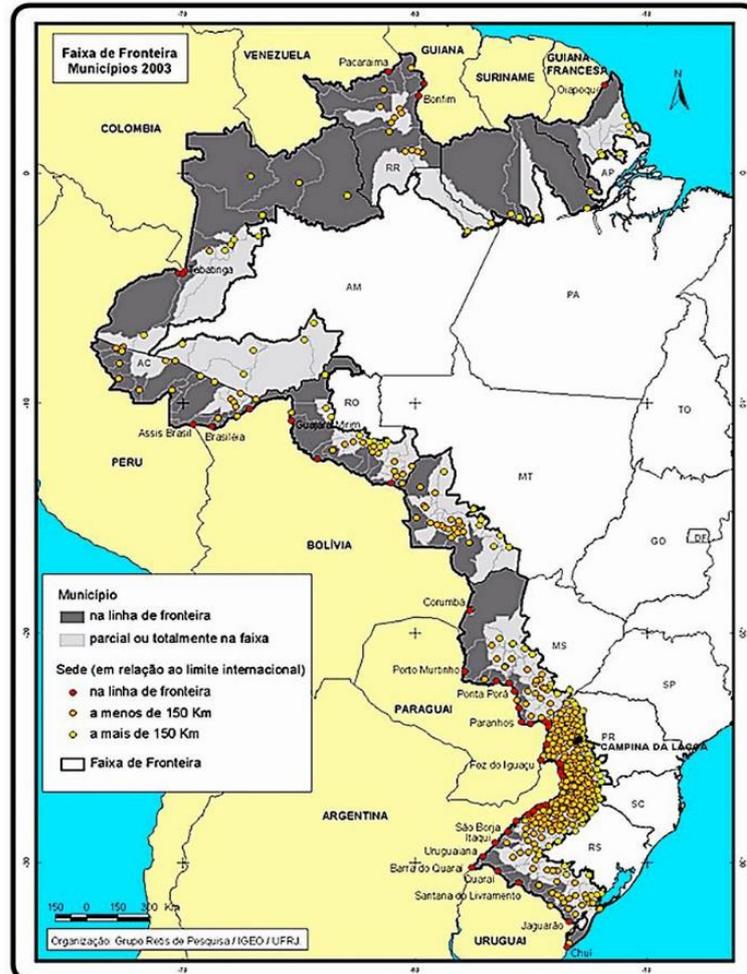
Conforme a posição geográfica com relação à linha de fronteira, o PDFF permite classificar os municípios em dois grupos: lindeiros e não-lindeiros. O primeiro grupo pode ser subdividido em três subgrupos: 1) municípios cujo território faz limite com o país vizinho, com sede no limite internacional, podendo ou não formar conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas); 2) municípios cujo território faz divisa com o país

⁴¹ A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005) foi desenvolvida pelo Grupo Retis/UFRJ, coordenado por Lia Osório Machado e Rogério Haesbaert. O estudo forneceu a base essencial de conhecimento e de pesquisa que foi incorporada aos diversos tópicos do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009).

⁴² Por meio da Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), o Governo Federal estabeleceu o conceito de cidades-gêmeas nacionais e a lista das cidades brasileiras, por estado, que se enquadram nessa condição. Segundo o documento, são cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25369237_PORTARIA_N_125_DE_21_DE_MARCO_D>. Acesso em: 17 jul. 2017.

vizinho, mas a sede não se situa no limite internacional; e 3) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas a sede está fora da Faixa de Fronteira. O grupo dos municípios não-lindeiros pode ser dividido em dois subgrupos: 1) municípios com sede na Faixa de Fronteira; e 2) municípios com sede fora da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005, p. 11).

Figura 8 – Mapa dos municípios brasileiros situados na faixa de fronteira



Fonte: <http://www.sudeco.gov.br/>

O PDFF aponta ainda uma divisão da Faixa de Fronteira em três grandes arcos, estes por sua vez subdivididos em 17 sub-regiões. O primeiro deles é o Arco Norte, que compreende os estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o segundo é o Arco Central, que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o terceiro é o Arco Sul, que inclui os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005, p.52). Em 2010, o Governo Federal instituiu a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)⁴³, formada por 20 órgãos governamentais e oito

⁴³ Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

entidades convidadas, com a atribuição de aperfeiçoar a gestão das políticas públicas para a Faixa de Fronteira e estimular a articulação com os governantes locais.

2.3. Formação histórica das fronteiras no Mato Grosso do Sul

Registros arqueológicos apontam indícios da ocupação humana do território onde hoje situa-se o estado do Mato Grosso do Sul há mais de 10.000 anos por indígenas ancestrais dos ameríndios contemporâneos como os povos guarani, terena, kaiowá e caiapós (SCHMITZ; BEBER; VERONEZE, 2015). Já a ocupação da região pelos europeus teria começado logo nas primeiras décadas do século XVI, ainda no contexto da divisão da América do Sul pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que condicionava a área ao domínio da Espanha. A primeira tentativa de chegar à região foi empreendida pelo navegador e explorador espanhol Juan Díaz de Solís (BUENO, 1998), que tentou alcançar o Império Inca pelo estuário do rio da Prata em 1516, mas fracassou e foi morto por índios ainda no solo onde hoje situa-se o Uruguai.

Um dos sobreviventes da fracassada expedição foi o navegador e explorador português Aleixo Garcia, que partiu da ilha de Santa Catarina em 1525 com 2 mil índios guaranis em direção ao Peru, com o objetivo de encontrar um caminho pelo litoral Atlântico, adentrando no estuário do rio da Prata (BUENO, 1998). Durante o trajeto, ele navegou pelo rio Paraguai, alcançou a região de Assunção, no atual Paraguai, atravessou a Serra de Maracaju, desceu o rio Miranda, trouxe prata e ouro da Bolívia e provavelmente chegou à região onde hoje localiza-se a cidade de Corumbá. Considerado pela historiografia oficial como o primeiro europeu a pisar o solo sul-mato-grossense, frustrou-se em alcançar o Império Inca, ao ser morto por índios em território paraguaio (OLIVEIRA, M., 2012).

Nos anos seguintes, o governo espanhol incentivou e premiou exploradores que chegavam à região com o intuito de ocupá-la e garantir a soberania castelhana no coração da América do Sul, concedendo terras aos chamados *adelantazgos*⁴⁴, além de criar vice-reinados e capitânicas. A fundação do *Adelantazgo* da Província do Rio da Prata em 1534 (cuja área englobava terras nos atuais territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e nos atuais estados brasileiros do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso), e ainda a fundação de Buenos Aires (1536) e Assunção (1537) ajudaram os espanhóis a assegurar a posse das terras a oeste da linha de Tordesilhas.

⁴⁴ O *adelantazgo* foi o primeiro sistema de conquista e administração territorial empregado pelos espanhóis na bacia do Prata, durante o século XVI. Com jurisdição civil e militar, era uma instituição já utilizada na Península Ibérica e utilizada pelos reis católicos na guerra contra os muçulmanos que ocupavam a região. Disponível em: <http://www.santafe-conicet.gov.ar/cehsf/america_11/02-aleman_adelantado.html>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Dessa forma, garantiam a livre navegação em toda a região platina e combatiam a presença lusitana na região, como detalha Corrêa, V. (2010, p. 2005):

Estabeleceu-se então, sem contestação de outra nação europeia, a abertura de um portal aos espanhóis para a penetração ao interior do continente, através do rio Paraguai, e depois por terra em direção às áreas mineiras dos Andes. Assim, motivados pela miragem da *Sierra de la Plata*, empreenderam um obstinado avanço para o estabelecimento de um possível cordão de controle entre o Atlântico e os Andes, iniciando-se já em 1536 com Pedro de Mendoza fundando Buenos Aires, e no ano seguinte, com Juan de Salazar fundando Assunção. Enquanto isso, os portugueses arranhavam o litoral atlântico de suas posses à moda dos caranguejos, no dizer de Frei Vicente Salvador.

Em 1593, espanhóis liderados por Ruy Diaz de Guzmán fundaram, na margem esquerda do rio Ivinhema, o povoamento de Santiago de Xerez (ou Jerez), considerada a primeira cidade do atual Mato Grosso do Sul. No entanto, “essa povoação colonial teve, nesse local, duração efêmera, pois, em 1600, foi trasladada para a região da bacia dos rios Miranda/Aquidauana, na área não inundável do Pantanal sul-mato-grossense” (KASHIMOTO; MARTINS, 2005, p. 73). Embora fosse uma terra de passagem, os padres jesuítas foram os primeiros europeus a realmente se fixarem na região, onde fundaram, no início do século XVII, as Missões Jesuíticas do Itatim (do guarani, pedra branca), na margem oriental do rio Paraguai, entre os rios Taquari, ao norte, e Apa, ao sul, como descrevem Chamorro, Combès e Freitas (2015).

Também foi a partir das primeiras décadas do século XVII, segundo esses mesmos autores (2015), que a região começou a receber as investidas dos portugueses. Símbolo da posse espanhola, Santiago de Xerez foi invadida e destruída por bandeirantes luso-paulistas em 1632 e, em 1659, foram as Missões Jesuíticas do Itatim que sucumbiram à presença de Portugal na região do Pantanal. O futuro território sul-mato-grossense foi alvo de um longo e profundo processo de expansão dos domínios portugueses sobre terras então espanholas conhecido como Bandeirantismo, Bandeirismo ou Entradas. Eles buscavam riquezas minerais como ouro, prata e pedras preciosas, quaisquer especiarias que pudessem ser vendidas na Europa e índios para utilização como mão de obra (FAUSTO, 1996), pois, no final do século XVII,

Portugal e Brasil se encontravam numa crise financeira tão profunda que, em 1674, o próprio regente Pedro II [...] escrevera aos “homens bons” da vila de São Paulo, encorajando-os a partir para o sertão em busca de metais. [...] Aos bandeirantes de São Paulo não restava outra forma de manter suas vidas nômade senão caçando ouro: seus “currais” indígenas já estavam esgotados. Ao rei também não sobrava outra opção: anos antes, enquanto perdurava a União Ibérica, foram enviados da Corte especialistas em minas para estudar as potencialidades minerais do Brasil. (BUENO, 2010, p. 113).

Na segunda década do século XVIII, começaram as monções, expedições fluviais que permitiam o contato entre a Capitania de São Paulo e a Capitania de Mato Grosso e, com o declínio das bandeiras, desempenharam um importante papel na colonização da região Centro-

Oeste brasileira (SIMONSEN, 2005). Essas expedições tinham objetivos diversos como reconhecimento fluvial, busca de índios e metais preciosos, abastecimento da região Platina até o início do século XX, servindo ainda de caminho alternativo para as minas do Peru e de ligação entre as bacias do Prata e Amazônica. Esse processo começou a partir de 1718, quando bandeirantes paulistas descobriram ouro em Cuiabá, na porção espanhola da linha de Tordesilhas, como explica Goes Filho (2013, p. 14), pois,

Para manter contato com essa área longínqua, estabeleceu-se um sistema de transporte fluvial que é uma das originalidades da História do Brasil, as “monções”. Eram comboios de canoas que, por mais de cem anos, ligaram Ararituaguaba (hoje Porto Feliz), a 130 km de São Paulo, a Cuiabá. O movimento expansionista atravessou o então chamado “mato grosso do rio Jauru” (que deu nome ao futuro Estado) e atingiu as margens do Guaporé, onde novas minas foram descobertas em 1734; da bacia do Prata os bandeirantes paulistas passavam à do Amazonas.

Até meados do século XVIII, a região conhecida como Mato Grosso era subordinada à Capitania de São Paulo. Com a entrada das bandeiras e monções, e a descoberta de ouro em Cuiabá, a Metrópole Portuguesa criou, por meio da Carta Régia de 9 de maio de 1748, a Capitania do Mato Grosso, buscando assegurar o território em uma futura fixação dos limites da região (KARIM, 2013). Assim, a primeira capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé, e não Cuiabá. A capitania tinha uma economia agroexportadora, baseada na pecuária extensiva e na mineração, esta última responsável pelo povoamento da região, com a ocupação urbana de Cuiabá e a criação de pequenos povoados como Diamantino, São Francisco, Santana, Rosário, Coxim e Camapuã (LOBATO et al., 2010).

Por volta de 1765, incentivados pelo Vice-Reino do Rio da Prata (atual Paraguai), subordinado ao Reino da Espanha, os espanhóis ameaçaram tomar a zona ribeirinha do rio Guaporé. “A partir de 1772 os Governos que sucederam a Capitania de Mato Grosso trataram-na com base no *uti possidetis* para consolidar os limites das fronteiras das colônias no Oeste, com a posse e a conquista de novos territórios, assegurando o domínio da margem direita do rio Paraguai”, salientam Lobato et al. (2010, p. 6). Ao fazê-lo, esses governos buscavam garantir a defesa de pequenas povoações e fortificações presentes nos limites dos domínios portugueses, como explica Corrêa, V. (2010, p. 2004):

[...] na América de colonização ibérica, o princípio ensejado no *uti possidetis* foi utilizado como argumentação para justificar e referendar posses em áreas limdeiras entre os impérios coloniais espanhol e português. Na óptica colonial, muito mais do que referências geográficas, foram os marcos de ocupação representados por fortificações, agrupamentos populacionais fortificados e a presença ostensiva de soldados e colonos que legitimaram os interesses metropolitanos europeus, como por exemplo, nas delimitações dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Assinado em 13 de janeiro de 1750 pelos reis D. João V, de Portugal, e D. Fernando VI, da Espanha, o Tratado de Madri substituiu o Tratado de Tordesilhas e representou a consagração do princípio de *uti possidetis*. Dessa forma, Portugal formalizou a posse da gigantesca área da bacia Amazônica, ao norte, dos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ao sul, e os atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a oeste. Como lembra Soares (2011, p. 30), esse tratado regulamentou juridicamente a posse da região do Mato Grosso, que na prática já pertencia a Portugal, definindo *grosso modo* as fronteiras do atual Mato Grosso do Sul, já que os acordos subsequentes não promoveram alterações significativas nas fronteiras sul-mato-grossenses (GOES FILHO, 2013).

Para Corrêa, V. (2010), no entanto, ao fim da fase colonial de disputa e estabelecimento das fronteiras sul-americanas, o processo de independência dos novos Estados nacionais do continente trouxe as questões fronteiriças para o centro de sua preocupação. “Como herança colonial, os limites fronteiriços ficaram mal resolvidos e algumas soluções só foram alcançadas através das armas, como, por exemplo, com a guerra da Tríplice Aliança e com a guerra do Chaco”, acrescenta o autor (2010, p. 2004). Na opinião de Soares (2011, p. 31), a guerra do Brasil com o Paraguai, iniciada em 1864, alterou “todo o panorama geográfico, comercial e diplomático da região”, desencadeando um doloroso processo de instabilidade das fronteiras.

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), que durou de 27 de dezembro de 1864 a 8 de abril de 1870, vitimou milhares de paraguaios, brasileiros, argentinos e uruguaios. Além de ser o maior e mais sangrento conflito armado internacional da história da América do Sul, foi o acontecimento mais marcante de todo o período do Império do Brasil (1822-1889). Grande parte dos combates desenvolveu-se no território do Mato Grosso, ocupado por tropas paraguaias entre 1864 e 1868. Durante a guerra, “a província de Mato Grosso passou por um momento delicado, com queda acentuada e desorganização em sua produção, assolada que foi pela epidemia de varíola e pelo isolamento provocado pelo fechamento da navegação do rio Paraguai”, relata Garcia, D. (2014, p. 76).

Com o fim da guerra, Brasil e Paraguai assinaram em 1872 o Tratado de Paz e de Amizade Perpétua e de Limites, fixando em definitivo as fronteiras entre os dois países. “A linha de limite começa na região das Sete Quedas, no rio Iguaçu, prossegue pelas serras do Amambai e Maracaju e termina no rio Apa, que desagua no Paraguai”, descreve Goes Filho (2013, p. 79). A demarcação da fronteira ocorreu entre 1872 e 1874, logo após a derrota paraguaia na guerra contra a Tríplice Aliança e ainda com a presença do Exército brasileiro nas imediações de Assunção (GOMES, 2009). “Após o término da guerra, iniciou-se uma nova

etapa da história da fronteira com formas diferenciadas de ocupação para a região sul e para a região de Corumbá”, complementa Corrêa, V. (2010, p. 2013).

Gomes (2009, p. 44) argumenta, no entanto, que o acordo de 1872 não definiu a fronteira entre Brasil e Paraguai da foz do rio Apa ao desaguadouro da baía Negra, no rio Paraguai: “A omissão deu-se devido ao fato de a posse da margem direita do rio Paraguai, também denominada região do Chaco, ser disputada por três países: Argentina, Bolívia e Paraguai”. Para resolver o impasse, os dois países assinaram, em 21 de maio de 1927, o Tratado de Limites Complementar ao de 1872, cujo art. 1º dizia: “Da confluência do rio Apa, no rio Paraguay, até a entrada ou desaguadouro da Bahia Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguay é formada pelo álveo do rio Paraguay, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguay”⁴⁵.

À exceção do Tratado Complementar de 1927, o episódio seguinte na discussão das fronteiras entre os dois países só ocorreu um século depois quando, em 1973, assinaram mais um tratado de limites devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que deixou uma área alagada de mais de 1.400 km². Goes Filho (2013, p. 79) destaca que, nessa época, “ainda persistiam dúvidas sobre a exata posição da fronteira nas Sete Quedas, dúvidas essas alagadas pela grande represa. Quando se escolheu o lugar da barragem esta vantagem [...] foi também considerada”. Desde então, como lembra Soares (2011, p. 32), “os trabalhos de demarcação e conferência dos 910 marcos construídos na divisa são realizados pelas Comissões Mistas de Limites que o Brasil mantém com todos os países limítrofes”.

A outra parte da fronteira brasileira que diz respeito ao território sul-mato-grossense é com a Bolívia, cujo traçado inicial também remonta aos tratados de Madri e Santo Ildefonso. No entanto, foi a assinatura do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradução⁴⁶, na cidade peruana de Ayacucho, em 27 de março de 1867 – conhecido na Bolívia por Tratado de La Paz de Ayacucho – que formalizou os limites atualmente conhecidos quanto ao Mato Grosso do Sul. Por meio desse acordo, o Império do Brasil e a República da Bolívia concordaram em reconhecer, com base no princípio do *uti possidetis*, de acordo com o art. 2º, a seguinte linha divisória:

Ao sul os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam, ligando as lagoas de uma área pantanosa, resguardar para o Brasil os estabelecimentos brasileiros e o rio Paraguai; e reservar para a Bolívia os estabelecimentos bolivianos (como San Matias, para dar um exemplo de um local onde a linha praticamente contorna o povoado). (GOES FILHO, 2013, p. 44).

⁴⁵ Disponível em: <<http://info.lncc.br/ptt1927.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

⁴⁶ Disponível em: <<http://info.lncc.br/btt1867.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Ao final do século XIX e início do século XX, acirraram-se fortemente os conflitos resultantes da expansão da extração da borracha por brasileiros em território então pertencente à Bolívia, na fronteira norte (PITALUGA, 2015). A região onde hoje situa-se o estado do Acre pertencia à Bolívia pois, durante a Guerra do Paraguai, o Brasil havia assinado um acordo no qual abria mão desse território em troca da não entrada da Bolívia na guerra (OLIVEIRA, S., 2015). Porém, nenhum desses países sabia com certeza onde se localizavam os limites do território acreano. O conjunto desses conflitos foi solucionado com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), cujo resultado foi a aquisição do Acre pelo Brasil.

A fronteira do Brasil com a Bolívia ainda foi objeto de outros dois acordos entre esses países, o Tratado de Natal⁴⁷ (1928) e as Notas Reversais de Roboré⁴⁸ (1958), ambos sem impacto no território brasileiro do atual Mato Grosso do Sul. Corrêa, V. (2010, p. 2004-2005) argumenta que entender a configuração histórica da fronteira sul-mato-grossense “significa resgatar um processo de séculos de rica complexidade, em que homens e natureza se entrelaçaram e imbricaram na luta pela posse da terra”. Nesse contexto, o rio Paraguai ocupa um papel de destaque não como referência de limites, mas como uma estratégica via de acesso, razão pela qual o seu controle foi alvo de disputas pelos povos limítrofes durante séculos. Soares (2011, p. 32) acrescenta que

O processo de definição de fronteiras das terras conquistadas com a guerra e com os acordos diplomáticos vai, aos poucos, alterando o desenvolvimento da região. A região ao sul do Estado de Mato Grosso foi se transformando ao longo dos anos em um polo importante de desenvolvimento. A partir do crescimento desse território, surgem agrupamentos populacionais, vilas e cidades. Esses fatores conjugaram para o surgimento de um novo Estado.

No dia 11 de outubro de 1977, o então presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31⁴⁹ que criou o estado do Mato Grosso do Sul, desmembrando-o do Mato Grosso. O novo estado constituiu-se de uma área territorial de 357.145,531 km² (área semelhante à da Alemanha, de 357.376 km²), que se estende até as fronteiras internacionais com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia na parte sul e sudoeste, onde é banhado pela bacia do rio Paraguai. Na fronteira leste e norte/nordeste, é banhado pela bacia do rio Paraná, fazendo divisa com cinco estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (MATO GROSSO DO SUL, 2015a).

Em 2017, a organização político-administrativa do estado era composta por 79 municípios e suas respectivas sedes administrativas, além de 85 distritos. De acordo com as projeções do

⁴⁷ Disponível em: <<http://info.lncc.br/btt1928.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <<http://info.lncc.br/btt1958b.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm>. Acesso em: 23 jul. 2017.

do Mato Grosso (3,52 hab./km²), cuja extensão territorial é de 903.366,19 km², quase três vezes maior (MATO GROSSO DO SUL, 2015a).

Do ponto de vista geográfico, o território sul-mato-grossense é dividido em três regiões intermediárias e 11 regiões imediatas, estas compostas pelos 79 municípios, com áreas que variam entre 64.962,72 km² (Corumbá) e 280,79 km² (Douradina). Destes, 44 municípios integram a Faixa de Fronteira Internacional com o Paraguai e a Bolívia, totalizando uma extensão de 1.517 km, dos quais 724,2 km não são delimitados por cursos d'água (MATO GROSSO DO SUL, 2015b). Desse total, a fronteira com o Paraguai ocupa 1.131 km e a fronteira com a Bolívia os outros 386 km. São municípios fronteiriços os seguintes: Corumbá (único na fronteira com a Bolívia), Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo (todos na fronteira com o Paraguai).

2.3.1. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero – Linha imaginária

Como em todo o restante do Brasil, o território da Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul é delimitado por uma linha imaginária a 150 km a partir da linha internacional, em cuja área encontram-se 44 municípios. Para dentro do Paraguai e da Bolívia, essa faixa é de 50 km, sendo que, no primeiro, situam-se 19 distritos de cinco departamentos e, na segunda, quatro seções municipais de duas províncias do Departamento de Santa Cruz (SEBRAE, 2010). De toda a Faixa de Fronteira entre Brasil e Paraguai no Mato Grosso do Sul, a zona conurbada composta pelas cidades-gêmeas de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) é a mais relevante econômica e demograficamente.

A história da ocupação da região onde atualmente se encontra o município de Ponta Porã remonta ao século XVIII, com expedições militares chegando à localidade para explorar o solo e assegurar as fronteiras portuguesas frente aos espanhóis (IBGE, 2017)⁵². Oliveira, M. (2012, p. 69) relata que o Tratado de Madri (1750) foi a primeira tentativa de fixação dos limites entre os domínios de Portugal e Espanha na área atualmente correspondente à fronteira de Brasil e Paraguai. Embora anulado pelo Tratado de El Pardo (1761), deixou as bases geográficas e os fundamentos jurídicos que foram resgatados pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Antes da Guerra da Tríplice Aliança, a área dos futuros municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero era apenas uma região deserta no interior do Paraguai, habitada por tribos indígenas como os Nhandeva e os Kaiowá, descendentes do povo Guarani, que viviam da caça,

⁵² Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=500660>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

pesca, coleta de frutos e cultivo de pequenas roças (IBGE, 2017). Em 1862, um grupo militar brasileiro liderado pelo tenente Antônio João Ribeiro fixou-se na cabeceira do rio Dourados (atual município de Antônio João), fundando a Colônia Militar dos Dourados, que foi destruída pelos paraguaios no início da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Uma ocupação mais efetiva dessa área só ocorreu após o término da guerra, quando as terras férteis e principalmente os ervais atraíram a atenção de Thomaz Larangeira, fornecedor de provimentos que acompanhava a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai (OLIVEIRA, M., 2012). Entre os abundantes campos de erva-mate, formou-se então um pequeno povoado chamado de Punta Porá, local de parada de carreteiros que transportavam o produto. Também foi somente após o término do conflito armado que foi estabelecido o Tratado de Limites de 1872, cuja demarcação realizada por uma comissão criada pelos governos dos dois países durou até 1874, e prevalece até hoje (GOMES, 2009). Foi nesse período que teve início

um processo que visava à estabilização e controle das regiões brasileiras que faziam fronteira com o Paraguai. Thomaz Larangeira – em 1882 – já se dedicava à exploração e industrialização da erva-mate em Ponta Porã. Em 1892 a cidade apresenta seus primeiros laivos de mudança e conseqüente progresso econômico, impulsionados pela crescente presença de migrantes gaúchos, que tencionavam praticar a agropecuária, o cultivo de terra e criação de gado. (NASCIMENTO, 2012, p. 79).

Em 1882, o Império do Brasil concedeu a Thomaz Larangeira o direito de explorar a erva-mate em terras devolutas⁵³ na região fronteira e “o sucesso do empreendimento o levou a fundar a Companhia Matte Laranjeira, que arrendou mais de 5 milhões de hectares durante mais de 50 anos e é considerada a principal responsável pelo povoamento da região” (SEBRAE, 2010, p. 76). Em 1892, temendo possíveis tentativas de usurpação do território nacional, o Imperador Dom Pedro II ordenou a transferência da guarnição da Colônia Militar de Dourados para Punta Porá, visando proteger os carreteiros de erva-mate de saqueadores que atuavam na localidade (TORRECILHA, 2004). Com os primeiros impulsos de progresso econômico, o povoado começou a atrair migrantes gaúchos para cultivar a terra e criar gado.

Em 1900, o povoado foi elevado à condição de distrito do município de Bela Vista e, com o Decreto nº 617, de 18 de julho de 1912, foi criado o município de Ponta Porã. O então governador do Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, estabeleceu os limites do novo município: os rios Ivinhema, Brilhante e Santa Maria ao norte; a fronteira com o Paraguai ao sul; o Rio Paraná a leste; os municípios de Bela Vista e Maracaju a oeste⁵⁴. Ganhou status

⁵³ Terras públicas que, em nenhum momento, integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/81573.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

⁵⁴ Disponível em: <<http://pontapora.ms.gov.br/v2/registros-historicos/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

de comarca em 1915 e a criação do 11º Regimento de Cavalaria em 1919. Em 1943, o presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, como parte da política estratégica para as fronteiras durante a Segunda Guerra Mundial, extinguindo-o já em 1946 (SEBRAE, 2010).

Também está no contexto pós-Guerra da Tríplice Aliança a origem da cidade de Pedro Juan Caballero, povoado que se formou em torno da laguna Punta Porá, uma pequena lagoa localizada próximo à serra de Amambay. Embora a construção da primeira casa da localidade tenha ocorrido em 1894, o ano de fundação da cidade não é consenso entre os historiadores paraguaios. Conforme Nascimento (2012, p. 74), há registros de que o paraguaio Pablino Ramirez habitava a região desde meados de 1893, tendo construído barracões para abrigar animais e carroças às margens da laguna Punta Porá, mas que, “diante da dúvida de quem realmente foi o primeiro a se estabelecer em Pedro Juan, resulta quase impossível afirmar quem foi o primeiro pedrojuanino oficial”.

Oficialmente, a criação do distrito de Pedro Juan Caballero ocorreu em 1º de dezembro de 1899 com a fundação da primeira delegacia de polícia da região, recebendo o nome de um político paraguaio (1786 – 1821) que participou ativamente do processo de independência do Paraguai. Antes do nome atual, a localidade era chamada de Punta Porá pelos carreteiros que transportavam erva-mate entre o Mato Grosso e a cidade paraguaia de Concepción. Pedro Juan Caballero só obteve reconhecimento político e militar a partir da publicação de um decreto presidencial em 30 de agosto de 1901, data considerada como o marco inicial da cidade por muitos estudiosos paraguaios (NASCIMENTO, 2012).

A página oficial da Municipalidad de Pedro Juan Caballero (prefeitura) na internet relata que, graças à sua localização estratégica como local de paragem na estrada carreteira que cortava as montanhas de Chirigüelo e bifurcava-se ao norte e ao sudoeste, a localidade foi o cenário de muitas das ações iniciais e finais da Guerra da Tríplice Aliança. “A derrota do Paraguai nos obrigou a aceitar os limites impostos pelo tratado secreto acordado pelos Aliados. Conseqüentemente, Punta Porã, depois de concluído o trabalho da Comissão de Limites em 1874, tornou-se a fronteira com o Brasil”, diz o texto histórico (PEDRO JUAN CABALERO, 2017, on-line, tradução nossa)⁵⁵, segundo o qual a reabertura da rota para Chirigüelo tornou a região uma importante zona de abastecimento do Mato Grosso.

⁵⁵ La derrota de Paraguay nos obligó aceptar los límites impuestos por el tratado secreto acordado por los Aliados. Consecuentemente Punta Porã, luego de culminado los trabajos de la Comisión de Límites en 1874 se convierte en limítrofe con el Brasil. (PEDRO JUAN CABALERO, 2017, on-line). Disponível em: <<http://www.municipalidadpjc.gov.py/historia.php>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Tal qual a vizinha brasileira, a cidade teve como economia inicial a exploração das reservas naturais do entorno e o processamento de erva-mate. No entanto, na década de 1930, essa produção entrou em declínio devido ao aumento da competição argentina. A partir de então, ganharam impulso outras culturas como café e açúcar, assim como a pecuária bovina (SEBRAE, 2010). Paralelamente, começou no Brasil um movimento conhecido como “marcha para o oeste” e, no Paraguai, a “marcha para o leste”, durante os quais muitos estrangeiros (inclusive brasileiros) aproveitaram para adquirir terras de baixo custo na região (OLIVEIRA, M., 2012), principalmente porque, em 1963, o governo do presidente Alfredo Stroessner extinguiu a proibição de vender terras de fronteira a estrangeiros.

A República do Paraguai é formada por 17 departamentos com governos próprios, estes subdivididos em distritos com administração municipal. Em 10 de julho de 1945, Pedro Juan Caballero foi designada capital do XIII Departamento de Amambay (que tem outros dois distritos: Capitán Bado e Bella Vista Norte), passando a ser ao mesmo tempo sede distrital e capital departamental (SEBRAE, 2010). A partir da década de 1980, a cidade começou a ganhar destaque com o comércio de produtos importados, principalmente da Ásia, tornando-se um dos quatro principais centros comerciais daquele país (juntamente com Ciudad del Este e Salto del Guairá, além da capital Asunción).

As cidades-gêmeas, ou Zona de Fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, são entrecortadas por uma fronteira seca e o limite internacional é constituído por uma estreita faixa de terra de cerca de 13 km de extensão, com a Avenida Internacional do lado brasileiro e a Avenida Dr. Francia do lado paraguaio. Em parte dessa fronteira, desenvolvem-se atividades comerciais variadas, como o turismo de compras de produtos importados. Como descreve Soares (2011, p. 38), “suas fronteiras terrestres são demarcadas por linhas imaginárias, não existindo nenhum acidente físico que as separe. Unem-se formando um mesmo aglomerado urbano que permite a livre circulação de pessoas sem qualquer obstáculo físico”.

O município de Ponta Porã ocupa uma área total de 5.330,448 km², incluindo os distritos de Cabeceira do Apa, Sanga Puitã e Nova Itamarati, com uma população estimada de 89,5 mil habitantes e densidade demográfica de 16,55 hab./km² em 2016 (IBGE, 2017)⁵⁶. Situa-se sobre a Serra de Maracajú, no sudoeste sul-mato-grossense, pertence à região imediata de Ponta Porã e à região intermediária de Dourados, a 324 km da capital estadual (Campo Grande) e a 1.346 km da capital federal (Brasília). Tem como principal atividade econômica, depois do setor de comércio e serviços, a agropecuária tradicional.

⁵⁶ Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

O distrito de Pedro Juan Caballero, por sua vez, ocupa uma área de 5.269,60 km², com uma população projetada para 2017 de 117 mil habitantes e densidade demográfica de 19,9 hab./km² (DGEEC, 2015)⁵⁷. A sede do distrito localiza-se a 565 km a nordeste da capital Asunción e acolhe as administrações públicas departamentais (Gobernación, que administra os distritos de Capitán Bado e Bella Vista Norte) e municipais (Municipalidad, equivalente a uma prefeitura municipal). Além do comércio de produtos importados, a pecuária e a agricultura são as principais atividades econômicas do distrito.

Figura 10 – Divisa entre Ponta Porã (esquerda) e Pedro Juan Caballero (direita)



Fonte: SEBRAE (2010)

Juntas, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam uma área territorial superior a 10,5 mil km² e totalizam uma população estimada em mais de 205 mil habitantes (IBGE, 2017; DGEEC, 2015), constituindo uma conurbação⁵⁸. Como observa Soares (2011, p. 39), “juntas as duas localidades apresentam como característica marcante a proximidade física definida por uma fronteira que ao mesmo tempo une e divide o território comum”. Essa proximidade vai muito além das relações comerciais entre as duas cidades, não se limitando às compras feitas

⁵⁷

Disponível

em:

<<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrital.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

⁵⁸ Conurbação é um termo que designa a unificação das malhas urbanas de duas ou mais cidades, formando um aglomerado urbano contínuo, mas mantendo suas autonomias político-administrativas (BRASIL, 2005).

por turistas brasileiros no lado paraguaio, uma vez que o próprio cotidiano dos dois povos se mescla, como observam Lamberti, Martins e Oliveira (2006, on-line)⁵⁹:

[...] os moradores da região se deslocam até a cidade vizinha para a obtenção de produtos produzidos no Brasil, cujo preço praticado daquele lado é bastante inferior ao praticado no mercado nacional. [...] Além das mercadorias e das pessoas, a força de trabalho apresenta uma fluidez bastante peculiar. O emprego de trabalhadores brasileiros do lado do Paraguai e o emprego de paraguaios do lado do Brasil expressa a flexibilização do trabalho, característica do atual estágio produtivo capitalista.

Embora não tenhamos intenção de problematizar questões comumente relacionadas às regiões de fronteira, como violência e criminalidade, cabe enfatizar alguns pontos de vista a respeito dessas localidades, que neste contexto têm função meramente ilustrativa. Nascimento (2012, p. 74) afirma que as duas cidades são interligadas por “veredas que permitem transpor os limites legalmente impostos pelos governos dos dois países, as chamadas *cabriteiras*”. Estas são estradas vicinais que conectam países contíguos, amplamente utilizadas para a prática do comércio ilegal de toda espécie, desde o tráfico de entorpecentes, armas e munições até o transporte de gado ilegalmente adquirido por brasileiros no Paraguai.

Na opinião de Ferraro Júnior e Buitoni (2011), essa zona fronteira se constitui num “nó” do crime organizado porque as divergências legais, a burocracia, as restrições dos órgãos estatais e a corrupção representam fortes atrativos à impunidade. “A falta de integração entre os Estados, somada às oportunidades de lucros oferecidas pela natureza das fronteiras, [...] permitiu o domínio de cartéis narcotraficantes, contrabandistas, traficantes de armas, dentre outros”, afirmam os autores (2011, p. 5). Analisando a questão da perspectiva histórica, eles destacam que as redes do crime organizado formam um território internacional conflituoso, marcado por um código chamado de “lei da fronteira”, cuja origem remonta à fundação dos povoados no final do século XIX.

Tal condição ainda persiste porque a imensidão da fronteira aberta, com vigilância e fiscalização precárias, sempre ofereceu facilidade de fuga e certeza de impunidade, como aponta Corrêa, L. (1999, p. 208): “As autoridades dos núcleos populacionais fronteiriços acusavam a gravidade do problema, cientes de sua impotência para coibir e punir desordens e crimes diversos e sem poder garantir as mínimas condições de ordem e tranquilidade pública em suas comunidades”. Por outro lado, ao abordar o aspecto urbano da região, Nascimento (2012) acrescenta que a vida cotidiana em Ponta Porã é marcada pela tranquilidade típica das cidades de interior, com exceção da linha divisória estabelecida pela Avenida Dr. Francia.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/RESUMOS/resumo_184.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

2.3.2. Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez – Unidos pelas águas

Diferentemente da fronteira do Brasil com o Paraguai, a faixa fronteira com a Bolívia no Mato Grosso do Sul é totalmente preenchida pelo município de Corumbá. Com quase 65 mil km², Corumbá é o maior município do estado e ocupa toda a sua região noroeste, estendendo-se da divisa com o Mato Grosso, ao norte, até a fronteira paraguaia, ao sul. Com 60% da área do Pantanal sul-mato-grossense, faz divisa com os municípios bolivianos de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, ambos pertencentes à Província de Germán Busch (sendo este último a capital) e ao Departamento de Santa Cruz (cuja capital é Santa Cruz de la Sierra). Inserido no território de Corumbá encontra-se ainda o município enclave de Ladário, mas sem conexão terrestre com a linha internacional. Juntos, compõem a Zona de Fronteira Corumbá-Puerto Suárez (BRASIL, 2005), uma área metropolitana internacional.

Região amplamente habitada por povos indígenas há pelo menos 10.000 anos antes da colonização (SCHMITZ; BEBER; VERONEZE, 2015), o surgimento de Corumbá – palavra de origem tupi-guarani, *curupah*⁶⁰, cujo significado mais conhecido é “lugar distante” – também está diretamente relacionado à expansão territorial de Portugal sobre terras então oficialmente sob domínio da Espanha, antes dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso. Os primeiros registros da exploração da localidade por europeus datam de 1525, quando o explorador português Aleixo Garcia a teria alcançado em busca de pedras e metais preciosos (BUENO, 1998). Mais de dois séculos mais tarde, a Coroa Portuguesa daria mais atenção ao local devido à estratégia territorial frente aos interesses do Império Espanhol quanto à bacia do rio da Prata.

No contexto de defesa militar da região, a Coroa Portuguesa ordenou a fundação do Presídio de Nova Coimbra na margem direita do rio Paraguai, o que ocorreu em 13 de setembro 1775, tornando-se a origem do Forte de Coimbra. Em 2 de setembro de 1778, o local onde hoje se encontra a sede do município de Ladário começou a ser ocupado e, no dia 21 do mesmo mês e ano, foi a vez do local da sede do município de Corumbá, ambos na margem direita do rio Paraguai. Nessa data, por ordem do governo da Capitania de Mato Grosso, o sargento-mor Marcelino Rois Camponês, que comandava uma expedição militar, lavrou o termo de fundação da futura cidade, na ocasião batizada com o nome de Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (COSTA, E., 2013).

⁶⁰ De acordo com Costa, E. (2013, p. 73), existem várias especulações sobre a origem do nome Corumbá, com significados tais como: “lugar alto”, referência dos silvícolas às barrancas da localidade que impediam a possibilidade de inundação; “porto seguro”, pela frequência utilizada pelos índios para pescarias e ponto de partida para suas incursões; ou “abundância de aroeiras”, outra referência feita pelos índios guarani à região.

Em 1838, o povoado foi elevado à categoria de freguesia e renomeado como Santa Cruz de Corumbá, recebendo a instalação, em 1861, da Alfândega de Albuquerque para arrecadar impostos sobre o crescente movimento comercial resultante da navegação no rio Paraguai. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, a localidade foi palco de uma das principais batalhas entre paraguaios e brasileiros, sendo ocupada e destruída pelas tropas de Francisco Solano López em 1865. Elevada à categoria de vila em 1871, ganhou a condição de comarca em 1873. Em 15 de novembro de 1878, foi finalmente elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial n.º 525/1878, quando contava com cerca de 6.000 habitantes (IBGE, 2017)⁶¹.

No final do século XIX, o porto fluvial de Corumbá recebia pesado fluxo de navios a vapor e movimentava grandes quantidades de mercadorias produzidas na região, como peles e charques. Até a década de 1950, o rio Paraguai era a principal via de comunicação e transporte da cidade, mantendo-a sob influência econômica e cultural dos países da bacia do rio da Prata (SEBRAE, 2010). A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX deslocou o eixo comercial do Sul do então Mato Grosso para a futura capital, Campo Grande. Os grandes comerciantes locais mudaram-se para outras cidades e Corumbá passou a priorizar economicamente a exploração mineral, a agropecuária e o turismo a partir dos anos 1970, já que 60% de seu território são ocupados pelo Pantanal (OTA, 2009).

O município ocupa uma área de 64.962,854 km² (11º maior do Brasil), incluindo os distritos de Albuquerque, Amolar, Nhecolândia, Forte Coimbra, Paiaguás, Porto da Manga, Porto Esperança. Sua população estimada em 2016 era de 109,9 mil habitantes (IBGE, 2017), com densidade demográfica de 1,68 hab./km² e, em 2017, posicionava-se como o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Mato Grosso do Sul (IBGE, 2017)⁶². Pertence às regiões imediata e intermediária de Corumbá e sua sede situa-se a 434 km da capital do estado e a 1.445 km da capital federal. A economia corumbaense é movida principalmente pelas atividades de pecuária, mineração, pesca e turismo (MATO GROSSO DO SUL, 2015b), sendo que,

No trecho de divisa com a Bolívia, a dificuldade de acesso, por falta de estradas e outras vias de transporte, mantém essa área ainda pouco habitada. A extensão de terra que delimita a fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai agrupa pequenas indústrias e muitas propriedades rurais com criação de gado e agricultura. Na região, foram construídas rodovias pavimentadas que interligam as cidades existentes nessa linha da fronteira. (SOARES, 2011, p. 33).

Embora seja 19 dias mais antiga, Ladário não alcançou ao longo do tempo o mesmo desenvolvimento econômico e importância política que a vizinha Corumbá. Fundada em 2 de

⁶¹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/historico>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

⁶² Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

setembro de 1778 pelo sertanista João Leme do Prado, que construiu moradias e plantou lavouras, a localidade vivenciou um crescimento muito lento, sendo na maior parte de sua história apenas um posto militar. Em 1873, iniciou-se a construção do Arsenal de Marinha de Ladário – hoje 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil – e a localidade finalmente ganhou relevância político-militar regional e nacional. Distrito desde 1861, o município de Ladário foi criado pela Lei nº 679, de 11 de dezembro de 1953, sendo que a instalação da cidade ocorreu em 17 de março de 1954⁶³.

Um dos menores municípios em área do estado, Ladário ocupa somente 340,765 km² e tinha uma população estimada de 22,5 mil habitantes em 2016, com densidade demográfica de 65,2 hab./km² (IBGE, 2017)⁶⁴. Também localizada na região do Pantanal e a 430 km de Campo Grande, na margem direita do rio Paraguai, com destaque para as atividades portuárias turísticas e de carga, com acesso rodoviário e ferroviário, a cidade é considerada continuação urbana de Corumbá, já que os dois centros urbanos distam apenas 6 km um do outro. Além de ser sede do 6º Distrito Naval, Ladário tem sua economia dedicada a atividades agropecuárias tradicionais e à mineração (MATO GROSSO DO SUL, 2015b).

Do outro lado da linha fronteira encontra-se a Primeira Seção Municipal de Puerto Suárez, capital da Província de Germán Busch (que inclui ainda as seções de Puerto Quijarro e El Carmen Rivero Torrez), do Departamento de Santa Cruz, este formado por 15 províncias e 56 seções municipais, o mais importante economicamente da Bolívia. Em 1875, um visionário homem de negócios chamado Miguel Suárez Arana obteve do governo boliviano a outorga de terras na região, com a obrigação de abrir estradas e fundar portos ao longo do rio Paraguai. Assim, em 10 de novembro de 1876, fundou Puerto Suárez às margens da laguna Cáceres, hoje um dos povoados fronteiriços mais antigos daquele departamento (SEBRAE, 2010).

A construção do porto que permitiu à Bolívia receber barcos mercantes de diversas partes da América e da Europa foi concluída em 1900 e, nas primeiras décadas do século XX, chegou a ser considerado o principal porto fluvial da Bolívia – até a ligação entre a laguna e o rio Paraguai, o canal do Tamengo, deixar de ser navegável por embarcações de grande porte⁶⁵. Em 1911, o governo boliviano implantou em Puerto Suárez a Delegação Nacional do Oriente, com poderes de ministério para representá-lo na fronteira. Somente em 1919, a cidade ganhou ligação rodoviária com Santa Cruz de la Sierra e, em 1955, os presidentes da Bolívia, Víctor

⁶³ Disponível em: <<http://www.ladario.ms.gov.br/pagina/historia>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

⁶⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ladario/panorama>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/germanbush_municipio_puertosuarez_datos/30000341>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Paz Estenssoro, e do Brasil, João Café Filho, inauguraram a linha férrea de cerca de 650 quilômetros entre a capital do departamento boliviano e Corumbá.

Figura 11 – Laguna Cáceres, que une Puerto Suárez a Corumbá via canal do Tamengo



Fonte: <http://pantaneirorj.zip.net/>

A superfície total do município, que era de 22.635,25 km², foi reduzida para 12.841 km² com o desmembramento do município de El Carmen Rivero Torrez, em 2004⁶⁶. De acordo com último censo realizado no país em 2012, a população estimada era de 19,2 mil habitantes (INE, 2015)⁶⁷, o que representava uma densidade demográfica de aproximadamente 1,5 hab./km². A sede do município dista 20 km do centro de Corumbá e, embora situada em meio ao Pantanal boliviano, é bem servida por todos os modais de transporte (rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo, contando com um aeroporto bem estruturado), sendo um importante polo de escoamento de produtos agrícolas (soja, milho, feijão e cítricos) a partir do canal do Tamengo.

A alguns quilômetros a oeste de Puerto Suárez encontra-se a reserva mineral de Mutún, considerada uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo e estimada em 40 bilhões de toneladas de ferro e 10 bilhões de toneladas de manganês, conforme informações divulgadas

⁶⁶

Disponível

em:

<http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/germanbush_municipio_puertosuarez_datos/30000341>. Acesso em 29 jul. 2017.

⁶⁷ Disponível em: <<http://datos.ine.gob.bo/binbol/RpWebEngine.exe/Portal?LANG=ESP>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

pelo governo boliviano⁶⁸, mas que ainda não é explorada comercialmente. Tem uma economia diversificada, com atividades que vão da pecuária bovina de corte ao turismo de compras (SEBRAE, 2010). Também é pelo município que passa o Gasoduto Brasil-Bolívia⁶⁹, o que favorece crescentes investimentos em atividades industriais, como uma usina termelétrica (Termoeléctrica Germán Busch) e uma fábrica de cimento (Itacamba Cemento S.A.).

Puerto Quijarro é a Segunda Seção Municipal da Província de Germán Busch, localizada no extremo leste do departamento e na fronteira direta com a sede do município de Corumbá. No contexto de desenvolvimento de Puerto Suárez como um importante porto boliviano, o capitão inglês Henry Bolland, que explorava as correntes do rio Paraguai e as margens da laguna Cáceres, teria fundado em 1900 um porto que chamou de Quijarro, em homenagem a Antonio Quijarro, o financiador da expedição. Embora não haja certeza da data exata, a fundação da cidade é celebrada em 18 de junho de 1940, tendo sido elevada a seção municipal em 30 de setembro de 1991⁷⁰.

Encostada na linha de fronteira, que perde o traçado retilíneo para recortar a área urbana, a sede do município de Puerto Quijarro estende-se na margem direita do canal do Tamengo e é cortada ao meio pela linha férrea Brasil-Bolívia, a 650 km de Santa Cruz de la Sierra e a 7 km do centro de Corumbá. O município ocupa uma superfície de 1.430 km² distribuídos numa faixa estreita de terra que acompanha quase toda a linha de fronteira com Corumbá para o leste, contando com uma população projetada para 2017 de 19 mil habitantes (INE, 2017)⁷¹, com densidade demográfica aproximada de 13,2 hab./km².

Com grande parte de seu território com características pantanosas, o que desfavorece atividades agropecuárias, o município tem uma economia baseada na exportação de cereais e derivados. Inaugurado em 1988 por Joaquim Aguirre Lavayén e ampliado em 2005, o porto de Quijarro localiza-se na margem direita do canal do Tamengo, na zona franca de Puerto Aguirre, instalada numa área de 206 hectares. Este permite que as exportações e importações tenham

⁶⁸ Disponível em: < <http://www.emol.com/noticias/economia/2002/06/01/86685/bolivia-licita-explotacion-de-gigante-reserva-de-hierro.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

⁶⁹ Após décadas de estudos técnicos e projetos, Bolívia e Brasil decidiram construir um gasoduto para transporte de gás natural nos anos 1990. A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) foi criada em 18 de abril de 1997 e o gasoduto iniciou sua operação em 1999. A estrutura começa na localidade boliviana de Rio Grande, 40 quilômetros ao sul de Santa Cruz de la Sierra, um pequeno povoado de origem indígena, e se estende por 557 km até Puerto Suarez. Ao cruzar a fronteira, entra em solo brasileiro por Corumbá e atravessa 136 municípios nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.tbg.com.br/pt_br/a-tbg/historia.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/germanbush_municipio_puertoquijarro_datos/30000351>. Acesso em: 30 jul. 2017.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/index.php/notas-de-prensa-y-monitoreo/item/569-puerto-quijarro-cuenta-con-aproximadamente-19-000-habitantes-a-2017>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

uma rota soberana até o mar pela hidrovía Paraguai-Paraná e ganhem competitividade no mercado mundial (SEBRAE, 2010). O intercâmbio comercial com Corumbá e o turismo de compras de produtos importados, tanto no comércio de rua quanto na zona franca, são outros destaques da economia local.

A zona fronteiriça formada por Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez compõe uma área territorial superior a 79,5 mil km² (equivalente ao território de países como República Checa ou Escócia) e reúne uma população em torno de 170 mil habitantes (IBGE, 2016; INE, 2015; 2017). A linha de fronteira na área urbana das cidades-gêmeas não contíguas e semi-conurbadas de Corumbá e Puerto Quijarro é delimitada por um estreito córrego, sendo que as extremidades das duas cidades distam 4 km uma da outra, conectadas pela rodovia Ramão Gómez, espremida entre o Aeroporto Internacional de Corumbá e o canal do Tamengo.

Ao analisar a relação entre as populações das duas localidades, Costa, G. (2013), enfatiza a assimetria política e econômica que marca a vinculação entre as cidades dos dois países nessa zona fronteiriça. Um dos indicativos dessa diferença seria o fato de Corumbá se apresentar como um forte atrativo econômico e social para os moradores dos municípios bolivianos vizinhos, principalmente quanto às condições de trabalho e de infraestrutura dos serviços públicos. “Esta assimetria econômica se reflete na política e na sociedade, a partir das interações cotidianas, assim como nas representações que se produzem tanto em relação ao ‘boliviano’, quanto em relação ao ‘brasileiro’”, aponta o autor (2013, p. 5).

Enquanto Oliveira, T. (2009) destaca a contínua aproximação entre as duas áreas urbanas por meio de seu reordenamento espacial, superando uma configuração historicamente militar, Costa, E. (2012, p. 32) acredita que, “como território fronteiriço, formado por migrantes de diversas partes do Brasil e de outras nações [...] e um grande contingente de bolivianos [Corumbá] é um local com múltiplas culturas que se modificaram ao longo dos tempos e que dão cores à construção da cultura local”. Diante de tais aspectos, Kukiél, Costa e Benedetti (2015, p. 2) observam que as relações fronteiriças entre Corumbá e Puerto Quijarro são “processuais, relacionais e híbridas, produzindo e sendo produzidas por territorialidades, por fluxos, por câmbios variados e próprios dos interesses de cada indivíduo ou grupo”.

CAPÍTULO III – JORNALISMO ON-LINE NAS FRONTEIRAS

3.1. Vigilância social, fórum de ideias, esclarecimento...

Em meados de 1995, os ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia do Brasil lançaram um esforço conjunto para implantação de uma rede de comunicação global e integrada para usos diversos, episódio que marcou o início da internet comercial no país⁷². Vista inicialmente como uma ameaça, não demorou muito para que os meios de comunicação tradicionais olhassem para a nova ferramenta como uma oportunidade para a difusão de informações e novos modelos de negócios. No primeiro momento, as empresas de mídia já existentes no país lançaram seus sites ainda em linguagem HTML (*HyperText Markup Language*; em português, Linguagem de Marcação de Hipertexto), com visual rudimentar, pouca informação e quase nenhuma interatividade.

Embora esses meios de comunicação já utilizassem a internet como ferramenta de troca de informações, principalmente via *World Wide Web* (WWW⁷³, ou simplesmente web; em português, Rede de Alcance Mundial), foi a partir de 1996 que começaram a surgir os grandes portais de conteúdos e serviços de internet no Brasil, a exemplo do ZAZ (do Grupo RBS, adquirido pelo grupo espanhol Telefonica, substituindo-o pela marca Terra), Universo Online (UOL, do Grupo Folha) e Brasil Online (BOL, do Grupo Abril, logo absorvido pelo UOL). Do ponto de vista empresarial, o conceito de portal seguiu uma tendência dos grandes conglomerados globais de comunicação, com a fusão de empresas de produção de conteúdo e entretenimento com empresas de serviços para a internet, a exemplo da NBC/Microsoft (1996) e Time Warner/AOL (America Online, 2000).

Nesse contexto, paralelamente ao desenvolvimento das formas de acesso como modem, banda larga e barateamento da conexão, estruturou-se uma nova plataforma de comunicação de massa – não mais o rádio, a TV ou o papel impresso, mas a plataforma digital, que logo viria proporcionar a convergência de todos os formatos tradicionais de mídia (*cross media*). Com a evolução e rápido crescimento dessa plataforma, tornou-se imperativo aos veículos de imprensa desenvolver novos formatos de narrativas multimídia e uma nova linguagem jornalística para

⁷² Até 1995, a internet no Brasil era uma rede de computadores exclusivamente acadêmica, restrita a professores, estudantes e funcionários de universidades e instituições de pesquisa. Disponível em: <<http://homepages.dcc.ufmg.br/~mlbc/cursos/internet/historia/Brasil.html>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

⁷³ Com inúmeras contribuições ao longo do tempo, a criação da WWW foi concluída em 1991 pelo físico, cientista da computação e professor britânico Tim Berners-Lee. Erroneamente, o termo web costuma ser utilizado como sinônimo de internet, sendo que a web é apenas um serviço que utiliza a internet. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2014/03/11/world-wide-web-timeline/>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

além da mera adaptação de conteúdo produzido originalmente para os meios tradicionais, principal característica do primeiro momento dos sites de notícias, como evidencia Barbosa (2002, p. 49-50) ao descrever que

A transposição é o modelo de jornalismo online correspondente à fase inicial de expansão da World Wide Web (WWW), que no Brasil se dá a partir de 1995 com a liberação do acesso comercial e a operação de provedores, coincidindo com o lançamento da primeira edição completa de um jornal nacional na Internet - o Jornal do Brasil (www.jb.com.br). Após a euforia da estreia na Rede, os grupos editoriais, assim como as empresas jornalísticas, perceberam que para seus respectivos sites terem visibilidade precisariam ser acessados e, para isso, era necessário ofertar conteúdos exclusivos para além daquele disponível nas edições impressas, implementando canais de notícias em “tempo real” para despertar e criar o hábito da leitura da versão online.

Os primórdios do jornalismo na web⁷⁴ permitem a identificação de três fases, de acordo com Mielniczuk (2001, p. 2): a fase transpositiva, quando “os produtos oferecidos, em sua maioria, eram reproduções de partes dos grandes jornais impressos, que passavam a ocupar um espaço na Internet”; a fase da metáfora – “quando, mesmo ‘atrelado’ ao modelo do jornal impresso, os produtos começam a apresentar experiências na tentativa de explorar as características oferecidas pela rede” – esta é a fase, conforme a autora, em que surgem as experiências com o hipertexto e o uso de ferramentas como e-mail e fóruns de debate; e a fase do “webjornalismo” propriamente dito, conforme ela esclarece:

O cenário começa a modificar-se com o surgimento de iniciativas tanto empresariais quanto editoriais destinadas exclusivamente para a Internet. São sites jornalísticos que extrapolam a ideia de uma simples versão para a Web de um jornal impresso e passam a explorar de forma melhor as potencialidades oferecidas pela rede. Tem-se, então, o webjornalismo. (MIELNICZUK, 2001, p. 2).

A partir de então, o jornalismo na web começou a apresentar características semelhantes aos outros conteúdos da rede, tais como audiência fragmentada e segmentada, múltiplos discursos, personalização, interatividade, multimídia e convergência, memória (banco de dados) e “onipresença”. A narrativa também sofreu uma mudança importante, superando a linearidade e oferecendo inúmeras opções de conteúdos ao leitor/usuário por meio do recurso do hiperlink. Assim, o jornalismo na web moldou-se gradativamente à nova forma de consumo de informação pelas pessoas, cada vez mais conectadas à rede e menos restritas ao mero papel de receptoras, tornando-se participantes, colaboradoras e, finalmente, produtoras de conteúdo. Sobre o aspecto da multimídia e da convergência, Castells (2003, p. 284) ressalta que

o que a Internet está fazendo é converter-se no coração articulador dos distintos meios, da multimídia. Em outras palavras, transforma-se no sistema operativo que permite interconectar e canalizar a informação sobre o que acontece, onde acontece, o que

⁷⁴ Adotamos os termos jornalismo on-line, jornalismo na web e webjornalismo como sinônimos porque todos se aplicam ao objeto desta pesquisa.

podemos ver, o que não podemos ver, e torna-se o sistema conector interativo do conjunto do sistema multimídia.

Com esse contexto em curso, estudiosos tentaram dar conta da complexidade dos novos aspectos e questões que emergiram com a nova plataforma, novos formatos e características da produção jornalística. Uma das tentativas de sistematizar o jornalismo praticado na web e criar uma nomenclatura apropriada ao tema é de Mielniczuk (2003, p. 44), conforme o Quadro 1 (abaixo), para quem as definições sugeridas aplicam-se tanto à produção do conteúdo jornalístico quanto à disseminação das informações: “Um aspecto importante é que elas não são excludentes, ocorre sim é que as práticas e os produtos elaborados perpassam e enquadram-se de forma concomitante em distintas esferas”. Neste trabalho, a proposta segue válida, sobretudo quanto ao termo que escolhemos, o jornalismo on-line.

Quadro 1 – Nomenclatura e definições do jornalismo praticado nos meios digitais

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO
Jornalismo eletrônico	Utiliza-se de equipamentos e recursos eletrônicos
Jornalismo digital ou jornalismo multimídia	Emprega tecnologia digital; todo e qualquer procedimento que implica no tratamento de dados em forma de <i>bits</i>
Ciberjornalismo	Envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço (redes de computação)
Jornalismo on-line	Utiliza-se de tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real
Webjornalismo	Diz respeito à utilização de uma parte específica da Internet, a web

Fonte: Mielniczuk (2003, p. 44)

Um dos aspectos mais representativos do jornalismo na web, portanto, é a sua multimedialidade (PALACIOS, 2003), ou convergência midiática (JENKINS, 2008), conceitos que podem ser entendidos como o conjunto de transformações sociais, culturais, tecnológicas e mercadológicas verificadas no contexto contemporâneo dos meios de comunicação, bem como das mudanças nas formas de relacionamento do público com estes últimos. No âmbito deste estudo, ambos os conceitos podem ser compreendidos como a capacidade do jornalismo na web de concentrar num mesmo ambiente ou plataforma formatos informacionais variados como texto, áudio, vídeo, fotografia, infográfico, *slideshow* e animação.

No contexto da multimedialidade e da convergência, podemos atribuir a esse grupo de formatos o conceito de formatos de mídia tradicional (texto, imagem e som), ou ainda, de forma mais específica, de suportes midiáticos. O jornalismo na web, portanto, pode valer-se da convergência “em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade” (PALÁCIOS, 2003, p. 18). Dessa forma, os múltiplos recursos técnicos

integram-se e complementam-se, formando um panorama mais completo em torno da informação transmitida, como exemplifica Benigno Neto (2008, p. 11): “Ao se ler uma reportagem, pode-se ter acesso ao áudio de entrevistas que foram importantes na construção do texto final, ou ainda a vídeos que comprovam o que está escrito”.

Quanto à recepção do conteúdo produzido, Canavilhas (2003, p. 2) argumenta que

Se, para o jornalista, a introdução de diferentes elementos multimídia altera todo o processo de produção noticiosa, para o leitor é a forma de ler que muda radicalmente. [...] o jornalista tem de encontrar a melhor forma de levar o leitor a quebrar as regras de recepção que lhe foram impostas pelos meios existentes. O grande desafio feito ao webjornalismo é a procura de uma “linguagem amiga” que imponha a webnotícia, uma notícia mais adaptada às exigências de um público que exige maior rigor e objetividade.

Em sua quarta fase, diretamente relacionada à web 2.0⁷⁵, o jornalismo na web teve como elemento principal a estruturação do banco de dados, além de características como informações mais bem organizadas e novos níveis de construção de narrativas, baseados em comunidade, colaboração e auto-organização e não em hierarquia e controle (ROCHA, 2015). Na mesma perspectiva, Barbosa (2013, p. 42) identifica como marcas dessa quarta fase narrativas e produtos dinâmicos, redação integrada, informação estruturada, cibermeios mais autênticos e uma produção multiplataforma de fato. “Os editores da web 2.0 deixaram de pensar no conteúdo e passaram a investir nas plataformas, deixando o usuário livre para auxiliar na criação de conteúdo”, complementa Rocha (2015, p. 47).

Contudo, é na quinta e atual fase que o jornalismo na web é obrigado a enfrentar fortes modificações para se adaptar às novas plataformas, as mídias móveis (*smartphones* e *tablets*) que exigem conteúdo para aplicativos e produtos autóctones (nativos). Vinculado a intensos processos de inovação e renovação, uma das principais marcas desse estágio é o hiperlocalismo, termo que se refere a informações de proximidade, conteúdo jornalístico específico para uma região a partir de aspectos geográficos e culturais. Optar pelo hiperlocalismo, como destacam Souza e Rocha (2017, p. 2), é “ter a responsabilidade de orientar melhor a comunidade, gerar notícias originais (e/ou inéditas), ampliar a participação do público, promover a aproximação entre veículo-audiência e ajudar no alargamento da pluralidade da informação”.

O jornalismo na web desta quinta geração articula sua produção, distribuição e consumo das informações na onda da mobilidade das novas plataformas, a partir do suporte de tecnologias móveis digitais e conexões de redes sem fio (ROCHA, 2015), substituindo, em

⁷⁵ Criado por Tim O’Reilly durante a conferência O’Reilly Media Web em 2004, o termo web 2.0 define uma segunda geração de comunidades e serviços oferecidos na internet por meio de aplicativos baseados em redes sociais e tecnologia da informação. Mais do que especificações técnicas, o termo refere-se à forma como usuários e desenvolvedores percebem a web: um ambiente de interação e participação que engloba inúmeras linguagens. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

muitos casos, a produção para consumidores em massa pela produção para consumidores individuais. Neste novo contexto, como aponta Canavilhas (2009), torna-se necessário atender o leitor/usuário com um tipo específico de notícia, sobre um local determinado e no momento em que ele desejar. Outro aspecto dessa transformação diz respeito à disponibilidade de fontes para a construção das informações, pois “agora são milhões de fontes, pois qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode ser uma testemunha e fazer um registro” (ROCHA, 2015, p. 50).

Se a quarta fase do webjornalismo está diretamente associada à web 2.0, a quinta fase relaciona-se com a chamada web 3.0⁷⁶, também conhecida como web semântica. Esse estágio da internet avança sobre o conceito de interatividade e baseia-se na personalização do conteúdo de maior relevância de acordo com as preferências de cada leitor/usuário (EIS, 2017). De acordo com Hoppen e Santos (2015, on-line)⁷⁷, a web 3.0 é caracterizada pela junção de máquinas e usuários nas ações que produzem significado, elevando a infraestrutura da internet à condição de “protagonista na geração de conteúdos e processos [...] com alto valor agregado por conta da sua assertividade e alta personalização, promovendo assim, a democratização da capacidade de ação e conhecimento, que antes só estava acessível às empresas e aos governos”.

Para entendermos como a produção jornalística pode ser sistematizada dentro de uma compreensão teórica, recorreremos à classificação proposta e amplamente revisada por José Marques de Melo (1998, 2009 e 2016), pesquisador e professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), concebida a respeito do jornalismo em geral, mas que pode ser particularizada e aplicada ao jornalismo on-line. Essa classificação busca conjugar a intencionalidade jornalística com o aspecto estrutural do texto, a partir da divisão entre gênero (classe) e formato (forma), sendo o segundo um desdobramento do primeiro (ASSIS, 2012).

Dentre as modalidades significativas da comunicação massiva está a comunicação periodística (jornais e revistas), organizada em categorias funcionais. É o caso, conforme Melo (2009, p. 35) do jornalismo, “cujas unidades de mensagem se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas tipos”. Assim, Melo e Assis (2016, p. 49) afirmam que o gênero jornalístico pode ser compreendido como a “classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas

⁷⁶ A criação do termo web 3.0 é atribuída ao jornalista John Markoff, do jornal *The New York Times*, ainda em 2006, como uma evolução do termo web 2.0 criado por Tim O'Reilly. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/11/12/business/12web.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

⁷⁷ Disponível em: <<https://aquare.la/web-3-0-e-sua-importancia-nos-negocios/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia)”.

Ainda de acordo com esses autores (2016), os gêneros podem ser definidos por duas características básicas, sendo a primeira a sua aptidão para agrupar diferentes formatos com características comuns, e a segunda a sua função social. Nessa perspectiva, após diversas remodelações e atualizações, Melo chegou à atual classificação composta pelos gêneros subdivididos em formatos. Estes são agrupados conforme a função social, concebida segundo os pressupostos de Raymond Nixon (1963), Charles R. Wright (1968) e Harold Lasswell (1987), os dois últimos autores da corrente funcionalista – classificação que consideramos adequada a este trabalho, conforme o Quadro 2 (abaixo):

Quadro 2 – Classificação do jornalismo conforme gênero, formato e função social

GÊNERO	FORMATO	FUNÇÃO SOCIAL
Informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista	Vigilância social
Opinativo	Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica	Fórum de ideias
Interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê	Esclarecimento
Diversional	História de interesse humano, história colorida	Distração, lazer
Utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço	Auxílio nas decisões cotidianas

Fonte: Melo e Assis (2016, p. 50-51)

Aqui é pertinente destacarmos a diferença conceitual entre duas categorias de formatos abordadas neste trabalho. Previamente definida, a primeira engloba os formatos das mídias tradicionais, como imagem, texto e som (PALÁCIOS, 2003), também entendidos como suportes midiáticos (JENKINS, 2008), e a segunda é composta pelos formatos enquanto desdobramento dos gêneros, ou formatos jornalísticos, que dizem respeito à forma com que são concebidos (nota, notícia, reportagem, etc.). Na interpretação de Assis (2012, p. 11), enquanto os “gêneros jornalísticos são classes que agrupam formas de expressão jornalística, organizadas conforme um determinado propósito (informar, interpretar, opinar, divertir, ser útil)”, os formatos expressam

o feito de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao *modus operandi* de cada unidade. (MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Ao adotarmos uma proposta de classificação, consideramos o seu caráter sempre provisório, como aponta Salaverría (2005, on-line)⁷⁸: “O conceito de gênero, seja jornalístico ou literário, nos revela que os gêneros são mutáveis. Não surgem do nada. Transformam-se com o tempo. São históricos”; e como acrescenta Assis (2012, p. 2): “Independentemente de qualquer categorização – científica ou do senso comum –, gêneros e formatos surgem, se modificam e se transformam, compondo um sistema em contínuo movimento”. Também devemos considerar que, principalmente no ambiente digital, tanto gêneros quanto formatos e espécies (tipos) podem assumir um caráter confluyente e formas híbridas, como observa Bertocchi (2005, p. 1291):

A literatura existente nos explica que as espécies de gêneros nascem, transformam-se, mesclam-se com outras, originam subgêneros e, eventualmente, morrem. Os gêneros, além disso, não aparecem em estado “puro” na prática: as espécies mantêm fronteiras ambíguas, pontos de contato, aproximações e intersecções.

Além dos gêneros, formatos e outras diversas características, o jornalismo on-line também adaptou do jornalismo impresso a divisão dos assuntos tratados em editorias temáticas, que tradicionalmente sempre serviram tanto para dividir e organizar o trabalho dos jornalistas nas redações quanto para agrupar assuntos mais comuns do noticiário. Nos jornais diários impressos, uma prática comum é a organização das editorias em cadernos ou suplementos, fascículos com encadernação própria inseridos no conjunto da publicação. Essa divisão, e também agrupamento, dos conteúdos jornalísticos em editorias é um recurso resultante da especialização temática da imprensa, que garante aos veículos a adoção de seções específicas.

A especialização temática da mídia impressa, seguida do processo de segmentação, tornou-se uma tendência mundial nas últimas décadas do século XX, bem como no Brasil (NORA, 2008, p. 2). Tal necessidade justifica-se porque, como argumenta Karam (2004, p. 23), a produção humana de fatos e conhecimentos é praticamente infinita e, assim, “o jornalismo, teoricamente, tende, pode e deve segmentar-se e especializar-se. Jornais não podem, com o acesso ilimitado aos fatos contemporâneos, atender interesses tão diversos quanto os diferenciados públicos hoje existentes”. No caso dos veículos on-line, a necessidade de lidar com a expressiva heterogeneidade do público não é diferente, como aponta Viana (2001, p. 44):

E assim será a leitura de notícias na Internet: de forma caótica. Aqui, o editor é o leitor. É preciso pensar nisso quando se faz um *site* jornalístico. Em geral, apela-se para a velha estrutura de editorias, compartimentalizando-se as informações em *home-pages* de assuntos afins. A organização do *site* em estruturas lógicas compreensíveis é fundamental para que o visitante não se perca e resolva navegar em outra freguesia.

⁷⁸ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/a-tecnologia-nao-e-inimiga/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

O que podemos observar na prática é que, mesmo num contexto de web semântica e quinta fase do jornalismo on-line, a estrutura de classificação, divisão ou agrupamento de assuntos é até hoje utilizada rigorosamente por veículos on-line em todo o mundo ocidental. De jornais de grande porte na Europa (como *The Guardian*, na Inglaterra, e *Le Monde*, na França) e nos Estados Unidos (*The New York Times* ou *The Washington Post*) e canais de Televisão on-line (RTVE, na Espanha, ou *Televisa*, no México) aos portais de notícias no Brasil (G1 e UOL) e pequenos sites de cidades fronteiriças, como aqueles abordados inicialmente neste trabalho (Porã News, de Ponta Porã-MS, ou Folha MS, de Corumbá-MS). Evidentemente, a variedade temática é incalculável, de acordo com as opções editoriais de cada veículo – de Mundo a Local, de Cotidiano a Carros, por exemplo.

No caso desses últimos veículos, que constituem o foco deste trabalho, destacam-se algumas editorias que, muitas vezes, servem mais como um modo de generalização e macro agrupamento de assuntos, como a editoria de Geral. Esta nem sempre é exatamente uma editoria, mas o departamento e a equipe de reportagem e redação que tratam de assuntos diversos, como acidentes, intempéries, tragédias e até crimes – estes geralmente reservados para a editorial de Polícia. A editoria de Local ou Cidade também costuma englobar todos os assuntos de interesse local ou regional que não se encaixam nas demais. A nosso ver, a organização de conteúdos jornalísticos em editorias parece ser ainda a melhor forma de extrair do caos do webjornalismo alguma ordem ou coerência, cuja eficácia dependerá dos interesses do leitor/usuário.

3.2. O fazer jornalístico na zona de impacto

Alternando entre momentos de transformações e de estagnação, a atividade e o mercado jornalísticos em todo o mundo mudaram substancialmente nas últimas décadas com o advento do ambiente on-line, mesmo mantendo, em muitos casos, velhas estruturas de produção e modelos de negócios ultrapassados. Desde o início desta pesquisa, portanto, inquietou-nos uma questão secundária: dados os contextos de avanços tecnológicos versus cadeia de valor, o que há de diferente em fazer jornalismo em regiões de fronteira? Posta com outras palavras: com relação às demais regiões de interior, o que têm as fronteiras de especial para a prática do jornalismo e a atividade empresarial da imprensa, particularmente os sites de notícias?

Nesses complexos ambientes de interações e ambiguidades que são as fronteiras, entendemos o jornalismo como um conjunto de técnicas, práticas e atividades que apreendem e representam uma fração de uma confluência transnacional em âmbitos social e político, mas que “se constrói também sobre o cultural, mais especificamente sobre as semelhanças entre

padrões de conduta, valores, idiomas, enfim, no entorno simbólico entre os dois lados da fronteira” (RUIZ, 1996, p. 1). Trata-se, portanto, de uma retroalimentação entre jornalismo e fronteira, que mantém o essencial fluxo de informações para a dinâmica da construção e do cruzamento das fronteiras culturais entre dois ou mais países.

Antes de tratarmos das especificidades dessas regiões para o exercício do jornalismo e, por conseguinte, da atuação dos veículos de imprensa, entendemos que essa atividade integra um contexto no qual “a tríade formada pelos termos globalização, instantaneidade e localidade revela outro fenômeno em curso, [...] que pode ser explicado como uma nova economia de territórios” (MOREIRA, 2013, p. 13). Nesse cenário, a globalização e a localidade fundem-se heterogeneamente para produzir comunidades “glocais”, marcadas pela “glocalidade”, como explica Ota (2013, p. 291), para quem essa articulação

insere o local no interior da lógica da globalização e como cita Hall (2005) em vez de destruir as identidades nacionais, poderá produzir novas identificações globais e locais. Santos (1996, p. 252) relata que uma maior globalidade corresponde a uma maior individualidade, fenômeno denominado como “glocalidade” [...]. O termo glocalidade foi também constituído pelo sociólogo Roland Robertson (1992) como um processo de interação entre o local e o global e vice-versa, uma mistura de globalização com características locais.

Se é válido situar a imprensa atuante em regiões de fronteira como o porta-voz de comunidades “glocais”, também é pertinente compreendê-la como mídia de proximidade, de acordo com Peruzzo (2003, p. 67), para quem, “no contexto de acelerada globalização das comunicações, o mundo assiste à revitalização das mídias locais e regionais”. Para esta autora, a reafirmação dessa mídia de proximidade é uma clara demonstração de que, embora conectados ao restante do mundo por meio dos canais de abrangência global como a internet e a TV e pelos processos de mundialização da cultura (ORTIZ, 1994), “os cidadãos reivindicam o direito à diferença” e “querem ver as coisas do seu lugar, de sua história e de sua cultura expressas nos meios de comunicação ao seu alcance” (PERUZZO, 2003, p. 67).

Dispensando, neste caso, as distinções conceituais e práticas entre jornalismo, imprensa e mídia, persiste a questão: é legítimo falarmos de jornalismo fronteiriço? Ou seria este simplesmente um jornalismo local, periférico, distante dos centros de poder político, econômico e cultural? Embora se possa argumentar que a participação da imprensa nos múltiplos fatores políticos, sociais e culturais da vida fronteiriça não se diferencie de outras regiões, observações em campo permitem-nos assumir que, nas fronteiras, ela adquire outros contornos e intensidades porque insere-se num contexto de alta complexidade, de inter-relações entre inúmeras culturas e identidades que se caracterizam pela diferença e pelo contraste (BARTH, 2000).

Filiamo-nos à opinião de Müller et al. (2010, p. 122), para quem a mídia tem papel fundamental no ambiente de fronteira porque “participa ativamente dos acontecimentos, relatando os fatos, selecionando os atores que irão conduzir as cenas, definindo quais as práticas socioculturais que serão abordadas como notícia, entretenimento ou anúncios publicitários”. Ao ajudar a delinear os elementos que comporão a pauta social e a opinião pública local, portanto, os autores (2010, p. 124) defendem que “a mídia da fronteira funciona como a representação concreta das relações que se estabelecem na sociedade, a partir dos interesses e desejos desta, decorrentes das crises, conflitos e necessidades que se criam no dia a dia de vizinhança”.

Uma análise preliminar da imprensa nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, particularmente de sites de notícias, confrontada com resultados de pesquisas realizadas nessas regiões (OTA, 2006; SOARES, 2011), sugeriu que é expressivo o interesse das comunidades fronteiriças pelas notícias locais, de ambos os lados, o que se pode afirmar a partir da constatação do grande número de jornalistas (na maioria, repórteres amadores e autodidatas) atuando nas duas regiões abordadas. Mesmo nas localidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, onde não foram localizados veículos on-line, tal premissa parece se confirmar, dada a presença significativa de veículos impressos e analógicos (emissoras de rádio e TV).

Por meio da mídia on-line em qualquer um dos suportes ou formatos, o morador da fronteira – leitor, ouvinte ou telespectador – busca manter-se informado, de forma imediata, acerca dos fatos ocorridos no ambiente no qual está inserido, que não raro envolve pessoas do seu círculo de convivência ou conhecimento. Como apontam Müller, Raddatz e Bonfim (2013, p. 70), tais fatos podem variar de eventos políticos e culturais até quem esteve envolvido num acidente ou incidente policial no centro da cidade, por exemplo. Por outro lado, as plataformas do ambiente on-line são a alternativa para os veículos tradicionais manterem-se presentes no cotidiano do público e se viabilizarem comercialmente. Forma-se assim um círculo em que

a mídia de fronteira online interage com os cidadãos locais e com os cidadãos do mundo, o que leva a supor uma reorganização desse espaço, no sentido de pensar a sua programação tendo em vista este ouvinte, leitor, espectador internauta, procurando transformar e adequar as informações e os saberes de modo a refletir sobre suas práticas e seus fazeres. (MÜLLER; RADDATZ; BONFIM, 2013, p. 70).

Buscando respostas à questão inicial, portanto, consideramos o ponto de vista de Weber (2011, p. 221), para quem o fato de

Ser fronteiro culmina em duas características principais para o jornalismo: 1) ele produz e divulga notícias sobre os países vizinhos, as quais são, a uma só vez, locais e internacionais; 2) ele produz e divulga notícias para consumidores de distintas nacionalidades, já que esses jornais cruzam a linha divisória para circular em bancas, residências, pontos comerciais “do outro lado”.

A concepção de Weber (2011) é compartilhada por Raddatz (2015, p. 211), ao discutir o papel do rádio fronteiriço no âmbito das fronteiras culturais. Além do aspecto local/internacional simultâneo das pautas abordadas por esses veículos, ela entende que, diferentemente de outras regiões, há no local fronteiriço um caráter de tridimensionalidade: “o local do lado de cá, o local do lado de lá e o local que aborda interesses da fronteira como unidade, ou seja, que diz respeito aos interesses comuns dos dois lados do marco da fronteira”. Essa também é a opinião manifestada por Soares (2011, p. 51) ao analisar como o jornalismo televisivo fronteiriço mescla interesses e convívios binacionais:

O fazer jornalismo em uma região de fronteira possui certas características que, de alguma forma, o diferenciam de outras regiões. Não chega a ser diferente no formato, mas na forma de entender o vizinho próximo. Nas necessidades fronteiriças há uma dualidade que não se dá em outros lugares. Na fronteira, o interesse informativo de um lado e de outro pode se chocar. Há de se ter uma visão ampla a respeito dos dois lados para que a informação tenha valor para as duas sociedades.

Dentre as diversas concepções de profissionais que vivenciam o jornalismo fronteiriço ouvidos durante a pesquisa, destacamos algumas que consideramos indicativas das respostas que buscamos. Lourenso Vera (2016), proprietário e editor do site Porã News, de Ponta Porã, apontou uma contradição: “Para quem aprende a ser jornalista na fronteira, a linha que divide os dois países não existe na hora de apurar os fatos, mas é preciso considerar dois mundos no momento de publicar informações que podem impactar duas comunidades”. Para Fernando Akiito Moltocaró (2016), repórter do site Conesul News, atuante na mesma cidade, fazer jornalismo na fronteira traz uma responsabilidade adicional pois os sites fronteiriços se tornam referências para veículos de outras regiões e impactam a visão que elas têm das cidades da fronteira.

Opinando exclusivamente a respeito de Corumbá, Erik Silva (2016), sócio e editor do site Folha MS, enfatizou a “extrema dificuldade” de sobrevivência financeira dos veículos com investimento publicitário privado e a conseqüente dependência do poder público. “Mais do que em outras regiões onde trabalhei, a dependência financeira dos órgãos públicos locais limita muito o nosso trabalho e a livre abordagem dos problemas e conflitos envolvendo as comunidades fronteiriças”, acrescentou. Na opinião de Sylma Lima (2016), proprietária do site Capital do Pantanal, da mesma cidade, ainda mais difícil é ter acesso às informações que interessam à população fronteiriça num ambiente onde “tanto os criminosos quanto as autoridades policiais atuam para que todos os fatos permaneçam camuflados”.

Tais observações levam-nos a inferir que, tal qual uma “zona de impacto” e “ao mesmo tempo lugar de integração e espaço de tensão” (RADDATZ, 2009), a fronteira se revela no fazer jornalístico e nos veículos de imprensa, que expressam a integração e o conflito entre as

comunidades das cidades fronteiriças e, por conseguinte, os países. A partir desta concepção, é possível cogitar que o jornalismo ajude a integrar os povos enquanto elemento mediador entre as culturas, por sua “facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres” (RADDATZ, 2015, p. 212). Além disso, como observam Müller et al. (2012, p. 229), é plausível que

o jornalismo online possa ser um importante instrumento para projetar a fronteira além dos limites internacionais, valorizando a questão do local, tão cercada de mitos e preconceitos. A fronteira será sempre a fronteira na concepção geopolítica, que vincula Estado e território, numa perspectiva de soberania nacional e relações de poder que envolve a terra, o ar e as águas, em conformidade com a lei. Mas nesta faixa geográfica vive o habitante, o “ser fronteiriço”, que se reconhece como tal, mas cuja imagem externa é composta por sentidos outros.

Concordamos, portanto, com a tese de Soares (2011, p. 154-156) de que o jornalismo fronteiriço “promove ações de proximidade e de conectividade entre as duas sociedades fronteiriças” e “realça valores identitários locais”, criando “possibilidades de diálogo entre as duas comunidades”, porque é essencialmente dirigido “às populações das duas cidades”. Também consideramos, por outro lado, a possibilidade de que esses veículos de imprensa sejam canais nos quais se manifestem, com diferentes níveis de intensidade, contrastes identitários e discursos contraditórios acerca do outro nessas regiões da fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia em território sul-mato-grossense.

De todo modo, o cruzamento entre as incursões teóricas e práticas leva-nos a afastar qualquer inclinação à visão idealizada de que as fronteiras abordadas possam ser compreendidas como um ambiente de hibridismo pleno, nas quais habitaria um terceiro elemento, um cidadão fronteiriço – nem brasileiro nem paraguaio ou boliviano, mas apenas fronteiriço. Para Nascimento (2012) e Costa, G. (2013), esse “pretenso hibridismo” não seria mais do que uma abstração excessivamente retórica, que esconde e ao mesmo tempo reifica e perpetua o preconceito entre esses povos. No entanto, se a fronteira é por excelência um ambiente de conflito, são os conflitos e não a estabilidade que provocam o movimento, as mudanças e as transformações sociais tão essenciais à dinâmica da vida fronteiriça.

Dessa forma, na perspectiva da retroalimentação, por um lado, a imprensa extrai da fronteira uma rica matéria-prima para o fazer jornalístico: conflitos, intrincados processos de interação e trocas de bens materiais e simbólicos; por outro, a fronteira recorre à mídia como “um dos principais mecanismos de articulação das ideias do lugar e reflexo de vivências dos sujeitos fronteiriços” (MÜLLER, 2015, p. 135). A resposta que consideramos mais adequada à nossa questão, portanto, é que podemos falar em jornalismo fronteiriço porque, como aponta

esta autora (2015, p. 133), na fronteira ocorre o “contato permanente e diário entre sujeitos de nacionalidades distintas” e a intersecção de culturas que podem ser definidas como “híbridas, ambíguas, ambivalentes, mestiças, polissêmicas”.

3.3. Sites de notícias: ambientes ‘desfronteirizados’ nas fronteiras

Cumprir o objetivo central deste trabalho – identificar o espaço editorial dedicado pela imprensa fronteiriça on-line aos assuntos institucionais que envolvem a fronteira e abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito – exigiu, antes de tudo, o conhecimento, ainda que parcial, do contexto social, político e institucional no qual estão inseridos os sites de notícias nas duas principais regiões de fronteira do Mato Grosso do Sul. Para isso, foi necessário a realização de uma pesquisa exploratória nas localidades, com visitas aos veículos dos dois lados da fronteira, entrevistas ou conversas informais com jornalistas e outros profissionais da imprensa local, que ajudaram a compor o cenário do jornalismo fronteiriço.

O primeiro passo da pesquisa exploratória constituiu-se do levantamento dos principais veículos on-line existentes naquelas regiões, inicialmente por meio das ferramentas de busca disponíveis na internet (Google, Bing e Facebook). Depois de identificados e selecionados preliminarmente, os veículos com potencial para integrar a pesquisa foram classificados por ordem de relevância a partir da verificação métrica de audiência, medida com base nos critérios de número de acessos e tempo médio despendido pelos usuários na leitura das notícias. Para isso, utilizamos a ferramenta SimilarWeb⁷⁹ (<https://www.similarweb.com/>), empresa especializada em serviços de inteligência de dados para o mercado digital.

O primeiro levantamento métrico foi realizado no dia 5 de setembro de 2016 com os sites de notícias da fronteira Brasil-Bolívia e apontou, para a análise preliminar, os seguintes veículos com sede e atuação em Corumbá: Diário Corumbaense, Folha MS e Capital do Pantanal. Apesar de insistente pesquisa na internet e contatos com profissionais de imprensa de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, não encontramos nenhum site de notícias com características semelhantes aos veículos identificados no lado brasileiro. Os profissionais consultados confirmaram a inexistência de sites jornalísticos estabelecidos naquelas localidades, o que estaria diretamente relacionado ao baixo percentual de acesso à internet da população boliviana⁸⁰.

⁷⁹ Conforme informações do site Similarweb.com, a ferramenta analisa 80 milhões de sites e 3 milhões de aplicativos móveis em 60 países de quatro continentes, de pequenas empresas a companhias globais, que são classificados em 240 categorias. Disponível em: <<https://www.similarweb.com/corp/about/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

⁸⁰ De acordo com a *International Telecommunication Union* (UTC), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em tecnologias de informação e comunicação, em 2016, a Bolívia contava com apenas 39,7

A solução adotada foi analisar preliminarmente sites de notícias com base operacional e editorial em Santa Cruz de la Sierra, capital do Departamento de Santa Cruz, do qual fazem parte as duas cidades fronteiriças: El Deber e La Estrella del Oriente, jornais impressos com sites homônimos, mesmo reconhecendo uma possível limitação do estudo. Consideramos nessa opção o fato de esses veículos terem presença física, por meio da distribuição de exemplares, e assídua cobertura jornalística na região, sendo que o primeiro mantém dois repórteres correspondentes atuando na fronteira com o Brasil. Os resultados observados no levantamento com os veículos da fronteira Brasil-Bolívia foram os seguintes, conforme a Tabela 1 (abaixo):

Tabela 1 – Sites de notícias inicialmente identificados na fronteira Brasil-Bolívia

VEÍCULO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	NÚMERO MÉDIO DE ACESSOS	TEMPO MÉDIO DE LEITURA
Diário Corumbaense	http://www.diarionline.com.br	209,6 mil visitas/mês	00:05:07
Folha MS	http://www.folhams.com.br	70,5 mil visitas/mês	00:01:55
Capital do Pantanal	http://www.capitaldopantanal.com.br	11 mil visitas/mês	00:00:55
El Deber	http://www.eldeber.com.bo	1,5 milhão de visitas/mês	00:15:22
La Estrella del Oriente	http://www.laestrelladelorient.com	10,6 mil visitas/mês	00:01:27

Fonte: Similarweb.com, setembro de 2016.

Com a mesma metodologia, realizamos levantamento no dia 22 de dezembro de 2016 com os veículos da fronteira Brasil-Paraguai, que apontou para a análise preliminar os seguintes veículos: Ponta Porã Informa, Porã News e Conesul News – os dois primeiros com sede e atuação em Ponta Porã, e o terceiro sediado em Dourados (segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, localizada a 122 quilômetros de Ponta Porã). Do lado paraguaio, identificamos os sites Capitán Bado, que veicula conteúdo em português e espanhol sem critérios de separação e organização, e Amambay 570, site oficial da Rádio AM Amambay 570. Os resultados verificados foram os seguintes, conforme a Tabela 2 (abaixo):

Tabela 2 – Sites de notícias inicialmente identificados na fronteira Brasil-Paraguai

VEÍCULO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	NÚMERO MÉDIO DE ACESSOS	TEMPO MÉDIO DE LEITURA
Ponta Porã Informa	http://www.pontaporainforma.com.br	80,4 mil visitas/mês	00:02:46
Porã News	http://poranews.com	61,6 mil visitas/mês	00:01:37
Conesul News	http://www.conesulnews.com.br	36,9 mil visitas/mês	00:02:09

de sua população (4,3 milhões de pessoas) com acesso à internet (129ª posição no ranking global). Disponível em: <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Tabela 2 – Sites de notícias inicialmente identificados na fronteira Brasil-Paraguai (continuação)

VEÍCULO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	NÚMERO MÉDIO DE ACESSOS	TEMPO MÉDIO DE LEITURA
Capitán Bado	http://www.capitanbado.com	201,2 mil visitas/mês	00:06:54
Amambay 570	http://amambay570.com.py	98,9 mil visitas/mês	00:02:00

Fonte: Similarweb.com, dezembro de 2016.

Após os levantamentos on-line⁸¹, seguiram-se os contatos diretos com jornalistas atuantes nas duas regiões, que contribuíram com informações mais precisas que embasariam a escolha dos veículos para a pesquisa, além da indicação dos profissionais para futuras entrevistas. A segunda etapa da pesquisa exploratória, portanto, compôs-se de visitas às cidades selecionadas e entrevistas abertas em profundidade com os representantes dos veículos identificados: entre os dias 5 e 7 de setembro de 2016, entrevistamos os responsáveis editoriais pelos sites de Corumbá e representantes comerciais dos veículos bolivianos El Deber e TV Unitel; e entre os dias 27 e 30 de dezembro, ouvimos os representantes dos cinco veículos da fronteira Brasil-Paraguai.

Com base na pesquisa exploratória e atendendo aos critérios predefinidos, selecionamos os sites Ponta Porã Informa e Amambay 570, na fronteira Brasil-Paraguai. Embora mais acessado, o site Capitán Bado não se enquadrava nos critérios de localidade (não é um veículo 100% paraguaio) e noticiabilidade (classificados, conteúdos publicitários e de entretenimento são predominantes) definidos para este estudo. Na fronteira Brasil-Bolívia, selecionamos os sites Diário Corumbaense e El Deber, este último pela cobertura fronteiriça, apesar da base em Santa Cruz de la Sierra e dos números de acessos muito distintos dos demais veículos, fatos que posteriormente demonstraram não comprometer os resultados. As entrevistas em profundidade subsidiaram a descrição subsequente do histórico e da linha editorial dos veículos selecionados.

Ponta Porã Informa

Proprietário e diretor do site Ponta Porã Informa, o radialista e jornalista Sebastião Neris Prado, entrevistado em 27 de dezembro de 2016, relatou que instituiu a empresa em meados de 2014 devido à dificuldade de trabalhar em outros veículos por conta de embates políticos enquanto profissional de imprensa. Na ocasião, o site era alimentado basicamente pelo conteúdo apurado e escrito por ele e pela esposa, a advogada Dora Nunes, além de um repórter fotográfico responsável pela cobertura da área social (festas e eventos sociais), com reproduções de textos

⁸¹ Com pequenas variações, novas avaliações realizadas em 5 de janeiro de 2017 com a ferramenta Similarweb.com mostraram os mesmos resultados com relação a todos os veículos analisados.

de assessorias de imprensa e de veículos estaduais e nacionais, e por artigos escritos por cerca de 10 colunistas colaboradores.

Com a redação instalada na própria residência, localizada num bairro de Ponta Porã – onde também funciona uma agência de publicidade para atender às demandas dos órgãos locais –, o site tem como foco editorial as áreas de política, polícia e social, buscando realizar uma cobertura significativamente factual e com a maior agilidade possível, de acordo com o proprietário. A esse respeito, Prado (2016) explica que

o site sobrevive de acessos e, para ter acessos, precisa divulgar o que está acontecendo instantaneamente, tendo cuidado com a informação, citando os fatos e não os nomes. Na área política, trabalhamos principalmente com a cobertura dos atos da Prefeitura e da Câmara, em todas as situações para as quais somos convidados. Preferimos ir até o local, pois depender da assessoria de imprensa é muito demorado. Também acompanhamos alguns atos da Prefeitura e da Câmara de Pedro Juan Caballero, traduzindo as matérias, pois lá o acesso é mais difícil.

Embora só tivesse dois anos e meio de existência, o Ponta Porã Informa já era o site mais acessado do lado brasileiro. Prado (2016) atribuiu o resultado a uma combinação de fatores: os outdoors localizados em vários pontos da cidade para divulgação do próprio veículo; a postagem das matérias em diversas ferramentas de mídia social (Facebook, Instagram e Twitter, por exemplo); a coluna de aniversariantes do dia, com publicação de fotos e nomes de cidadãos comuns; e o principal deles: “Tenho um programa diário matinal na rádio Cerro Corá FM 91.5, de Pedro Juan Caballero, onde gravo as entrevistas e as transformo em matérias para o site nos formatos texto e áudio. Em todas as ocasiões possíveis, divulgo o site”, relatou.

Quanto ao layout, o topo da página inicial do Ponta Porã Informa é ocupado por um *player* de rádio web própria, que também transmite parte da programação da rádio Cerro Corá FM 91.5, logotipo do veículo, quatro banners de publicidade e ferramenta de busca (Google), seguidos de um menu com a organização das seções do site, estes constituídos por editorias: Home, Notícias (Agronegócios, Ponta Porã, Paraguai, Região, Brasil&Mundo, Política, Polícia, Economia, Educação, Empregos e Concursos, Esportes), Variedades (Cultura, Decoração, Dicas, Saúde, Receitas, Fitness, Moda, Celebidades, Televisão), Festas&Eventos, Colunistas, Vídeos, Entrevistas e Expediente. Segue-se a área de notícias composta por um carrossel, colunas verticais e horizontais de matérias com e sem fotos, intercaladas com novos banners de publicidade e as seções Esportes, Vídeos, Festas&Eventos, Tempo, Enquete, Facebook e Colunistas.

De acordo com o jornalista, a média diária de produção própria é de 10 a 12 matérias, sendo todas as demais resultantes de reprodução de outros veículos, conteúdo produzido por colaboradores ou das assessorias de imprensa – principalmente no caso de assuntos não factuais, não urgentes – ou frios, no jargão jornalístico. “Nossa orientação é que todas as notícias de capa

sejam locais, e é isso que buscamos fazer para dar visibilidade à cidade”, destacou, acrescentando ainda que, para atender os anunciantes e chamar a atenção dos leitores, utiliza práticas de *merchandising* na página inicial do site, divulgando promoções de comerciantes locais, como é o caso da chamada “Supermercado Sol e as ofertas para o final de semana”⁸².

Figura 12 – Topo da página inicial do site Ponta Porã Informa em 15 de maio de 2018



Fonte: <http://www.pontaporainforma.com.br/>

Quanto à cobertura da temática fronteiriça e dos assuntos do lado paraguaio, Prado (2016) revelou que, por conta de seu programa na rádio Cerro Corá FM 91.5, o acesso às autoridades paraguaias é relativamente fácil, tais como o governador do Departamento de Amambay e o prefeito (*alcalde*) da capital, Pedro Juan Caballero. As frequentes entrevistas na rádio, bem como um boletim diário produzido por um repórter paraguaio com as notícias da cidade vizinha, oferecem um rico material jornalístico para o site, conforme Prado (2016):

Publicamos as matérias que podem despertar mais interesse dos brasileiros, como lançamentos de obras e projetos sociais, que traduzimos para o português. No Paraguai, a prática da assessoria de imprensa ainda é muito recente, inclusive das próprias instituições públicas, mas, por outro lado, o jornalismo praticado nas rádios é muito forte e dinâmico, e as informações circulam de forma muito mais rápida. Quando um radialista abre um programa jornalístico às 7 horas da manhã, são dois ou três profissionais no estúdio e mais cinco ou seis repórteres nas ruas, buscando notícias.

⁸² Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/ponta-pora/supermercado-sol-e-as-ofertas-para-o-final-de-semana-26-01-2018-23>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

O jornalista admitiu, no entanto, que são raras as situações em que precisa se deslocar até o lado paraguaio para cobrir ou apurar fatos, graças à facilidade para a rápida e constante troca de mensagens instantâneas entre os profissionais de imprensa dos dois lados (por meio de ferramentas como o WhatsApp, por exemplo). “Existe uma grande amizade entre os periodistas daqui e de lá. Com o envio de imagens e informações de um lado ao outro, só cruzamos a fronteira para produzir matérias no caso de grandes eventos ou fatos muito relevantes, e quando somos convidados”, afirmou Prado (2016), citando como exemplo o evento Semana Acadêmica da Faculdade de Medicina de Pedro Juan Caballero, empresa anunciante do site.

Amambay 570

O site Amambay 570 tem origem na rádio Amambay 570 AM, emissora fundada pelos amigos Antonio Delgado, Oscar Charbel e Epifanio Rolón e que foi ao ar pela primeira vez em 12 de outubro de 1959. Inicialmente denominada rádio La Voz del Amambay, o veículo situa-se no centro de Pedro Juan Caballero, a cerca de 700 metros de distância da Linha Internacional. Conforme histórico disponibilizado pela empresa, foi a primeira emissora do norte e nordeste do Paraguai, adotando por isso o mote “*La Pionera*” e o slogan “*Síntesis de una expresión popular al servicio del bien común*”, porque “sempre esteve a serviço do bem comum, servindo inclusive, por muitos anos, como o principal ponto de referência e orientação para os pilotos de aviões que chegavam a Pedro Juan Caballero e Ponta Porã”⁸³.

Em 1975, a emissora começou a expandir sua difusão para além da fronteira, alcançando Asunción ao passar a transmitir em ondas curtas, possibilitando que os pedrojuaninos que residiam na capital ou em outras regiões do país recebessem instantaneamente as notícias de sua cidade de origem⁸⁴. Atualmente, a empresa pertence aos irmãos Jose Carlos Acevedo Quevedo, *intendente* de Pedro Juan Caballero na ocasião, e Roberto Ramón Acevedo Quevedo, então senador e presidente do Senado do Paraguai. Lançado em meados de 2012 como extensão da rádio, o site reproduz em formato de texto grande parte do conteúdo jornalístico e comercial da emissora, além de transmiti-la ao vivo por meio de serviço de *streaming*, com programação contínua entre 5h e 23 horas.

⁸³ [...] siempre estuvo al servicio del bien común, sirviendo incluso, por muchos años, como el principal punto de referencia y orientación para los pilotos de aviones que venían a Pedro Juan Caballero y Ponta Porã”. Trecho do texto “*Radio ‘La Voz del Amambay’ cumple 57 años de historia*”, publicado pelo site Amambay 570 em 16/10/2012. Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=7513>. Acesso em: 29 jan. 2018.

⁸⁴ Idem.

Trabalhando como auxiliar administrativo da rádio Amambay 570 AM, Rosimari Centurion era, na ocasião da pesquisa, a profissional responsável por administrar e supervisionar o conteúdo jornalístico do site, no qual trabalhavam mais duas pessoas. “Eu não apuro e não escrevo, apenas publico as notícias nacionais. Tem outra pessoa que traduz e publica as notícias coletadas de veículos do Brasil e tem ainda um redator que converte o conteúdo das notícias e entrevistas da rádio em textos para o site”, relatou Centurion, entrevistada no dia 30 de dezembro de 2016. Ela confirmou que não há produção jornalística específica para o site, sendo o conteúdo proveniente das entrevistas e locuções na rádio ou reproduzido de outros veículos.

Ainda segundo a auxiliar administrativo, o site Amambay 570 não tem uma linha editorial definida ou um foco específico de atuação. Assim, busca cobrir a maior variedade possível de assuntos, desde as pautas policiais e políticas locais, nacionais e internacionais até as variedades do cotidiano, conforme os temas são abordados e discutidos nas diversas entrevistas realizadas ao longo da programação da rádio. “De manhã, temos um locutor no estúdio e seis repórteres nas ruas buscando notícias. À tarde são três repórteres e um à noite. Cobrimos todas as pautas, mas as matérias que recebem mais acessos são homicídios, acidentes e assuntos banais, que chamam a atenção das pessoas”, descreveu Centurion (2016).

Quanto ao aspecto visual, o topo da página inicial do site traz vários números telefônicos, além de links para as redes sociais. Logo abaixo do logotipo – destacando no centro superior da página as cores vermelho e azul da bandeira do Paraguai –, seguem-se as seções do site, sem divisão em editorias: *Inicio*, *Locales*, *Nacionales*, *Internacionales*, *Deportes*, *Policiales*, *Variedades*, *Programación*, *Videos*. Depois de dois banners de publicidade, à esquerda, aparece uma notícia em destaque com foto grande e título e, à direita, a ferramenta de busca (Google), o *player* automático da rádio e diversos banners de publicidade. De volta à esquerda, seguem-se distribuídas as seções do site com as respectivas notícias em destaque, sempre compostas de foto média, título, data, número de visualizações e uma frase inicial.

Com relação à cobertura política na região, Centurion (2016) relatou que os repórteres da rádio Amambay 570 AM cobrem com frequência as ações da Prefeitura de Pedro Juan Caballero e as sessões parlamentares da Junta Municipal e da Junta Departamental de Amambay, mas não as ações da Gobernación de Amambay, “por motivos de rivalidade política” entre a família proprietária dos veículos de comunicação e o governador da ocasião, Pedro González Ramírez. Quanto à cobertura jornalística no lado brasileiro, ela também enfatizou que os repórteres mantêm contato direto e contínuo com os colegas do outro lado, e salientou:

Quando tínhamos um contrato de publicidade com a Prefeitura de Ponta Porã para divulgação de matérias na rádio e no site, a cobertura era mais frequente no lado

brasileiro, mas não é mais o caso. Agora só vamos ao Brasil em casos policiais graves, acidentes sérios ou ocasiões muito especiais, como o Dia 7 de Setembro, o aniversário de Ponta Porã ou as eleições. Para as pautas políticas comuns não vamos mais, buscamos as notícias nos sites brasileiros, traduzimos e postamos. (CENTURION, 2016).

Segundo Centurion (2016), notícias sobre fatos de Ponta Porã e situações que envolvem os dois governos locais ou ações conjuntas dos órgãos de segurança são frequentes na rádio e no site. Um exemplo destacado foi uma parceria firmada entre as prefeituras de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero para ampliação e modernização da iluminação pública ao longo da Linha Internacional, do centro das duas cidades até os distritos de Sanga Puitã (Brasil) e Zanja Pytá (Paraguai). Inaugurado em junho de 2016, o moderno sistema de iluminação foi resultado de um acordo de cooperação entre os dois municípios fronteiriços, por meio do qual a cidade brasileira financiou a implantação da infraestrutura e a paraguaia custeia a energia elétrica desde então⁸⁵.

Figura 13 – Topo da página inicial do site Amambay 570 em 15 de maio de 2018



Fonte: <http://amambay570.com.py/>

Diário Corumbaense

O Diário Corumbaense nasceu como jornal impresso diário e sua primeira edição circulou nas ruas de Corumbá no dia 4 de maio de 2007, depois de um longo período em que a

⁸⁵ Matéria “Inauguraron 4 kilómetros más de Iluminación sobre la Línea Internacional”, de 29/06/2016. Disponível em: <http://www.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=6248>. Acesso em: 30 jan. 2018.

cidade permaneceu sem nenhum veículo local com tais características, conforme relatou a jornalista Rosana Nunes, proprietária e diretora geral do veículo, entrevistada no dia 6 de setembro de 2016. Dois anos depois da fundação, em meados de 2009, surgiu a versão digital do jornal, inicialmente chamada de Diário Online – nome que permaneceu no endereço eletrônico, mesmo depois da padronização das duas versões sob um único nome. Em meados de 2017, a versão impressa deixou de ser diária e passou a circular às terças e sextas-feiras.

A jornalista revelou que é o jornal impresso que garante a viabilidade comercial do site, enquanto este, por outro lado, atrai os milhares de acessos diários e favorece a relevância do primeiro. Na ocasião da entrevista, a equipe da empresa era composta por dois jornalistas, um fotógrafo, um diagramador e designer que também produzia conteúdo, além da própria diretora exercendo o papel de editora e de colunistas colaboradores. “Embora seja uma única empresa, optamos por atuar com dois veículos porque o site permite uma dinâmica mais imediata, instantânea, que nos ajuda a conquistar mais leitores e a tornar a marca Diário Corumbaense uma referência regional”, observou Nunes (2016).

Do ponto de vista visual, a página inicial do site Diário Corumbaense tem como primeiro elemento um menu com as seções do veículo, organizadas em forma de editorias: Geral, Economia, Polícia, Política, Esportes, Educação, Clima, Meio Ambiente, Carnaval, + Seções. Logo abaixo, seguem-se o ícone para a edição impressa do veículo (que pode ser acessada como arquivo digital), data, logotipo na parte superior da página e, para a direita, os links Fale Conosco, Expediente e Buscar. Quatro banners de publicidade ocupam o centro do layout, deixando um terço da página para um carrossel com as notícias em destaque (imagem, retranca e título), seguido de destaques menores abaixo (imagem e título) e ao lado (Últimas Notícias, retranca e título). Em seguida são intercaladas listas de notícias com banners de publicidade (próprios e Google), finalizando com um rodapé com os dados empresariais do veículo.

Nunes (2016) salientou que o veículo não faz distinção entre editorias ou temas, buscando cobrir a mais ampla variedade possível de assuntos, inclusive com matérias especiais em várias áreas. Ela reconheceu, no entanto, que “o carro chefe do site é a editoria de Polícia”, seguida de Esportes, principalmente quando ocorrem grandes eventos esportivos na cidade:

Damos um enfoque muito forte às notícias policiais porque é por elas que as pessoas realmente se interessam. A experiência mostra que podemos trabalhar uma matéria à exaustão, passar um mês lapidando o texto da melhor forma possível e publicá-lo rico em detalhes, rico em imagens. Mas quando publicamos uma notinha policial, é ela que bate recordes de audiência. Por isso, temos a norma de não publicar nomes de pessoas em situações de polícia e, além disso, qualquer informação deve ser verificada à exaustão até a hora de ser publicada. (NUNES, 2016).

Embora tenha admitido recorrer às inúmeras assessorias de imprensa das instituições presentes na região para compor o conteúdo do veículo, a jornalista enfatizou que procura, na maioria dos casos e dependendo do interesse da informação, utilizar os materiais recebidos apenas como sugestão de pauta. “Produzir nossas próprias matérias é fundamental porque precisamos manter a nossa identidade jornalística. Quando não é possível, sempre damos o devido crédito aos autores. De todo modo, checamos todos os dados antes de publicá-los para não reproduzirmos algum erro eventualmente cometido”, complementou Nunes (2016). Nesse sentido, ela acrescentou que a cobertura política local é muito delicada porque, historicamente, a cidade vivencia uma disputa muito acirrada entre os grupos de poder e,

por isso, procuramos adotar uma linha editorial independente e fazer uma cobertura factual e despersonalizada, mostrando o que de fato aconteceu e sempre procurando ouvir os dois lados, que é um princípio básico do jornalismo. Também acompanhamos os sites de transparência e os diários oficiais do Município e do Estado e, no dia a dia, procuramos ser a ponte entre a população e as autoridades para que alguns problemas sejam solucionados, mas sem polemizar, pois temos a prefeitura e o governo do Estado como anunciantes. (NUNES, 2016).

Por outro lado, a jornalista assegurou que a fronteira do Brasil com a Bolívia é muito tranquila para a atividade jornalística e oferece ótimas condições de trabalho e segurança aos profissionais de imprensa, principalmente se comparadas às condições observadas na fronteira com o Paraguai, por exemplo. “Temos um excelente acesso à Bolívia, assim como os colegas de lá têm acesso aqui. Apesar do alto índice de apreensões, do tráfico de armas e de drogas, do contrabando, é muito tranquilo fazer jornalismo nesta fronteira, pelo menos em comparação com outras regiões do Brasil”, destacou Nunes (2016). Isso significa, conforme ela, uma frequência significativa de coberturas do lado boliviano, principalmente em pautas policiais, devido às apreensões de drogas e prisão de brasileiros, e de economia, por conta das constantes variações cambiais.

Ao tratar das relações sociais e culturais ente as duas comunidades fronteiriças, a jornalista realçou aspectos que indicam simultaneamente expressivos processos de integração e conflito, como o fato de muitos bolivianos terem Corumbá como local de trabalho, nas feiras livres, no comércio de rua e nas pequenas lojas informais, por exemplo. “Eles giram uma economia muito grande e praticam importantes manifestações culturais na cidade, como a celebração da Virgem de Urkupíña⁸⁶ e de Nossa Senhora de Copacabana⁸⁷ e a Independência da Bolívia⁸⁸. A cultura

⁸⁶ Matéria “Bolivianos celebram Virgem de Urkupiña pelas ruas de Corumbá”, de 22/08/2016. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=87595>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁸⁷ Matéria “Em Corumbá, Nossa Senhora de Copacabana promove celebração fronteiriça”, de 07/08/2017. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=95913>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁸⁸ Matéria “Ato cívico em Corumbá celebra os 192 anos de independência da Bolívia”, de 04/08/2017. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=95860>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

boliviana tem bastante espaço em Corumbá”, reforçou Nunes (2016), mencionando ainda que mais de 500 crianças bolivianas estudam regularmente nas escolas municipais e estaduais da cidade, muitas das quais cruzam a fronteira diariamente para estudar.

Na opinião da jornalista, outros aspectos são mais conflituosos, como é o caso da presença de motoristas bolivianos no trânsito local, por conta dos “carros muito velhos” e do “transporte clandestino de passageiros” no lado brasileiro⁸⁹. O aspecto mais destacado, conforme ela, é a busca por assistência médica em Corumbá por bolivianos⁹⁰, “sobrecarregando o sistema de saúde local⁹¹”, sendo comum mulheres bolivianas terem filhos na maternidade local para garantir a nacionalidade brasileira e, conseqüentemente, o atendimento nas redes públicas de saúde e educação. “As autoridades bolivianas deveriam contribuir mais com a cidade. O governo boliviano poderia firmar um termo de cooperação com o governo brasileiro que permitisse o repasse de recursos para a saúde, mas não existe nenhuma formalização de parceria”, lamentou Nunes (2016).

Figura 14 – Topo da página inicial do site Diário Corumbaense em 15 de maio de 2018

Fonte: <http://diarionline.com.br/>

⁸⁹ Matéria “Agetrat orienta condutores estrangeiros sobre regras de trânsito e transporte ilegal de passageiros”, de 26/01/2018. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=99875>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁹⁰ Matéria “Ambulância deixa pacientes no pronto-socorro sem contato prévio”. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=83169>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁹¹ Matéria “Pacientes bolivianos sobrecarregam atendimento no hospital de Corumbá”. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=83168>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

El Deber

Fundado pelo renomado jurista boliviano Lucas Saucedo Sevilla (1892-1968), que também acumulou uma longa e prestigiada carreira jornalística, o jornal El Deber de Santa Cruz de la Sierra chegou ao público no dia 10 de junho de 1953, o que faz dele o mais antigo veículo em atividade do Departamento de Santa Cruz, na Bolívia. Surgiu autodenominando-se jornal de informações gerais, circulando inicialmente às quartas-feiras e sábados em formato berlinense (470 por 315 milímetros) e, no ano seguinte, passando às terças, quintas-feiras e domingos, em formato tabloide (430 por 280 milímetros), impresso na editora tipográfica Santa Cruz, também de propriedade do jurista e jornalista. Desde o início, o veículo adotou uma forte cobertura da pauta internacional, assinando o serviço de informações da USIS (*United States Information Agency*) e acompanhando diversas estações de rádio do exterior.

Nos primeiros anos de atividade, o El Deber orientou sua atenção para a atividade cívica regional, numa época em que a região de Santa Cruz estava prestes a receber ligações viárias com o Brasil e a Argentina, mas ainda não tinha a infraestrutura urbana básica. Nesse contexto, o veículo posicionou-se como um dos principais canais de manifestação da população local contra a “negligência do governo central do país em resolver as necessidades urgentes da região”, como apontado pelo blog *Television, Radio y Periodicos*⁹². Em 1965, o jornal foi adquirido pelo jornalista, escritor e advogado Pedro Rivero Mercado (1931-2016), do qual permaneceu como diretor até o seu falecimento.

Atualmente, o El Deber é um grupo empresarial conduzido pelo economista boliviano Martin Rapp, presidente do Diretório Corporativo, cujo trabalho é acompanhado por uma Assembleia Geral de Acionistas. Os negócios do grupo incluem jornal impresso, rádio, televisão e o site de notícias, o mais acessado da Bolívia na categoria Notícias e o 13º no ranking geral do país⁹³. Em entrevista concedida ao próprio veículo, por ocasião da celebração dos 64 anos de sua fundação, o executivo Martin Rapp (EL DEBER, 2017, on-line, tradução nossa)⁹⁴ destacou

⁹² Disponível em: <<http://televisionenbolivia.blogspot.com.br/2013/02/el-deber-primera-epoca-1953-1959.html>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁹³ Informações disponíveis na ferramenta Alexa, da Amazon.com, especializada em análise e mensuração de dados digitais. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BO>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

⁹⁴ [...] la fuerte apuesta en las plataformas digitales y en la web de EL DEBER, que a diario recibe más de 300.000 visitas de lectores, incluyendo un cambio de modelo de la Redacción con énfasis en la integración del impreso y la página electrónica. La incorporación física y el potenciamiento de la radio EL DEBER como parte de un mismo equipo periodístico es otro paso novedoso en la dinámica de los cambios implementados que nos permiten mejorar y seguir creciendo como grupo empresarial mediático que mantiene su raíz, su esencia y su pujanza. Conteúdo especial publicado em 11/02/2017 em comemoração aos 64 anos de fundação do veículo. Disponível em: <<https://social.shorthand.com/diarioeldeber/uCJhfRBTqT/el-deber-cumple-64-anos-cerca-de-la-gente>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

a forte aposta nas plataformas digitais e no site do El Deber, que diariamente recebe mais de 300 mil visitas de leitores, incluindo uma mudança no modelo editorial com ênfase na integração do impresso e da página eletrônica. A incorporação física e o empoderamento do rádio El Deber como parte da mesma equipe jornalística representaram outro passo inovador na dinâmica das mudanças implementadas que nos permitem melhorar e continuar crescendo como um grupo empresarial de mídia que mantém suas raízes, sua essência e sua força.

No que diz respeito ao modelo de trabalho editorial, o El Deber afirma-se focado nos processos de integração entre todas as suas plataformas, tanto que, desde 2016, seus editores trabalham para a internet e para o impresso, “sempre tendo como foco a premissa de que o importante é a informação e não a plataforma em que esta é publicada. Integrar tudo não é um capricho, mas a tendência de todos os jornais importantes do mundo, do The New York Times ao Clarín ou La Nación de Buenos Aires” (EL DEBER, 2017, on-line, tradução nossa)⁹⁵. De acordo com o veículo, os resultados dessa integração foram percebidos na produção diária de matérias, que teria passado de uma média de 35/45 para 65/75 por dia, bem como no aumento no número de acessos de “42 milhões em 2015 para mais de 80 milhões em 2016”.

Visualmente, o El Deber apresenta de fato porte de veículo nacional, assemelhando-se aos grandes portais de notícias brasileiros, porém, sem um volume significativo de peças de publicidade. Apenas um banner médio de publicidade abre a página inicial, seguido de dados gerais (local, data, meteorologia). Logo abaixo, um ícone de menu à esquerda, o logotipo do veículo em verde (cor predominante em todo o site) e a ferramenta de busca à direita. Segue-se então um menu de seções: *Portada* (capa ou página principal), *Santa Cruz*, *Bolívia*, *Mundo*, *Economía*, *Opinión*, *Extra*, *Escenas* (arte e cultura), *Diez* (caderno de esportes da edição impressa), *Sociales*, *Clasificados*, *+Mas* (*Horoscopo*, *Classificados*, *Publicidad*, etc.) e um *player* de rádio web (*EN VIVO FM 103.3*).

Logo abaixo, aparece uma imagem centralizada e estendida por toda a página, composta com um título, um subtítulo e uma retranca editorial, entre dois banners verticais fixos de publicidade da assinatura da versão impressa do próprio El Deber. Seguem-se notícias em destaque de editorias e tamanhos variados, geralmente com imagem, retranca, título e primeira linha do texto. Um amplo carrossel intitulado “*Las imágenes del día*” permite o acesso a oito galerias de imagens em destaque, seguido de novas notícias em destaque organizadas por seções, intercaladas com elementos como *Enquete*, *Lo más visto*, *Crónicas Corrosivas*, *La Frase del Día*, entre outros. O rodapé traz links para alguns dos canais e serviços do site e para as páginas do veículo nas redes sociais.

⁹⁵ [...] siempre teniendo como eje la premisa de que lo importante es la información y no la plataforma en que se la publique. Integrar todo no es un capricho, sino la tendencia de todos los diarios importantes del mundo, desde The New York Times al Clarín o La Nación de Buenos Aires. (EL DEBER, 2017, on-line).

Comercialmente, o El Deber está presente na fronteira com o Brasil por meio de um escritório de distribuição da edição impressa, localizado no centro de Puerto Suárez e cujo representante é Frederico Aranda Vargas. Além de atender aos assinantes do jornal nas duas cidades fronteiriças, ele também responde pela venda de anúncios publicitários na região. Do ponto de vista jornalístico, o veículo conta com dois jornalistas correspondentes: Walter Coria Peñado, responsável pela cobertura em Puerto Suárez, mas que eventualmente atua em Santa Cruz de la Sierra (entrevistado por telefone em 27 de janeiro de 2018); e Lorenzo Yupie, que responde por Puerto Quijarro e também trabalha para uma rádio local e para a *alcaldia* (e que não foi localizado para conceder entrevista).

Figura 15 – Topo da página inicial do site El Deber em 15 de maio de 2018

FacePhi, la biometría facial más innovadora del país.

banco **bifa**
simplificando tu vida
Esta entidad es supervisada por ASFI

Santa Cruz, 15/05/2018

30°C 22°C Noroeste 24 km/h

EL DEBER

Buscar

PORTADA SANTA CRUZ BOLIVIA MUNDO ECONOMÍA OPINIÓN EXTRA ESCENAS DIEZ SOCIALES **Clasificados** Más EN VIVO FM 103.3

ES NOTICIA: < Exportación de gas - Casa Grande del Pueblo - Odesur - Protestas en Gaza - Elecciones de Venezuela - La Ramada - rob >

Cabildo en Sucre exige la renuncia de autoridades y rechaza informe sobre Incahuasi

Las instituciones chuquisaqueñas lideradas por el Comité Cívico determinaron iniciar una vigilia permanente con el objetivo de lograr el cumplimiento de las 10 demandas que se aprobaron en el cabildo realizado este martes en Sucre

Fonte: <http://www.eldeber.com.bo/>

CAPÍTULO IV – DE COBERTORES A ROTAS BIOCEÂNICAS

4.1. Um método para o conteúdo das fronteiras

No dia 6 de março de 2013, o site Diário Corumbaense publicou notícia intitulada “Prefeituras de Corumbá e Puerto Suárez fecham acordo de cooperação mútua”⁹⁶, descrevendo a visita do então prefeito de Corumbá, Paulo Roberto Duarte, à cidade boliviana para se reunir com o então *alcalde* Roberto Vaca Yorge e tratar de assuntos do interesse dos dois municípios. “Em um clima de bastante cordialidade, os dois prefeitos trataram dos problemas que afligem ambas as cidades, como o crescimento dos casos de dengue, o roubo e furto de veículos na fronteira, além de temas comuns, como a cultura, educação e o potencial turístico da região”, dizia um trecho do texto jornalístico.

“Acordo permite que policiais ignorem fronteira durante perseguições”⁹⁷ foi o título de notícia publicada pelo site Conesul News no dia 24 de junho de 2016, relatando um ato institucional na Governadoria do Departamento de Amambay, em Pedro Juan Caballero, com a presença de autoridades políticas dos dois lados da fronteira. Conforme descreveu a matéria, a Polícia Militar de Ponta Porã propôs às autoridades paraguaias “o poder para avançar a linha do país vizinho quando necessário na busca por bandidos”. “Não podemos deixar que a soberania nacional seja um obstáculo no combate ao crime”, afirmou o então comandante da Polícia Militar de Ponta Porã, Waldomiro Centurião, em trecho do texto.

Em distintos momentos e regiões do Mato Grosso do Sul, as duas matérias exemplificam situações em que veículos de imprensa on-line abordaram temas de interesse direto e equânime das populações dos dois lados das fronteiras. Temas que continham como elemento central a cooperação entre as instituições locais e que, como é próprio de relações entre dois ou mais povos, poderiam suscitar ou resultar em conflito. Tais iniciativas podem ser compreendidas como exemplos de cooperação internacional descentralizada que, conforme a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2009, p. 38), é um “instrumento de atuação internacional dos governos locais com outros atores internacionais, visando ao desenvolvimento e à participação mais ativa das comunidades locais nos ganhos mútuos das partes cooperantes”.

Para a CNM (2009), a cooperação descentralizada geralmente é empreendida de forma autônoma, sem o conhecimento ou amparo do governo central e, portanto, à margem da

⁹⁶ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=55600>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.conesulnews.com.br/brasil-mundo/acordo-permite-que-policiais-ignorem-fronteira-durante-persegucioes>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

diplomacia oficial de um país, não podendo ser confundida com a cooperação interinstitucional, exercida por empresas ou entidades da sociedade civil organizada. Essa forma de cooperação internacional também pode ser interpretada como uma prática de paradiplomacia, contexto em que os Estados não são os únicos atores das relações internacionais, mas também as empresas transnacionais, as organizações não-governamentais e os governos subnacionais, como províncias, estados e cidades, como explica Dias (2010, on-line):

Estes últimos, os governos subnacionais, estão se tornando protagonistas dos mais ativos no cenário global [...]. Essas diferentes regiões – Estados, Províncias e Municípios – que compõem o espaço territorial do Estado devem ser entendidas como espaços de cooperação, nas quais diferentes atores se articulam com o objetivo de alcançar padrões de desenvolvimento adequados para seus territórios.

Surgiu de exemplos como os textos jornalísticos mencionados o problema inicial desta pesquisa: iniciativas institucionais paradiplomáticas que buscam promover a integração das comunidades fronteiriças são pautadas pela imprensa on-line das fronteiras? Em caso afirmativo, com que frequência, intensidade, enfoque, destaque e repercussão? Formulamos então a seguinte questão norteadora para pautar metodologicamente o trabalho: qual o espaço editorial dedicado pelos sites de notícias fronteiriços aos assuntos institucionais que envolvem a fronteira e que abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito? Ou ainda: eles abordam com significativo interesse jornalístico as questões políticas, institucionais, sociais e culturais que vão além do cotidiano factual das fronteiras (fatos policiais, por exemplo)?

Tais questões emergiram como consequência, principalmente, da constatação de que as matérias mencionadas não eram fruto de pautas próprias, de um trabalho de apuração *in loco* e de textos autorais, mas apenas reproduções de assessorias de imprensa ou de outros veículos. A matéria do Diário Corumbaense trazia como assinatura de autoria a Assessoria de Comunicação Institucional da Prefeitura de Corumbá, fonte devidamente citada. Já o texto do Conesul News tratava-se de uma reprodução de matéria publicada no dia anterior pelo site Dourados News (cidade não fronteiriça) intitulada “Em meio a conflitos, policiais solicitam poder para atravessar fronteira e ‘pegar’ bandidos”⁹⁸.

Novas questões surgiram em torno do problema central deste trabalho: quem pauta a imprensa fronteiriça on-line sobre os temas institucionais locais é ela mesma ou são as assessorias de imprensa das instituições locais e os veículos nacionais e de outras cidades (da capital do estado, por exemplo)? No caso das pautas próprias, qual é a profundidade dos materiais produzidos? Chega-se ao nível da grande reportagem ou limita-se aos formatos das notas e notícias

⁹⁸ Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/em-meio-a-conflitos-policiais-solicitam-poder-para-atravesar-fronteir/874693/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

factuais? Para encontrar respostas ao problema apresentado e às indagações do entorno, buscamos os procedimentos metodológicos de pesquisa que consideramos mais adequados para analisar uma “pequena amostragem” de um amplo, denso e complexo trabalho de inúmeros jornalistas e outros profissionais de imprensa que atuam nessas regiões, distantes dos centros de poder de seus países.

A proposta adotada foi a Análise de Conteúdo, sistematizada pela pesquisadora francesa Laurence Bardin, professora de Psicologia da *L'Université Paris Descartes*, com a publicação da obra *L'analyse de contenu* (1977), na qual ela afirma que esta é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. De modo geral, a autora a define como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

A Análise de Conteúdo apresentou-se como abordagem metodológica mais adequada ao trabalho nos aspectos quantitativo (estatístico) e qualitativo (inferencial) da análise porque, de acordo com Ferreira (2000, p. 13), atende ao propósito de avançar para além dos significados isolados e da leitura simples dos elementos explícitos, aplicando-se a “tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos”. Ainda de acordo com Bardin (2011, p. 20), por meio desse conjunto de técnicas e procedimentos é possível interpretar “mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”.

Dessa forma, as mais diversas categorias de textos e documentos estão sujeitas ao escrutínio por meio da Análise de Conteúdo que, “conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”, como indica Moraes, R. (1999, p. 9). Quanto à abrangência e utilidade do método, Martins e Theóphilo (2009, p. 98) entendem que a Análise de Conteúdo “pode ser aplicada virtualmente a qualquer forma de comunicação: programas de televisão, rádio, artigos de imprensa, livros, material divulgado em sites institucionais, poemas, conversas, discursos, cartas, regulamentos etc.”.

Com seus antecedentes oriundos da hermenêutica (arte de interpretar textos sagrados, sonhos, exegese religiosa, retórica e lógica), a Análise de Conteúdo moderna começou a tomar forma no início do século XX, paralelamente ao desenvolvimento do behaviorismo (estudo do comportamento humano) nos Estados Unidos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 99). A partir

de 1927, quando Harold Laswell começou a trabalhar com esse tipo de análise para estudar a propaganda na Primeira Guerra Mundial, a técnica ganhou importância metodológica. A partir da década de 1950, Bernard Berelson e Paul Lazarsfeld contribuíram significativamente para aprofundar os conhecimentos sobre o procedimento, seguindo-se inúmeros estudos visando ao seu aprimoramento, principalmente americanos e franceses.

O marco substancial do método foi 1977, quando Bardin publicou a obra *Análise de Conteúdo*, na qual detalhou o que chamou então de “conjunto de instrumentos metodológicos” e não de método. Até hoje, o trabalho permanece como a principal referência para o estudo, a análise e a produção de inferências sobre os mais diversos conteúdos de forma objetiva e sistemática, principalmente no campo da Comunicação (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Embora bastante aperfeiçoada desde então, trata-se de uma “obra verdadeiramente notável sobre a análise de conteúdo, em que o método, poder-se-ia dizer, foi configurado em detalhes, não só em relação à técnica de seu emprego, mas também em seus princípios, em seus conceitos fundamentais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 159).

Em busca de cientificidade e objetividade, os estudiosos que adotaram a *Análise de Conteúdo* recorreram a um enfoque quantitativo no primeiro momento, pautando-se pelo cálculo de frequências. Contudo, logo essa deficiência unilateral cedeu lugar às análises qualitativas, possibilitando que o método fosse utilizado simultaneamente em ambas as abordagens (GODOY, 1995). Embora tenha origem na quantificação, o método tornou-se aos poucos um procedimento por excelência da análise qualitativa porque “sua característica é a inferência (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência no nível da mensagem), quer estas estejam baseadas ou não em indicadores quantitativos”, como explicam Mozzato e Grzybovski (2011, p. 737).

Além do interesse pelo texto em si, a *Análise de Conteúdo* ocupa-se do contexto que o envolve, buscando “inferir sobre o todo da comunicação. Entre a descrição e a interpretação interpõe-se a inferência. Buscam-se entendimentos sobre as causas e antecedentes da mensagem, bem como seus efeitos e consequências” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 99). Assim, é possível valer-se desse método para “descrever tendências no contexto das comunicações, comparar mensagens, níveis e meios de comunicação, medir a clareza das mensagens, identificar intenções, características e apelos de comunicadores”, complementam os autores (2009, p. 99). Câmara (2013, p. 182) explica ainda que,

Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Seguindo o método proposto por Bardin (2011), portanto, estruturamos a análise em três momentos distintos:

a) Pré-análise – Coleta e organização do material a ser analisado. De acordo com Bardin (2011, p. 125), esta etapa “corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. A pré-análise compreende três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos objetivos; e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Embora componha-se de atividades abertas não estruturadas, por oposição à exploração sistemática dos documentos, seu objetivo é a organização do conteúdo.

Nesta etapa, portanto, procedemos com a seleção e organização dos textos que seriam analisados por meio de navegação orgânica, monitoramento e busca nos sites de notícias escolhidos, norteados pelo critério de relação textual ou contextual com o tema de estudo. Seguiram-se a formulação de hipóteses e questões norteadoras e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

b) Exploração do material – Momento de efetivação ou aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise, em que os dados brutos são organizados e agregados em unidades que permitem a descrição das características pertinentes do conteúdo. Por meio do estudo aprofundado do material a partir de hipóteses e do referencial teórico, esta fase também pode ser chamada de “descrição analítica”, na qual se processa a escolha das unidades de análise (a palavra, o tema, a frase, os símbolos, etc.). “Essas unidades são juntadas segundo algum critério e definem as categorias. [...] As categorias devem ser exaustivas e mutuamente excludentes. Das análises de frequências das categorias surgem quadros de referências”, esclarecem Martins e Theóphilo (2009, p. 99).

Nesse momento, os dados brutos da pesquisa foram codificados e agregados em unidades para descrição das características do conteúdo. Seguiram-se a escolha das unidades de registo (recorte), a seleção das regras de contagem, a escolha das categorias e a tabulação dos resultados considerando aspectos como frequência, enfoque, destaque, repercussão no próprio veículo, entre outros.

c) Interpretação analítica – Momento em que os resultados brutos são tratados para produzirem significados válidos em que, “com os quadros de referências, os conteúdos (manifesto e latente) são revelados em função dos propósitos do estudo” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 99). Os resultados anteriores, significativos e fiéis, devem levar à proposição de inferências que, por sua vez, favorecem as interpretações de acordo com os

objetivos previstos na pesquisa. Nessa fase, produzimos inferências orientadas por diversos polos de atenção/polos de atração da comunicação, entendendo por inferência a passagem da descrição das características do conteúdo selecionado e categorizado à significação a elas concedida (BARDIN, 2011).

Na Análise de Conteúdo, a produção de inferências pode ser considerada “uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada”, como indica Fonseca Júnior (2011, p. 284). A partir delas, buscamos refletir teoricamente sobre os resultados obtidos para compreender o contexto no qual o conteúdo foi produzido e veiculado, considerando o veículo que o produziu e seu público. Dessa forma, acreditamos que a interpretação conduzida pelas inferências permitiu encontrar o que se escondia sob a aparente realidade dos textos e o discurso enunciado (BARDIN, 2011), dialogando com o referencial teórico e comprovando ou descartando as hipóteses construídas.

Partindo do pressuposto de que a fronteira é um ambiente ambivalente e contraditório, complexo e conflituoso em sua essência, esta pesquisa alinha-se à corrente teórica do Conflito Social, de fundo marxista (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993). Por outro lado, adota as técnicas metodológicas da Análise de Conteúdo, de fundo positivista (TRIVIÑOS, 1987) – teoria desenvolvida por Auguste Comte (1830-1842), para quem a vida social é regida por leis naturais universais e invariáveis. Como o Marxismo, concebido por Karl Marx e Friedrich Engels (1848), defende justamente o contrário, entendendo os fenômenos sociais a partir da manipulação e dominação ideológica, o alinhamento teórico e a proposta metodológica da pesquisa estariam, *a priori*, em campos opostos, incorrendo em certa incoerência teórico-metodológica.

No entanto, este trabalho situa-se num contexto cronológico e conceitual pós-moderno, no qual tais dualidades ou dicotomias podem ser abandonadas em nome das especificidades do mundo e em detrimento das teorias universalistas, como defendeu Lyotard (1979). Para ele, a pós-modernidade implica na incredulidade frente às grandes narrativas que tentavam antagonizar o mundo, a vida e a ciência, dentro de uma pretensa coerência exclusivista. “O recurso aos grandes relatos está excluído; não seria o caso, portanto, de recorrer nem à dialética do Espírito nem mesmo à emancipação da humanidade para a validação do discurso científico pós-moderno”, observou o autor (2009, p. 111). Nem por isso perdemos de vista a preocupação com o rigor e os critérios científicos que devem pautar um trabalho como este, como argumenta Triviños (1987, p. 170):

Os resultados, para que tenham valor científico, devem reunir certas condições. A coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação (não objetividade), por um lado, constituindo os aspectos do critério interno da verdade, e, por outro, a intersubjetividade, o critério externo.

4.2. Duas línguas, quatro veículos: pactos e operações

Depois do estudo teórico e do levantamento de campo realizados, podemos afirmar que as regiões de fronteira são bastante heterogêneas quanto à presença de veículos de imprensa on-line. Grosseiramente comparando, o município de Ponta Porã-MS, com 89,5 mil habitantes (IBGE, 2017), abriga vários sites de notícias com diversos níveis de relevância, abrangência e profissionalização (Ponta Porã Informa, Porã News, Capitán Bado, Conesul News, Notícias da Fronteira, para citar apenas alguns). Por outro lado, os municípios bolivianos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, que somam uma população de cerca de 38,2 mil habitantes (INE, 2017), não contavam com nenhum veículo on-line durante o período desta pesquisa (o que nos obrigou a selecionar o site El Deber, de Santa Cruz de la Sierra).

Tal heterogeneidade impacta a constituição de um corpus de pesquisa adequado ao caráter científico necessário e consoante critérios e regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência exigidos pela Análise de Conteúdo. De todo modo, em meio aos dois ambientes de alta complexidade escolhidos, era preciso encontrar fios condutores entre as quatro distintas realidades de imprensa fronteiriça para constituir o corpus que Bardin (2011, p. 126) define como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” e cuja “constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. Ou ainda, que Sinclair (1991) descreve como uma coleção de textos naturais (autênticos), selecionados para caracterizar um estado ou variedade de uma língua.

Alguns fios condutores identificados para a constituição do corpus, portanto, dizem respeito a critérios jornalísticos abordados no capítulo anterior, como suportes, formatos, gêneros e editoriais, considerando um conjunto de requisitos próprios da noticiabilidade. Esta corresponde, conforme Wolf (1987, p. 83), “ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”. Outros fios dizem respeito a aspectos geográficos e, principalmente, temáticos como a publicação de conteúdo jornalístico sobre e nas fronteiras, nas regiões escolhidas, apesar de suas peculiaridades.

Desse modo, o corpus da investigação a que este trabalho se propôs constituiu-se de textos jornalísticos coletados de quatro veículos de imprensa on-line (sites de notícias, com exclusividade para o texto escrito), sendo um veículo de cada lado da fronteira e, portanto, dois veículos em cada região (Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez). Como detalhado anteriormente, a escolha dos veículos baseou-se na combinação de

dois critérios: o primeiro (objetivo) levou em conta a relevância local medida pelo número de acessos e tempo médio despendido pelos usuários na leitura das notícias, a partir dos resultados de ferramentas de métricas digitais; o segundo (subjetivo) considerou o tempo de atividade e a consolidação do veículo no mercado jornalístico.

Após a escolha dos veículos – cujo crivo metodológico foi o do suporte midiático: sites de notícias e, portanto, veículos on-line –, limitamos o conteúdo coletado a textos escritos (excluindo todos os demais formatos de conteúdo, tais como áudio, vídeo, fotografia, infográfico, *slideshow* e animação). Optamos por não considerar eventuais diferenças práticas entre o tradicional texto escrito para o jornal impresso e o texto escrito para a internet – também chamado de *webwriting*, termo proposto por Kilian (1999) –, que procura adaptar a escrita para o sistema hipertextual da web, com uma narrativa fragmentada, desdobrada em outras várias submatérias. De fato, não observamos tal diferença nos veículos analisados.

Passados os crivos de suporte e formato de conteúdo, restringimos a abrangência do corpus a três dos cinco gêneros propostos por Melo e Assis (2016), detalhados no capítulo anterior, considerando-os os mais apropriados à pesquisa pelos critérios de noticiabilidade: informativo, opinativo e interpretativo. No primeiro caso, buscamos por todos os formatos jornalísticos sugeridos pelos autores: notas, notícias, reportagens e entrevista; no segundo caso, limitamo-nos aos editoriais, artigos e crônicas, excluindo comentários, resenhas, colunas, caricaturas e cartas, se fosse o caso; e no terceiro caso, deixamos em aberto a possibilidade de encontrar análises, perfis, enquetes, cronologias e dossiês.

Como observado no capítulo anterior, a estratégia de classificação, divisão e/ou agrupamento de assuntos por blocos temáticos é até hoje utilizada por veículos on-line em todo o Ocidente, não sendo diferente nos sites de notícias selecionados para este estudo. Dessa forma, adotamos o critério de classificação e análise dos assuntos por editorias, restringindo a coleta de textos àqueles tematicamente afins ao objeto da pesquisa: assuntos político-institucionais locais. Dentro da estrutura editorial particular de cada veículo, consideramos prioritariamente grupos temáticos ou editorias como Política, Economia, Cultura, Saúde, Educação e Segurança Pública. Também levamos em conta as categorizações específicas dos veículos, tais como Geral, Cidade ou Local, Região, Fronteira, Internacional ou o nome do país vizinho.

Para fins de coleta/análise, descartamos agrupamentos como Variedades, Entretenimento ou Lazer, Social, Festas e Eventos, Esportes e, principalmente, Polícia – certamente a mais rica editoria em volume de conteúdo nos quatro veículos estudados. Como todas as matérias publicadas pelos sites no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2017 foram monitoradas, textos relacionados numa dessas editorias e que se enquadraram nos critérios estabelecidos

foram eventualmente coletados e analisados. Apesar do grande volume de conteúdo na área policial, esta não foi tema de interesse da pesquisa por raramente conter elementos político-institucionais envolvidos e geralmente reforçar visões estereotipadas acerca da fronteira, das quais justamente buscamos escapar.

Uma importante delimitação deste trabalho foi o conteúdo jornalístico produzido ou reproduzido pelos veículos locais sobre assuntos político-institucionais também locais. E por instituições entendemos, de acordo com Secchi (2010), todas as organizações ou entidades que atuam sobre o funcionamento da sociedade com algum nível de interesse social. Se não ampliamos o conceito de instituição ao nível sociológico (família, escola, trabalho, por exemplo), também não o restringimos ao nível das leis, regras, políticas públicas e normas informais que influenciam o comportamento individual. Adotamos uma definição mais política, em que as instituições são organizações que coordenam as ações coletivas de um conjunto de indivíduos dentro de uma determinada comunidade (SEP, 2011, on-line)⁹⁹.

Assim, o jornalismo que nos interessa dialoga com a Comunicação Pública, que “ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público” (DUARTE, 2007, on-line)¹⁰⁰. De acordo com este autor, a Comunicação Pública no âmbito institucional deve oferecer à pauta cotidiana dos veículos de imprensa subsídios sobre o

papel, responsabilidades e funcionamento das organizações – o aparato relativo à estrutura, políticas, serviços, responsabilidades e funções dos agentes públicos, poderes, esferas governamentais, entes federativos, entidades, além dos direitos e deveres do cidadão. O que esperar, onde buscar e reclamar. (DUARTE, 2007, on-line).

Os veículos selecionados foram monitorados diariamente entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2017 por meio de navegação orgânica (leitura livre e abrangente dos títulos ou chamadas dos textos publicados pelos veículos por data) e busca por palavras-chave predefinidas nas ferramentas de busca dos próprios veículos. Dessa forma, coletamos todas as matérias que, de forma preliminar, consideramos que pudessem se relacionar com as fronteiras, a partir das seguintes demarcações temáticas: potencial para a cooperação e os conflitos internacionais locais que, de alguma forma, envolvessem instituições de um ou dos dois lados das fronteiras, ou ainda setores organizados de ambas as comunidades.

⁹⁹ *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (SEP). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/social-institutions/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://jfori.jor.br/fori/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. acesso em: 25 fev. 2018.

Definimos as seguintes palavras-chave para o monitoramento dos veículos, divididas em índices e unidades de registro, que não foram contabilizados nesta etapa da análise, conforme o Quadro 3 (abaixo):

Quadro 3 – Palavras-chave definidas para monitoramento e coleta de textos nos sites

VEÍCULO	ÍNDICES ¹⁰¹	UNIDADES DE REGISTRO ¹⁰²
Ponta Porã Informa	Paraguai, Caballero, fronteira, fronteiro/a, vizinho/a, outro lado	Cooperação, integração, parceria, acordo, conflito, controle, cobrança
Amambay 570	Brasil, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, frontera, fronterizo/a, vecino/a, outro lado	Cooperación, integración, asociación, acuerdo, conflicto, control, colección
Diário Corumbaense	Bolívia, Quijarro, Suárez, Busch, Santa Cruz, fronteira, fronteiro/a, vizinho/a, outro lado	Cooperação, integração, parceria, acordo, conflito, controle, cobrança
El Deber	Brasil, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Quijarro, Suárez ¹⁰³ , frontera, fronterizo/a, vecino/a, outro lado	Cooperación, integración, asociación, acuerdo, conflicto, control, colección

A partir da leitura preliminar e flutuante, os textos encontrados e pré-selecionados foram armazenados inicialmente em formato digital, com data e dados do veículo, e posteriormente impressos e organizados conforme a ordem de publicação para futura análise. Os textos coletados limitaram-se a notas, notícias, reportagens, artigos e entrevistas que abordavam iniciativas exclusivamente oriundas e sobre as regiões em estudo, cuja origem (pauta e fontes) era local – excluindo-se assim as reproduções da imprensa nacional dos países em questão, mas não reproduções de outros veículos locais ou regionais e de assessorias de imprensa, que constituíram um polo de atenção. Em quatro meses de monitoramento e coleta, foram pré-selecionados 172 textos, conforme a Tabela 3 (abaixo), sendo:

Tabela 3 – Número de textos pré-selecionados para a pré-análise nos quatro sites

VEÍCULO	TEXTOS
Ponta Porã Informa	33
Amambay 570	31
Diário Corumbaense	52
El Deber	56
TOTAL	172

¹⁰¹ Menção explícita de um tema numa mensagem (BARDIN, 2011, p. 130).

¹⁰² Unidade de significação a ser codificada, podendo ser o tema, uma palavra ou frase (BARDIN, 2011, p. 134).

¹⁰³ Como o El Deber é sediado em Santa Cruz de la Sierra, optamos por incluir os nomes das duas localidades fronteiriças de interesse do trabalho.

Os 172 textos coletados por meio de navegação orgânica e busca por palavras-chave foram então submetidos à primeira tarefa dentro da fase de pré-análise da Análise de Conteúdo propriamente dita, embora ainda superficial: a leitura flutuante. “A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”, explica Bardin (2011, p. 126). Este momento representou um “primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material” (CÂMARA, 2013, 183).

A leitura flutuante foi guiada, em primeiro lugar, pela questão norteadora da pesquisa: qual o espaço editorial dedicado pela imprensa fronteiriça on-line (sites de notícias) aos assuntos institucionais que envolvem a fronteira e que abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito? Em seguida, foi conduzida por quatro questões elementares ou filtros (conforme o Quadro 4, abaixo) com o propósito de selecionar os textos que seriam analisados em profundidade, ou seja, que seguiriam para a fase de exploração e descrição analítica, descartando os demais por incompatibilidade com os objetivos do trabalho. Esses filtros resultaram na demarcação do universo de análise (BARDIN, 2011), que é a constituição do corpus.

Quadro 4 – Questões elementares e critérios da seleção dos textos para a análise

O TEXTO COLETADO...		SIM	NÃO
QUESTÃO 1	...contém o elemento fronteira?	Serve para a pesquisa/análise.	É descartado e retirado da contagem
QUESTÃO 2	...contém elementos político-institucionais locais?	Serve para a pesquisa/análise.	É mantido na contagem para o próximo critério de avaliação
QUESTÃO 3	...trata diretamente de cooperação ou conflito?	É separado para análise.	É mantido na contagem para o próximo critério de avaliação
QUESTÃO 4	...tem potencial para promover a cooperação ou fomentar o conflito?	É separado para análise.	Não serve para análise, mas é mantido na contagem inicial

Para a aplicação bem-sucedida desses critérios, foi fundamental referenciar os índices e elaborar indicadores, sendo os primeiros a aparição de um tema no texto e os segundos a frequência de aparição do tema de maneira relativa ou absoluta (BARDIN, 2011, p. 130). Tais elementos foram contabilizados nas fases de codificação/classificação e categorização dos textos, conforme o método. Por meio dos filtros mencionados, os 172 textos iniciais foram reduzidos a 77 textos¹⁰⁴, conforme a Tabela 4 (a seguir), divididos em diversos formatos jornalísticos e

¹⁰⁴ A relação completa dos textos selecionados e endereços eletrônicos encontra-se nos Apêndices deste trabalho.

editorias temáticas, compondo o corpus definitivo extraído dos quatro veículos escolhidos em quatro meses de monitoramento, avançando à etapa de Análise de Conteúdo propriamente dita.

Tabela 4 – Número final de textos selecionados para a análise nos quatro sites

VEÍCULO	TEXTOS
Ponta Porã Informa	17
Amambay 570	11
Diário Corumbaense	23
El Deber	26
TOTAL	77

Por fim, os textos foram novamente categorizados com foco na direção do conteúdo, ou seja, na ponderação da frequência que traduz um caráter quantitativo (intensidade) ou qualitativo, conforme expõe Bardin (2011, p. 141): “A direção pode ser favorável, desfavorável ou neutra (eventualmente ambivalente), no caso de um estudo de favoritismo/desfavoritismo. Os polos direcionais podem, no entanto, ser de natureza diversa: bonito/feio (critério estético), pequeno/grande (tamanho), etc.”. No que diz respeito à direção, buscamos entender quando e com que intensidade os textos favorecem a cooperação ou o conflito, ou mesmo se são neutros ou ambivalentes – estes últimos quando apresentam simultaneamente dois componentes ou valores de sentidos opostos.

4.3. Ações em conjunto e *controles aduaneros* em números

Durante a etapa de pré-análise do material coletado e seleção dos 77 textos para a etapa de exploração, formulamos as hipóteses e objetivos da análise, de acordo com o método proposto por Bardin (2011). Contrariamente às expectativas do início da pesquisa, a pré-análise indicou a necessidade de hipóteses significativamente diferentes. Se cogitamos inicialmente que a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre ações de cooperação internacional local poderia contribuir para a integração das comunidades dos dois lados das fronteiras, a partir dos processos de coleta e pré-análise dos textos reformulamos este pensamento para: o espaço e o tratamento editoriais dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática institucional local são reduzidos, superficiais, esporádicos e incompletos.

A partir das diretrizes oferecidas pela Análise de Conteúdo, configuramos como objetivo da pesquisa a verificação da validade desta nova hipótese, ou seja, compreender como a imprensa fronteiriça on-line aborda (pauta e cobre, em termos jornalísticos) a temática institucional local

relacionada às fronteiras. Para cumpri-lo, seria fundamental verificar uma segunda hipótese, diretamente ligada à primeira: a cobertura jornalística fronteira raramente é fruto de iniciativa própria, mas geralmente resulta da reprodução de textos e sugestões de pautas das assessorias de imprensa das instituições locais. Portanto, identificar quem predominantemente pauta a imprensa fronteira on-line a respeito do objeto em questão tornou-se um segundo objetivo.

Hipóteses e objetivos definidos, e dentro da etapa de exploração, seguimos para a fase de codificação do conteúdo, definida por Holsti (1969, apud BARDIN, 2011, p. 133) como “o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. No caso de uma análise quantitativa e categorial, segundo Bardin (2011), a organização da codificação exige três escolhas: o recorte (escolha das unidades); a enumeração (escolha das regras de contagem); e a classificação e a agregação (escolha das categorias). Dentro do recorte, temos as unidades de registro e as unidades de contexto, assim definidas pela autora:

- a) Unidade de registro – Unidade de significação a codificar, que corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e à contagem frequencial, e definindo como recortar o texto em elementos completos.
 - Exemplos: a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento, o documento, etc.
- b) Unidade de contexto – Serve de contexto para codificar e compreender a unidade de registro, correspondendo ao segmento da mensagem.
 - Exemplos: a frase para a palavra, o parágrafo para o tema.

Definidas por Bardin (2011) como o modo de contagem (como se conta) das unidades de registro (o que se conta), as regras de enumeração são as seguintes:

- A presença (ou ausência) de um termo/unidade de registro (palavra ou frase);
- A frequência de aparição do termo/unidade de registro;
- A frequência ponderada, ou relativa, no caso de ser atribuído mais importância a um termo do que a outro;
- A intensidade, que indica os valores (ideológicos e tendências) e atitudes;
- A direção, que indica favorabilidade, desfavorabilidade, neutralidade ou ambivalência, traduzindo um caráter qualitativo;
- A ordem de aparição de um termo no texto;
- A coocorrência, que é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto.

Ainda dentro da fase de codificação, a atividade de classificação/agregação implica na categorização, que é a passagem de dados brutos para dados organizados e que Bardin (2011) define como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. As categorias podem ser entendidas, assim, como rubricas ou classes que agrupam elementos com características comuns, tais como unidades de registro, sob um título genérico. Tal é a sua importância que Berelson (1952, apud BARDIN, 2011, p. 147) concluiu: “A análise de conteúdo mantém-se ou desaparece pelas suas categorias”.

A categorização proposta por Bardin (2011) é regida pelos seguintes princípios:

- A exclusão mútua, ou seja, cada elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- A homogeneidade, o agrupamento de elementos com características comuns;
- A pertinência, quando a categoria está adaptada ao material de análise escolhido e pertence ao quadro teórico definido;
- A objetividade e a fidelidade, uma mesma maneira para codificar as diferentes partes de um mesmo material;
- A produtividade, ou seja, resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Para adequar o método às particularidades desta pesquisa, formulamos um gabarito que permitisse a aplicação de todos os critérios apontados pela Análise de Conteúdo e a observância de todos os elementos constitutivos da pesquisa. Inicialmente, os textos selecionados para análise foram classificados de acordo com as seguintes categorias, conforme o Quadro 5 (abaixo):

Quadro 5 – Classificação dos textos selecionados por categorias de análise e indicativos

	QUESTÃO	RESPOSTA	INDICATIVO
Categoria 1	O texto é de autoria do próprio veículo?	SIM/NÃO	Demonstra iniciativa própria ou proveniência de outra fonte
Categoria 2	Em que gênero e formato jornalístico se enquadra?	Ex.: gênero informativo, formato notícia	Indica a profundidade do trabalho jornalístico do veículo
Categoria 3	Em qual editoria do veículo se enquadra?	Ex.: Política	Indica os polos temáticos com maior volume de conteúdo
Categoria 4	É local, fronteiro ou transnacional?	Ex.: transnacional	Indica o nível de interação do veículo com a fronteira
Categoria 5	Tem desdobramento no próprio veículo?	SIM/NÃO	Indica se o assunto foi objeto de novas matérias no veículo

Em seguida, os textos categorizados foram codificados de acordo com os seguintes índices e indicadores¹⁰⁵, conforme a Tabela 5 (abaixo):

Tabela 5 – Codificação dos textos por índices e frequência dos indicadores

ÍNDICES	INDICADORES
Ex.: fronteira	Ex.: 3
Ex.: Paraguai	Ex.: 2
Ex.: Pedro Juan Caballero	Ex.: 3
Ex.: divisa	Ex.: 1
Ex.: outro	Ex.: 2

O passo seguinte foi a codificação dos textos de acordo com as seguintes unidades de registro (verificando o número de matérias que citam o termo identificado) e de contexto, conforme a Tabela 6 (abaixo):

Tabela 6 – Codificação dos textos por unidades de registro e de contexto

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	UNIDADES DE CONTEXTO
Ex.: integração	Ex.: 1	Ex.: corredor ferroviário bioceânico
Ex.: cooperação	Ex.: 2	Ex.: Não
Ex.: parceria	Ex.: 1	Ex.: combate à dengue
Ex.: conflito	Ex.: 1	Ex.: Não
Ex.: impasse	Ex.: 1	Ex.: gás natural da Bolívia

Para medir a intensidade dos elementos presentes no texto, que indicam os valores (ideologias e tendências) e atitudes do conteúdo, definimos novas unidades de registro, conforme a Tabela 7 (abaixo):

Tabela 7 – Codificação dos textos por unidades de registro de intensidade

UNIDADES DE REGISTRO	INTENSIDADE
1 Posicionamento dos dois lados	SIM/NÃO
2 Citações cooperativas	SIM/NÃO (quais?)
3 Citações conflituosas	SIM/NÃO (quais?)
4 Termos pejorativos/preconceituosos	SIM/NÃO (quais?)
5 Expressões na língua do outro	SIM/NÃO (quais?)

¹⁰⁵ Embora índices e indicadores sejam elementos comuns à primeira etapa da análise, a pré-análise, consideramos importante manter essa contagem na etapa de exploração, como indicativo do nível de referência do conteúdo aos termos relacionados à fronteira ou ao país, cidade ou comunidade vizinha.

Com a contagem e análise dos elementos anteriores, categorizamos os textos analisados com foco na direção, conforme a Tabela 8 (abaixo):

Tabela 8 – Classificação dos textos conforme as categorias de direção

CATEGORIAS		DIREÇÃO
1	Favorável à cooperação	SIM/NÃO
2	Favorável ao conflito	SIM/NÃO
3	Neutro	SIM/NÃO
4	Ambivalente	SIM/NÃO

Em quatro meses de conteúdo analisado, e com o apoio de índices, indicadores, unidades de registro e de contexto, de intensidade e direção, foi possível verificar que os veículos escolhidos publicaram um certo número de matérias jornalísticas em cada uma das categorias de direção: favoráveis à cooperação ou ao conflito entre as comunidades de fronteira, neutras ou ambivalentes. Mais do que isso, conseguimos quantificar com que espaço e relevância editorial cada um dos veículos estudados aborda os temas institucionais locais relacionados à fronteira e à interação entre as comunidades dos dois lados, cujos resultados quantitativos individualizados por veículo, porém agrupados por categorias e unidades de registro, serão apresentados a seguir.

Ponta Porã Informa

Dos quatro meses de monitoramento e coleta, selecionamos 17 textos do site Ponta Porã Informa para análise em profundidade, que foram inicialmente classificados de acordo com as seguintes categorias, conforme a Tabela 9 (a seguir):

Tabela 9 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Ponta Porã Informa

CATEGORIAS	RESULTADOS						
	SIM		NÃO				
Autoria própria	2		15				
			Informativo		Opinativo	Interpretativo	
Gênero e formato	Notícia	Nota			-	-	
	16	1					
Editoria temática	Política	Economia	Cultura	Polícia	Saúde	Educação	Segurança
	1	3	1	1	4	3	4
Abrangência territorial	Local		Fronteiriço		Transnacional		
	5		2		10		
Desdobramento	SIM		NÃO				
	5		12				

Em seguida, os textos foram explorados para contagem dos índices e indicadores, conforme a Tabela 10 (abaixo):

Tabela 10 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Ponta Porã Informa

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Fronteira	75	Vizinha cidade	2
Paraguai	29	Interfronteiriço	1
Pedro Juan Caballero	29	Ambos os países	1
Fronteiriço	8	Vizinho/a	1
Língua espanhola	7	Cidade paraguaia	1
Lado paraguaio	6	Faixa de fronteira	1
Espanhol	4	Barreira	1
Bolívia	3	Outro país	1
País vizinho	3	Outro povo	1
Duas cidades	3	Outra cultura	1
Dois países	2	Irmãos	1

Seguimos com a codificação dos textos conforme as unidades de registro identificadas e a verificação do número de matérias que as contêm, bem como das unidades de contexto, divididas nos polos cooperação e conflito, conforme as Tabelas 11, 12 e 13 (a seguir):

Tabela 11 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Ponta Porã Informa

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Parceria	7	Alinhados	1
Guerra contra dengue	3	Valorização da cultura	1
Trabalho em conjunto	2	Sócio	1
Integração	2	Doação	1
Identidade latina	1	Ajuda	1
Reunião de culturas	1	Diversidade cultural	1
Manifestações culturais	1	Reforço	1
Estratégias	1	Protocolo de intenções	1
Campanhas em conjunto	1	Cooperação	1
População das duas cidades	1	Interação	1
Não existem barreiras	1	Cultura	1
Juntas	1	Enfrentamento	1
Ação em conjunto	1	Prevenção	1
União de forças	1	Aproximação	1
Turismo de compras	1	Construir aliança	1

Tabela 11 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Ponta Porã Informa (continuação)

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Contato direto	1	Laços de amizade	1
Integrar	1	Policciamento preventivo	1
Termo de adesão	1	Convênio	1
Fomentar fronteiras	1	Negociações	1
Atuação integrada e coordenada	1		

Tabela 12 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Ponta Porã Informa

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Onda de boatos	1	Rota do tráfico	1
Prejuízos	1	Megaoperação contra o tráfico	1
Narcotráfico na fronteira	1	Repressão	1

Tabela 13 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Ponta Porã Informa

UNIDADES DE CONTEXTO	TEXTOS
Ações conjuntas de combate à dengue na fronteira Brasil-Paraguai	3
Programa Indústria sem Fronteiras	1

A partir de então, medimos a intensidade dos elementos presentes nos textos por meio das seguintes unidades de registro, conforme a Tabela 14 (abaixo):

Tabela 14 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Ponta Porã Informa

UNIDADES DE REGISTRO	RESULTADOS				
	SIM	Não, só do Brasil	Não, só do Paraguai	Nenhum	
Posicionamento dos dois lados	5	7	1	4	
Citações cooperativas	SIM	NÃO	Citações conflituosas	SIM	NÃO
	14	3		4	13
Termos pejorativos	SIM	NÃO	Expressões na língua vizinha	SIM	NÃO
	-	17		-	17

As unidades de registro identificadas como relevantes para o resultado final da pesquisa, tais como declarações ou citações favoráveis à cooperação ou ao conflito, termos pejorativos ou expressões na língua vizinha (quando houvesse), foram isoladas para a análise, conforme os Quadros 6 e 7 (a seguir):

Quadro 6 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Ponta Porã Informa

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
18-01-2017 - Patas Arriba emociona a fronteira	<p>“...existem pessoas ávidas para apreciar todos os tipos de manifestações culturais”.</p> <p>“O espetáculo que retrata a fronteira, sua rica diversidade cultural e observar o interesse do público é fascinante. Esperamos voltar mais vezes a Ponta Porã e Pedro Juan Caballero”.</p> <p>“...possibilita a discussão da identidade latina que une os povos dos países envolvidos, mas que cria uma linguagem diferente das outras cidades brasileiras, por reunir culturas separadas por linhas quase imaginárias”.</p>
07-02-2017 - Ponta Porã e Pedro Juan se unem contra a dengue	<p>Com a reativação do Comitê será possível desenvolver campanhas em conjunto com as autoridades paraguaias.</p> <p>“Nossa fronteira é aberta e, por isso, não existem barreiras para as doenças. Esta parceria com o Paraguai é fundamental para o sucesso das ações de prevenção”.</p>
14-02-2017 - Ponta Porã: Brasileiros e paraguaios iniciam guerra contra a dengue	<p>Por isso convidamos os agentes paraguaios para que eles pudessem estar juntos e, falando em espanhol e guarani, melhorar a forma de repasse das informações.</p> <p>Ele destacou a importância do trabalho em conjunto, já que a comunidade local é composta por paraguaios em sua maioria.</p> <p>É uma parceria que vai alcançar moradores que às vezes não entendiam muito bem o que os agentes de saúde brasileiros orientavam...</p> <p>Mas os moradores podem até ter três idiomas diferentes. Por isso é importante essa parceria.</p>
24-02-2017 - P. Porã: Guerra contra Aedes Aegypti continua na fronteira	<p>A ação das autoridades de saúde dos dois países foi bem aceita pelos moradores e os agentes foram bem recebidos em todos locais e residências.</p> <p>O trabalho em conjunto entre Brasil e Paraguai foi bastante elogiado pelos moradores de Pedro Juan Caballero.</p> <p>“Nós temos que nos unir no combate desse mosquito que está derrubando muita gente [...] Essa união de brasileiros e paraguaios é muito boa”.</p>
01-03-2017 - Autoridades brasileiras prestigiam visita do presidente paraguaio à fronteira	<p>“Aqui na fronteira, todos os investimentos que são feitos acabam beneficiando os moradores de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero.</p> <p>É uma satisfação poder acompanhar este momento em que os irmãos paraguaios estão inaugurando obras de grande importância para a infraestrutura desta região”.</p>
08-03-2017 - Campanhas em datas especiais vão incentivar turismo de compras na fronteira	<p>“...essa parceria com a agência Lotus será de grande importância, porque a instituição precisa agir para fortalecer os seus associados”.</p>
15-03-2017 - Comissário da Polícia Nacional diz que está tudo tranquilo na fronteira	<p>“Eu estou em contato direto com a polícia brasileira...”</p>
15-03-2017 - Governo, Fiems e Paraguai se integram em projeto para o desenvolvimento econômico da fronteira	<p>“...essa parceria do governo do Estado com a Fiems é fundamental para o desenvolvimento da fronteira. As ações do governo nessa região avançam agora no campo econômico”.</p> <p>“Foi um primeiro contato muito positivo porque mostra que os prefeitos do Estado e os intendentes do Paraguai estão alinhados ao Indústria sem Fronteiras”.</p>
16-03-2017 - Doação de materiais para Hospital de Pedro Juan Caballero reforça parceria na fronteira	<p>“Esta ação reforça mais ainda, a parceria entre Brasil e Paraguai no setor da saúde. Já estamos atuando em conjunto no combate à dengue, à febre amarela e outras ações, reforçando nossa integração”.</p> <p>“É bom trabalhar dessa forma, em parceria com as autoridades de saúde do Brasil. Somos dois países, duas cidades com um só coração. Essas doações só vêm a reforçar a boa relação entre nós”.</p>

Quadro 6 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Ponta Porã Informa (continuação)

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
22-03-2017 - Governo de MS e Paraguai assinam acordo de fomento à industrialização na região de fronteira	“...crescimento não tem fronteiras, e se faz necessário esclarecer que empresas instaladas em municípios fronteiriços trazem benefícios para ambos os países”. ...a parceria como um marco da integração comercial entre os países. O Paraguai quer ser o melhor sócio do Brasil, e acredito que o mês de março de 2017 entrará para os registros históricos como o início da verdadeira integração entre Paraguai e Brasil.
23-03-2017 - Câmara de Ponta Porã convida para audiência pública sobre carga horária da língua espanhola	“Vivemos em faixa de fronteira, e é um direito dos alunos terem sua língua materna na grade escolar para que haja mais interação”.
24-03-2017 - Vereadores e professores querem a permanência do espanhol em escolas de Ponta Porã	“...nossa realidade é diferente, tendo em vista que vivemos em fronteira seca. Muitos estudantes do Paraguai estudam em escolas brasileiras, sendo fundamental manter a língua materna para maior aprendizado”.
28-04-2017 - Batalhão da PM de Ponta Porã é destaque em revista	...o Comandante ainda informou que a partir da sua participação no Congresso Internacional de Segurança Pública na Fronteira, fortaleceu os laços de amizade e parceria da Polícia Militar com a Polícia Nacional do Paraguai.
28-04-2017 - PM e Polícia Nacional constroem uma história de aliança na fronteira	...essa aproximação ao passar do tempo vem se mostrando muito salutar, pois estreitou a comunicação entre as polícias facilitando sobremaneira a troca de informações, algo que é vital no contexto do enfrentamento a criminalidade. Oportunidade em que o Comando da instituição considerando os excelentes serviços prestados e a parceria firmada entre a PMMS e Polícia Nacional do Paraguai e devido ao grande apoio que vem sendo dado por esta instituição na linha de fronteira.

Quadro 7 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Ponta Porã Informa

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
14-02-2017 - Ponta Porã: Brasileiros e paraguaios iniciam guerra contra a dengue	...no bairro moram vários paraguaios que não entendem perfeitamente as instruções dos agentes brasileiros.
15-03-2017 - Comissário da Polícia Nacional diz que está tudo tranquilo na fronteira	“Dei ordem para que os homens fiquem todos 100 % em alerta, e cubram toda a fronteira, fazendo um intenso patrulhamento permanente”.
23-03-2017 - Caças combaterão ‘voos do narcotráfico’ em MS nos próximos 9 meses	...a Força Aérea Brasileira (FAB) vai deflagrar a Operação Ostium, para coibir voos clandestinos que possam estar ligados ao narcotráfico na fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia.
25-03-2017 - FAB revela detalhes de megaoperação contra tráfico de drogas em fronteiras	...detalhes da megaoperação Ostium, criada para fechar o cerco contra voos irregulares ligados ao narcotráfico que adentraram o território brasileiro.

Com base na exploração em profundidade dos textos selecionados e nos elementos isolados e analisados, é possível afirmar que, nos quatro primeiros meses de 2017, o site Ponta Porã Informa publicou os seguintes textos quanto à direção, conforme a Tabela 15 (abaixo):

Tabela 15 – Categorização dos textos conforme a direção – Ponta Porã Informa

CATEGORIAS DE DIREÇÃO	TEXTOS
Favorável à cooperação	14
Favorável ao conflito	2

Tabela 15 – Categorização dos textos conforme a direção – Ponta Porã Informa (continuação)

CATEGORIAS DE DIREÇÃO	TEXTOS
Neutro	0
Ambivalente	1

Amambay 570

O monitoramento e coleta do site Amambay 570 resultaram na seleção de 11 textos para análise em profundidade, inicialmente classificados de acordo com as seguintes categorias, conforme a Tabela 16 (abaixo):

Tabela 16 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Amambay 570

CATEGORIAS	RESULTADOS						
	SIM		NÃO				
Autoria própria	6		5				
Gênero e formato	Informativo		Opinativo			Interpretativo	
	Notícia	Nota	-			-	
	10	1					
Editoria temática	Política	Economia	Cultura	Polícia	Geral	Saúde	Segurança
	2	1	1	1	2	1	3
Abrangência territorial	Local		Fronteiriço		Transnacional		
	2		2		7		
Desdobramento	SIM		NÃO				
	2		9				

Em seguida, os textos foram explorados para contagem dos índices e indicadores, conforme a Tabela 17 (abaixo):

Tabela 17 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Amambay 570

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Ponta Porã	17	Zona fronteriza	2
Brasil	11	Dos países	2
Vecino/a	6	Hermano municipio	2
Frontera	5	Dos ciudades	1
Brasileño	5	Lado brasileiro	1
Línea internacional	5	Limite	1
Fronterizo/a	4	Ambos lados	1
Hermana ciudad	2	Corumbá	1

Os passos seguintes foram a codificação dos textos conforme as unidades de registro identificadas, a verificação do número de matérias que as contêm e das unidades de contexto, divididas nos polos cooperação e conflito, conforme as Tabelas 18, 19 e 20 (abaixo):

Tabela 18 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Amambay 570

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Excelente relacionamiento	2	Fuerza de tarea conjunta	1
Operación conjunta	2	Problemática regional	1
Estrechar vínculos	1	Trabajando en conjunto	1
Soluciones conjuntas	1	Colaboración	1
Coordinar acciones	1	Integración	1
Revitalizar el comercio	1		

Tabela 19 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Amambay 570

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Ruta del tráfico	1	Conflicto	1
Crimen transnacional	1		

Tabela 20 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Amambay 570

UNIDADES DE CONTEXTO	TEXTOS
Posse do novo prefeito de Ponta Porã, Helio Peluffo	2

A partir de então, medimos a intensidade dos elementos presentes nos textos por meio das seguintes unidades de registro, conforme a Tabela 21 (a seguir):

Tabela 21 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Amambay 570

UNIDADES DE REGISTRO	RESULTADOS				
	SIM	Não, só do Paraguai	Não, só do Brasil	Nenhum	
Posicionamento dos dois lados	1	5	2	3	
Citações cooperativas	SIM	NÃO	Citações conflituosas	SIM	NÃO
	5	6		3	8
Termos pejorativos	SIM	NÃO	Expressões na língua vizinha	SIM	NÃO
	-	11		-	11

As unidades de registro identificadas como relevantes para o resultado final da pesquisa, tais como declarações ou citações favoráveis à cooperação ou ao conflito, termos pejorativos

ou expressões na língua vizinha (quando houvesse), foram isoladas para a análise, conforme os Quadros 8 e 9 (a seguir):

Quadro 8 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Amambay 570

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
01-01-2017 - Helio Peluffo y concejales asumen a las 17:00 en el Centro de Convenciones	...la vecina y hermana ciudad.
08-02-2017 - Intendentes estrecharon vínculos y hablaron sobre problemas comunes en la frontera	El encuentro sirvió además para que las principales autoridades municipales de esta zona de frontera reforzaran el excelente relacionamiento existente entre ambos municipios hermanos y buscar soluciones conjuntas a problemas comunes que afectan a la población fronteriza. Entre otras cosas, el visitante puso a conocimiento del intendente José Carlos Acevedo su interés em coordinar acciones y oficiar como nexo para la atracción de empresarios del ramo de la maquila hacia Pedro Juan Caballero al amparo de la ley 60/90.
13-03-2017 - Operación conjunta eliminó 271 toneladas de marihuana en la zona norte del país	Paraguay y Brasil aúnan esfuerzos para la erradicación de cultivos de cannabis en zonas fronterizas. El apoyo de la Policía Federal se da en el marco de la responsabilidad compartida ante una problemática regional.
16-03-2017 - Hospital Regional recibió donación de la Prefeitura de Ponta Porã	“Esta acción refuerza más aun el relacionamiento entre el Brasil y el Paraguay en el sector de salud, en el que ya estamos trabajando en conjunto en el combate al dengue, la fiebre amarilla y otras acciones reforzando nuestra integración.” “Es bueno trabajar de esa forma, en colaboración con las autoridades de salud del Brasil. Somos dos países, dos ciudades con un solo corazón. Estas donaciones solo vienen a reforzar la buena relación entre nosotros.”
27-03-2017 - Nueva Consul en Ponta Porã destacó integración existente en la frontera	Hallé interesante la integración que existe entre paraguayos y brasileños.

Quadro 9 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Amambay 570

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
01-01-2017 - Helio Peluffo y concejales asumen a las 17:00 en el Centro de Convenciones	Octavio centró su mandato durante la legislatura que culmina para señalar implacablemente los errores y los fracasos de la administración de Ludimar Novais (PDT) a través de las redes sociales...
23-03-2017 - Brasil realiza operativo “Ostium” en la región de frontera	Brasil considera que la zona es la principal ruta del tráfico, porque circula marihuana proveniente de Paraguay y cocaína llegada desde Bolivia.
22-04-2017 - Brasileño quiere alambrar un sector de la línea Internacional que reivindica como suyo	No se descarta que Holosvasky, no tenga los documentos a su nombre y haya adquirido el terreno a través de un “prestanombre”, con el solo efecto de ganar plata con la reventa del terreno.

Com base na exploração em profundidade dos textos selecionados e nos elementos isolados e analisados, é possível afirmar que, nos quatro primeiros meses de 2017, o site Amambay 570 publicou os seguintes textos quanto à direção, conforme a Tabela 22 (a seguir):

Tabela 22 – Categorização dos textos conforme a direção – Amambay 570

CATEGORIAS DE DIREÇÃO	TEXTOS
Favorável à cooperação	5
Favorável ao conflito	2
Neutro	3
Ambivalente	1

Diário Corumbaense

O monitoramento e coleta do site Diário Corumbaense resultaram na seleção de 23 textos para análise em profundidade, inicialmente classificados de acordo com as seguintes categorias, conforme a Tabela 23 (abaixo):

Tabela 23 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – Diário Corumbaense

CATEGORIAS	RESULTADOS					
	SIM			NÃO		
Autoria própria	16			7		
Gênero e formato	Informativo			Opinativo		Interpretativo
	Reportagem	Notícia	Nota	-		-
	3	17	3			
Editoria temática	Política	Economia	Cultura	Polícia	Geral	Segurança
	10	1	1	3	3	5
Abrangência territorial	Local		Fronteiriço	Transnacional		
	6		5	12		
Desdobramento	SIM			NÃO		
	9			14		

Em seguida, os textos foram explorados para contagem dos índices e indicadores, conforme a Tabela 24 (abaixo):

Tabela 24 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Diário Corumbaense

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Bolívia	50	País vizinho	2
Boliviano(a, os/as)	45	Fronteiriço(a, os/as)	2
Fronteira	34	(D)Aquele país	2
Paraguai	13	Barreira	2
Santa Cruz de la Sierra	10	BrasBol	2
Puerto Suárez	8	Limite	1
Estrangeiros	6	Germán Busch	1

Tabela 24 – Codificação dos textos por índices e indicadores – Diário Corumbaense (continuação)

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Puerto Quijarro	4	Divisa	1

Seguiram-se a codificação dos textos conforme as unidades de registro identificadas e a verificação do número de matérias que as contêm, bem como as unidades de contexto, divididas nos polos cooperação e conflito, conforme as Tabelas 25, 26 e 27 (a seguir):

Tabela 25 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – Diário Corumbaense

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Integração	3	Negociação	1
Memorando	3	Cooperação	1
Troca	2	Conversa	1
Audiência	2	Harmonização	1
Reunião	2	Interlocução	1
Assinatura	2	Sócio estratégico	1
Entendimento	2	Interconexão	1
Parceria	2	Rota bioceânica	1
Acordo	2	Bilateral	1
Corredor bioceânico	1	Fluxo	1
Intercâmbio	1	Aliança	1
Tratativa	1	Apoio	1

Tabela 26 – Codificação dos textos por unidades de conflito – Diário Corumbaense

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Fiscalização	3	Conflito	1
Sequestro	2	Combate	1
Operação	2	Controle	1
Guerra	2	Abater	1
Tráfico internacional	1	Inspeção	1
Violência	1	Atrito	1
Crime	1	Suspeita	1

Tabela 27 – Codificação dos textos por unidades de contexto – Diário Corumbaense

UNIDADES DE CONTEXTO	TEXTOS
Corredor ferroviário bioceânico	8
Importação de gás natural boliviano pela Petrobrás	5

A partir de então, medimos a intensidade dos elementos presentes no texto por meio das seguintes unidades de registro, conforme a Tabela 28 (abaixo):

Tabela 28 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – Diário Corumbaense

UNIDADES DE REGISTRO	RESULTADOS				
	SIM	Não, só da Bolívia	Não, só do Brasil	Nenhum	
Posicionamento dos dois lados	4	15	2	2	
Citações cooperativas	SIM	NÃO	Citações conflituosas	SIM	NÃO
	6	17		5	18
Termos pejorativos	SIM	NÃO	Expressões na língua vizinha	SIM	NÃO
	-	23		-	23

As unidades de registro identificadas como relevantes para o resultado final da pesquisa, tais como declarações ou citações favoráveis à cooperação ou ao conflito, termos pejorativos ou expressões na língua vizinha (quando houvesse), foram isoladas para a análise, conforme os Quadros 10 e 11 (a seguir):

Quadro 10 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Diário Corumbaense

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
19-01-2017 - Militares bolivianos discutem intercâmbio com 3º GBM para combate às queimadas	Esse intercâmbio, com troca de experiência é vital porque incêndios florestais, desastres naturais e inundações, por exemplo, não respeitam limites fronteiriços. Estamos buscando um termo de cooperação técnica com a Bolívia..., que partiu do Comando da Armada Boliviana (Marinha), porque o problema relacionado a incêndios florestais que enfrentamos aqui na região, não respeita fronteira.
13-02-2017 - Queda no ICMS do gás faz MS perder R\$ 700 milhões, diz Reinaldo	“Pode haver compra direta do Estado com a Bolívia, através da MS Gás.”
13-02-2017 - Estado quer viabilizar corredor ferroviário de 4,7 mil quilômetros	...proposta do Corredor Ferroviário Bioceânico Central tem execução extremamente viável. “Tem a maior viabilidade, pela quantidade do que já está executado – 80% prontos só na Bolívia –, não temos problemas ambientais como o Corredor Norte que teria de atravessar toda a Amazônia, com um custo aproximado de 70 bilhões de dólares. Esse aqui tem custo entre 14 e 15 bilhões. Encurta enormemente o caminho entre os portos. Em médio e longo prazos, o chefe do Executivo Estadual acredita que o Corredor Ferroviário Bioceânico Central terá condições de logística para escoar, a custo menor, a produção sulmatogrossense e ser a porta de entrada das importações com a ligação consolidada entre os portos de Santos e Ilo.
13-02-2017 - Bolívia tem ferrovia praticamente pronta para corredor, afirma ministro	Hinojosa disse que o corredor bioceânico vai integrar os países Sulamericanos através da ferrovia. Segundo o ministro, os primeiros passos para essa integração já foram dados juntamente com os governos do Peru e do Paraguai. Agora, é necessário que o Brasil encampe a ideia. O maior país da América do Sul é visto como “sócio estratégico” para o desenvolvimento do projeto. “A nós, interessa a participação brasileira, que tem um mercado grande para exportações e importações.

Quadro 10 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – Diário Corumbaense (continuação)

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
13-02-2017 - Ruitter defende negociação com Petrobras e destaca corredor ferroviário	“A proposta traz perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico com esse modal ferroviário de integração”. “A Bolívia está oferecendo o gás, quem não está comprando é a Petrobras. A Bolívia não coloca obstáculos”.
23-03-2017 - Brasil dá sinal verde à construção da Ferrovia Transoceânica	“O Brasil tem interesse e vontade [de participar] desse esforço coletivo para chegar a mercados asiáticos e aproveitar a linha férrea que chega a Corumbá [lado brasileiro] e a Puerto Suárez [na Bolívia].” “Estamos sobre trilhos.”

Quadro 11 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – Diário Corumbaense

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
09-01-2017 - Bolívia reforça fiscalização em cidades de fronteira com o Brasil	...propósito específico de evitar que os mais de 100 prisioneiros [...] cruzem para o lado boliviano da fronteira...
27-01-2017 - Hidrômetros furtados em Corumbá estariam sendo vendidos na Bolívia	A suspeita é que esses aparelhos furtados estejam sendo vendidos ilegalmente naquele país. Ele disse ainda que como os receptores dos produtos moram na Bolívia, a situação fica ainda mais difícil para ser resolvida.
28-01-2017 - Estudante que teria sido sequestrada retorna ao Brasil no início da semana	Vandrielly Recalde teria sido jogada em um veículo por dois estrangeiros na frente da instituição onde estuda, na Dom Aquino...
07-02-2017 - Exército “encolhe” presença na fronteira do tráfico em MS	Nas cidades fronteiriças, impera uma lógica de que a violência é uma questão particular entre os grupos que disputam o controle do crime. “São vários homicídios na fronteira, mas nem sabe de onde é. É entre eles mesmos. Veio e matou dois. Depois, mata dois dos outros. Na fronteira, você não pode deitar e dormir, tem que ficar de olho.” Necessidade de manter um providencial estado de alerta.
03-04-2017 - Judiciário e Prefeitura fazem parceria para internação de dependente químico	“...por se tratar de região fronteiriça, avizinhandando-se com algumas cidades da Bolívia, a exemplo de Puerto Quijarro, Puerto Suárez, dentre outras, e cuja região permite fácil acesso aos mais variados tipos de entorpecentes, devido à farta disponibilidade no país vizinho e do baixo custo, sendo alarmante o número de jovens e adultos usuários de drogas na região.”

Com base na exploração em profundidade dos textos selecionados e nos elementos isolados e analisados, é possível afirmar que, nos quatro primeiros meses de 2017, o site Diário Corumbaense publicou os seguintes textos quanto à direção, conforme a Tabela 29 (abaixo):

Tabela 29 – Categorização dos textos conforme a direção – Diário Corumbaense

CATEGORIAS DE DIREÇÃO	TEXTOS
Favorável à cooperação	8
Favorável ao conflito	8
Neutro	6
Ambivalente	1

El Deber

O monitoramento e coleta do site El Deber resultaram na seleção de 26¹⁰⁶ textos para análise em profundidade, inicialmente classificados segundo as seguintes categorias, conforme a Tabela 30 (abaixo):

Tabela 30 – Classificação dos textos por categorias e indicativos – El Deber

CATEGORIAS	RESULTADOS					
	SIM			NÃO		
Autoria própria	25			1		
Gênero e formato	Informativo			Opinativo		Interpretativo
	Reportagem	Notícia	Entrevista	-	-	
	9	16	1			
Editória temática	Política	Economia	Turismo	Polícia	Geral	Segurança
	2	10	1	5	4	4
Abrangência territorial	Local		Fronteiriço	Transnacional		
	8		4	14		
Desdobramento	SIM			NÃO		
	14			12		

Em seguida, os textos foram explorados para contagem dos índices e indicadores, conforme a Tabela 31 (abaixo):

Tabela 31 – Codificação dos textos por índices e indicadores – El Deber

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Brasil	53	Zonas fronterizas	2
Frontera	28	Porteños	2
Brasileños	26	Estados brasileños	2
Puerto Suárez	26	Ese país	2
Fronterizo/a	17	Mato Grosso do Sul	2
Mutún	16	Migración	2
Puerto Quijarro	13	Limites	1
Paraguay	13	Tamengo	1
Corumbá	10	Boliviano-brasileño	1
Germán Busch	8	Paraguay	1
Puerto Busch	7	Bilateral	1
Vecino país	6	Binacional	1

¹⁰⁶ O número demonstra que o fato de o El Deber ser um veículo de grande porte e publicar um volume maior de textos não acarretou prejuízo aos resultados da pesquisa, pois não diferiu substancialmente dos demais sites.

Tabela 31 – Codificação dos textos por índices e indicadores – El Deber (continuação)

ÍNDICES	INDICADORES	ÍNDICES	INDICADORES
Extranjeros	6	Brasil-Bolivia	1
Ambos países	3	Otro lado	1
Arroyo Concepción	3	Quijarreñas	1

Os passos seguintes foram a codificação dos textos conforme as unidades de registro identificadas, a verificação do número de matérias que as contêm e das unidades de contexto, divididas nos polos cooperação e conflito, conforme as Tabelas 32, 33 e 34 (a seguir):

Tabela 32 – Codificação dos textos por unidades de cooperação – El Deber

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Pantanal	2	Operativo fronterizo	1
Construcción	2	Tratados internacionales	1
Salida al Atlántico	2	Convenio	1
Comité Interfronterizo	2	Tren bioceánico	1
Zona Económica Especial	2	Memorando de entendimiento	1
Hidrobia Paraguay-Paraná	2	Conexión	1
Acuerdo	2	Proceso de integración regional	1
Acciones conjuntas	2	Rutas	1
Operativos conjuntos	2	Vía bioceánica	1
Coordinación policial	2	Integración	1
Capacitación	2	Polo de desarrollo	1
Trabajo coordinado	2	Asociación	1
Cruce de información	2	Intercambiar información	1
Acuerdos binacionales	1	Carretera bioceánica	1
Área de influencia	1	Patrullajes conjuntas	1
Capital del Pantanal	1	Autoridades reunirán	1
Región turística	1	Celar pacto de apoyo	1
Venta	1	Integración continental	1
Corredor ferroviario	1	Oficializar el acuerdo	1
Inversión	1	Pactos entre gobiernos	1
Apoyo	1	Cooperación policial	1
Crecimiento económico regional	1	Flujo de datos	1
Impacto	1	Intercambio de información	1
Comando de Frontera	1	Comprometer su apoyo	1
Contribución	1	Carretera bioceánica	1
Desarrollo económico	1	Patrullajes conjuntas	1

Tabela 33 – Codificação dos textos por unidades de conflito – El Deber

UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS	UNIDADES DE REGISTRO	TEXTOS
Controles	2	Medidas preventivas	1
Alerta	2	Control policial	1
Bloqueo	2	Crímen	1
Crímen organizado	2	Extranjerización	1
Refugio/a	2	Problema de seguridad	1
Persecución política	2	Controles en las fronteras	1
Refugiados	2	Intensa disputa	1
Operación	1	Rutas internacionales	1
Lucha contra el tráfico	1	Tráfico de drogas	1
Vigilancia aérea	1	Control en los límites	1
Medida de presión	1	Pasan libremente armas y drogas	1
Defensa aérea	1	Controles aduaneros	1
Conflicto	1		

Tabela 34 – Codificação dos conforme unidades de contexto – El Deber

UNIDADES DE CONTEXTO	TEXTOS
Assalto a um carro forte da empresa Brinks	4
Inauguração de fábrica de cimento em Puerto Suárez	3
Fuga em massa de presos em Manaus-AM	2

A partir de então, medimos a intensidade dos elementos presentes nos textos por meio das seguintes unidades de registro, conforme a Tabela 35 (abaixo):

Tabela 35 – Codificação dos textos por unidades de intensidade – El Deber

UNIDADES DE REGISTRO	RESULTADOS				
	SIM	Não, só da Bolívia	Não, só do Brasil	Nenhum	
Posicionamento dos dois lados	4	21	1	-	
Citações cooperativas	SIM	NÃO	Citações conflituosas	SIM	NÃO
	11	15		9	17
Termos pejorativos	SIM	NÃO	Expressões na língua vizinha	SIM	NÃO
	-	26		-	26

As unidades de registro identificadas como relevantes para o resultado final da pesquisa, tais como declarações ou citações favoráveis à cooperação ou ao conflito, termos pejorativos

ou expressões na língua vizinha (quando houvesse), foram isoladas para a análise, conforme os Quadros 12 e 13 (a seguir):

Quadro 12 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – El Deber

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
07-01-2017 - Fuga de presos de Brasil genera alerta en Bolivia	...hay acuerdos binacionales entre Brasil y Bolivia para reforzar el control policial en la extensa frontera con el vecino país, principalmente en San Ignacio de Velasco, San Matías y Puerto Suárez...
12-02-2017 - Tres sectores son el motor en el comercio con la frontera	...la iniciativa privada se ha convertido en el eslabón generador de empleos formales, además de importantes tributos, lo cual puede cambiar el rostro de la economía fronteriza...
12-02-2017 - Sebastián Hurtado “Que se concrete la vía a Puerto Busch”	“Nosotros, como gobierno municipal, queremos atraer la inversión local y extranjera, por ello damos todos los beneficios necesarios a los privados.”
13-02-2017 - Inauguran obra que cubrirá demanda nacional de cemento	“...el CIF ha presentado la propuesta de la creación de la zona económica especial de desarrollo Germán Busch. La confianza de las inversiones extranjeras y de las nacionales es lo que hace la diferencia, por eso Itacamba es un símbolo de fe en Bolivia”.
13-03-2017 - Perfilan un giro del comercio por el Atlántico	...el desafío de la infraestructura para la integración continental es una de las claves para el futuro cruceño. “...la hidrovía que moverá la logística de comercio, por lo tanto, es necesario una zona económica especial”.
05-04-2017 - Uruguay firmará acuerdo para impulsar tren bioceánico	...una obra de ese tipo beneficiará de forma directa e indirecta a seis de los doce países de Suramérica en un proceso de integración regional y ayudará al comercio con China.
13-04-2017 - Bolivia propone a Brasil rutas para viajeros y agilizar carga	...las propuestas formuladas por la delegación boliviana serán analizadas técnicamente y que el vecino país dará una respuesta oficial en la próxima cita bilateral prevista para junio en Cáceres (Brasil). “Se está avanzando en infraestructura para mejorar los servicios en la logística terrestre, ferroviaria y portuaria”.
25-04-2017 - Movilizan policías en la frontera tras asalto en Paraguay	Por instrucciones del Gobierno policías patrullan los puestos fronterizos con el fin de frenar a los pistoleros... ...se está enviando al menos 16 policías bolivianos a Brasil para que emprendan inmediata capacitación, con el propósito de prepararlos para enfrentar y contrarrestar de mejor manera acciones similares a las ocurridas en Ciudad del Este, como pasó con el atraco al camión de Brinks.
25-04-2017 - Similitud con asalto a Brinks moviliza a la Policía	...se activó la coordinación policial con Brasil y Paraguay, para un cruce de información y ejecutar patrullajes conjuntos para contribuir al esclarecimiento de este último hecho violento. ...se está enviando al menos 16 policías bolivianos a Brasil para que emprendan inmediata capacitación, con el propósito de prepararlos para enfrentar y contrarrestar de mejor manera acciones similares a las ocurridas en Ciudad del Este, como pasó con el atraco al camión de Brinks.
27-04-2017 - Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil	Autoridades de Bolivia y de Brasil se reunirán mañana en Santa Cruz. “Hablabamos con delegados de Policía, oficiales de enlace, luego veremos otras reuniones a nivel político para fortalecer acciones conjuntas y luchar contra los miembros de cárteles que se desplazan cometiendo delitos en Bolivia y en Paraguay”. ...el control en los límites que Brasil coloca es muy débil. Solo el 13% del contingente. “Por eso es que pasan libremente drogas y armas” y sugiere integrar el control.

Quadro 12 – Relação de textos com citações favoráveis à cooperação – El Deber (continuação)

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
29-04-2017 - El BOPE de Brasil adiestrará a la élite de Policía nacional	<p>...el Gobierno boliviano y el estado de Mato Grosso do Sul (Brasil) sellaron un acuerdo de cooperación policial que va desde el fujo de datos de Inteligencia sobre personas y organizaciones criminales hasta el adiestramiento de tropas de élite de la Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen (Felcc)...</p> <p>...comprometió su apoyo en las tareas de Inteligencia, operaciones conjuntas y capacitación. Dijo que en Brasil aprenderán también de los oficiales bolivianos.</p>

Quadro 13 – Relação de textos com citações favoráveis ao conflito – El Deber

TÍTULO DA MATÉRIA	CITAÇÃO
07-01-2017 - Fuga de presos de Brasil genera alerta en Bolivia	...ha puesto en alerta al personal policial de frontera, sobre todo en San Matías y en Puerto Suárez, para controlar con más rigurosidad el ingreso de extranjeros, especialmente brasileños...
20-01-2017 - Vía a Puerto Suárez expedita tras cuarto intermedio	...aseguró que el bloqueo es de manera indefinida y solo será levantada con la presencia del director Departamental de Educación (DDE), Salomón Morales y se comprometa en aprobar el ciclo secundaria en el establecimiento educativo.
31-01-2017 - Argentina, Paraguay y Brasil, interesados en hierro de Mutún	...en marzo se cumple un año de la adjudicación de la construcción de la planta siderúrgica en Mutún y no advierte ningún avance.
13-02-2017 - Inauguran obra que cubrirá demanda nacional de cemento	...la crisis que vive la frontera con Brasil que dejó a mucha gente sin empleo, esta empresa da esperanzas a las familias y ayuda al progreso del país.
16-02-2016 - Cambista herido en un asalto murió en hospital brasileño	...los autores del hecho huyeron en un motorizado a territorio brasileño, que estaba a solo unos metros, por lo que se presume que sean malvivientes de ese país.
23-03-2017 - Brasil alista la operación Ostium, el mayor operativo fronterizo	<p>“Estamos tratando de llevar a cero el índice ilegal a través del aire en una vasta zona fronteriza”.</p> <p>...la ausencia estatal en esta zona de frontera con Brasil puede convertirse en un problema de seguridad ciudadana para todo el país. Ahora, cuando el Estado quiere poner mano dura en la zona, los vecinos sienten su aspereza.</p> <p>“...que las poblaciones de frontera dependen de “las actividades ilícitas que se generen a su alrededor”.</p> <p>...la única respuesta posible, hoy, es hacer que funcionen los comités de defensa de las fronteras, echar mano de lo que ya hay - municipalidades, Senasag, Ademaf, Comando del Plata y puestos militares- para sentar presencia estatal.</p> <p>Mientras, en sus comunidades se apegan más a la línea fronteriza con Brasil, el Estado boliviano se hace cada vez más difuso.</p> <p>...hacer operativos conjuntos cada tres meses e intercambiar información sobre los delincuentes de uno y otro lado de la frontera.</p> <p>...capitales brasileños controlan unas 700.000 hectáreas en las tierras bajas.</p> <p>...hay una cantidad indeterminada de tierra en poder de brasileños en la frontera, pero que figura a nombre de testaferros bolivianos y que solo una auditoría exhaustiva podrá encontrar. Allí cree que está el mayor peligro de seguridad.</p>
16-04-2017 - La vía bioceánica es vulnerable al crimen	<p>La Policía boliviana refuerza los controles en las fronteras.</p> <p>La Policía realiza constantes operativos en la carretera bioceánica.</p> <p>Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil.</p> <p>...una intensa disputa por las rutas internacionales del tráfico de Drogas.</p>
25-04-2017 - Similitud con asalto a Brinks moviliza a la Policía	
27-04-2017 - Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil	

Com base na exploração em profundidade dos textos selecionados e nos elementos isolados e analisados, é possível afirmar que, nos quatro primeiros meses de 2017, o site El Deber publicou os seguintes textos quanto à direção, conforme a Tabela 36 (abaixo):

Tabela 36 – Categorização dos textos conforme a direção – El Deber

CATEGORIAS DE DIREÇÃO	TEXTOS
Favorável à cooperação	8
Favorável ao conflito	4
Neutro	10
Ambivalente	4

Foram estes, portanto, os resultados quantitativos encontrados ao longo da Análise de Conteúdo realizada dos 77 textos dos quatro veículos estudados. Dadas as características e, principalmente, os objetivos da pesquisa, entendemos não ser necessário um aprofundamento linguístico ou hermenêutico acerca do conteúdo, considerando que a análise realizada foi plena e suficiente para responder às questões levantadas inicialmente. A partir de então, buscamos a significação dos resultados encontrados a partir dos dados brutos, denominada por Bardin (2011) de inferências. Estas, por sua vez, serão essenciais para comprovar ou descartar as hipóteses formuladas para este trabalho.

4.4. Cooperação, conflito, neutralidade ou ambivalência?

E assim chegamos à terceira etapa da Análise de Conteúdo no âmbito desta pesquisa, que se divide em dois momentos distintos, mas complementares: a inferência e a interpretação. É graças à inferência que, na opinião de Bardin (2011, p. 169), este método “constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso [...] não esteja ao alcance das nossas capacidades”. A interpretação é resultante das inferências e, embora busquemos ir além da leitura aparente dos textos, não se trata de desvendar o que se esconde nas entrelinhas dos discursos, mas de interpretar o que a presença ou ausência de termos, frases, temas e textos inteiros dizem sobre a cooperação ou o conflito entre comunidades fronteiriças.

Começamos por destrinchar o gabarito, que conduziu a exploração do material por meio das balizas de codificação/classificação e das categorias. A primeira categoria da classificação inicial que buscamos apreender, conforme a Tabela 37 (abaixo), foi a resposta à questão: a matéria jornalística publicada no site em análise é de autoria própria, ou seja, foi apurada e escrita por um

profissional do quadro funcional ou colaborador do veículo? Ou é reprodução de conteúdo distribuído (*release*) a todos os veículos por assessorias de imprensa de instituições da região? A importância dessa questão está na possibilidade de se verificar a disposição do veículo em investigar, apurar ou cobrir com mais ou menos profundidade os temas político-institucionais, sociais ou culturais locais relativos à fronteira, para além do cotidiano policial.

Tabela 37 – Classificação dos textos pela categoria de autoria própria nos sites

AUTORIA PRÓPRIA							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
2	15	6	5	16	7	25	1
11,7%	88,3%	54,5%	45,5%	69,5%	30,5%	96,1%	3,9%

Neste quesito, com apenas 11,7% dos textos selecionados de autoria própria e 88,3% deles oriundos de assessorias de imprensa, o Ponta Porã Informa apresentou predominância de conteúdos reproduzidos da Prefeitura de Ponta Porã. Já o Amambay 570 mostrou certo equilíbrio: 54,5% de textos de autoria própria e 45,5% de reprodução de assessorias de imprensa – devendo-se levar em conta que grande parte de seus textos publicados são transcrições de notícias ou entrevistas veiculadas na emissora de rádio. Com 69,5% de textos de autoria própria e 30,5% de reproduções, o Diário Corumbaense também apresentou entre os últimos o domínio da Prefeitura de Corumbá como fonte. Já o El Deber, maior veículo analisado, mostrou a predominância quase absoluta de conteúdo de autoria própria (96,1%).

Com a diversidade dos resultados, não foi possível traçar uma única linha de raciocínio sobre este quesito, mas verificamos ser expressivo o volume de reproduções de assessorias de imprensa. Tal condição é facilmente identificável no Ponta Porã Informa em matérias referentes às parcerias entre as prefeituras locais (Ex.: “Ponta Porã: Brasileiros e paraguaios iniciam guerra contra a dengue”¹⁰⁷, divulgação da assessoria de imprensa da Prefeitura de Ponta Porã) e entre o Brasil e o Paraguai (Ex.: “Governo, Fiems e Paraguai se integram em projeto para o desenvolvimento”¹⁰⁸, divulgação da assessoria de imprensa do Governo do Estado). Esta constatação indica pouca disposição do veículo para cobrir temas institucionais locais relativos à fronteira, por opção editorial ou por estrutura funcional limitada.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/ponta-pora-brasileiros-e-paraguaios-iniciam-guerra-contra-a-dengue>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/governo-fiems-e-paraguai-se-integram-em-projeto-para-o-desenvolvimento-economico-da-fronteira>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

O quesito seguinte analisado diz respeito à classificação dos textos quanto às categorias de gênero e formato, conforme a Tabela 38 (abaixo). Embora todos os gêneros tenham sido monitorados nos veículos analisados, verificamos que a totalidade dos textos selecionados dos quatro sites enquadrou-se no gênero informativo (MELO; ASSIS, 2016), divididos em notícias, notas, reportagens e uma única entrevista. Predominam os textos rápidos na produção e na leitura, meramente informativos, com pouca ou nenhuma profundidade contextual, analítica, interpretativa ou investigativa, limitando-se ao relato dos fatos.

Tabela 38 – Classificação dos textos pela categoria de gênero/formato nos sites

GÊNERO/FORMATO							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Gênero informativo		Gênero informativo		Gênero informativo		Gênero informativo	
Notícia	15	Notícia	10	Reportagem	3	Reportagem	9
Nota	2	Nota	1	Notícia	17	Notícia	16
				Nota	3	Entrevista	1

As exceções verificadas foram duas reportagens com apuração jornalística um pouco mais aprofundada. A primeira, intitulada “Hidrômetros furtados em Corumbá estariam sendo vendidos na Bolívia”¹⁰⁹, publicada em 27 de janeiro de 2017 pelo Diário Corumbaense, retratou a situação de moradores de Corumbá que haviam sido vítimas do furto dos medidores do consumo de água e a provável venda dos aparelhos na Bolívia, onde a responsabilidade pela instalação é do usuário e não da empresa de abastecimento. Outra, intitulada “La vía bioceánica es vulnerable al crimen”¹¹⁰ e publicada pelo El Deber em 16 de abril de 2017, explicou como um assalto a um carro forte expôs as fragilidades estruturais e de segurança da rota que liga Santa Cruz de la Sierra ao Brasil.

A ausência de textos do gênero opinativo chamou a atenção, tais como editoriais, comentários, artigos e crônicas, cuja publicação poderia fomentar o debate de ideias e diferentes pontos de vista sobre os problemas e demandas das comunidades fronteiriças (MELO; ASSIS, 2016). Mesmo em contextos específicos como a “guerra contra a dengue” travada pelas cidades da fronteira Brasil-Paraguai (Ponta Porã Informa) ou o impacto da queda da importação do gás natural boliviano para a economia de Corumbá (Diário Corumbaense). Também não constatamos a publicação de nenhum texto do gênero interpretativo, que cumpriria papel educativo e esclarecedor para o público, tais como análises, perfis ou dossiês.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=91464>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/septimodia/La-via-bioceanica-es-vulnerable-al-crimen-20170415-0044.html>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Classificamos os textos analisados por categorias de editorias temáticas com o intuito de averiguar quais as áreas resultariam em mais assuntos ou pautas produzidas pelos veículos, tais como Política, Economia, Cultura, Saúde, Educação e Segurança Pública. Neste quesito, nenhum resultado chamou a atenção ou causou surpresa, dado o relativo equilíbrio na distribuição das pautas nas várias editorias previstas. Apenas alguns destaques individuais: o Ponta Porã Informa publicou quatro matérias sobre saúde; o Amambay 570 publicou três textos sobre segurança pública; o Diário Corumbaense publicou 10 matérias sobre política; e o El Deber publicou 10 textos sobre economia.

Nos dois primeiros veículos, observamos o equilíbrio das pautas por editorias, enquanto que, nos dois últimos, identificamos algumas unidades de contexto. O Diário Corumbaense publicou oito matérias com enfoque político abordando o corredor ferroviário bioceânico¹¹¹ e a compra do gás natural boliviano pelo Brasil, por ocasião da visita a Corumbá do então ministro de Obras Públicas, Serviços e Habitação da Bolívia, Milton Claros Hinojosa, no dia 13 de fevereiro de 2017. Já o El Deber publicou, no dia 12 de fevereiro de 2017, quatro textos sobre a inauguração de uma fábrica de cimento na localidade de Yacuses, no município de Puerto Suárez, e seu potencial para o desenvolvimento econômico da região. Entre eles, uma entrevista com o então *alcalde* de Puerto Suárez, Sebastián Hurtado, intitulada “*Sebastián Hurtado: ‘Que se concrete la vía a Puerto Busch’*”¹¹².

Quando estabelecemos a classificação por abrangência territorial, dividida nas categorias de textos locais, fronteiriços e transnacionais, o objetivo foi verificar o nível de interação do veículo com a fronteira, a cidade e o país vizinhos. Ou seja, encontrar indicativos sobre o quanto o jornalista volta sua atenção à busca de informações sobre o outro lado, seja por meio do deslocamento físico até a outra cidade ou simplesmente por outros meios eletrônicos de troca de informações. Essa categorização baseou-se na classificação proposta por Soares (2011, p. 127), para quem o conteúdo dessas matérias “proporciona maior ou menor contato entre as populações fronteiriças”.

Dessa forma, consideramos locais os textos que mencionam as fronteiras ou elementos fronteiriços, mas estes não são seu objeto principal, e relacionam-se com apenas uma das

¹¹¹ O corredor bioceânico é um conjunto de projetos que contemplam a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, por meio de mais de 4 mil km de rodovias e ferrovias que atravessarão o continente sul-americano, do porto de Santos aos portos chilenos de Arica e Iquique. Faz parte da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com apoio dos governos do Brasil, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/03/brasil-participa-de-grupo-de-trabalho-para-debater-corredor-ferroviario-bioceanico>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

¹¹² Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/economia/Sebastian-Hurtado-Que-se-concrete-la-via-a-Puerto-Busch--20170211-0065.html>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

comunidades. Na definição de Soares (2011, p. 127), “a notícia local pode despertar o interesse informativo dos moradores da localidade vizinha, mas do ponto de vista da produção jornalística ela não ultrapassa os limites físicos, geográficos e culturais de uma das cidades da fronteira”. Os textos fronteiriços, por outro lado, são aqueles que abordam a fronteira como objeto, mas o tema tratado ainda está do lado de cá, do mesmo lado da localidade de origem do veículo. Trata-se, como explica o autor (2011, p. 127-128), de

um assunto que interessa ao outro lado porque se relaciona e faz referência à fronteira de uma forma direta e, de alguma maneira, tem ligação com o país vizinho. A notícia fronteiriça também não chega a ultrapassar o limite geográfico da fronteira, no entanto, ultrapassa outros limites que podem ser culturais, sociais, políticos.

Finalmente, os textos transnacionais são aqueles que abordam fatos e temas do outro lado da fronteira, ou seja, conforme define Soares (2011, p. 129), que comentam, analisam, descrevem, narram, reportam ou fazem referência à cultura do outro país, ultrapassando os limites geográficos e alcançando o território e as pessoas da outra cidade no país vizinho. A transnacionalidade das matérias jornalísticas remete à “relação entre territórios e os diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas [...], centrais para a definição de alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito” (RIBEIRO, 1997, p. 2).

Tabela 39 – Classificação dos textos pela categoria de abrangência territorial nos sites

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Local	5	Local	2	Local	6	Local	8
Fronteiriço	2	Fronteiriço	2	Fronteiriço	5	Fronteiriço	4
Transnacional	11	Transnacional	7	Transnacional	12	Transnacional	14

Nos quatro veículos, observamos o predomínio de textos classificados como transnacionais, seguidos por aqueles considerados locais, conforme a Tabela 39 (acima). No caso do conteúdo transnacional, podemos inferir dessa constatação que predominam matérias que relatam fatos ocorridos na cidade ou no país vizinho, ou ainda, que transpõem a linha divisória e mostram um nível expressivo de interação entre as duas comunidades. É o caso da matéria intitulada “Campanhas em datas especiais vão incentivar turismo de compras na fronteira”¹¹³, publicada no dia 8 de março de 2017 pelo Ponta Porã Informa, que retrata uma parceria entre a Câmara de Comércio de Pedro Juan Caballero e uma agência de publicidade brasileira.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/paraguai/campanhas-em-datas-especiais-vaoincentivar-turismo-de-compras-na-fronteira>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

A leitura da categoria local mostrou que, em diversos casos, a fronteira foi mencionada como elemento secundário, sem nenhum papel relevante nas matérias. Um exemplo é a matéria intitulada “Judiciário e Prefeitura fazem parceria para internação de dependente químico”¹¹⁴, publicada pelo Diário Corumbaense em 3 de abril de 2017. Embora seja reprodução de assessoria de imprensa e não traga a fronteira como destaque, o texto relata a opinião do defensor público de Corumbá, Vagner Flausino, para quem o número de jovens e adultos usuários de drogas na cidade é alarmante “por se tratar de região fronteira, avizinhandose com algumas cidades da Bolívia, [...] e cuja região permite fácil acesso aos mais variados tipos de entorpecentes, devido à farta disponibilidade no país vizinho e do baixo custo”.

Chamou a atenção ainda o quase insignificante número de matérias fronteiriças, que apresentaram a fronteira ou qualquer outro elemento fronteiro como objeto de tratamento jornalístico por essência, mesmo sendo a pesquisa sobre matérias fronteiriças. Como exemplos, duas reportagens que analisam com alguma profundidade aspectos econômicos da fronteira Brasil-Bolívia: “*Tres sectores son el motor en el comercio con la frontera*”¹¹⁵, publicada pelo El Deber em 12 de fevereiro de 2017, relatando a importância dos segmentos hoteleiro, de produção de cimento e de óleo de soja para a região; e “Fluxo dos consumidores bolivianos diminui e afeta comércio corumbaense”¹¹⁶, publicada pelo Diário Corumbaense em 29 de março de 2017, mostrando um dos impactos negativos da variação cambial na economia local.

Ainda na fase inicial de categorização, averiguamos se as matérias publicadas tinham desdobramento no próprio veículo ou se eram o desdobramento em si. Ou seja, se o assunto tratado teria causado repercussão que merecesse ser objeto de novas matérias relatando novos pontos de vista ou novos fatos (suíte¹¹⁷, no jargão jornalístico). Nos veículos da fronteira Brasil-Paraguai, os resultados desse quesito não foram expressivos, como os exemplos: “*Operación conjunta eliminó 271 toneladas de marihuana en la zona norte del país*”¹¹⁸ (13 de março de 2017) e “*Continúa el Operativo conjunto Alianza XV*”¹¹⁹ (16 de março de 2017), ambas do Amambay 570; ou “Câmara de Ponta Porã convida para audiência pública sobre carga horária da língua

¹¹⁴ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93074>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/economia/Tres-sectores-son-el-motor-en-el-comercio-con-la-frontera-20170211-0064.html>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92960>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

¹¹⁷ De origem francesa, a palavra *suíte* significa série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Também se usa o verbo *suitar* no sentido de repercutir. Disponível em: <<http://coisasdejornalista.com.br/dicionario-jornalístico/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9873>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹¹⁹ Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9919>. Acesso em: 16 mar. 2017.

espanhola”¹²⁰ (23 de março de 2017) e “Vereadores e professores querem a permanência do espanhol em escolas de Ponta Porã”¹²¹ (24 de março 2017), ambas do Ponta Porã Informa.

Nos veículos da fronteira Brasil-Bolívia, este quesito apresentou resultados mais expressivos, com nove entre 23 textos repercutidos pelo Diário Corumbaense e 14 entre 26 textos repercutidos pelo El Deber. No veículo brasileiro, por exemplo, matéria publicada no dia 28 de janeiro de 2017 com o título “Estudante que teria sido sequestrada retorna ao Brasil no início da semana”¹²² teve continuidade no dia 30 do mesmo mês com a matéria intitulada “Investigações sobre suposto sequestro de brasileira correm em Santa Cruz”¹²³. No veículo boliviano, a matéria intitulada “*Guardia se refugia en Brasil y se declara perseguido*”¹²⁴ (28 de março de 2017) teve sequência com “*Guido Guardia: ‘Volveré cuando se vayan los chupatetillas’*”¹²⁵ (29 do mesmo mês).

Mais do que as matérias desdobradas, destacaram-se nos quatro veículos os temas que consideramos ter significativo potencial para repercussão, mas que ficaram restritos a um único texto. Casos como a matéria “Autoridades brasileiras prestigiam visita do presidente paraguaio à fronteira”¹²⁶ (1º de março de 2017), reprodução de assessoria de imprensa pelo Ponta Porã Informa, e “*Brasileño quiere alambrar un sector de la línea Internacional que reivindica como suyo*”¹²⁷ (22 de abril de 2017), do Amambay 570. Na fronteira Brasil-Bolívia, “Começa nesta sexta-feira operação com aviões de guerra para combater tráfico”¹²⁸ (22 de março de 2017), reprodução de outro veículo pelo Diário Corumbaense (apesar de Corumbá ser uma das bases da operação) ou “*Brasil alista la operación Ostium, el mayor operativo fronterizo*”¹²⁹ (23 de março de 2017), texto do El Deber sobre o mesmo tema.

Avançando à fase seguinte da codificação, chegamos aos quadros de índices e indicadores presentes nos textos. Na etapa de pré-análise do conteúdo selecionado, esses elementos serviram como suporte na seleção das matérias que atendiam aos critérios da pesquisa: conter elementos

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/camara-de-ponta-pora-convida-para-audiencia-publica-sobre-carga-horaria-da-lingua-espanhola>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/vereadores-e-professores-querem-a-permanencia-do-espanhol-em-escolas-de-ponta-pora>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

¹²² Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=91502>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

¹²³ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91558>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

¹²⁴ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/santacruz/Guardia-se-refugia-en-Brasil-y-se-declara-perseguido--20170327-0128.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Guardia-Volvere-cuando-se-vayan-los-chupatetillas-20170328-0013.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/autoridades-brasileiras-prestigiam-visita-do-presidente-paraguaio-a-fronteira>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

¹²⁷ Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=10593>. Acesso em: 22 abr. 2017.

¹²⁸ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92823>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

¹²⁹ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Brasil-alista-la-operacion-Ostium-el-mayor-operativo-fronterizo--20170323-0058.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

fronteiriços político-institucionais locais e tratar diretamente de cooperação ou conflito ou possuir potencial para promovê-los. Na etapa de exploração do material, eles foram mantidos para ajudar na medição de alguns de princípios da Análise de Conteúdo propostos por Bardin (2011), tais como a pertinência (adequação do material às questões em estudo) e a produtividade (produção de resultados férteis). Índices e indicadores serviram, sobretudo, para indicar o quanto a temática fronteiriça, a cidade e o país vizinhos estavam inseridos em cada texto.

Embora não seja necessário um aprofundamento neste quesito, ao olhar os resultados mais destacados quanto aos principais termos e a frequência com que aparecerem no conjunto de matérias de cada veículo, não foi difícil verificar que a relação entre as palavras que remetem às fronteiras ou ao vizinho e o volume de textos é muito precária, conforme a Tabela 40 (abaixo). Limitando-nos aos exemplos, em 17 textos, o Ponta Porã Informa mencionou a palavra fronteira 75 vezes (média de 4,41 menções por matéria), o Amambay 570 apenas cinco vezes em 11 textos (média de 0,45 menção por texto), o Diário Corumbaense 34 vezes em 23 textos (média de 1,47 menção por matéria) e o El Deber 28 vezes em 26 textos (média de 1,07 menção por matéria).

Tabela 40 – Codificação dos textos por índices e indicadores nos sites

PRINCIPAIS ÍNDICES E INDICADORES							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Fronteira	75	Ponta Porã	17	Bolívia	50	Brasil	53
Pedro Juan Caballero	31	Brasil	11	Boliviano(a, os/as)	45	Frontera	28
Paraguai	28	Frontera	5	Fronteira	34	Brasileños	26

Outros termos que consideramos importantes apareceram de forma tímida na totalidade dos textos referentes à fronteira Brasil-Paraguai, como “país vizinho” (2), “vizinha cidade” (2) e “dois países” (2) no Ponta Porã Informa; e “zona fronteriza” (2), “lado brasileño” (1), “dos ciudades” (1) foram termos importantes, porém com baixa aparição nos textos analisados no Amambay 570. Na fronteira Brasil-Bolívia, “fronteiriço(a, os/as)” (2), “país vizinho” (2) e “limite” (1) foram alguns dos termos observados nos textos do Diário Corumbaense, enquanto “zonas fronterizas” (2), “ambos países” (3) e “otro lado” (1) chamaram a atenção no El Deber. Apesar da baixa aparição de termos considerados importantes no contexto da imprensa fronteiriça, a categorização das matérias como locais, fronteiriças e transnacionais foi possível graças à somatória e à combinação de termos no decorrer dos textos.

Na Análise de Conteúdo, as unidades de registro são elementos de significação essenciais não apenas para a averiguação da pertinência de um determinado texto dentro do

corpus, mas sobretudo como parâmetros para a constituição das categorias de intensidade (valores, tendências e atitudes) e direção (favorabilidade ou desfavorabilidade) do conteúdo analisado. Se os índices foram contabilizados a partir da frequência de aparição de termos nos textos, as unidades de registro foram contadas conforme o número de matérias que continham uma determinada palavra, expressão ou frase. O intuito não foi verificar se um termo aparece várias vezes ao longo de uma matéria, mas se várias matérias trazem um termo específico. Destacamos na tabela 41 (abaixo) os resultados que consideramos mais relevantes:

Tabela 41 – Codificação dos textos por unidades de registro nos sites

PRINCIPAIS UNIDADES DE REGISTRO							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Parceria	7	Excelente relacionamiento	2	Integração	3	Acuerdos	2
Trabalho em conjunto	2	Operación conjunta	2	Fiscalização	3	Operativos conjuntos	2
Integração	2	Integración	1	Parceria	2	Trabajo coordinado	2
Prejuízos	1	Conflicto	1	Acordo	2	Bloqueo	2

Neste caso, a análise apontou sobressair-se mais a variedade das unidades identificadas como indicativas de intensidade e direção do que propriamente a repetição de matérias que incluíam os termos predefinidos (cooperação, integração, conflito, impasse, entre outros). Assim, se apenas um dentre 17 textos do Ponta Porã Informa mencionou a palavra cooperação (embora sete deles tenham mencionado a palavra parceria), foram identificadas 39 diferentes unidades nas matérias relacionadas à cooperação – expressões como “não existem barreiras” (1), “trabalho em conjunto” (2) e “laços de amizade” (1). Já as unidades de registro referentes ao conflito, no caso deste veículo, não foram expressivas o suficiente para serem destacadas, tanto que nenhuma matéria foi classificada como favorável ao conflito.

Já no Amambay 570, apenas 10 diferentes unidades de registro relacionadas à cooperação foram identificadas, com destaque para “*excelente relacionamiento*” (2) e “*Operación conjunta*” (2), e três relacionados ao conflito, tais como “*ruta del tráfico*” (1) e “*crimen transnacional*” (1). Nas 23 matérias publicadas pelo Diário Corumbaense, foram encontradas 24 unidades de registro referentes à cooperação, sem destaques expressivos. Chamaram a atenção as 16 unidades referentes ao conflito encontradas nas matérias desse veículo, refletindo nas oito matérias classificadas como favoráveis ao conflito, mesmo número daquelas favoráveis à cooperação. Termos como “fiscalização” e “operação”, que poderiam ser considerados neutros quando isolados, ganharam sentido favorável ao conflito nas matérias.

Por fim, o El Deber permitiu a identificação de 51 unidades de registro referentes à cooperação em 26 matérias, embora com número limitado de textos que os citassem, tais como “*Integración continental*” (1), “*Cruce de información*” (2) ou “*Cooperación policial*” (1). No âmbito do conflito, foram identificadas 25 unidades de registro, todas também com baixo número de matérias mencionando os termos como “*controles*” (2), “*crimen organizado*” (2) e “*Pasan libremente armas y drogas*” (1), e outros que, no contexto dado pelo veículo, receberam sentido favorável ao conflito, tais como “*alerta*” (2), “*operación*” (2) e “*Extranjerización*” (1), apesar de apenas quatro textos terem sido classificados como favoráveis ao conflito.

A prática de ouvir os outros lados da questão tem sido há muito tempo não apenas dever procedimental como também uma espécie de princípio fundamental, elementar do jornalismo, como exposto no Manual da Redação do jornal Folha de S. Paulo (2001, p. 26):

Toda boa reportagem exige cruzamento de informações. Esse mecanismo jornalístico consiste em, a partir de um fato transmitido por uma determinada fonte, ouvir a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes. O recurso é útil tanto para comprovar a veracidade de uma notícia quanto para enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original.

Sem a pretensão de discutir mais profundamente a validade deste princípio nos dias atuais, definimos como uma das categorias de intensidade o posicionamento dos dois lados, conforme a Tabela 42 (abaixo). Adotamos para esta categoria um critério territorial, em que o lado representa não necessariamente um segundo ponto de vista contrário ao primeiro, mas uma fonte de informação do outro lado da fronteira. O objetivo foi averiguar os indicativos de envolvimento do veículo ou do jornalista com a fonte de informações situada na cidade ou país vizinhos.

Tabela 42 – Codificação dos textos pela categoria de intensidade nos sites

POSICIONAMENTO DOS DOIS LADOS							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5	12	1	10	4	19	4	22

Desta vez não houve discrepância e todos os veículos analisados apresentaram um número expressivamente maior de matérias cujas fontes estavam de um único lado da fronteira, geralmente do mesmo lado do veículo, ou apenas do outro lado no caso das reproduções de veículos do outro país ou de assessorias de imprensa. São matérias como “P. Porã: Guerra contra *Aedes Aegypti* continua na fronteira”¹³⁰ (Ponta Porã Informa, 24 de fevereiro de 2017),

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/p.-pora-guerra-contra-aedes-aegypti-continua-na-fronteira>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

com depoimentos de moradores de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero, e “*Hospital Regional recibió donación de la Prefeitura de Ponta Porã*”¹³¹ (Amambay 570, 16 de março de 2017), com falas de representantes do hospital e da prefeitura. Ambas, no entanto, são reproduções de assessorias de imprensa e não apurações e produções jornalísticas próprias.

Como o cenário não foi diferente nos veículos da fronteira Brasil-Bolívia, inferimos da análise desta categoria que, com algumas exceções, o envolvimento dos veículos estudados com as fontes de informação de ambos os lados da fronteira é muito restrito. No tocante aos temas institucionais locais, a análise apontou que o princípio jornalístico elementar de retratar diferentes angulações dos assuntos raramente é praticado. Tal constatação chamou a atenção, sobretudo, quando cruzamos o número de matérias transnacionais com o número de textos que efetivamente contemplaram fontes dos dois lados. Por exemplo, o Amambay 570 revelou sete matérias transnacionais e apenas uma com duplo posicionamento; o El Deber apresentou 14 textos transnacionais e apenas quatro com fontes dos dois lados.

Com as categorias de intensidade chamadas de citações favoráveis à cooperação e ao conflito, buscamos extrair dos textos analisados os indicativos mais expressivos acerca da direção das matérias publicadas pelos sites de notícias fronteiriços sobre a própria fronteira e as eventuais relações institucionais, sociais e culturais entre os povos. Na categoria cooperação, incluímos declarações e citações de fontes que continham expressões que demonstravam a busca, o incentivo ou a simples menção à integração das comunidades, também manifestações deliberadas dos próprios veículos nessa direção e ainda a simples abordagem de um tema relacionado a alguma iniciativa institucional ou cultural de cooperação, sem necessariamente haver posicionamento.

Fugindo da mera oposição simplista, concebemos a categoria conflito para incluir toda expressão com potencial para afastar as comunidades, tais como manifestações de indisposição, confronto, enfrentamento, mas não só. Buscamos identificar pautas e coberturas jornalísticas que simplesmente abordassem com profundidade os problemas e demandas da fronteira como uma zona social e culturalmente entrelaçada, uma região formada por comunidades geralmente com as mesmas demandas sociais e carências de atenção dos centros de poder, e não apenas lados isolados. Neste contexto, o conceito de conflito assume um caráter de problema comum, podendo ser uma manifestação de crítica a uma decisão dos governos centrais que venha afetar a região ou mesmo uma cobrança sobre os governos locais por providências urgentes sobre algum aspecto urbano.

¹³¹ Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9928>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Para simplificar a análise, optamos por não separar as declarações ou citações das fontes e as afirmações dos veículos, entendendo que ambas as situações poderiam aludir à integração dos povos fronteiriços ou fomentar o seu afastamento. Pela mesma razão, também agrupamos nas mesmas categorias expressões que mencionavam diretamente os elementos referentes à cooperação, integração, conflito ou impasse, e aquelas que apresentavam potencial para isso, que poderiam ser recebidas como um incentivo à integração ou um estopim para o conflito. Optamos por contabilizar não o número de citações isoladamente, mas o número de matérias que apresentaram citações num ou noutro sentido. Assim, houve casos em que uma mesma matéria foi classificada nas duas categorias, conforme a Tabela 43 (abaixo):

Tabela 43 – Classificação dos textos pela categoria de intensidade nos sites

CITAÇÕES FAVORÁVEIS À COOPERAÇÃO E AO CONFLITO							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Cooperação	Conflito	Cooperação	Conflito	Cooperação	Conflito	Cooperação	Conflito
14	2	5	3	6	5	11	9

É notável a correlação entre as citações favoráveis à cooperação ou ao conflito e a categorização das matérias como tal – embora esta não seja precisa devido à definição das categorias neutra e ambivalente. A matéria “*Helio Peluffo y concejales asumen a las 17:00 en el Centro de Convenciones*”¹³², publicada em 1º de janeiro de 2017 pelo Amambay 570, traz exemplos claros nesse sentido: por um lado, menciona “...*el Centro Internacional de Convenciones de la vecina y hermana ciudad*” e, por outro, “*Octavio centró su mandato durante la legislatura que culmina para señalar implacablemente los errores y los fracasos de la administración de Ludimar Novais (PDT) a través de las redes sociales...*”.

Em alguns casos, também, as duas categorias se misturam no texto, com predominância de uma ou outra. É o caso da matéria “Ponta Porã: Brasileiros e paraguaios iniciam guerra contra a dengue”¹³³, publicada em 14 de fevereiro de 2017 pelo Ponta Porã Informa. O texto traz a citação “É uma parceria que vai alcançar moradores que às vezes não entendiam muito bem o que os agentes de saúde brasileiros orientavam...”, classificada como favorável à cooperação devido à menção da palavra parceria. Em seguida, também traz a afirmação “...no bairro moram vários paraguaios que não entendem perfeitamente as instruções dos agentes brasileiros”, classificada como potencialmente conflituosa por afirmar que muitos paraguaios, mesmo morando no lado brasileiro, não entendem a língua portuguesa.

¹³² Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=8503>. Acesso em: 1 jan. 2017.

¹³³ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/ponta-pora-brasileiros-e-paraguaios-iniciam-guerra-contra-a-dengue>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Outros textos são facilmente classificáveis como potencialmente conflituosos, como a matéria “*Brasil realiza operativo ‘Ostium’ en la región de frontera*”¹³⁴, publicada pelo Amambay 570 em 23 de março de 2017, que afirma “*Brasil considera que la zona es la principal ruta del tráfico, porque circula marihuana proveniente de Paraguay y cocaína llegada desde Bolivia*”. Ou potencialmente integrador como a matéria “*Autoridades brasileiras prestigiam visita do presidente paraguaio à fronteira*”¹³⁵, publicada pelo Ponta Porã Informa no dia 1º de março do mesmo ano, embora oriunda de assessoria de imprensa e sem desdobramento. O texto traz a citação “...na fronteira, todos os investimentos [...] acabam beneficiando os moradores de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero. É uma satisfação poder acompanhar este momento em que os irmãos paraguaios estão inaugurando obras de grande importância para a infraestrutura desta região”.

Os veículos da fronteira Brasil-Bolívia também apresentaram exemplos de citações referentes a parcerias concretas para o enfrentamento de problemas comuns, como “esse intercâmbio, com troca de experiência é vital porque incêndios florestais, desastres naturais e inundações, por exemplo, não respeitam limites fronteiriços”, na matéria “*Militares bolivianos discutem intercâmbio com 3º GBM para combate às queimadas*”¹³⁶ (19 de janeiro de 2017) do Diário Corumbaense. Ou ainda “...*el Gobierno boliviano y el estado de Mato Grosso do Sul (Brasil) sellaron un acuerdo de cooperación policial que va desde el fujo de datos de Inteligencia sobre personas y organizaciones criminales hasta el adiestramiento de tropas de élite de la Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen...*”, presente na matéria “*El BOPE de Brasil adiestrará a la élite de Policía nacional*”¹³⁷ (29 de abril do mesmo ano) do El Deber.

Também foram observadas citações classificadas como favoráveis ao conflito, mas com tom de cobrança sobre o poder público a respeito de problemas da região fronteiriça, como “...*la ausencia estatal en esta zona de frontera con Brasil puede convertirse en un problema de seguridad ciudadana para todo el país*” e “*Mientras, en sus comunidades se apegan más a la línea fronteriza con Brasil, el Estado boliviano se hace cada vez más difuso*”, ambas na reportagem “*La vía bioceánica es vulnerable al crimen*”¹³⁸ (16 de abril de 2017) do El Deber. Ao afirmar que “nas cidades fronteiriças impera uma lógica de que a violência é uma questão

¹³⁴ Disponível em: <http://amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=10024>. Acesso em: 23 mar. 2017.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/autoridades-brasileiras-prestigiam-visita-do-presidente-paraguaio-a-fronteira>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

¹³⁶ Disponível em: <<http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91280>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

¹³⁷ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/santacruz/El-BOPE-de-Brasil-adiestrara-a-la-elite-de-Policia-nacional-20170429-0003.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

¹³⁸ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/septimodia/La-via-bioceanica-es-vulnerable-al-crimen-20170415-0044.html>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

particular entre os grupos que disputam o controle do crime”, na matéria “Exército ‘encolhe’ presença na fronteira do tráfico em MS”¹³⁹ (7 de fevereiro de 2017), o Diário Corumbaense também traz um conflito em potencial que atenta para um problema das fronteiras.

Apesar do reduzido número de matérias selecionadas, o volume de citações extraídas nas duas categorias foi expressivo e facilitou a classificação final dos textos. Por um lado, se os veículos analisados apresentaram uma pequena quantidade de textos sobre temas institucionais locais relativos às fronteiras e pouca profundidade e problematização de temas complexos, por outro, podemos fazer duas asserções: 1) citações ou afirmações favoráveis à cooperação mostram que há disposição das comunidades para iniciativas integradoras, ainda que incipientes; 2) na quase totalidade dos casos, citações potencialmente conflituosas não são feitas de forma provocativa, com animosidade, mas sim com intuito de chamar a atenção para dificuldades e impasses realmente incômodos no cotidiano fronteiriço.

No mesmo sentido, a verificação do eventual aparecimento de termos pejorativos e jocosos referidos ao povo, cidade ou país vizinhos, seja no tratamento editorial do veículo ou nos depoimentos das fontes, buscou averiguar se expressões ofensivas ou preconceituosas encontram vasão na imprensa fronteiriça on-line. Nenhum termo que se enquadrasse nesta categoria foi identificado ao longo de toda a pesquisa e, assim, podemos inferir que, pelo menos nos casos analisados, tais expressões não encontram espaço e não são propagadas. Este pode ser considerado um aspecto favorável à integração das comunidades fronteiriças, ainda que manifestações dessa natureza possam ser comuns, ainda que de forma velada, no dia a dia das populações (NASCIMENTO, 2012; COSTA, G., 2013).

Por outro lado, a busca por expressões na língua do país vizinho nos textos analisados procurou averiguar a possibilidade de haver algum intercâmbio linguístico entre o veículo de um lado e a comunidade do outro lado da fronteira. Não encontramos nenhuma expressão em português nos sites paraguaio e boliviano, tampouco em castelhano nos sites brasileiros – com exceção de nomes de instituições, que não interessavam à pesquisa. Entendemos assim que, do ponto de vista dos veículos, não ocorre interação e troca entre as línguas faladas nas fronteiras, mesmo nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, separadas apenas por uma linha imaginária. Se nenhuma expressão pejorativa foi identificada, também não foi nenhuma expressão na língua do vizinho que pudesse demonstrar maior envolvimento com o outro lado.

Com esta trajetória, chegamos à categorização final do conteúdo analisado, classificando os textos conforme a direção que a eles atribuímos: favoráveis à cooperação ou

¹³⁹ Disponível em: <http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91750>. Acesso em: 7 fev. 2017.

ao conflito entre as comunidades de fronteira, neutros ou ambivalentes. Neste quesito, conforme a Tabela 44 (abaixo) foi possível individualizar os resultados por veículo e fazer algumas inferências particulares:

Tabela 44 – Categorização dos textos conforme a direção nos sites

CATEGORIAS DE DIREÇÃO							
Ponta Porã Informa		Amambay 570		Diário Corumbaense		El Deber	
Favorável à cooperação	14	Favorável à cooperação	5	Favorável à cooperação	8	Favorável à cooperação	8
Favorável ao conflito	2	Favorável ao conflito	2	Favorável ao conflito	8	Favorável ao conflito	4
Neutro	0	Neutro	3	Neutro	6	Neutro	10
Ambivalente	1	Ambivalente	1	Ambivalente	1	Ambivalente	4

Ponta Porã Informa – Avaliando o resultado isoladamente (14 matérias favoráveis à cooperação), diríamos que o veículo assume uma postura amistosa e incentivadora das iniciativas de integração das comunidades fronteiriças, dedicando espaço considerável às citações e manifestações cooperativas entre os dois lados. No entanto, das 17 matérias analisadas, somente duas são de autoria própria, sendo as outras 15 oriundas de assessorias de imprensa, cuja tendência é que tratem exclusivamente de iniciativas positivas. Não se pode afirmar, assim, que este veículo adota uma postura proativa para pautar e retratar as iniciativas institucionais locais que visem à cooperação entre as comunidades ou, ainda, para discutir e problematizar as questões sensíveis, polêmicas e conflituosas da região.

Amambay 570 – Com apenas 11 matérias que atenderam aos critérios definidos para a pesquisa, selecionadas ao longo de quatro meses, foi difícil traçar uma linha de raciocínio quanto ao conteúdo deste veículo, que pode ser classificada como levemente favorável à cooperação. Por outro lado, como seis dos 11 textos analisados foram de autoria do próprio veículo – na maioria, transcrições de entrevistas e assuntos debatidos cotidianamente nos programas da emissora de rádio –, é possível que exista alguma iniciativa própria ao abordar tanto temas integradores quanto conflituosos, embora também limitada. As duas matérias classificadas como favoráveis ao conflito retratam situações potencialmente conflituosas, mas não trazem em si elementos que incitem o confronto.

Diário Corumbaense – Este veículo destacou-se pelo equilíbrio entre os textos favoráveis à cooperação e ao conflito. A combinação numérica de 17 matérias de autoria própria, três reportagens, 10 da editoria de Política, 12 transnacionais e cinco fronteiriças, além de nove com desdobramento, indica que o veículo demonstrou considerável envolvimento com as

questões mais complexas e polêmicas da fronteira. Do ponto de vista da cooperação, destacaram-se as matérias da editoria de Política, principalmente aquelas relacionadas à visita de um ministro boliviano a Corumbá e ao corredor ferroviário bioceânico. Também identificamos uma correlação entre as cinco matérias da editoria de Segurança Pública, área importante na linha editorial do veículo, e os textos classificados como favoráveis ao conflito.

El Deber – Mais do que a favorabilidade para a cooperação ou o conflito (com prevalência da primeira), chamaram a atenção no veículo boliviano as categorias neutra, na qual foram classificadas 10 matérias, e ambivalente, com quatro textos. Uma das prováveis correlações é o fato de 10 matérias se enquadrarem na editoria de Economia que, *grosso modo*, pode reservar menos espaço para problematizações, na comparação com as áreas de política ou segurança. Outra explicação é que algumas matérias tratam de questões infraestruturais locais, relacionadas à fronteira e classificadas na editoria de Geral, mas que não apresentam elementos fortes o suficiente para indicarem favorabilidade, a exemplo de “*Terminal de buses de Puerto Suárez no está funcionando*”¹⁴⁰ (15 de janeiro de 2017).

Sendo o maior veículo dos quatro estudados e localizando-se na capital do Departamento de Santa Cruz, o El Deber é o veículo que aborda as questões integradoras com maior abrangência e menos localidade, como na matéria “*Perfilan un giro del comercio por el Atlántico*”¹⁴¹ (13 de março de 2017), relatando que o governo boliviano planeja criar uma zona econômica especial na fronteira com o Brasil. Com profundidade de abordagem jornalística maior do que a média dos veículos analisados, matérias que apontaram favorabilidade ao conflito ou ambivalência não foram insignificantes, em especial aquelas que tratam de segurança e polícia. Foram comuns textos que, ao mesmo tempo, trataram de iniciativas de cooperação entre as polícias dos dois países e atribuíram responsabilidades ao Brasil por atos criminosos, como “*Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil*”¹⁴² (27 de abril de 2017), por exemplo.

Mais do que as inferências individualizadas sobre as razões que levaram cada veículo a publicar mais ou menos matérias sobre um ou outro tema, deixamos propositalmente para o final a interpretação que consideramos mais relevante de todo o trabalho. Trata-se da comparação entre o número de matérias selecionadas para análise – e que, portanto, enquadraram-se nos critérios definidos para a pesquisa – e o volume total de matérias publicadas no período

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/santacruz/Terminal-de-buses-de-Puerto-Suarez-no-esta-funcionando-20170114-0108.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

¹⁴¹ Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/economia/Perfilan-un-giro--del-comercio-por-el-Atlantico-20170312-0045.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁴² Disponível em: <<https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Gobierno-vincula-atracos-a-carteles-de-Brasil-20170426-0109.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

analisado (1º de janeiro a 30 de abril de 2017, exatos 120 dias). Desse modo, foi possível saber o percentual de textos sobre temas político-institucionais relativos às fronteiras com relação à totalidade do conteúdo publicado pelos veículos, conforme a Tabela 45 (abaixo):

Tabela 45 – Total de matérias publicadas / percentual de textos selecionados nos sites

VEÍCULO	TOTAL DE MATÉRIAS	PERCENTUAL
Ponta Porã Informa	5.502 textos ¹⁴³	0,3%
Amambay 570	2.238 textos ¹⁴⁴	0,49%
Diário Corumbaense	2.852 textos	0,8%
El Deber	8.987 textos	0,49%

Nenhum dos quatro veículos analisados alcançou 1% de matérias que versavam sobre temas político-institucionais relativos às fronteiras do volume total de matérias publicadas em quatro meses. Ou seja, podemos afirmar matematicamente que o espaço editorial dedicado pela imprensa fronteiriça on-line aos assuntos político-institucionais que envolvem as fronteiras e que abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito equivale, no máximo, a 0,8% do conteúdo publicado no período – Diário Corumbaense, maior percentual encontrado. Mesmo com a maior estrutura entre os veículos pesquisados, no El Deber esse espaço é inferior a 0,3% – menor percentual identificado.

Tabela 46 – Média de publicação nos sites / frequência de textos no período analisado

VEÍCULO	MÉDIA DE PUBLICAÇÃO			FREQÜÊNCIA
Ponta Porã Informa	45,85 textos/dia	321 textos/semana	1.375,5 textos/mês	A cada 7,05 dias
Amambay 570	18,65 textos/dia	130,5 textos/semana	559,5 textos/mês	A cada 10,9 dias
Diário Corumbaense	23,76 textos/dia	166,36 textos/semana	736,76 textos/mês	A cada 5,21 dias
El Deber	67,57 textos/dia	473 textos/semana	2.246 textos/mês	A cada 4,61 dias

Seguindo a mesma lógica, quantificamos a frequência de publicação de matérias com as características descritas, conforme a Tabela 46 (ao lado), dividindo o número de dias analisados pelo número final de textos selecionados. Verificamos assim que, no período analisado, o site Ponta Porã Informa publicou, em média, um único texto por semana dentro

¹⁴³ Os números do total de matérias publicadas no período analisado pelos sites Ponta Porã Informa e El Deber são estimativas baseadas na contagem de textos publicados ao longo de uma semana regular, já que os endereços eletrônicos dos textos são identificados apenas pelos títulos.

¹⁴⁴ Os números do total de matérias publicadas pelos sites Amambay 570 e Diário Corumbaense no período analisado são exatos, pois os endereços eletrônicos dos textos são compostos por números em sequência.

dos critérios definidos pela pesquisa, mesmo tendo publicado no total mais de 45 textos por dia ou 320 por semana, em média. Da mesma forma procederam os demais veículos, sendo o Amambay 570 o site que apresentou o período mais esperso (um texto a cada quase 11 dias) e o El Deber o período mais curto (um texto a cada quase cinco dias), apesar de publicar quase 70 textos por dia e quase 500 por semana.

Não temos a intenção de fazer generalizações precipitadas e, por isso, evidentemente limitamos esta constatação aos veículos estudados, que representam apenas uma pequena amostragem no contexto da imprensa fronteiriça da América do Sul e do mundo. Mas, certamente, mesmo esta pequena amostra é um importante indicativo de como os veículos de imprensa (sites de notícias, em particular) sediados e atuantes em regiões fronteiriças olham, pautam e cobrem a própria fronteira quanto aos movimentos político-institucionais que têm potencial para aproximar ou afastar as comunidades dos dois lados das linhas divisórias entre os países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias, sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos por que estamos en movimiento”*

(Jorge Drexler)

A história do *Homo sapiens* enquanto espécie tem sido moldada pelo movimento desde que este deixou uma pequena região do leste da África, há pelo menos 300 mil anos, em direção a todas as demais regiões da Terra, continuamente cruzando fronteiras – inicialmente naturais, físicas, depois militares, geopolíticas, culturais, econômicas e assim por diante. Nos últimos milênios, quando a espécie humana começou a se organizar em civilizações, nações e impérios, essa história foi escrita em duas direções: construir fronteiras e cruzar fronteiras. Desde então, continuamente, muralhas foram erguidas e derrubadas para delimitar ou conquistar territórios, assim como pontes foram construídas e destruídas para unir povos ou impedir a passagem.

Ao longo dos séculos, também, povos e nações tiveram diferentes concepções a respeito das fronteiras, variando conforme a região do planeta, o período histórico e a visão política dos ocupantes de cada território. Se os gregos, por exemplo, valorizavam a livre circulação e atinham-se mais à noção de fronteira social e cultural, os romanos já estavam mais preocupados com as fronteiras militares, com a interrupção do fluxo. Se na Idade Média os limites eram mais difusos e instáveis, na modernidade a formação dos Estados-nações tornou o território muito mais rígido e essencial à própria ideia de nação, fazendo das fronteiras um elemento a ser protegido a todo e qualquer custo (RATZEL, 1898).

Essa constante dicotomia – que evidentemente não pode ser simplificada de forma maniqueísta – é válida ainda nos dias atuais. Para alguns teóricos e, principalmente para o senso comum, os fenômenos da globalização da economia e da mundialização da cultura (ORTIZ, 1994) próprios da pós-modernidade teriam criado o cenário de um “mundo sem fronteiras”. Para outros, não é difícil observar que, em todos os continentes, mais e mais fronteiras têm sido demarcadas, fechadas, cercadas, patrulhadas e vigiadas. Como salienta Foucher (2009), em menos de 20 anos (1991 a 2009) cerca de 50 mil quilômetros de fronteiras foram traçados ou acordados internacionalmente, distância maior do que a circunferência do globo terrestre.

Foi neste contexto de complexidade e ambivalência, movimentos contraditórios de abertura e fechamento, divisão e aproximação, contato e impacto (RADDATZ, 2015), mas

principalmente de mobilidade e fluxo, que procuramos situar o estudo sobre um dos elementos inerentes à dinâmica das fronteiras: o jornalismo fronteiriço. Essa atividade vital para promover o fluxo de informações exerce, ou deveria exercer, função primordial na organização social e política das comunidades fronteiriças, servindo como a ferramenta, o fórum de debates por excelência das questões culturais, econômicas, sociais, políticas, históricas, ambientais, urbanísticas e comunicacionais locais e regionais, bem como o canal para o trânsito de ideias que contribuem para aproximar ou afastar os povos em contato (SOARES, 2011).

Com esta concepção, trilhamos um longo caminho de pesquisa, que se constituiu de inúmeras entrevistas em profundidade, vivências *in loco* nas cidades de Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, monitoramento de quase 20 mil matérias jornalísticas, análise parcial de 172 textos e análise em profundidade de 77 deles. O longo trabalho foi inicialmente pautado pela ideia de que o jornalismo é um instrumento a serviço da integração das comunidades das regiões de fronteira, ou seja, que a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre ações de cooperação internacional local pode contribuir efetivamente para a aproximação das comunidades dos dois lados (ZURITA, 2004). Para investigar a veracidade desta premissa, era necessário compreender como e com que empenho a imprensa fronteiriça on-line aborda a temática político-institucional local relacionada às fronteiras.

Mas por que a temática político-institucional e não cultural, econômica ou mesmo policial? De fato, todas essas áreas temáticas do jornalismo foram consideradas, desde que contivessem elementos textuais e contextuais que caracterizassem algum nível de relação institucional entre os dois lados das fronteiras, bem como algum potencial para a cooperação ou o conflito. Escolhemos este caminho por entendermos que está na esfera político-institucional o poder quase exclusivo para atuar sobre as demandas sociais e infraestruturais da população e, principalmente, de formular e executar as políticas públicas e as regulamentações que regem o convívio social, seja na esfera local, regional ou nacional. A imprensa fronteiriça seria, assim, o espaço de reverberação dos questionamentos da sociedade regida por tais políticas.

Sempre que o objeto da pesquisa era compartilhado, era comum alguém perguntar se há um número significativo de iniciativas locais de cooperação entre as comunidades fronteiriças. Uma resposta adequada à questão seria objeto de nova pesquisa, que não foi nossa preocupação primordial. De fato, os exemplos encontrados de tais iniciativas foram escassos, muito aquém da expectativa, mesmo fora do período de análise. Também ficou evidente que o objeto da análise (o recorte de conteúdo) foi bastante específico, não abrangendo a totalidade das notícias sobre as fronteiras (análise inviável). No entanto, isso não invalida o problema central deste trabalho, pois, havendo ou não um número relevante de iniciativas com essas características, o

fato incontestável é que há problemas e necessidades vivenciados pelas comunidades, temas locais e questões abertas a serem discutidos exaustivamente pelo conjunto das sociedades, e também estes não são amplamente abordados pela imprensa fronteiriça on-line.

Ao escolher veículos de imprensa situados nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, foi essencial o claro entendimento de que estas são regiões com características e complexidades muito particulares, dada a singularidade de cada zona fronteiriça. Ambas têm o português e o castelhano como principais línguas faladas (além das línguas indígenas, também oficiais), fazem divisa com o território do Mato Grosso do Sul, são consideradas fronteiras secas e cidades-gêmeas conurbadas ou semi-conurbadas e contam com contingentes populacionais não muito diferentes, entre outras semelhanças. Mesmo assim, são mais expressivas as diferenças geográficas, históricas, culturais e identitárias do que as similaridades nessas regiões.

Não se trata apenas do fato de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero serem divididas (o termo correto seria “unidas”) por uma linha imaginária, enquanto Corumbá e Puerto Quijarro são separadas por elementos físicos (um canal, um pântano, um riacho, uma faixa de terra de quase cinco quilômetros e até um aeroporto, além de uma aduana). Trata-se da formação histórica das duas regiões, sendo Corumbá resultado de esforços militares para proteger o território brasileiro de “invasores perigosos”, e Ponta Porã fruto de um povoamento oriundo de uma rota comercial, de troca, de fluxo. Trata-se de significativas diferenças étnicas e culturais entre as populações paraguaia (predominantemente hispânica) e boliviana (quase totalmente indígena na fronteira, principalmente quéchua e aimará), entre outros inúmeros aspectos.

Assim como as regiões, os veículos analisados trazem destacadas singularidades nos aspectos estruturais, empresariais e editoriais, tornando desafiadora a tarefa de encontrar entre eles elementos comuns que permitissem a análise sob os mesmos parâmetros científicos, do ponto de vista das ciências sociais. O Ponta Porã Informa é um veículo que nasceu na e para a internet, diferentemente do Amambay 570, que nasceu de uma emissora de rádio, e do Diário Corumbaense e El Deber, que nasceram de jornais impressos; este último é de longe o maior veículo, com décadas de existência (o jornal impresso) e sediado numa capital departamental, com correspondentes na fronteira, enquanto o Amambay 570 é de propriedade de um grupo político de Pedro Juan Caballero.

Apesar das diferenças, o principal fio que perpassa os quatro veículos está no fato de todos serem sites de notícias que atuam nas fronteiras, que têm o aspecto fronteiriço como parte de seu cotidiano jornalístico, em maior ou menor escala. Além disso, têm como principal matéria-prima o gênero informativo e o formato notícia (*hard news*, no jargão jornalístico) e organizam seus conteúdos em editorias temáticas. Apesar dos diferentes estágios de

interatividade, multimídia, convergência e do uso de ferramentas tecnológicas, todos atenderam ao principal critério para a constituição do corpus desta pesquisa: o texto escrito. Assim, acreditamos que os elementos comuns entre os veículos foram superiores aos contrastes, como apontaram os resultados da análise.

Tais observações permitem-nos afirmar com segurança que cumprimos o objetivo central da pesquisa proposta: compreender o espaço e o tratamento editorial dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática político-institucional local relacionada às fronteiras e, assim, avaliar se a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre iniciativas de cooperação internacional local ou temas conflituosos contribui efetivamente para a integração das comunidades. De forma objetiva, conforme apontaram os resultados, o espaço verificado foi inferior a 0,5% (meio por cento) da produção jornalística total dos quatro veículos analisados. A partir desse número, podemos assumir que a atenção dedicada pelos veículos às pautas que abordam as discussões políticas e institucionais sobre a própria fronteira é de ordem quase insignificante quando comparado à totalidade do conteúdo veiculado.

Portanto, ao verificarmos que, de 19.579 matérias jornalísticas monitoradas¹⁴⁵ ao longo de quatro meses, conseguimos selecionar apenas 77 textos que atenderam aos critérios da pesquisa, concluímos que apenas 0,39 delas abordam as questões relacionadas às fronteiras do ponto de vista das interações político-institucionais. Dizendo de outra forma, encontramos um texto com tais características a cada 254,27 matérias. Não há outra conclusão possível senão refutar a hipótese original da proposta de pesquisa e confirmar a hipótese formulada posteriormente, após o monitoramento e coleta do corpus, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2017: o espaço e o tratamento editoriais dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática institucional local são reduzidos, superficiais, esporádicos e incompletos.

Se considerarmos que 64 das 77 (83,1%) das matérias analisadas são notícias ou notas – sem menosprezo a esses formatos, essenciais ao processo informativo –, podemos afirmar que a produção de conteúdos jornalísticos aprofundados, interpretativos, que abordam diferentes angulações de um assunto, é praticamente inexistente. Notícias e notas são por essência formatos rápidos, instantâneos, que normalmente resumem-se a uma narrativa factual, rasa, descontextualizada e não problematizada dos acontecimentos. Adicionalmente, somente 14 das 77 (18,1%) matérias analisadas trazem fontes dos dois lados das fronteiras, o que demonstra um espaço ainda mais reduzido dedicado à pluralidade de posicionamentos dos

¹⁴⁵ Este número é uma aproximação, considerando que o volume de matérias dos sites Ponta Porã Informa e El Deber foi levantado com base na contagem total de textos publicados ao longo de uma semana regular.

diversos agentes políticos e sociais atuantes nas fronteiras, bem como um tratamento editorial bastante precário quanto a esse princípio elementar do jornalismo.

Quando buscamos apurar quem predominantemente pauta a imprensa fronteiriça on-line sobre os temas político-institucionais – se a iniciativa própria ou as assessorias de imprensa –, não foi possível generalizar e sim considerar as particularidades dos veículos, pois obtivemos resultados entre 11,7% (Ponta Porã Informa) e 96,1% (El Deber) de iniciativa própria. Ainda assim, é alto o índice de reprodução integral de textos de assessorias de imprensa ou mesmo de outros veículos não situados nas fronteiras, inclusive sobre assuntos de extrema relevância para as comunidades fronteiriças – caso da Operação Ostium¹⁴⁶, empreendida pelo Brasil nas duas regiões abordadas. Para a pesquisa, este dado é extremamente relevante porque significa que raramente os assuntos são trazidos para o contexto local e repercutidos pelas comunidades, limitando-se à visão de fora, dos agentes externos à dinâmica fronteiriça.

Este aspecto também se conecta ao fato de apenas 37,6% das matérias analisadas terem sido desdobradas em novos textos, com exceção do El Deber, em que 14 (53,8%) dos 26 textos tiveram repercussão. Raramente verificamos situações em que um texto noticioso, instantâneo, motivou a produção de uma reportagem mais elaborada, com profundidade interpretativa e variedade de pontos de vista. A interpretação possível para a soma desses fatores é a composição de um cenário jornalístico em que as questões essenciais da vida política e social fronteiriça perdem-se na instantaneidade e frivolidade das notícias factuais, na acelerada repetição de fragmentos da tragédia e da miséria humana nas notas sobre crimes, acidentes, confrontos policiais, agressões familiares, e nas reproduções de textos intactos produzidos por assessorias de imprensa de instituições e por outros veículos.

Considerando os quatro exemplos estudados, a constatação é contundente: a veiculação de conteúdos jornalísticos por sites de notícias fronteiriços sobre iniciativas de cooperação ou de conflitos institucionais locais não contribui para a integração das comunidades dos dois lados de uma fronteira. Não contribui porque é mínima, quase insignificante. A imprensa fronteiriça on-line perde, desta forma, a oportunidade de se posicionar como um fórum de destaque, um importante catalisador do debate público acerca das potencialidades, das necessidades, das ações integradoras e conflituosas nas fronteiras, como tem potencial para fazê-lo, conforme também acreditam Müller et al. (2012, p. 229-230):

O jornalismo online pode demarcar outras fronteiras, abrindo os espaços para a história e as vivências do homem do lugar, a partir da narração dos fatos e dos

¹⁴⁶ Operação de reforço na vigilância do espaço aéreo sobre as regiões de fronteira do Brasil, realizada desde o início de 2017 pela Força Aérea Brasileira, com o objetivo de coibir voos irregulares que pudessem ter relação com o tráfico de drogas. O início do trabalho foi noticiado pelos quatro veículos analisados.

movimentos dos fronteiriços no contexto da fronteira. Mas para isso, precisa gerir as suas formas de posicionar estrategicamente o seu conteúdo nas redes e manter-se próximo dos seus leitores-internautas dialogando com eles quotidianamente.

Neste ponto, cabe uma importante reflexão: os veículos de comunicação atuantes nas fronteiras têm cumprido uma função social importante de interação com as populações fronteiriças? A resposta não é simples e evidentemente não pode ser generalizada, nem mesmo no âmbito dos veículos analisados nesta pesquisa. Podemos apenas recorrer à ajuda de outras pesquisas que chegaram a resultados similares. Ao estudar a produção jornalística de emissoras de TV localizadas em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Soares (2011) identificou que, somente em situações pontuais, os jornalistas fronteiriços cobrem ações na cidade vizinha, e que apenas 10,4% de 5h51m08s de programação jornalística televisiva poderiam ser classificadas como notícias transnacionais, ou seja, que efetivamente incluem o país vizinho na pauta.

Outra constatação nessa direção foi o resultado da pesquisa realizada por Camargo (2015) que, entre 2.724 matérias jornalísticas veiculadas pela TV Morena de Corumbá ao longo de dois anos, encontrou apenas 26 matérias que puderam ser classificadas como transnacionais (menos de 1% do total analisado), o que a levou a concluir:

Apesar de as cidades de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez estarem próximas, a emissora brasileira se propôs a cruzar a fronteira para produção de matérias especificamente sobre a Bolívia 26 vezes em dois anos. [...] Esses números refletem uma postura quase que de menosprezo em relação ao país vizinho, considerando sua proximidade e o nível de integração entre as cidades. (CAMARGO, 2015, p. 112-113).

Para não nos atermos ao meio televisivo, ao analisar o conteúdo de jornais impressos publicados na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez, Gaertner (2010, p. 73) também já havia constatado que “há uma tendência dos jornais locais de Corumbá a seguirem um discurso nacional, de que a fronteira é um lugar de permissividade a ilícitos e à criminalidade em geral”, o que a “Análise do Conteúdo mostrou-se eficiente em comprová-la”. Trata-se de conclusão semelhante à que Müller (2000, p. 13) já havia afirmado: “O jornal local tem papel fundamental que nem sempre é explorado [...], deixando de trazer temas que [...] cabem ser agendados e discutidos para que os indivíduos possam assumir seus lugares de atores, posicionando-se frente a questões diversas”.

Considerado por Raddatz (2009, p. 80) um “mediador da construção de identidades da fronteira”, é possível que o rádio seja, em alguns aspectos, uma exceção parcial a este cenário, pela maior participação e interação dos ouvintes fronteiriços, que podem contribuir mais com suas vivências, gostos, linguagem, opiniões e experiências de vida. Como verificou Ota (2006, p. 153), “pelos carências sociais e falta de acesso a bens básicos, o rádio na fronteira representa um porta-voz da comunidade [...]. Para a comunidade paraguaia e boliviana, os programas [...]

representam a possibilidade de diálogo entre o povo e as esferas governamentais”. Ainda assim, Raddatz (2015, p. 216) reconhece:

A maior parte das notícias sobre a fronteira na mídia que está fora dela apresenta uma carga pejorativa, pois menciona principalmente dois aspectos: o tráfico e a violência. Estes termos não definem a fronteira, ao contrário, empobrecem-na. A mídia radiofônica de fronteira [...] poderia funcionar como um forte contraponto a essa visão, formando uma barreira argumentativa contra os preconceitos a respeito deste território. Muitas vezes, entretanto, vimos que esta visão é reforçada, posto que a maior parte das notícias nas emissoras fronteiriças é sobre o gênero policial.

Nesta pesquisa, este foi um aspecto importante: ao focar no cotidiano da criminalidade, dos temas policiais e das tragédias humanas individuais, os veículos locais fronteiriços acabam por reforçar o estigma, os preconceitos propagados pela mídia nacional sobre a fronteira. Uma reclamação recorrente nos debates realizados nas e pelas comunidades fronteiriças, em diversos âmbitos e fóruns, é exatamente a de que a mídia nacional estigmatiza a fronteira “como se esta fosse exclusivamente um lugar da ilegalidade e da contravenção” (SOARES, 2011, p. 154), o que de fato ocorre. Não é preciso ser morador de uma região fronteiriça para saber que as fronteiras são muito mais, são ambientes de efervescência cultural e de intensos fluxos de bens, ideias, costumes, identidades. Pelo resultado deste estudo, e dos demais analisados, a imprensa fronteiriça parece contribuir fortemente para a manutenção do estereótipo do contrário.

Diante deste breve diálogo com outras pesquisas, resta-nos constatar que o jornalismo fronteiriço não é integrador tal qual seu potencial. Não que os veículos ou profissionais tenham a obrigação de enaltecer a integração das comunidades, atuando como militantes políticos e defensores das iniciativas institucionais. Pelo contrário, a obrigação é de expor e discutir os conflitos comuns à vida na fronteira. Assim, surge a pergunta: é possível inferir sobre as razões que tornam o jornalismo fronteiriço tão pouco transnacional e ainda menos engajado na tarefa de desmistificar a ideia de fronteira como ambiente do crime e da tragédia? Para Soares (2011, p. 155), visão da qual compartilhamos, “existe um conjunto de fatores para explicar tal situação. São questões estruturais [dos veículos] e comportamentais dos jornalistas”.

Além disso, limitações estruturais e financeiras típicas de cidades do interior e de pequenos mercados para veículos de comunicação mantêm a imprensa fronteiriça na segunda fase do jornalismo on-line (MIELNICZUK, 2003), muito próxima do modelo tradicional de jornalismo impresso. Ou seja, longe das características da quinta fase e da web semântica em que atualmente se encontram os grandes veículos de abrangência nacional ou global (produção multiplataforma, hiperlocalismo e informações de proximidade, produtos autóctones, entre outros). Do ponto de vista da utilização de recursos tecnológicos e informacionais, com poucas

exceções, o jornalismo on-line produzido nas localidades fronteiriças ainda está nos anos 2000 – embora este aspecto não seja central na pesquisa.

A esta altura, talvez uma nova pergunta esteja ecoando: não há fatores assertivos nos sites de notícias e no jornalismo on-line praticado nas fronteiras? Há muitos e, certamente, enumerá-los e discuti-los a contento renderiam um novo trabalho. Primeiramente, devemos destacar o esforço e a luta constantes dos proprietários de veículos fronteiriços para se manter atuantes, produzindo e divulgando informações de interesse das comunidades, das instituições e dos indivíduos, ainda que o valor-notícia seja passível de discussão. As entrevistas realizadas com esses profissionais, que em alguns casos são também os jornalistas dos veículos, mostraram que manter as portas abertas num ambiente acostumado à efemeridade informacional e de precariedade publicitária é uma tarefa árdua, desgastante.

Em segundo lugar, precisamos reconhecer o valor do trabalho dos jornalistas fronteiriços, que enfrentam as mais variadas adversidades – limitação estrutural dos veículos, remuneração drasticamente achatada, periculosidade para apuração de informações mais sensíveis, entre outras – para informar a comunidade. Nessa tarefa, esses profissionais superam a precariedade das condições de trabalho e recorrem ao improviso e à criatividade para construir um recorte plausível do cotidiano fronteiriço, cobrindo o maior número possível de acontecimentos, ainda que a quantidade se confronte com a qualidade. Seu trabalho mostrou-se crucial na prestação de serviços (gênero utilitário) e na apuração de informações de interesse individualizado (famílias de presos ou de acidentados, por exemplo).

Depois desta longa jornada de pesquisa, concluímos que, se a imprensa fronteiriça on-line relega os temas político-institucionais locais a uma escala inferior a 0,5% – e não ocupa o espaço que poderia na discussão da condição fronteiriça, das negociações identitárias e culturais e da formulação de políticas públicas locais –, não é por falta de disposição para o trabalho. Também não é por desinteresse pela notícia. Pelo contrário, talvez seja por um excessivo interesse pela notícia que promove cliques, mas pouco interesse pelo conteúdo que faz pensar, questionar. Discutir as razões pelas quais isso ocorre é uma tarefa quase filosófica. Ainda assim, acreditamos que o jornalismo alimenta a vida nas fronteiras e constitui-se numa ferramenta crucial para a articulação das forças locais e a transformação da realidade social das comunidades.

REFERÊNCIAS

ABULAFIA, David; BEREND, Nora. **Medieval Frontiers: Concepts and Practices**. New York: Routledge, 2002.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.

_____. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590. 2010.

_____. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.

_____. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-nação, fronteiras, margens. Redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 9-26, 2013.

ANDERSON, Perry. **The origins of postmodernity**. London: Verso, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A trajetória do Brasil: de 1500 a 2000**. São Paulo: Contexto, 2000.

ARAÚJO, Julieta. Relações de fronteira na Idade Média: a transumância. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 15, n. 1, p. 229-240, 1998.

ARNOLD, David. **The Age of Discovery, 1400-1600**. 2nd ed. London: Routledge, 2013.

ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: critérios e escolhas na obra de José Marques de Melo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 10, 2012. **Anais...** Curitiba, 2012. On-line.

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, Brasília, v. 15, n. 141, p. 18 a 24, 2014.

BARAMOVA, Maria. Border Theories in Early Modern Europe. **European History Online (EGO)**, Institute of European History (IEG), Mainz, v. 15, 2010. Disponível em: <<http://www.ieg-ego.eu/baramovam-2010-en>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BARBOSA, Suzana. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Revista Contracampo**, Dossiê Tecnologias, Niterói, n. 07, p. 47-64, 2002.

_____. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Notícias e Mobilidade: Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Covilhã: Livros LabCOM, 2013. p. 33-54.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70 LDA, 2011.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O mundo pós-moderno: a condição social**. Entrevista a Fernando Schüler e Mário Mazzilli, ao programa Fronteiras do Pensamento. Londres, 25 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BELLEZZA, Giuliano. On borders: from ancient to postmodern times. **ISPRS-International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences**, [Beijing], v. 40, n. 3, p. 1-7, 2013.

BELLWOOD, Peter. **First migrants: ancient migration in global perspective**. Malden: John Wiley & Sons, 2013.

BENIGNO NETO, Edmundo Mendes. Por uma história do jornalismo digital: algumas considerações. In: ALCAR – Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 6, 2008. **Anais...** Niterói, 2008. On-line.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BERTOCCHI, Daniela. Gêneros jornalísticos em espaços digitais. In: SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4, 2005. **Anais...** Porto, 2005. p. 1287-1299.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e alta administração do exército**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005.

BORDO, Adilson Aparecido et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. 2004. 10 f. Artigo (Mestrado em Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Origens das fronteiras do Brasil (Terras e Tratados – 1532/1909)**. On-line. Disponível em: <<http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF**. Brasília, 2009.

_____. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, 2005.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

_____. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, São João del-Rei, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CAMARGO, Cláudia Gabriela. **A imagem construída: a Bolívia no telejornalismo fronteiriço**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

CAMPOS, Flavio de. Tratado de Tordesilhas (1494). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CANAVILHAS, João. A comunicação política na era da internet. In: Congresso Lusocom, 8, 2009. **Anais...** Lisboa, 2009. On-line.

_____. Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web. In: Congresso Ibérico de Comunicação, 1, 2003. **Anais...** Covilhã, 2003. On-line.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

CDIF – Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. **A Faixa de Fronteira**. 2017. On-line. Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. As fronteiras na era da globalização e os novos rumos da Geografia Política. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 2, p. 209-222, 2012.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle; FREITAS, André. Missões jesuíticas no Itatim. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015. p. 555-569.

CHIAPPINI, Ligia. Cultura fronteiriça do Mercosul: poderes dos sem poder. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 437-473.

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil**. Brasília: CNM, 2009.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: o sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. Uma trajetória historiográfica sul-mato-grossense. In: Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 10, 2010. **Anais...** Três Lagoas: UFMS/CPTL, 2010, p. 2003-2019.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 65-86, 2013.

_____. Os Bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 17-33, 2012.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n.2, p. 141-156, 2013.

CROXTON, Derek. The Peace of Westphalia of 1648 and the Origins of Sovereignty. **The International History Review**, London, v. 21, n. 3, p. 569-591, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DE VRIES, Jan. The limits of globalization in the early modern world. **Economic History Review**, Berkeley, v. 63, n. 3, p. 710-733, 2010.

DEFLEUR, Melvin Lawrence; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **PARAGUAY: proyección de la población por sexo y edad, según distrito, 2000-2025**. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrital.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

DIAS, Reinaldo. Um tema emergente em Relações Internacionais: a paradiplomacia nas cidades e municípios. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 13, n. 79, 2010. On-line. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156>. Acesso em: 9 dez. 2015.

DORFMAN, Adriana (Org.). **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras 2015**. Porto Alegre: Letra1 Editora/IGEO UFRGS, v. 2, 2016.

DOWTY, Alan. **Closed borders: the contemporary assault on freedom of movement**. Yale: Yale University Press, 1987.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**. 2007. On-line. Disponível em: <<http://jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

EIS, Diego. **Introdução à Web Semântica: A inteligência da informação**. São Paulo: Casa do Código, 2017.

ENNINGER, Rossana Zott. Identidade e hibridação cultural em fronteiras: conceitos e aproximações. In: SIPECOM – Seminário Internacional da Pesquisa em Comunicação, 5, 2013. **Anais...** Santa Maria: [POSCOM-UFSM]. 2013. p. 1-11.

FAGAN, Brian; DURRANI, Nadia. **People of the earth: an introduction to world prehistory**. 14th ed. New York: Routledge, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FERRARO JÚNIOR, Vicente Giaccaglioni; BUITONI, Marísia Margarida Santiago. A integração na fronteira seca: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). In: Reunião Anual da SBPC, 63, 2011. **Anais...** Goiânia, 2011. On-line.

FERREIRA, Berta Weil. Análise de conteúdo. **Revista Aletheia**, Canoas, n. 11, p. 13-20, 2000.

FERRY, Luc. **Do Amor: Uma Filosofia Para o Século XXI**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2013.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 11-39, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 280-303.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

_____. **Obsessão por Fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

_____. Obsessão por Fronteiras. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009. Resenha de: CIANCALIO, Camila Viana. **Revista Conjuntura Internacional**, v. 8, n. 7, p. 5-12, 2011.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FURQUIM JUNIOR, Laercio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil: um contorno dinâmico**. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAERTNER, Livia Galharte. **A comunicação impressa na fronteira Brasil-Bolívia**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da fronteira oeste. IN: GARCIA, Domingos Savio da Cunha; MICELI, Paulo Celso (Org.). **História e fronteira**. Cáceres: UNEMAT, 2014.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A Contemporary Critique of Historical Materialism**. London: Macmillan, v.1, 1981.

_____. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2009.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: CICCUS; La Crujía, 2000.

_____. Disputas sobre las fronteras. In: JOHNSON, David; MICHAELSEN, Scott. **Teoría de la frontera: los límites de la política cultural**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 13-23.

_____. Fronteras e identificaciones nacionales: diálogos desde el Cono Sur. **Revista Iberoamericana (2001-)**, [Madrid], v. 5, n. 17, p. 91-99, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org. e trad.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HOPPEN, Joni; SANTOS, Marcos. **O que é a web 3.0? Qual sua importância para os negócios?** 2015. On-line. Disponível em: <<https://aquare.la/web-3-0-e-sua-importancia-nos-negocios/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento**. 2017. On-line. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

INE – Instituto Nacional de Estadística. **Censo nacional de población y vivienda**. 2015. On-line. Disponível em: <<http://datos.ine.gob.bo/binbol/RpWebEngine.exe/Portal?LANG=ESP>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

JANECZEK, Andrzej. Frontiers and Borderlands in Medieval Europe. Introductory Remarks. Tradução de Paul Barford. **Quaestiones Medii Aevi Novae**, Warszawa, v. 16, p. 5-14, 2011.

JARDIM, Wagner Cardoso. **Geopolítica no tratado da Tríplice Aliança:** Brasil/Argentina/Uruguai. Simpósio Nacional De História, São Paulo, v. 26, p. 1-11, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** Tradução de Suzana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus Editorial, 2004.

KARIM, Taisir Mahmudo. Mato Grosso: de descrição a nome: um percurso enunciativo. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 32, p. 73-86, 2013.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARTINS, Gilson Rodolfo. **Uma longa história em um grande rio:** cenários arqueológicos do Alto Paraná. Campo Grande: Oeste, 2005.

KILIAN, Crawford. **Writing for the Web.** North Vancouver: Self-Counsel Press, 1999.

KOLB, Anne; ZINGG, Lukas. The importance of internal borders in the Roman Empire: written sources and model cases. **Zurich Studies in Archaeology**, Zürich: Chronos, v. 11, 2016. p. 11-16.

KUKIEL, Éder Damião Goes; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. **Fronteira Brasil-Bolívia:** a construção histórica dos relacionamentos comerciais entre Corumbá e Puerto Quijarro. Seminário em Estudos Fronteiriço, Corumbá, 5, 2015. p. 1-12.

LAMBERTI, Eliana; MARTINS, Patricia Cristina Statella; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Aspectos urbanos e sócio-econômicos em região de fronteira: o caso de Ponta Porã/MS. In: Reunião Anual da SBPC, 58, 2006. **Anais...** Florianópolis, 2010. On-line.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais:** Brasil-Uruguai-Argentina. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 27-34.

LOBATO, Alessandra da Silva et al. A Formação histórico-territorial do Mato Grosso, as transformações e impactos decorrentes da expansão da Soja. **Revista Para Onde!?**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **La condition postmoderne, rapport sur le savoir.** Paris: Minuit, 1979.

_____. **A condição pós-moderna.** Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACHADO, Lia Osório et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 87-112.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p 9-29, 2000.

_____. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tania Marques; DAMIANI, Anelisa (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

_____. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. Uma ilha chamada Brasil. **Nossa História**, v. 3, n. 25, p. 14-19, 2005.

MALTEZ, José Adelino. Fronteira. In: **Tópicos Jurídicos e Políticos**, 2008. On-line. Disponível em: <<http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Fronteira.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MATO GROSSO DO SUL (Estado) – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da dimensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: regiões de planejamento**. Campo Grande, 2015a. 91 p.

_____. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul 2015**. Campo Grande, 2015b. 134 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MELO, José Marques de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

MERISALO, Outi; PAHTA, Päivi. **Frontiers in the Middle Ages: proceedings of the third European Congress of Medieval Studies**. Turnhout: Brepols Publishers, 2006.

MIELNICZUK, Luciana. Características e implicações do jornalismo na Web. In: Congresso da SOPCOM, 2, 2001. **Anais...** Lisboa, 2001. On-line.

_____. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 37-54.

MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**: Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Por que Geografias, no plural, para a Comunicação? In: MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Geografias da Comunicação**: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: Intercom, 2013, v. 3. p. 11-22.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MÜLLER, Karla Maria; RADDATZ, Vera Lucia Spacil; BOMFIM, Ivan. Mídia local nas páginas da web: fronteiras culturais no espaço das fronteiras nacionais. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 58-74, 2013.

MÜLLER, Karla Maria. **Processos midiáticos em comunidades fronteiriças**: o papel da mídia local impressa. In: Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, 5, 2000. **Anais...** Santiago do Chile, 2000.

_____. Mídia local fronteiriça: do impresso ao on-line. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 117-137.

_____. Espaço de fronteiras nacionais, pólos de integração. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 573-592.

MÜLLER, Karla Maria et al. Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, p. 116-125, 2010.

_____. Marcas das fronteiras nacionais em textos noticiosos da web: participação da mídia local nas práticas socioculturais fronteiriças. **Revista Sociedades de Paisajes Áridos y Semiáridos**, Córdoba, v. 6, p. 211-234, 2012.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. **Yo soy paraguay, chamigo**: breve estudo sobre a identidade no Paraguai. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 82-93, 2004.

NORA, Gabriela. Sobre a consolidação do modelo de editorias nos jornais impressos. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 6, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008. On-line.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 5-21, 2011.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **As cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu-Ciudad del Este diante da des-articulação regional sul-americana**. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Samara Mineiro. **Formação das fronteiras brasileiras: uma abordagem geo-histórica**. 2015. 102 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 377-408.

_____. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: COSTA, Edgar Aparecido; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. (Org.). **Seminários de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 25-44.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OTA, Daniela Cristiane. **A informação jornalística em rádios de fronteira: A questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro**. 2006. 172 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Mapeamento da mídia fronteiriça em Mato Grosso do Sul. In: MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas**. São Paulo: Intercom, 2013, v. 3. p. 285-298.

_____. Radiojornalismo na fronteira: especificidades na produção e disseminação do conteúdo jornalístico. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 181-200.

_____. Representação histórica das cidades fronteiriças de Mato Grosso do Sul. In: Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, 2009. **Anais...** Curitiba, 2009. On-line.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 13-36.

PEDRO JUAN CABALLERO – Municipalidad. **Institucional:** Historia de Pedro Juan Caballero. 2017. On-line. Disponível em: <<http://www.municipalidadpjc.gov.py/historia.php>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PENA, Rodolfo Ferreira Alves. **Território brasileiro:** localização, extensão e fronteiras. Brasil Escola. 2017. On-line. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império:** o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil. 2007. 269 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Revista Comunicação: Veredas.** São Paulo: Unimar, v. 2, n. 2, p. 65-89, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais:** Brasil-Uruguaí-Argentina. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.

PITALUGA, André Luiz Oliveira Guimarães. **O processo decisório da anexação do acre sob a ótica de uma análise de política externa.** 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

POLLINI, Airton. A utopia da fronteira segundo Platão e Aristóteles. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, José Gladysson da; MARTINS, Adilton Luís. (Org.). **História Antiga:** contribuições brasileiras. São Paulo: Annablume, 2008. p. 157-171.

POMBO, Nívia. Unidade Política e Territorial nos Projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em Terras Lusas:** Conflitos e Fronteiras no Império Português. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 81-103.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Zygmunt Bauman e a Pós-Modernidade.** Entrevista ao programa Invenção do Contemporâneo (CPFL Cultura/TV Cultura). Campinas, 27 out. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=58MMs5j3TjA>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PRADO, Debora Figueiredo Barros. **A atuação internacional dos governos locais via rede:** o caso da Mercocidades e do Programa URB-AL Rede 10. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: UNESP/EDUSC, 2004. p. 251-282.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Fronteiras culturais: o papel do rádio fronteiriço. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras.** Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 201-218.

_____. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global.** 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (Org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 9-15.

_____. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Resenha de: VILAS BOAS, Lucas Guedes. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 116-122, 2015.

RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État. **L'Année sociologique** (1896/1897-1924/1925), Paris, v. 3, p. 1-14, 1898.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. Tradução de Mário Antonio Eufrásio. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A Condição da Transnacionalidade.** Série Antropologia, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997.

RHODES, Peter John. **A history of the classical Greek world: 478-323 BC.** 2nd ed. Malden: John Wiley & Sons, 2010.

ROCHA, Liana Vidigal. Mobilidade, convergência e hiperlocalismo no webjornalismo brasileiro. **Revista Interin**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 43-65, 2015.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 139-157, 2015.

RODRIGUES, Carmem Izabel; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Entre fronteiras: Identidades e culturas na modernidade. **Revista AntHropológicas**, Recife, v. 21, n. 2, 2010.

RUIZ, Olívia. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). **Revista O Olho da História**, Salvador, n. 3, 1996.

SALAVERRÍA, Ramón. **A tecnologia não é inimiga.** Entrevista ao site Observatório da Imprensa. Braga, 6 jun. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/a-tecnologia-nao-e-inimiga/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 4ª ed. 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BEBER, Marcus Vinicius; VERONEZE, Ellen. Os antigos caçadores do planalto de Mato Grosso do Sul de 10.500 a 6.700 anos atrás. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015. p. 61-72.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; FARAGO, Luiz Antonio. **Minimanual compacto de geografia do Brasil: teoria e prática**. São Paulo: Rideel, 2003.

SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha. **O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada**. Lisboa: Repositório Comum, 2012.

SEBRAE-MS – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais: Bolívia – Brasil – Paraguai**. Campo Grande: Visão, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2005.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 2005. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 34, 2005.

SINCLAIR, John. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SOARES, Marcelo Vicente Cancio. **Televisão Fronteira: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai**. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

_____. Televisões fronteiriças: comunicações compartilhadas. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 139-158.

SOUZA, Rita de Cássia Martins; OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis de. As cidades fronteiriças na América do Sul: polêmicas e conflitos com o centro oeste brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 10, n. 1, p. 67-87, 2014.

SOUZA, Sarah Melisa Barros de; ROCHA, Liana Vidigal. Hiperlocalidade e webjornalismo: percurso histórico dos veículos on-line tocantinenses. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 11, 2017. **Anais...** São Paulo, 2017. On-line.

STANDEN, Naomi. **Review of Medieval Frontiers: concepts and practices**. London: Institute of Historical Research, 2003.

TORRECILHA, Maria Lúcia. **A Fronteira, as Cidades e a Linha**. Campo Grande: Editora Uniderp, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDON, Jean. **Travel in the Middle Ages**. Tradução de George Holoch. Notre Dame: Notre Dame University Press, v. 17, 2003.

VIANA, Eduardo de Carvalho. **Para um manual de redação do jornalismo on-line**. Secretaria Especial de Comunicação Social, Cadernos da Comunicação – Série Estudos. Rio de Janeiro, 2001.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O estado-nação moderno na contemporaneidade: uma outra geopolítica. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/95.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

WEBER, Andréa Franciele. A circulação do português e do espanhol na fronteira: o global e o local no espaço entre-línguas. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 217-229, 2011.

_____. Como os meios de comunicação integram e separam nações: um olhar sobre a história da imprensa fronteiriça na Bacia do Rio da Prata. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 105-113, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ZURITA, Robson William Paredes. **Aproximación al concepto de periodismo transfronterizo**. Piura: UDEP, 2004.

ENTREVISTAS

CENTURION, Rosimari. Entrevista pessoal realizada com a auxiliar administrativo da rádio e site Amambay 570, gravada em 30 de dezembro de 2016, em Pedro Juan Caballero.

CORONEL, Humberto Andrez. Entrevista pessoal realizada com o repórter do site Capitán Bado, gravada em 29 de dezembro de 2016, em Pedro Juan Caballero.

LIMA, Sylma. Entrevista pessoal realizada com a proprietária e diretora do site Capital do Pantanal, gravada em 5 de setembro de 2016, em Corumbá.

MOLTOCARO, Fernando Akiito. Entrevista pessoal realizada com o repórter do site Conesul News, gravada em 28 de dezembro de 2016, em Ponta Porã.

NUNES, Rosana. Entrevista pessoal realizada com a proprietária e diretora geral do site Diário Corumbaense, gravada em 6 de setembro de 2016, em Corumbá.

PEÑADO, Walter Coria. Entrevista pessoal realizada por telefone com o repórter correspondente do jornal e site El Deber, em 27 de janeiro de 2018, em Puerto Suárez.

PRADO, Sebastião Neris. Entrevista pessoal realizada com o proprietário e diretor do site Ponta Porã Informa, gravada em 27 de dezembro de 2016, em Ponta Porã.

ROBLES, Lorgio Vaca. Entrevista pessoal realizada com o diretor comercial da TV Unitel Puerto Suárez, gravada em 7 de setembro de 2016, em Puerto Suárez.

SILVA, Eder Rubens da. Entrevista pessoal realizada com o repórter correspondente do jornal O Progresso (Dourados-MS) e então presidente do Clube de Imprensa de Ponta Porã, gravada em 29 de dezembro de 2016, em Ponta Porã.

SILVA, Erik. Entrevista pessoal realizada com o sócio e editor do site Folha MS, gravada em 5 de setembro de 2016, em Corumbá.

VARGAS, Frederico Aranda. Entrevista pessoal realizada com o representante comercial do jornal El Deber, gravada em 7 de setembro de 2016, em Puerto Suárez.

VERA, Lourenso. Entrevista pessoal realizada com o proprietário e editor do site Porã News, gravada em 29 de dezembro de 2016, em Ponta Porã.

APÊNDICES

Ponta Porã Informa

Quadro 14 – Relação de matérias selecionadas para análise – Ponta Porã Informa

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
18-01-2017 - Patas Arriba emociona a fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/ponta-pora/patas-arriba-emociona-a-fronteira
07-02-2017 - Ponta Porã e Pedro Juan se unem contra a dengue	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/ponta-pora-e-pedro-juan-se-unem-contr-a-dengue
14-02-2017 - Ponta Porã: Brasileiros e paraguaios iniciam guerra contra a dengue	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/ponta-pora-brasileiros-e-paraguaios-iniciam-guerra-contr-a-dengue
24-02-2017 - Ponta Porã na guerra contra o Aedes Aegypti na fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/p.-pora-guerra-contr-aedes-aegypti-continua-na-fronteira
01-03-2017 - Autoridades brasileiras prestigiam visita do presidente paraguaio à fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/autoridades-brasileiras-prestigiam-visita-do-presidente-paraguaio-a-fronteira
08-03-2017 - Campanhas em datas especiais vão incentivar turismo de compras na fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/paraguai/campanhas-em-datas-especiais-va-o-incentivar-turismo-de-compras-na-fronteira
15-03-2017 - Comissário da Polícia Nacional diz que está tudo tranquilo na fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/paraguai/comissario-da-policia-nacional-diz-que-esta-tudo-tranquilo-na-fronteira
15-03-2017 - Governo, Fiems e Paraguai se integram em projeto para o desenvolvimento econômico da fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/governo-fiems-e-paraguai-se-integram-em-projeto-para-o-desenvolvimento-economico-da-fronteira
16-03-2017 - Doação de materiais para Hospital de Pedro Juan Caballero reforça parceria na fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/ponta-pora/doacao-de-materiais-para-hospital-de-pedro-juan-caballero-reforca-parceria-na-fronteira
22-03-2017 - Governo de MS e Paraguai assinam acordo de fomento à industrialização na região de fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/governo-de-ms-e-paraguai-assinam-acordo-de-fomento-a-industrializacao-na-regiao-de-fronteira
23-03-2017 - Caças combaterão “vôos do narcotráfico” em MS nos próximos 9 meses	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/cacas-combaterao-voos-do-narcotrafico-em-ms-nos-proximos-9-meses
23-03-2017 - Câmara de Ponta Porã convida para audiência pública sobre carga horária da língua espanhola	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/camara-de-ponta-pora-convida-para-audiencia-publica-sobre-carga-horaria-da-lingua-espanhola
24-03-2017 - Vereadores e professores querem a permanência do espanhol em escolas de Ponta Porã	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/politica/vereadores-e-professores-querem-a-permanencia-do-espanhol-em-escolas-de-ponta-pora
25-03-2017 - FAB revela detalhes de megaoperação contra tráfico de drogas em fronteiras	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/fab-revela-detalhes-de-megaoperacao-contr-traffic-de-drogas-em-fronteiras
01-04-2017 - Prefeitura quer parcerias com universidades públicas em Ponta Porã	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/educacao/prefeitura-quer-parcerias-com-universidades-publicas-em-ponta-pora

Quadro 14 – Relação de matérias selecionadas para análise – Ponta Porã Informa (continuação)

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
28-04-2017 - Batalhão da PM de Ponta Porã é destaque em revista	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/batalhao-da-pm-de-ponta-pora-e-destaque-em-revista
28-04-2017 - PM e Polícia Nacional constroem uma história de aliança na fronteira	http://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/pm-e-policia-nacional-constroem-uma-historia-de-alianca-na-fronteira

Amambay 570

Quadro 15 – Relação de matérias selecionadas para análise – Amambay 570

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
01-01-2017 - Helio Peluffo y concejales asumen a las 17:00 en el Centro de Convenciones	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=8503
08-02-2017 - Intendentes estrecharon vínculos y hablaron sobre problemas comunes en la frontera	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9256
15-02-2017 - El comercio fronterizo celebra estabilidad de tipo de cambio	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9393
13-03-2017 - Operación conjunta eliminó 271 toneladas de marihuana en la zona norte del país	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9873
15-03-2017 - Si reciben pedido, evaluarán venida de Jarvis	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9913
16-03-2017 - Continúa el Operativo conjunto Alianza XV	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9919
16-03-2017 - Hospital Regional recibió donación de la Prefeitura de Ponta Porã	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9928
19-03-2017 - Ponta Porã celebra a su Patrono y Protector, San José	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=9959
23-03-2017 - Brasil realiza operativo “Ostium” en la región de frontera	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=10024
27-03-2017 - Nueva Consul en Ponta Porã destacó integración existente en la frontera	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=10093
22-04-2017 - Brasileño quiere alambrar un sector de la línea Internacional que reivindica como suyo	http://v3.amambay570.com.py/noticias_mas.php?id=10593

Diário Corumbaense

Quadro 16 – Relação de matérias selecionadas para análise – Diário Corumbaense

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
09-01-2017 - Bolívia reforça fiscalização em cidades de fronteira com o Brasil	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91006

Quadro 16 – Relação de matérias selecionadas para análise – Diário Corumbaense (continuação)

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
19-01-2017 - Militares bolivianos discutem intercâmbio com 3º GBM para combate às queimadas	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91280
22-01-2017 - Incêndio atinge lojas em feirinha na Bolívia durante a madrugada	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91335
27-01-2017 - Hidrômetros furtados em Corumbá estariam sendo vendidos na Bolívia	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91464
28-01-2017 - Estudante que teria sido sequestrada retorna ao Brasil no início da semana	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91502
30-01-2017 - Investigações sobre suposto sequestro de brasileira correm em Santa Cruz	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91558
04-02-2017 - Apreensões de drogas aumentaram mais de 200% em Mato Grosso do Sul	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91685
07-02-2017 - Exército “encolhe” presença na fronteira do tráfico em MS	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91750
11-02-2017 - Em Corumbá, Reinaldo vai se reunir com ministro e embaixador da Bolívia	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91862
13-02-2017 - Bolívia tem ferrovia praticamente pronta para corredor, afirma ministro	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91907
13-02-2017 - Estado quer viabilizar corredor ferroviário de 4,7 mil quilômetros	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91905
13-02-2017 - Governador chega a Corumbá para encontro internacional	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91892
13-02-2017 - Queda no ICMS do gás faz MS perder R\$ 700 milhões, diz Reinaldo	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91906
13-02-2017 - Ruitter defende negociação com Petrobras e destaca corredor ferroviário	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=91909
20-02-2017 - Governador participa de encontro para discutir gás boliviano e adia agenda em Corumbá	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92045
22-03-2017 - Começa nesta sexta-feira operação com aviões de guerra para combater tráfico	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92823
23-03-2017 - Brasil dá sinal verde à construção da Ferrovia Transoceânica	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92836
29-03-2017 - Fluxo dos consumidores bolivianos diminui e afeta comércio corumbaense	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=92960
03-04-2017 - Judiciário e Prefeitura fazem parceria para internação de dependente químico	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93074
07-04-2017 - PRF e órgãos de segurança realizam ações de fiscalização de trânsito internacional	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93184
27-04-2017 - Vereador pede ativação do 2º Distrito Policial na parte alta de Corumbá	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93616
28-04-2017 - Receita Federal faz operação em lojas e apreende mercadorias irregulares	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93649
29-04-2017 - Receita Federal apreende R\$ 30 mil em mercadorias durante fiscalização	http://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=93655

El Deber

Quadro 17 – Relação de matérias selecionadas para análise – El Deber

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
07-01-2017 - Fuga de presos de Brasil genera alerta en Bolivia	https://www.eldeber.com.bo/mundo/Fuga-de-presos-de-Brasil-genera-alerta-en-Bolivia-20170106-0128.html
08-01-2017 - Más de 50 policías acuden a tres zonas fronterizas con Brasil	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/Mas-de-50-policias-acuden-a-tres-zonas-fronterizas-con-Brasil--20170107-0068.html
08-01-2017 - Paseando en El Pantanal, un viaje inolvidable para todos	https://www.eldeber.com.bo/extra/Paseando-en-El-Pantanal-20170103-0002.html
15-01-2017 - Terminal de buses de Puerto Suárez no está funcionando	https://www.eldeber.com.bo/santacruz/Terminal-de-buses-de-Puerto-Suarez-no-esta-funcionando-20170114-0108.html
20-01-2017 - Vía a Puerto Suárez expedita tras cuarto intermedio	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/Carretera-a-Puerto-Suarez-amanece-bloqueada--20170120-0004.html
31-01-2017 - Argentina, Paraguay y Brasil, interesados en hierro de Mutún	https://www.eldeber.com.bo/economia/Argentina-Paraguay-y-Brasil-interesados--en-hierro-de-Mutun--20170130-0185.html
06-02-2017 - Quijarro estrenó una terminal de buses	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/Quijarro-estreno-una-terminal-de-buses-20170206-0132.html
12-02-2017 - Sebastián Hurtado: “Que se concrete la vía a Puerto Busch”	https://wp.eldeber.com.bo/economia/Sebastian-Hurtado-Que-se-concrete-la-via-a-Puerto-Busch--20170211-0065.html
12-02-2017 - Tres sectores son el motor en el comercio con la frontera	https://www.eldeber.com.bo/economia/Tres-sectores-son-el-motor-en-el-comercio-con-la-frontera-20170211-0064.html
13-02-2017 - Inauguran obra que cubrirá demanda nacional de cemento	https://www.eldeber.com.bo/economia/Inauguran-obra-que-cubrira-demanda-nacional-de-cemento-20170211-0063.html
14-02-2017 - Bloqueo frena comercio con Beni y con Brasil	https://www.eldeber.com.bo/economia/Bloqueo-frena-comercio-con-Beni-y-con-Brasil-20170213-0138.html
16-02-2016 - Cambista herido en un asalto murió en hospital brasileño	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/Cambista-herido-en-un-asalto-murio-en-hospital-brasileño-20170216-0002.html
13-03-2017 - Perfilan un giro del comercio por el Atlántico	https://www.eldeber.com.bo/economia/Perfilan-un-giro--del-comercio-por-el-Atlantico-20170312-0045.html
23-03-2017 - Brasil alista la operación Ostium, el mayor operativo fronterizo	https://wp.eldeber.com.bo/bolivia/Brasil-alista-la-operacion-Ostium-el-mayor-operativo-fronterizo--20170323-0058.html
28-03-2017 - Guardia se refugia en Brasil y se declara perseguido	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/Guido-Guardia-se-refugia-en-Brasil-y-se-declara-perseguido-20170327-0128.html
29-03-2017 - Guido Guardia: “Volveré cuando se vayan los chupatetillas”	https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Guardia-Volvere-cuando-se-vayan-los-chupatetillas-20170328-0013.html
31-03-2017 - Itacamba y Yacuses llegan a un acuerdo que desactiva las movilizaciones	https://www.eldeber.com.bo/economia/Itacamba-y-Yacuses-llegan-a-un-acuerdo-que-desactiva-las-movilizaciones-20170331-0007.html
05-04-2017 - Uruguay firmará acuerdo para impulsar tren bioceánico	https://www.eldeber.com.bo/economia/Uruguay-firmara-acuerdo-para-impulsar-tren-bioceanico-20170405-0069.html
13-04-2017 - Bolivia propone a Brasil rutas para viajeros y agilizar carga	https://www.eldeber.com.bo/economia/Bolivia-propone-a-Brasil-rutas-para-viajeros-y-agilizar-carga-20170412-0101.html

Quadro 17 – Relação de matérias selecionadas para análise – El Deber (continuação)

DATA E TÍTULO DA MATÉRIA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
16-04-2017 - La vía bioceánica es vulnerable al crimen	https://www.eldeber.com.bo/septimodia/Sin-casi-presencia-estatal-la-bioceanica-es-un-area-vulnerable-al-crimen-20170415-0044.html
16-04-2017 - Viru Viru Hub se estanca y Mutún registra lento avance	https://www.eldeber.com.bo/economia/Viru-Viru-Hub-se-estanca-y-Mutun-registra-lento-avance--20170415-0058.html
25-04-2017 - Movilizan policías en la frontera tras asalto en Paraguay	https://www.eldeber.com.bo/mundo/Movilizan-policias-en-la-frontera-tras-asalto-en-Paraguay-20170424-0154.html
25-04-2017 - Similitud con asalto a Brinks moviliza a la Policía	https://wp.eldeber.com.bo/bolivia/Similitud-con-asalto-a-Brinks-moviliza-a-la-Policia-en-frontera-20170425-0017.html
26-04-2017 - Bloqueo en Cotoca causa disturbios	https://www.eldeber.com.bo/santacruz/Bloqueo-en-Cotoca-causa-disturbios-20170425-0124.html
27-04-2017 - Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil	https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Gobierno-vincula-atracos-a-carteles-de-Brasil-20170426-0109.html
29-04-2017 - El BOPE de Brasil adiestrará a la élite de Policía nacional	https://wp.eldeber.com.bo/santacruz/El-BOPE-de-Brasil-adiestrara-a-la-elite-de-Policia-nacional-20170429-0003.html